

# Cronos

REVISTA DO  
PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO  
EM CIÊNCIAS  
SOCIAIS DA UFRN

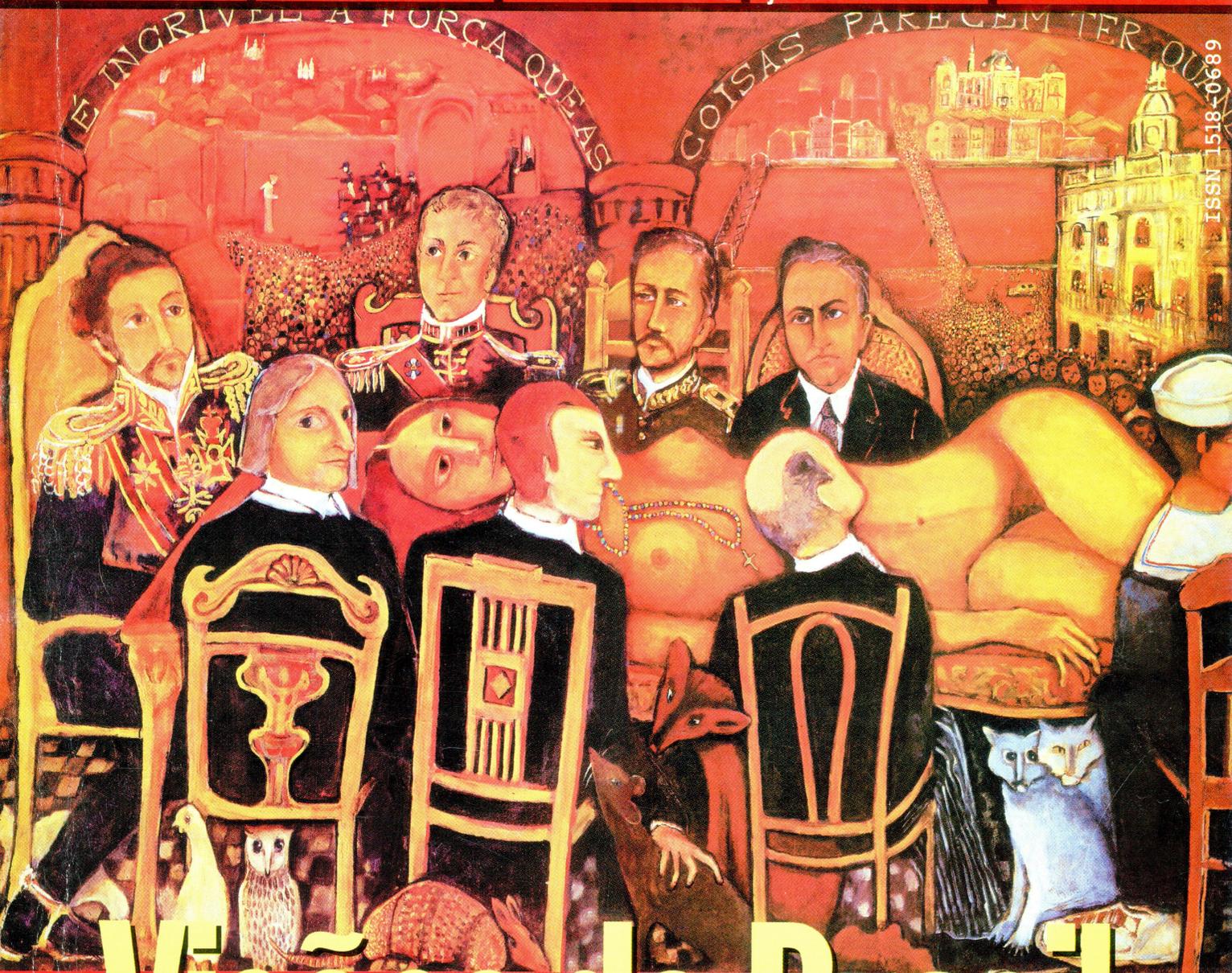
Natal/RN

volume 1

número 2

julho/dezembro

2000



ISSN 1518-0689

# Visões do Brasil



## **CRONOS**

**Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN**

volume 1, número 2, julho/dezembro 2000

---



## **CRONOS**

**Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN**

volume 1, número 2, julho/dezembro 2000

---

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

**Reitor**  
**Vice-Reitora**

Ótom Anselmo de Oliveira  
Técia Maria de Oliveira Maranhão

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**

**Diretora**  
**Vice-Diretora**

Maria do Livramento Miranda Clementino  
Rita de Cássia da Conceição Gomes

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Coordenador**

Aldenor Gomes da Silva

**CRONOS - REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Editora**

Vânia de Vasconcelos Gico

**COMISSÃO EDITORIAL**

José Antônio Spinelli Lindoso  
Hermano Machado Ferreira Lima  
Pedro Vicente Costa Sobrinho  
José Willington Germano  
Vânia de Vasconcelos Gico

**CONSELHO EDITORIAL**

Augusto Guilherme Mesquitela Lima – Universidade Nova de Lisboa – Portugal  
Brasília Carlos Ferreira – UFRN  
Carlos Nelson Coutinho – UFRJ  
Celso Frederico – USP/SP  
César Barreira – UFCE  
Edgard de Assis Carvalho – PUC/SP  
Evaldo Vieira – USP/SP  
Gilberto Vasconcellos – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Ilza Araújo Leão de Andrade – UFRN  
João Gabriel Teixeira – UNB  
John Lemmons – New England – USA  
Maria da Conceição Almeida – UFRN  
Mauro Koury – UFPB  
Michel Zaidan Filho – UFPE  
Octávio Ianni – UNICAMP  
Robert Austin – La Trobe University – Austrália  
Teresa Sales – UNICAMP  
Vincent de Gaulejac – Université Paris 7 – França

**Capa:** Mariz Comunicação Integrada

**Ilustração:** Tereza Costa Rego

**Normalização:** Liana Maria Nobre Teixeira

Maria Lúcia Lagreca de Sales Cabral

**Editoração Eletrônica:** José Antônio Bezerra Júnior

**Impressão e Acabamento Oficinas Gráficas da EDUFRN** - Editora da UFRN

**Diretor da EDUFRN:** Pedro Vicente Costa Sobrinho

### **O Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do**

**Norte** (PPGCS/UFRN) contempla duas áreas de concentração: *Desenvolvimento Regional* e *Cultura e Representações*. A área *Desenvolvimento Regional* tem como foco central a problemática regional em suas diferentes dimensões: econômica, social e política. Tem por preocupação uma reflexão sobre a realidade do nordeste brasileiro, do ponto de vista de sua inserção mais ampla nos cenários nacional e internacional, de sua dimensão urbana, de sua relação com o Estado, da modernização de sua estrutura produtiva. A área *Cultura e Representações* aborda questões concernentes às relações indivíduo e sociedade e aos múltiplos desafios contemporâneos das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais. Busca dialogar ciência, arte, literatura, memória e tradições. As abordagens orientam-se numa perspectiva multidisciplinar, abrangendo estudos e investigações nas Linhas de Pesquisa: Cidades e Territórios; Estado e Políticas Públicas; Trabalho, Trabalhadores e Associativismo; Estudos da Complexidade; Memória e Oralidade; Pensamento Social; Religião e Religiosidade.

---

Cronos: Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da  
UFRN / UFRN, CCHLA. – v.1, n.1 (jan./jun. 2000) – . – Natal: (RN): EDUFRN, 2000.

Descrição baseada em: v.1, n.2 (jul./dez. 2000)

Periodicidade semestral

ISSN 1518-0689

1. Ciências Sociais - Periódico 2. Pensamento Social - Brasil - Periódico.

# CRONOS

## Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN

Natal - RN

volume 1

número 2

julho/dezembro

2000

ISSN 1518-0689

### SUMÁRIO

<b>EDITORIAL</b> .....	7
<b>DOSSIÊ VISÕES DO BRASIL</b>	
<i>Brasília Carlos Ferreira</i> Antonio Candido: um homem simples .....	11
<i>Dalcy da Silva Cruz</i> Caio Prado Júnior: uma nova possibilidade de olhar o Brasil .....	29
<i>Marta Maria de Araújo</i> Um capítulo da história intelectual dos anos de 1930 aos de 1950 e a presença de Anísio Teixeira .....	37
<i>Ana Laudelina Ferreira Gomes</i> Auta de Souza e a escrita feminina nos oitocentos .....	49
<i>Afonso Henrique Fávero</i> Pedro Nava: um memorialista e tanto .....	61
<i>Tânia Elias Magno da Silva</i> Imagens da fome e o itinerário intelectual de Josué de Castro .....	73
<i>Idilva Maria Pires Germano</i> Nações de papel: livros e povos .....	93
<b>ARTIGOS</b>	
<i>Maria da Conceição Xavier de Almeida</i> O ensino das Ciências Sociais no Brasil .....	103
<i>Norma Takeuti</i> Imaginário social "mortífero": a questão da delinquência -juvenil no Brasil .....	110
<i>Maria Helena Braga e Vaz da Costa</i> A cor no cinema: signos da linguagem .....	129
<b>ENTREVISTA</b>	
<i>Edgar Morin</i> Renacimiento latinoamericano, pensamiento complejo y pensamiento meridional .....	141
Entrevista realizada por Nelson Vallejo Gómez	
<b>POEMA</b>	
<i>Luis Carlos Guimarães</i> Bucólica .....	149
<b>RESENHAS</b>	
<i>Guilherme Cavalheiro</i> Clame! Chame! Chame o ladrão! .....	153
<i>José Antonio Spinelli</i> A (im)pertinência da velha dicotomia: direita x esquerda .....	156
<b>RESUMOS DE DISSERTAÇÕES</b> .....	161
<b>DOSSIÊ DOS AUTORES</b> .....	169
<b>NORMAS PARA A PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS</b> .....	173
<b>NORMS FOR THE PUBLICATION OF ARTICLES</b> .....	175

Cronos

Natal-RN

v.1

n.2

p. 1-182

jul./dez.

2000

# CRONOS

## Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN

Natal - RN

volume 1

número 2

julho/dezembro

2000

ISSN 1518-0689

### CONTENTS

<b>EDITORIAL</b> .....	7
<b>VISIONS OF BRAZIL BRIEFING</b>	
<i>Brasília Carlos Ferreira</i> Antonio Candido: an ordinary man .....	11
<i>Dalcy da Silva Cruz</i> Caio Prado Júnior: a new way of looking at Brazil .....	29
<i>Marta Maria de Araújo</i> A chapter of the intellectual history of the years between 1930 and 1950 and the presence of Anísio Teixeira .....	37
<i>Ana Laudelina Ferreira Gomes</i> Auta de Souza and woman's writings in the 1800's .....	49
<i>Afonso Henrique Fávero</i> Pedro Nava: such a memorialist .....	61
<i>Tânia Elias Magno da Silva</i> Images of hunger and the intellectual itinerary of Josué de Castro .....	73
<i>Idilva Maria Pires Germano</i> Nations of paper: books and peoples .....	93
<b>ARTICLES</b>	
<i>Maria da Conceição Xavier de Almeida</i> The teaching of Social Sciences in Brazil .....	103
<i>Norma Takeuti</i> "Deadly" social imaginary: the issue of the juvenile delinquency in Brazil .....	110
<i>Maria Helena Braga e Vaz da Costa</i> Color in the movies: language signs .....	129
<b>INTERVIEW</b>	
<i>Edgar Morin</i> Latin-American Renaissance, complex thought and meridional thought Interview by Nelson Vallejo Gómez .....	141
<b>POEM</b>	
<i>Luís Carlos Guimarães</i> Bucolic .....	149
<b>REVIEWS</b>	
<i>Guilherme Cavalheiro</i> Cry out! Shout! Summon the thief! .....	153
<i>José Antonio Spinelli</i> The (im)pertinence of the old dichotomy: right x left .....	156
<b>ABSTRACTS OF DISSERTATIONS</b> .....	161
<b>BRIEFING OF THE AUTHORS</b> .....	169
<b>NORMS FOR THE PUBLICATION OF ARTICLES IN CRONOS</b> .....	173

Cronos	Natal-RN	v.1	n.2	p. 1-182	jul./dez.	2000
--------	----------	-----	-----	----------	-----------	------

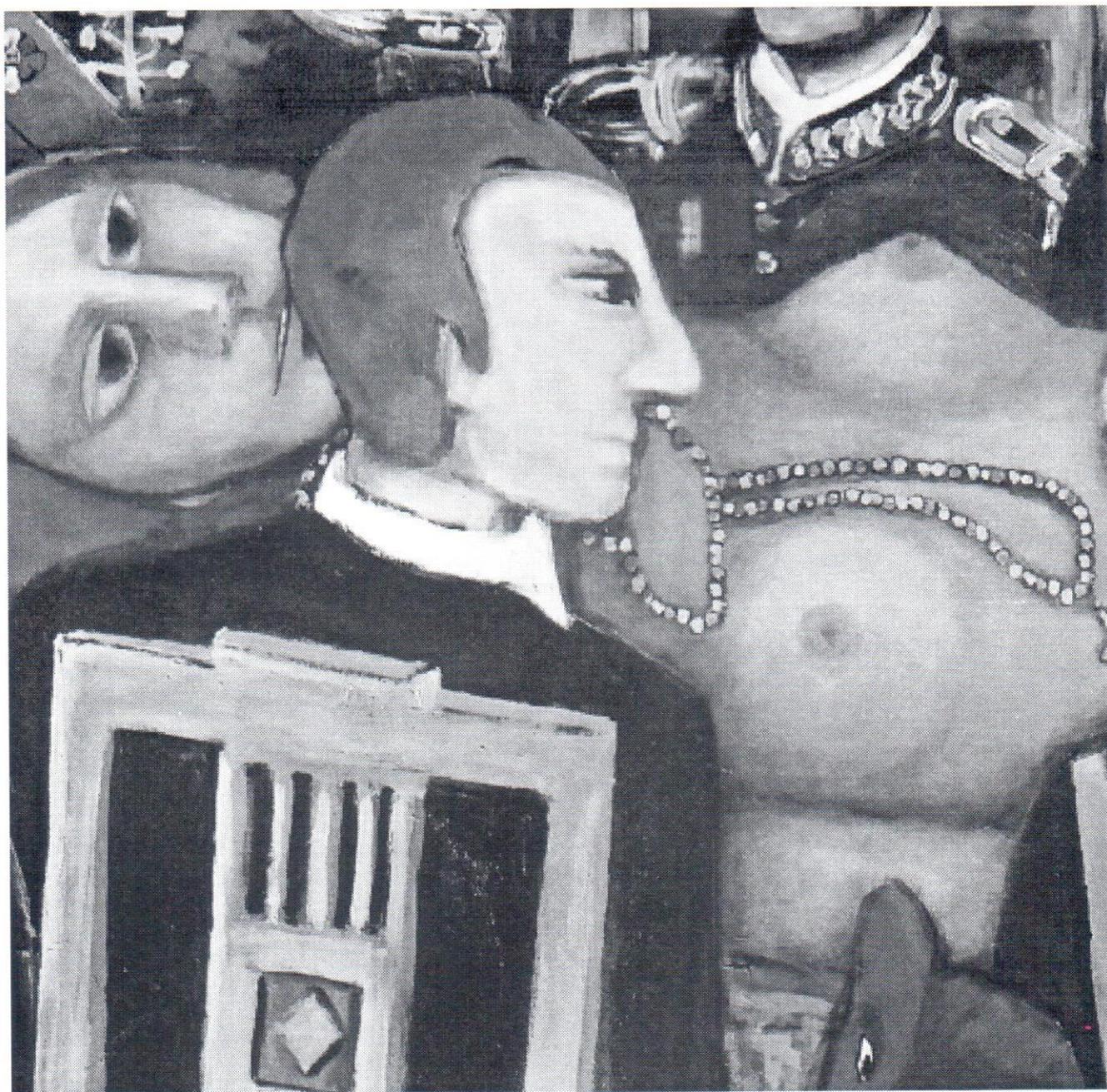
# EDITORIAL

**C**RONOS reaparece agora com o seu segundo número, desta vez dedicado às Visões do Brasil, perseguindo sua “linha editorial” sobre as Ciências Sociais, evidenciando assim as áreas de concentração do programa que contempla, quais sejam, “Cultura e Representações” e “Desenvolvimento Regional”. Sabemos todos que a realidade se constrói, em grande parte, com narrativas e que não se edifica o futuro sem reaver lembranças do passado, como lembra Paul Connerton. O Brasil é assim uma realidade lapidada por múltiplas visões que incluem os primeiros viajantes com suas epístolas, as palavras dos historiadores, as imagens construídas pelos artistas e a invenção das tradições advindas da experiência de vida das gerações que nos antecederam, ao longo da nossa história. Se é verdade que muitas versões, visões e narrativas foram silenciadas pelo agente autorizado para proferir o discurso sobre o nosso país, não é menos verdade que as versões oficiais do Brasil foram hegemonicamente masculinas. Versões, além disso, portadoras do crivo autorizado de quem ocupou lugares sociais privilegiados. Este número da CRONOS presta uma homenagem às narrativas que foram silenciadas e ao mesmo tempo deseja propor uma nova escritura sobre o Brasil, edificada, dessa feita, sob a égide de várias vozes. Tendo como referência inicial a capa, que expõe a “Pátria nua” ou a “Ceia Larga Brasileira”<sup>1</sup>, deseja-se abrir janelas que possibilitem um sentar à mesa mais afeito à sinfonia de múltiplas e igualmente importantes vozes. Assim, o DOSSIÊ VISÕES DO BRASIL traz as reflexões de estudiosos do pensamento social que participaram de um ciclo de palestras organizado pelos Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais e em Estudos da Linguagem, durante o ano 2000, centrado em figuras representativas das Ciências Humanas, cujas obras estivessem de algum modo voltadas para o conjunto de representações e idéias acerca da noção de “Brasil”. Nesse olhar, Antonio Candido é apresentado aos mais jovens ou aos que ainda não tiveram oportunidade de conhecê-lo, a partir de pistas bibliográficas e dos comentários de sua formação, trajetórias intelectual e política e da sua visão do Brasil. Discute-se a importância da obra de Caio Prado Júnior para a renovação das Ciências Sociais no Brasil, por apresentar uma visão distinta daquelas que tentaram explicar a formação social brasileira nas décadas 20/30. Por sua vez, Anísio Teixeira é revelado por suas preocupações com a democratização e o desenvolvimento do país, ou seja, com a sua reconstrução social. Por essa trajetória do debate revela-se a experiência da pesquisa socioeducacional legada pelos Centros Brasileiros de Pesquisas Educacionais. Auta de Souza e a escrita feminina nos oitocentos traz à tona a questão da receptividade dos trabalhos das escritoras brasileiras de então, em função do domínio de um ideário de feminilidade estereotipado e sexista. O ensaio sobre Pedro Nava procura determinar características da sua obra e sugere que sua literatura memorialista pode ir além do simples registro pessoal, trazendo ainda notícias de vários grupos sociais, atingindo assim uma visão do país. O percurso intelectual de Josué de Castro está marcado pelos quadros de miséria e fome dos mangues recifenses da sua infância, matriz das suas reflexões. Com seus estudos, a fome foi analisada como um fenômeno político, pois dedicou-se aos estudos dos problemas alimentares para discutir o Brasil, incursionando nos campos da geografia, sociologia, antropologia e da política. Concluindo o DOSSIÊ, discute-se o princípio que rege a escolha de certos livros como símbolos de um povo ou nação, procurando compreender a representatividade nacional dos textos fundadores do pensamento brasileiro e seu papel na invenção do país. Agradecemos aos autores a colaboração enquanto conferencistas do Seminário Visões do Brasil, bem como pelos cuidadosos ensaios que disponibilizaram para publicação. A meta do evento era tanto revisitar as interpretações de “Brasil”, quanto fazer circular dentro e fora do ambiente acadêmico tais concepções, propósitos, que, sem dúvida, alargam-se agora com a possibilidade de outras leituras e outros leitores.

Vânia Gico

<sup>1</sup> Reprodução autorizada pela autora Tereza Costa Rego, à revista CRONOS. (Ver Dossiê dos Autores neste número).

Cronos	Natal-RN	v.1	n.2	p. 7	jul./dez.	2000
--------	----------	-----	-----	------	-----------	------



**DOSSIÊ VISÕES DO BRASIL**

---

# ANTONIO CANDIDO: UM HOMEM SIMPLES

Brasília Carlos Ferreira - UFRN

## ESBOÇO DE FIGURA

*Antonio Candido ou  
Antonio lúcido, límpido,  
que conhece e pratica a força imponderável da intuição?  
Que funda o juízo crítico no gosto,  
- o gosto que em vão se tenta exilar, e permanece,  
mesmo negado e ignorado, o sal da percepção?  
Antonio que não cinge a malha de gelo do formalismo  
e, com movimentos livres e lépidos,  
sente a pulsação oculta da obra,  
num enlace de simpatia literária?  
Antonio a vislumbrar no poema  
para além das palavras uma conquista do inexprimível  
que elas não contêm  
e diante do qual devem capitular?  
Antonio atento às áreas de silêncio entre as palavras,  
nelas distinguindo a misteriosa ressonância  
do inexprimível afinal expressado,  
fora do poema, pelo seu rastro?  
Antonio a perceber no leitor consciente  
um vaso novo, em que os cantos do poeta irão combinar-se  
de um modo especial e quase único?  
Arguto, sutil Antonio,  
a captar nos livros  
a inteligência e o sentimento das aventuras do espírito,  
ao mesmo tempo em que, no dia brasileiro,  
desdenha provar os frutos da árvore da opressão,  
e, fugindo ao séquito dos poderosos do mundo,  
acusa a transfiguração do homem em servil objeto do homem.  
Assim é Antonio Candido, na altiva, discreta pureza  
dos sessent'anos.*

Carlos Drummond de Andrade

## RESUMO

Este artigo está voltado para Antonio Candido de Mello e Souza, ensaísta, crítico, sociólogo, autor de obras consideradas clássicas como *Os Parceiros do Rio Bonito* e *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. Um intelectual brilhante que soube lançar mão da sociologia para refletir sobre as artes, sobre a literatura, sobre a vida. Sobretudo, um homem comprometido com as questões de seu tempo, intelectual-cidadão que desde jovem e até hoje mantém-se explicitamente identificado com os projetos políticos em que acredita. No artigo, mais do que fazer uma incursão profunda pelo interior de sua obra, pretendemos apresentá-lo aos mais jovens ou aos que ainda não tiveram a oportunidade de conhecê-lo. Com este objetivo, esboçaremos algumas pistas biográficas e em seguida falaremos de sua formação, das trajetórias intelectual e política e ao final, ressaltaremos alguns traços de sua visão do Brasil.

Palavras-chave: Antonio Candido - Trajetória intelectual e política.

## RESUMÉ

Cet article est à propos de Antonio Candido de Mello e Souza, essayiste, critique littéraire, sociologue, auteur d'ouvrages considérées classiques comme "Os Parceiros do Rio Bonito" e "Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos". Antonio Candido est un brillant intellectuel qui a su s'en servir de la sociologie pour réfléchir sur les arts, sur la littérature, sur la vie. Surtout, c'est un homme engagé aux questions de son temps, un intellectuel citoyen qui depuis sa jeunesse se maintient identifié avec les projets politiques auxquelles il croit. Dans cet article, plus qu'une profonde incursion dans l'intérieur de son œuvre, on aimerait présenter l'écrivain aux personnes plus jeunes et auxquelles qui n'ont pas eu la chance de lui connaître. Pour atteindre cet objectif, on ira esquisser ses traits biographiques, ensuite on parlera un peu de sa formation, de ses trajectoires intellectuelle et politique, et à la fin on relèvera quelques traits de sa vision sur le Brésil.

Mots clés: Antonio Candido - Trajectoire intellectuelle et politique.

## INTRODUÇÃO

*A literatura do Brasil, como a dos outros países latino-americanos, é marcada por este compromisso com a vida nacional no seu conjunto, circunstância que inexistia nas literaturas dos países de velha cultura. Nelas, os vínculos neste sentido são os que prendem necessariamente as produções do espírito ao conjunto das produções culturais; mas não a consciência, ou a intenção, de estar fazendo um pouco da nação ao fazer literatura.*

Antonio Candido

Por que Antonio Candido? Porque sempre fui apaixonada pela figura humana e intelectual que ele é: um homem pleno de humanismo, um ser cordial, gentil, humilde. Feito daquela humildade de que somente os sábios e os gigantes são feitos. Um intelectual brilhante que soube lançar mão da sociologia para refletir sobre as artes, sobre a literatura, sobre a vida. Sobretudo, um homem comprometido com as questões de seu tempo, que desde jovem e até hoje mantém-se explicitamente identificado com os projetos políticos em que acredita. Assim, no pós-guerra fundou junto com um grupo de jovens intelectuais a Esquerda Democrática que daria origem ao histórico Partido Socialista Brasileiro e nos anos oitenta abraçou o projeto do Partido dos Trabalhadores, onde até hoje permanece.

Que outras virtudes poderiam justificar minha escolha? O fato de que em sendo tão grande, figurando no pódio dos maiores intelectuais brasileiros, sendo considerado um dos intérpretes fundadores da nossa nação e da nossa gente, Antonio Candido tenha na simplicidade o atributo central de sua vida, seja na esfera privada, seja na esfera pública.

Nesse nosso tempo de vaidades sem suporte, arrogância e soberba sem amparo, em que tantos se vangloriam de um saber verticalizado que se esgota nos seus próprios limites, não se articulando às infindas dimensões da existência huma-

na, ele se destaca pelo saber horizontalizado: saberes que dialogam para decifrar os mistérios do mundo social.

Nesse nosso tempo narcísico em que num campeonato de anatomia moral cada um busca expor suas vísceras intelectuais, Antonio Candido chama a atenção pela discrição, a suave discrição dos que sabem que em sendo humanos, temos a possibilidade e o dever de expor os pensamentos, divulgar o discurso, palavras e ações na esfera pública, intervindo na construção do edifício social, e o cuidado em preservar o corpo, o sentimento, para o espaço restrito do mundo privado.

Homem avesso às entrevistas e seus desvios para o campo da superexposição da esfera privada da existência, não são abundantes as fontes capazes de fornecer referências para se reconstituir a vida de Antonio Candido. Mas por dever de apresentá-lo aos mais jovens ou aos que passam ao largo da figura longilínea de olhar sereno e gestos calmos, delinearemos algumas pistas biográficas. Em seguida falaremos um pouco de sua formação, das trajetórias intelectual e política e ao final, ressaltaremos alguns traços de sua visão do Brasil.

## 1 - RESUMO DE ANTONIO CANDIDO

Antonio Candido de Mello e Souza nasceu em 1918 no Rio de Janeiro, filho de Aristides Candido de Mello e Souza, médico, e de Clarisse Tolentino de Mello e Souza. Mudou-se com a família para Minas Gerais ainda criança, morando em Cássia e em Poços de Caldas, onde fez os primeiros estudos. Em 1935 a família transferiu-se para São Paulo, onde ele terminou o secundário e entrou para a Universidade de São Paulo, curso de Ciências Sociais, que concluiria em 1942. No mesmo ano iniciou a carreira acadêmica como assistente do professor Fernando de Azevedo na cadeira de Sociologia. Em 1945 prestou um concurso de literatura brasileira através do qual obteve o título de livre-docente com a tese "Introdução ao método crítico de Silvio Romero". Em 1954 defendeu a tese "Os Parceiros do Rio Bonito" sendo aprovado doutor em Ciências Sociais. Casado com Gilda Rocha de Mello e Souza, colega de graduação e depois

colega de trabalho na USP, tem três filhas: Ana Luísa, Laura e Marina. Sua trajetória acadêmica foi desde o início marcada pela forte intercessão entre a Sociologia e a Literatura. Em 1961 ele passou a lecionar as disciplinas de teoria literária e literatura comparada na Faculdade de Filosofia de Assis, hoje integrante da UNESP. Aos poucos Antonio Candido foi se dedicando mais à literatura, que acabaria por mobilizar sua melhor energia intelectual. Passou parte do período negro da ditadura como professor visitante de literatura brasileira na Universidade de Paris e na Universidade de Yale. De volta ao Brasil, participou decisivamente das lutas contra os governos autoritários e suas tiranias, integrando as iniciativas oposicionistas, sejam oriundas da Igreja, como a Comissão Justiça e Paz, sejam no interior da Universidade, na resistência dos professores e intelectuais aos ataques dos prepostos da ditadura. Atualmente aposentado, é professor emérito da USP e da UNESP e doutor *honoris causa* da Universidade Estadual de Campinas. Foi um dos fundadores da revista *Clima*, onde começou a exercer o ofício de crítico literário que o levaria à imprensa, tendo trabalhado nos jornais *Folha da Manhã*, *Diário de São Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e na revista *Argumento*. Presidiu a Associação Brasileira de Escritores, Seção de São Paulo e a Fundação Cinemateca Brasileira. Em 1998 Antonio Candido recebeu o prêmio Luiz de Camões, concedido a escritores de língua portuguesa, por sua *contribuição para o conhecimento da literatura e o rigor científico de sua ação pedagógica*. Antonio Candido desde jovem manteve expressiva participação política, iniciada durante os anos 30 através do Grupo Radical de Ação Popular, que integrava o movimento de oposição à ditadura do Estado Novo. Com a redemocratização em 1945, foi um dos fundadores da União Democrática Socialista, origem do movimento chamado Esquerda Democrática que resultaria na fundação em 1947 do Partido Socialista Brasileiro, o PSB histórico. Foi dirigente partidário e um dos diretores do jornal *Folha Socialista*. Como crítico severo da dominação política e da exclusão social, traços marcantes da cultura política brasileira, vamos encontrá-lo em 1980 como um dos

fundadores do Partido dos Trabalhadores. No PT, foi presidente do Conselho da Fundação Wilson Pinheiro, sendo atualmente vice-presidente da TV do Trabalhador e membro do Conselho editorial da revista Teoria e Prática.

## 2 – FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA INTELLECTUAL

Embora nascido em uma família de médicos, Candido desde cedo inclinou-se para os estudos humanísticos. Seu pai teve formação filosófica na obra da chamada Escola do Recife. “*Eu vivi no interior, numa casa de pais muito cultos, com uma excelente biblioteca. Em casa, aos treze, quatorze anos de idade, eu lia Haeckel, Buchner. A História da Criação, de Oswald Haeckel foi um dos livros que mais li, era a Bíblia de Tobias Barreto, de Sílvio Romero*”. Também fizeram parte de sua formação obras de Clóvis Bevilacqua, Arthur Orlando e Araripe Junior. Essas leituras viriam definir no futuro a escolha de Sílvio Romero como objeto de estudo de sua tese. “*Por isso, quando fui fazer tese, eu tinha que escolher um assunto que eu conhecesse bem, tinha que fazer isso em menos de um ano, escolhi Sílvio Romero*” (Lima, 1995). Essa opção demonstra a importância que teve na sua formação a Escola do Recife.

A trajetória intelectual de Antonio Candido se confunde com a própria história da Universidade de São Paulo, especialmente com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da qual foi aluno e posteriormente professor. A USP nasceu como projeto político de setores esclarecidos das elites paulistas. Fragilizados pela derrota da revolução constitucionalista de 1932, pensaram a criação de uma Universidade em São Paulo, “*objetivando que o Estado recuperasse a sua força através da cultura. Desse modo na sua visão, a Universidade iria equipar o Estado com os instrumentos culturais necessários para ele assumir em nível elevado a liderança da Federação*” (Freitas, 1993). Na época, coube a Júlio de Mesquita Filho a missão de convencer Armando Salles de Oliveira, Interventor Federal e seu cunhado, da necessidade de viabilização do projeto. Foi criada a Faculdade

de Filosofia, Ciências e Letras que se tornaria uma referência para a cultura e a intelectualidade brasileira.

Na época, uma experiência geracional particularmente venturosa reuniu um grupo de rapazes e moças que faria carreira intelectual brilhante e viria ocupar posições de destaque no cenário nacional.

*Eu tive a grande sorte de pertencer a um grupo excepcional, por isso costumo dizer que, para mim, tanto ou mais importantes que os professores foram os meus colegas. Nós formávamos um bando de rapazes e moças curiosos, que gostavam muito de ler e se estimulavam reciprocamente de maneira extraordinária. Basta dizer alguns nomes para você ver como era gente que se projetou realmente: minha mulher, Gilda, Lourival Gomes Machado, Paulo Emílio Salles Gomes, Décio de Almeida Prado, Ruy Coelho, muitos deles já mortos. Éramos das seções de Filosofia e Ciências Sociais, mas havia alguns de outras seções, como Marcelo Damy de Souza Santos, o grande físico. E até de outras Faculdades, como Antônio Lefèvre, aluno de Medicina que seguia os cursos de Filosofia e tornou-se depois o maior neuropediatra do Brasil (Freitas, 1993).*

Realizados os dois anos de preparatório no Colégio Universitário da USP, em 1939 Antonio Candido se candidatou para a Faculdade de Filosofia, seção de Ciências Sociais, e para a Faculdade de Direito, atendendo pedido feito pelo pai por ocasião da desistência do curso de medicina. A Faculdade de Filosofia contava com um corpo docente formado na grande maioria por estrangeiros, e as arguições eram feitas em francês.

*Fiz exame de Geografia Humana, Sociologia, Filosofia, História. O de Geografia foi muito interessante e serve para mostrar como os professores franceses foram fecundos para nós. O examinador, Pierre Monbeig, me perguntou o seguinte: ‘Como se chama o vento que sopra no fim da tarde no litoral sul do Estado de São Paulo e ajuda a pesca?’ E eu: ‘Não sei’. Ele: ‘Qual é a técnica que os caboclos usam para enrolar o fumo?’ Eu: ‘Não sei’. ‘Este morro que o senhor está vendo pela janela a que sistema pertence?’ Eu olhei e disse: ‘Não sei’. Ele: ‘O senhor pode me descrever o Maciço Central da França?’ Eu descrevi inteirinho. Ele, então, arrasante: ‘O senhor não tem vergonha de ignorar as coisas mais*

*simples do seu país e falar sobre coisas da França, que não têm o menor interesse para o senhor?’ O professor Monbeig podia ser muito áspero, mas eu quis com isto mostrar como os professores franceses nos ajudavam a ver a realidade local. Eles nos ensinaram a ver o Brasil (Freitas, 1993).*

Os alunos que compunham o corpo discente da USP era formado em parte por rapazes e moças remediados, filhos das elites proprietárias de terras, alto comerciantes e profissionais liberais. As desistências eram freqüentes. *“Então Júlio de Mesquita Filho disse ao prof. Fernando de Azevedo, de quem eu ouvi isso: Veja você, não adiantou o nosso esforço, São Paulo não está à altura do que nós queríamos, ninguém se inscreveu, ninguém se interessa, essa Faculdade vai fechar por falta de aluno”* (Freitas, 1993). A solução proposta por Fernando de Azevedo foi a criação de um contingente de alunos estável, formado por professores primários que foram incentivados a vir fazer a faculdade, com a contrapartida do estado de manter seus vencimentos. Este evento, que provavelmente inaugurou a utilização de bolsas para o financiamento do ensino superior no país, foi a mola propulsora para a formação de uma geração de grandes professores e intelectuais.

Antonio Candido, de origem abastada, fazia parte do grupo de estudantes que não necessitavam arcar com a própria sobrevivência, vivendo às expensas da família.

*Eu ouvia falar em Sociologia, misturava com socialismo, não sabia direito o que era, lia um pouco de Filosofia e tinha vontade de penetrar nesse mundo novo. Embora minha paixão fosse Literatura, eu não quis entrar na seção de Letras; quis entrar na seção que estava de acordo com a curiosidade pelo Brasil e a radicalidade política e social do meu tempo, pois nela se ensinava Sociologia, Economia Política, História, Filosofia. Foi por causa dessa atmosfera de 1930 que eu e muitos outros nos encaminhamos para as seções da Filosofia e Ciências Sociais. O que me levou à Faculdade de Filosofia foi a paixão pelas humanidades de maneira geral e, de maneira particular, a vontade de integrar aquele grande movimento de análise social, histórica e econômica do Brasil, na minha geração (Freitas, 1993).*

Os anos 30 foram particularmente marcantes em termos políticos. O projeto da Aliança Liberal comportou dissidências intra-oligárquicas, o tenentismo, setores urbanos emergentes e trabalhadores. O chamado movimento de 30 trouxe para a esfera pública novos personagens e novas demandas, produzindo um clima de expectativa, quando não de esperança. Antonio Candido não ficaria imune à cena.

*Sou um homem dependente do decênio de 1930, um decênio extremamente participante. Foi o decênio, por exemplo, do romance do nordeste, e que a literatura parecia depoimento, parecia aderir aos grandes problemas sociais. Então nos parecia que a Sociologia era muito necessária como instrumento de visão do mundo. Minha geração era muito voltada para os estudos sociais, e havia uma espécie de esforço para redescobrir o Brasil, depois do movimento revolucionário de outubro de 1930, que alguns historiadores menosprezam hoje em dia, achando que não foi uma Revolução. Não foi de fato uma Revolução no sentido marxista de subversão das estruturas, mas foi uma transformação profunda no Brasil, com a sua entrada na era industrial, com o primeiro golpe de morte na oligarquia rural nas zonas mais civilizadas, com a integração nas grandes correntes que iam pelo mundo, inclusive a radicalização das posições políticas (Freitas, 1993).*

Entre os professores, *naípe* de nomes como Lévi-Strauss, Fernando Braudel, George Gurvitch, Emílio Willems, Roger Bastide, Fernando de Azevedo, Jean Maugué. Este último, professor de filosofia, chamava a atenção pelo brilhantismo de suas aulas, o que fazia os antigos alunos continuarem a frequentar os cursos junto aos novatos. Ele teria uma grande presença na formação de Candido.

*Era um espírito extremamente livre, que tencionava principalmente nos ensinar a refletir sobre os fatos: as paixões, os namoros, os problemas de família, o noticiário dos jornais, os problemas sociais, a política. E para isso utilizava largamente reflexões e análises sobre literatura, pintura, cinema. Com ele fiz cursos sobre Kant, Hegel, Schopenhauer, Nietzsche, Max Scheler, Freud; de todos se desprendia uma espécie de inspiração que aguçava o senso da vida, da arte, da literatura, da história, dos problemas sociais (Lima, 1995).*

É interessante perceber como Candido assume a influência dos elementos circundantes, sobretudo o contexto político, nas suas inquietações juvenis, opções profissionais e formulações teóricas. Ele destaca a influência que eventos como a Revolução de 1930 e a decretação do Estado Novo tiveram sobre sua vida. No período, o ideário autoritário, seja na sua versão internacional, o fascismo, ou na sua variante nacional, o integralismo, entrou em choque com o ideário comunista. Esse confronto polarizaria grande parte da sociedade brasileira, com grande penetração nos círculos estudantis universitários de todo o país. Na Faculdade de Direito de Recife, as consignas Deus, Pátria e Família, lema dos integralistas, tinha sua contraface no Pão, Terra e Liberdade, legenda dos comunistas. Pela primeira vez na história republicana, a intelectualidade se confrontava através de perspectivas ideológicas contrastantes. Antonio Candido e a sua geração da USP não ficaria ao largo desse processo.

Este foi um daqueles momentos raros na história, em que o posicionamento político parece indispensável para a condução da própria existência. Independente da opção tomada, chama a atenção o imperativo da opção política que se vivia naquele momento. Essa urgência de tomada de posição seria um dos elementos fortes na definição dos rumos das trajetórias individuais e mesmo dos acontecimentos e definições que aconteceriam proximamente, seja com o surgimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1934, seja com a eclosão do movimento de 1935, seja posteriormente quando da deflagração da Segunda Guerra Mundial. Mais que isso, os elementos em jogo nos anos 30, seus protagonistas, erros e acertos históricos estariam na definição dos rumos que a sociedade brasileira iria trilhar a partir de então.

O próprio Candido percebe que este foi um tempo de fundação ao confessar que

*por toda a minha vida, mesmo nos momentos de mais agudo ceticismo, nunca fui capaz de perder a preocupação com os fatores sociais e políticos que obsedaram a minha geração como uma espécie de memento e quase de remorso. Naqueles decênios de 30 e 40, formou-se aqui, além do pensamento revolucionário de esquerda, que atingiu setores mais restritos, um pensamento*

*radical de classe média, que envolveu mesmo a maior parte dos socialistas e comunistas e a meu ver representou um enorme progresso. De fato, foi a primeira vez que surgiu de modo ponderável uma visão não-aristocrática do Brasil; a última visão aristocrática de peso foi a de Gilberto Freyre, apesar dos elementos que trouxe para a sua superação. Isso favoreceu a formação de um pensamento radical, no qual me desenvolvi na mocidade (Lima, 1995).*

Esse contexto seria potencializado com a criação da USP em 1934. O ambiente de jovens estudantes sintonizados com o mundo e envolvidos na busca de explicações para a sociedade brasileira estaria na origem de movimentos literários como a fundação da revista *Clima*, por sua vez herdeira ou ao menos influenciada pela *Semana de Arte de 22*. A USP seria um ambiente propício à propagação dessas idéias, como atesta o próprio Candido: “a meu ver, ela deu elementos decisivos para a formulação daquele pensamento radical que se desenvolveu em todo o Brasil”.

A Revista *Clima* foi fundada em 1941 por Antonio Candido e um grupo de jovens estudantes como Décio de Almeida Prado, Paulo Emílio Salles Gomes, Gilda de Moraes Rocha (futura esposa de Antonio Candido), Lourival Gomes Machado e Ruy Coelho. A revista traria a público uma geração de críticos de literatura, teatro, cinema e artes que se destacaria no cenário nacional. Importante veículo de divulgação dessa geração de jovens cultivados e voltados para a perspectiva de pensar o Brasil, a *Clima* permanece como um marco importante da crítica da cultura em nosso país.

Desde sua estréia na Revista *Clima*, Candido ousadamente inicia a construção de uma crítica literária que aliava à discussão estética a interpretação sociológica das obras analisadas. A ousadia vai transformá-lo num discurso fundador no interior do campo da crítica literária. Esta opção somente foi possível dado sua sólida formação intelectual, em que aliava ao domínio das categorias teóricas da sociologia uma intimidade profunda com a literatura, indo dos clássicos universais à literatura brasileira já consagrada e passando pelos escritores ainda pouco conhecidos.

Antonio Candido é sensível às manifestações do pensamento clássico ou contemporâneo, nacional ou universal, e trata com familiaridade toda obra literária - poesia, prosa, ensaio. Estuda Proust, Stendhal, Romain Rolland, Silone; Antero de Quental, Eça de Queirós, Machado de Assis. Aprecia seus principais contemporâneos - Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Ciro dos Anjos, Carlos Drummond de Andrade, José Lins do Rego, Érico Veríssimo, Jorge Amado. Prenuncia grandes nomes, como os de Clarice Lispector, João Cabral de Melo Neto, José Geraldo Vieira. E não deixa de lado o trabalho dos críticos e pensadores, como Gilberto Freyre, Tristão de Atáide ou Álvaro Lins. A variedade se organiza, entretanto, na coerência dos princípios tanto estético-literários quanto éticos e, ao leitor, chega uma síntese clara entre a permanência que reitera as convicções e a renovação que atualiza a prática (Sachs, 2000, p. 330).

Antonio Candido e todo o grupo da revista *Clima* eram admiradores dos organizadores da Semana de Arte Moderna de 22 e interlocutores de suas idéias. É esta espécie de filiação que os leva a escolher Mário de Andrade para escrever a apresentação do primeiro número da revista. Curiosamente vamos encontrar no texto uma espécie de desabafo, de mea-culpa, como se ele percebesse algo de irrealizado na proposta de 22, ao mesmo tempo em que via naqueles jovens a possibilidade de irem ainda mais longe.

*Entre a minha geração, de espírito formado antes de 1914, para as gerações mais novas, vai outra diferença, esta profunda mas pérfida, que está dando péssimos resultados. Nós éramos abstencionistas, na infinita maioria. Nem poderei dizer "abstencionistas", o que implica uma atitude consciente do espírito: nós éramos uns inconscientes. Nem mesmo o nacionalismo que praticávamos com uma pouca maior largueza que os regionalistas nossos antecessores, conseguira definir em nós qualquer consciência da condição do intelectual, seus deveres para com a arte e a humanidade, suas relações com a sociedade e o estado (Andrade, 1979, p. 63-67).*

A capacidade de Candido de perceber qualidades nas diferenças, de não homogeneizar a diversidade, a recusa em entrar no jogo do bem e do mal tão ao gosto da superficialidade que marca nossa época, podem ser entrevistas na resposta sobre quem teria sido a figura mais importante da Semana de 22, se Mário ou Oswald de Andrade.

*Acho que nenhum dos dois é divisor de águas. O divisor de águas foi o movimento modernista, coletivo, de que fizeram parte e se exprime simbolicamente pela data de 1922. Eles foram protagonistas. Se vocês estão querendo saber qual dos dois acho mais importante, direi o seguinte: depende do momento e do ponto de vista. Para quem estiver preocupado com os precursores de um discurso em rompimento com a mimese tradicional, seria Oswald. Para quem está interessado num discurso vinculado a uma visão do mundo no Brasil, seria Mário. Quem construiu mais? Mário. Qual a personalidade mais fascinante? Oswald. Qual a individualidade intelectual mais poderosa? Mário. Qual o mais agradável como pessoa? Oswald. Qual o mais scholar? Mário. Qual o mais coerente? Mário. Quem explorou mais terrenos? Mário. Quem pensou em profundidade a realidade brasileira? Mário. Oswald era um homem de intuições geniais, mas com escalas de valor muito desiguais. Em resumo, foram dois grandes homens, sendo irrelevante "optar" entre eles (Lima, 1995).*

A reflexão de Antonio Candido se encontra com a de outros autores que a partir dos anos 40 estabeleceram um ponto de inflexão na sociologia produzida no Brasil. A literatura sociológica ganharia novos objetos de reflexão, as análises se deslocando para o campo das classes subalternas.

*Até então os grandes nomes da sociologia brasileira, como Gilberto Freyre e Oliveira Viana, estudavam as classes dominantes na perspectiva da história. Nós estudamos o caçara, o negro, o lixeiro, o imigrante. Samuel Lowrie fez a pesquisa sobre o lixeiro; Gioconda Mussolini estudou os caçaras; Egon Schaden, o índio destribalizado; Florestan, o negro. Eu estudei o parceiro rural pobre, no interior de São Paulo. Depois fui ao Nordeste em 1957 e fiquei espantado de ver que aquilo que eu considerava miséria em São Paulo, era abundância no interior do Ceará. Por assim dizer, nós radicalizamos a sociologia brasileira (Jackson, 2000).*

*Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, havia sido publicado em 1936. Segundo Candido, era o primeiro livro que procurava interpretar o futuro do Brasil à luz das classes dominadas e não das classes dominantes. "Sérgio foi precocemente um homem de tendência de esquerda. Isso levou-o a perceber a função do povo na História Brasileira. E discretamente pôs isso em *Raízes do Brasil*. Aí está um

*exemplo de como a consciência política do intelectual pode ajudar a ver” (Lima, 1995).*

O ensino da Faculdade de Filosofia foi criado e desenvolvido por missões estrangeiras.

*Para dar uma idéia, eu fiz o curso de Ciências Sociais e só tive em português as aulas de História da Civilização Brasileira, com o prof. Alfredo Ellis Jr., no 2º ano. Fora isso, eram todas em francês ou italiano, de maneira que os professores franceses, alemães e italianos formaram a Faculdade. Não é dizer que eram importantes: eles eram a Faculdade (Lima, 1995).*

A Segunda Guerra teria um papel desarticulador do corpo docente. Em primeiro lugar, porque os professores estavam no Brasil em missão de seus países. A eclosão da guerra os levaria de volta. O contingente francês que demorou-se mais no Brasil começou a lançar mão de jovens talentos promissores na condição de assistentes, que eram iniciados na docência. Inexistindo uma carreira docente, os assistentes eram contratados a título provisório, a critério do catedrático, muitas vezes por indicação de colegas. Entre os primeiros, segundos e terceiros assistentes foi sendo formada a camada que iria implantar o ensino das humanidades em nosso país.

Finalizada a graduação, Candido decide por se dedicar à literatura. Mas o excessivo rigor disciplinar lhe impediu de, vindo da Sociologia, ser aceito no doutorado em Letras como era seu objetivo. Nesse momento a perda do pai o obriga a procurar um emprego e ao fazê-lo depara-se com o convite de Fernando de Azevedo para que fosse seu assistente na Cadeira de Sociologia II. Antonio Candido fora o orador da turma e já gozava de admiração e respeito entre os mestres. Os assistentes reuniam como atividades o que hoje fazem os bolsistas de iniciação científica e os monitores. Atuavam na discussão da bibliografia concernente à aula ministrada pelo professor titular e colhiam material empírico para alimentar suas pesquisas, as quais também discutiam com as turmas. Os assistentes podiam tomar a iniciativa de propor atividades complementares de formação para os alunos.

*Tive a idéia de organizar turmas de leituras e análise de textos. Florestan Fernandes concor-*

*dou; nós dividimos os alunos em grupos de seis, cada um se encarregando de cerca de quatro grupos do 1º e 2º ano. Chamávamos a isto “colóquios”, que tinham lugar pela manhã, uma vez por semana, para cada grupo. Os alunos desenvolveram bastante a capacidade de leitura e análise (Freitas, 1993).*

Embora não houvesse estabilidade para se manterem como assistentes de um catedrático, eram obrigados a se doutorar e a fazer livre docência, o que acelerou a qualificação dessa geração de fundadores.

*Fernando de Azevedo era um homem autoritário, mas na verdade muito cordato em relação aos amigos. Ele não fazia nada sem o Florestan e eu aprovarmos, e tinha tanta confiança em nós que deixava a rotina e grande parte do ensino por nossa conta. Com o correr do tempo, os assistentes começaram a não fazer apenas seminários, mas eram encarregados de parte do curso. O Dr. Fernando só dava o de 4º ano; os assistentes davam os dois primeiros anos. Como assistente, nunca tive problemas sérios com meu catedrático, porque ele sempre respeitou muito a nossa liberdade. Agora, havia catedráticos tirânicos, terríveis (Freitas, 1993).*

A afirmação de Candido é seguida de um comentário surpreendente sobre os paradoxos observados no interior da Universidade, apesar do processo de democratização registrado a partir dos anos 80. “Hoje não tem mais o regime de cátedra, mas eu vi antes de me aposentar professores titulares igualmente tirânicos, que apesar de todas as conquistas democráticas da Universidade impunham suas vontades por paus e por pedras”. Como alguém gerado no imperial regime de cátedra, onde o titular da Cadeira era o dono absoluto de sua vontade sem qualquer limite no interior da instituição, pôde se firmar como um dos intelectuais mais democráticos de seu tempo? Pode-se pensar que sua busca de explicação para o Brasil, sua constante preocupação em desvendar os códigos mais secretos de nossa cultura autoritária e excludente, tenha lhe forjado na contra mão dessa tendência ainda hoje predominante, especialmente nas nossas universidades.

Antonio Candido e sua geração representam um ponto de inflexão no esforço e no desejo de pen-

sar o Brasil. Até então, os professores brasileiros, detentores de uma formação européia, positivamente valorada, tinham a Europa e especialmente a França como referência. Segundo Candido, a chegada dos professores europeus foi vital para a mudança de foco, tendo os estrangeiros incentivado os alunos à escolherem como temas de investigação fatos locais.

*O prof. Roger Bastide em 1940 nos deu um curso de Sociologia da Arte e tomou como exemplo o Barroco brasileiro. Então nos mandava visitar as igrejinhas coloniais em volta de São Paulo. Além disso Roger Bastide analisava conosco fotografias de Minas e outras partes do Brasil, que ia buscar no Serviço do Patrimônio Histórico. Depois deu um curso em que analisava a mitologia brasileira, os mitos de origem indígena e africana. E nos estimulou a fazer estudos sobre o negro. Eu, por exemplo, fiz uma pesquisa sobre a mortalidade negra infantil no Vale do Paraíba no século XVIII, com documentos do Arquivo do Estado. Por aí se vê como cursos feitos por professores estrangeiros, em línguas estrangeiras, o que muitos consideravam alienante, convergiam com a nossa aspiração, a nossa sede de conhecer o Brasil (Freitas, 1993).*

Para aquele grupo de estudantes a língua não se apresentava como um grande obstáculo pelo fato do francês, falado pela maioria dos professores estrangeiros, fazer parte do currículo obrigatório durante todo o ginásio, o que dava uma boa base para a leitura e mesmo para a conversação. De qualquer modo a cultura predominante àquele momento na sociedade brasileira era a francesa. Nas residências das pessoas de posses, as bibliotecas eram alimentadas com a produção francesa chegada em navios nos portos das capitais. Na ausência de Literatura Especializada em português, os alunos liam compulsoriamente nas línguas dos seus professores. Alguns poucos títulos brasileiros compunham a bibliografia dos cursos, como Gilberto Freyre, Oliveira Vianna e Sílvio Romero.

Um ensino de grande densidade teórica aliado à prática de investigação dos fatos sociais está na raiz dessa geração pioneira, dos quais o próprio Candido é exemplo.

*Roger Bastide foi um dos professores que mais incentivava junto aos alunos brasileiros a prática*

*da pesquisa. No primeiro ano, o prof. Bastide me sugeriu que fosse ao Arquivo do Estado fazer um levantamento sobre a mortalidade infantil dos negros no Vale do Paraíba, no tempo da Colônia. Fui com um colega que já morreu, Manuel Cebrian Ferrer, e ficamos muitos dias espirrando naqueles documentos com cheiro de desinfetante. O Arquivo era na Rua Visconde do Rio Branco e nós trabalhamos com as tabelas muito bem feitas do século XVIII, que eram chamadas "mapas". Fizemos o levantamento, tabulamos, escrevemos um pequeno relatório e demos ao professor Bastide. No segundo ano, ele deu um curso de Sociologia da Arte e eu bolei uma pesquisa interessante, sobre a evolução do gosto musical em São Paulo. O material que usei foram os pedidos de disco na Discoteca, que era ao lado do Teatro Municipal; os programas dos concertos no Municipal; os jornais. Baseado nisso verifiquei então que o gosto do público estava passando lentamente da ópera para a música sinfônica, e que além dos executantes individuais estava começando a valorizar a música de câmara (Freitas, 1993).*

Roger Bastide levava assistentes e alunos para fazerem o campo. A partir dessas pesquisas nasceram as primeiras teses sobre temas brasileiros. Surge uma geração que inaugura o pensamento sobre o Brasil: normalmente as teses eram o resultado da primeira investigação científica sobre o fato social escolhido e muitas delas permanecem até hoje como referência para os nossos trabalhos. Foi a partir de uma longa investigação sobre a cultura rural em São Paulo que nasceu a tese de doutorado de Antonio Candido, *Os Parceiros do Rio Bonito*.

Essa geração vai se defrontar com acontecimentos seminais de nossa história.

*Nós vivíamos intensamente o problema de esquerda e direita, nos anos 30. Quando veio a guerra, nós todos tomamos, é claro, uma posição anti-nazista e anti-facista, e estávamos todos piamente convencidos de que, acabada a guerra, haveria no mundo igualdade e justiça social (Lima, 1995).*

Embora a Faculdade de Filosofia não se caracterizasse como um núcleo de atuação política como era a Faculdade de Direito (não apenas em São Paulo), a tendência predominante entre os alunos era o posicionamento contrário ao Estado Novo. A pró-

pria dinâmica conjuntural vai estimulando aquele grupo, que já partilhava valores comuns ligados à democracia e, principalmente, à preocupação com a interpretação do Brasil, a uma crescente politização.

Candido começou a militância política aos vinte e quatro anos de idade, influenciado por Paulo Emílio Salles Gomes, um dos seus maiores amigos, que também integrava o grupo da Clima, e que viria a ser um renomado crítico de cinema. *“O Paulo Emílio Salles Gomes foi para nós uma personalidade chave. As preocupações políticas que me transmitiu na mocidade ainda hoje talvez continuem no centro de minhas reflexões. Paulo Emílio foi preso em 1935, na Intentona. Fugiu da cadeia em começos de 1937. Caio Prado Junior estava lá, não quis fugir. O Paulo Emílio nos levou à militância, eu tinha então vinte e quatro anos. Antes eu me considerava socialista, achava bonito, mas era inteiramente inconseqüente”*. Candido iniciou a militância em grupos organizados clandestinamente para combater o Estado Novo. O Grupo Radical de Ação Popular aglutinava jovens que se posicionavam contra a ditadura Vargas.

Na época, no espaço da esquerda se desenrolava uma luta fratricida entre comunistas e trotskistas, e na penumbra de práticas e discursos pouco explícitos, qualquer crítica ao stalinismo era tomada como sinal de trotskismo. *“Eu pertenci ao primeiro grupo de esquerda do Brasil que lutou contra o stalinismo, nós éramos atacados brutalmente pela imprensa comunista”* (Lima, 1995). Com a redemocratização em 1945, Candido foi um dos fundadores da União Democrática Socialista, origem do movimento chamado Esquerda Democrática, que resultaria na fundação em 1947 do Partido Socialista Brasileiro. Embora detivesse um peso eleitoral pequeno, o chamado PSB histórico congregava um conjunto expressivo de intelectuais e operava como contraponto entre o populismo varguista e o sectarismo dos partidos de matriz marxista-leninista.

Nos anos 60, quando a grande noite se abateu sobre a Universidade de São Paulo, cassações, perseguições, prisões de professores, Candido teve uma atuação destacada, *“sendo um dos centros de reação contra a ditadura”* (Martins, 1993). A modéstia do nosso autor transparece cada vez que

alguém procura elogiá-lo por algo realizado, ou mesmo quando apenas se quer rememorar fatos vivenciados juntos entre os amigos. Ele responde ao amigo Décio de Almeida Prado:

*não. É exagero. Tive uma atuação discreta. Ao que Décio retruca: muitos alunos e professores recorreram a você, e Candido acaba por admitir: é verdade. Fiquei muito preocupado com os amigos... A gente ajudava como podia... Aquele tempo foi terrível... Em 1969 foram cassados Florestan, Fernando Henrique, Giannotti, Otávio Ianni, Bento Prado... Todos amigos e alguns antigos alunos do tempo que eu era assistente de Sociologia (Martins, 1993).*

Durante o período ditatorial, a militância de Candido tomou as mais variadas formas. Eram tempos sombrios, onde uma palavra, um ato, requeria coragem e ganhava contornos de ações de resistência. Como exemplo, uma homenagem a Garcia Lorca na Biblioteca Municipal na qual Candido foi orador. Dias depois o monumento seria bombardeado pelo Comando de Caça aos Comunistas – CCC (Galvão, 1999).

Em 1968 Candido foi eleito representante dos livre-docentes na Comissão Paritária que geria a ocupação da Faculdade de Filosofia. No final dos anos 70 vamos encontrá-lo como vice-presidente da Associação de Docentes da USP, liderando greves, dirigindo assembleias e enfrentando o arbítrio de alguns diretores. No período, Candido colaborava com a Imprensa de oposição como o jornal Opinião e a revista Argumento. Na conjuntura redemocratizante dos anos 80, um grupo de militantes históricos do PSB como Antonio Candido, Sérgio Buarque de Holanda, Mário Pedroza, Fúlvio Abramo e Perseu Abramo, se reencontraram na Fundação do Partido dos Trabalhadores (Aguiar, 1999).

O desafio de preceitos estabelecidos faz parte da trajetória de Candido em todos os campos de atuação. Assim, é surpreendente saber que Candido pensou e defendeu a interdisciplinaridade, apesar de sua formação advir de currículos rígidos, em que não era permitido que o aluno de um curso pudesse fazer disciplina regular em outro curso, mesmo no caso daquelas situadas no mesmo campo, o das humanidades.

*Infelizmente o saber está se especializando, se compartimentando cada vez mais, de modo que a idéia de integração fica na utopia. Mas eu lutei muito por isso, participei da Reforma Universitária, e fui dos que trabalharam para que, por exemplo, o aluno de Letras pudesse compor o currículo de maneira mais variada. Mas na prática acaba não podendo, porque o horário não permite, o local é diferente, etc. Eu não sei bem qual seria um currículo que permitisse integração e flexibilidade, mas é um ideal bonito (Lima, 1995).*

O percurso intelectual de Antonio Candido tem como marca de distinção a intercessão entre a sociologia, a literatura e a crítica literária. “Logo depois de formado passei para um cargo de grande responsabilidade, o de crítico titular, com o Olívio Montenegro no Diário de Pernambuco, com Álvaro Lins no Correio da Manhã, com Alceu Amoroso Lima no Jornal, com Plínio Barreto no Estado de São Paulo” (Lima, 1995). Esse entrelaçamento se dá não apenas pela conjugação dos fazeres, mas pela forma como se imbricam em sua obra sociológica a literatura e como na crítica literária se faz presente a reflexão social.

### 3 – VISÕES DO BRASIL

Os Parceiros do Rio Bonito, a obra sociológica mais importante de Antonio Candido, originou-se de uma tese de doutoramento apresentada e defendida na USP em 1954. Em 1964 foi publicada, passando a ser considerada um dos discursos basilares da sociologia brasileira, uma interpretação abrangente de nossa formação social.

Neste livro o autor analisa um grupo de trabalhadores parceiros instalados na fazenda Bela Aliança situada no município de Bofete, interior de São Paulo. O valor da obra, para além da minuciosa pesquisa etnográfica, está na capacidade do autor de, partindo das análises geradas com base em um microcosmo, produzir uma ampla reflexão sobre a formação social brasileira. Ao analisar o que chama de cultura caipira, Candido rompe a tradição de uma história das elites dominantes e introduz novos personagens na cena social brasileira, a partir dos quais empreende uma leitura

particular de uma sociedade tensionada pela cisão urbano-rural ou campo-cidade. A interpretação das informações coletadas junto aos parceiros pesquisados vai gerar a possibilidade de reflexões em grande escala, que pensam o país e a nação como um todo.

Qual o pioneirismo de Candido em se debruçar sobre uma pequena população camponesa, investigar sua cultura e as tensões que experimentavam frente ao entrecruzamento de um mundo que cada vez mais passava a existir, apenas mitificado na lembrança dos mais velhos, e o inusitado de um mundo que se urbanizava, e, ao fazê-lo, destruía os elementos compartilhados? O pioneirismo está no fato de que, ao mergulhar na pequena comunidade rural em extinção e situar o ponto de intercessão de uma tradição que se afastava e dos novos padrões e modos de vida que se constituíam, Candido obteve elementos para pensar um país que se distanciava da pasmaceira rural e assumia os traços urbanos que lhe dariam uma nova configuração.

No plano especificamente metodológico, Candido se destaca, como já falamos, pela utilização de diversas fontes teóricas na medida que suas necessidades interpretativas requeiram este ou aquele aparato teórico. Longe de correr o risco de um ecletismo sem nenhuma regra, Candido parece utilizar de tal maneira as opções teóricas disponíveis, que em nenhum momento a idéia de uma salada teórica se põe para o leitor, mesmo o mais especializado. Ao recorrer à História Oral, podemos ver que Candido não naturaliza os depoimentos, não toma o fato como evidência; antes problematiza e categoriza as falas, interpretando os seus possíveis significados à luz de um quadro conceitual e histórico capaz de lhe emprestar inteligibilidade.

Em consonância com o tempo de incomunicabilidade entre propostas teóricas díspares, o ecletismo metodológico do texto foi motivo de críticas. As reticências da comunidade intelectual à diversidade de referências teóricas utilizadas, como Malinowski, Lévi-Strauss e Marx, receberam o seguinte comentário do autor:

*quanto às críticas que, ouvi dizer, alguns faziam a respeito de eu ter misturado autores tão díspares*

*res, penso que não cabem, porque toda tentativa de síntese parte necessariamente de elementos díspares. O importante é chegar a um ponto de vista integrado, harmonioso e realmente explicativo. Quero ainda esclarecer que sofri muita influência de Marx, mas nunca me considerei um marxista propriamente dito, obrigado a ser coerente com a totalidade de sua filosofia. E, pensando bem, Marx também poderia sofrer reparos pelo fato de haver misturado Hegel, Ricardo, Adam Smith, Malthus, economistas liberais e socialistas franceses (Jackson, 2000).*

O fato de conjugar a pesquisa etnográfica de cunho antropológico à análise de problemas sociais como a questão agrária, ou seja, fundir antropólogo e sociólogo numa única persona, possibilitou à Candido a produção de uma análise que parte do local mas não se esgota nos seus limites geográficos, permitindo a extrapolação para o universo total do estudo. A abrangente problematização do tema alcança a análise política, da qual decorre sua defesa de uma reforma agrária que levasse em conta traços distintivos das populações rurais no plano da cultura, modos de vida e sociabilidade.

O contato direto com o grupo pesquisado, através do recurso metodológico da História Oral, permitiu a Antonio Candido apreender seus traços sociais característicos, sua história, de uma maneira muito superior ao que poderia oferecer o acesso a dados oficiais ou estatísticos. Carregados de subjetividade, os depoimentos dos parceiros são, a um só tempo, o fato tal como eles os reconstituem e o modo como os fatos e acontecimentos lembrados foram vistos/vividos. Essa subjetividade é apreendida em toda a sua gama de especificidades, a partir de como ela é produzida no interior dos grupos sociais. A utilização desse método advém da compreensão de que os lugares sociais de onde se fala, operam de modo determinante sobre o que e como se vê, portanto, sobre o que e como se fala.

Desse modo, um acontecimento será sempre passível de ser objeto de várias versões, todas elas verdadeiras, dado que são fruto de uma experiência, a um só tempo, individual e coletiva, objetiva e subjetiva. Algo que aconteceu tem sua materialidade incontestada, mas foi visto, sentido, vivido, através do filtro de um lugar social definido, com

a visão de mundo e demais atributos subjetivos que lhe concernem. E é na busca desse espaço privilegiado entre a objetividade e a subjetividade que Candido vai se utilizar de toda a riqueza e possibilidades da História Oral.

Os grupos rústicos analisados em sua tese constituíam na década de 50 a maior parte da população brasileira. Candido vai identificar naquela conjuntura histórica o momento de transição, em que uma sociedade baseada na atividade econômica primária começa a perder lugar frente à expansão capitalista, via processos de industrialização e de urbanização. A modernização em curso quebrava rotinas econômicas e culturais, e produzia entre os trabalhadores parceiros o efeito de viver a desintegração de um mundo conhecido e a aproximação com um mundo baseado em regras e sociabilidades que anulavam toda uma história vivida pelo grupo pesquisado. As pequenas comunidades baseadas no conhecimento recíproco, vizinhança e regras morais compartilhadas, sentem a ameaça como se seu mundo soçobrasse e em seu lugar fosse colocado um terrível e desconhecido mundo novo. É no âmbito de uma sociedade elitista e excludente que se pode compreender o significado que a escolha desse objeto de pesquisa por Antonio Candido, bem como a forma com que abordou sua existência, tiveram para a nascente ciência social brasileira.

A aposta de Antonio Candido não é no lamento do tempo fugidio ou de um presente que caminha célere rumo ao passado. Diante da visão do presente que se dissolve, ele não adota o recurso fácil da mitificação ou a melancolia frente a uma cultura em desintegração. Sua atitude de pesquisador e de homem da ciência é pensar quais novos caminhos se descortinam para o grupo pesquisado, capaz de incluí-los no contexto das mudanças. A política aparece como possibilidade e a reforma agrária como a solução capaz de evitar a exclusão social das populações rurais, ao fixar homens e mulheres no campo em condições mais favoráveis e dignas de sobrevivência.

Obra filiada à tradição ensaística que marca a produção das décadas de 30 e 40, os Parceiros do Rio Bonito vai surpreender. Ao mesmo tempo que se aproxima de obras como Os Sertões, Raízes do Bra-

sil, Casa Grande & Senzala e Formação do Brasil Contemporâneo, vai além, ao ultrapassar o ensaio histórico-social e construir uma interpretação da formação social brasileira, partindo de um recorte empírico pequeno e do recurso aos procedimentos científicos para chegar a um diagnóstico do Brasil.

Ele mostra-se pioneiro também no olhar que lança às classes populares. Nos seus *rústicos*, Candido não busca o negativo, a ausência, a falta; longe disso, procura sinais de resistência, ainda que seja via idealização do passado. Esse é o traço maior da sua obra, quem sabe até possamos falar de uma feliz e solitária escolha. Ao invés de seguir a perspectiva dos que os vêem como seres condenados, Candido vai tentar compreender essa gente de tantos traços e cores, tamanhos e odores, desejos e exclusões. E onde os olhos do colonizador (externo ou interno) e de seus seguidores somente conseguiram enxergar lacunas e ausências, Candido vai descobrir possibilidades. Mas não se pense em uma escrita panfletária. Longe disso, a compreensão de Candido da crise agrária e da sujeição dos grupos pesquisados a um sistema de terra absurdamente cruel, uma fábrica de exclusão, impulsiona sua sensibilidade de pesquisador, a se lançar à árdua tarefa de desvendar os segredos das relações sociais e das suas consequências para as populações estudadas.

O olhar que o autor lança aos *grupos rústicos* por ele investigados não se detém na superfície de homens, mulheres, cena social, condições de vida. Candido atravessa cena e personagens e vai buscar com calma os elementos explicativos do quadro apresentado. Ao retornar, traz consigo uma reflexão profunda sobre o processo social em curso que, não por acaso, se desloca para o campo da política. Longe do naturalismo de um texto que se constrói sozinho, o texto de Candido atesta em sua elegância e simplicidade o quanto de trabalho concentra. As Ciências Sociais brasileiras tiveram em Candido o seu Flaubert e hoje se ressentem da linguagem hermética e da argumentação hiperbólica, fruto talvez da compreensão equivocada de que a dificuldade na leitura de um texto torna-o mais atraente pela aura de inacessibilidade que o cerca.

Ao entrelaçar sociologia e literatura, Candido funde o apuro científico que se requer de uma experiência de decifração do mundo social e a elegância estética que se quer de um estilista da língua. Assim nem despreza a literatura ao fazer sua sociologia, nem esquece a sociologia ao fazer crítica literária. O amálgama entre os dois recortes, se é que podemos chamar assim, produziram uma obra simples, consistente e elegante, criatura e criador se confundindo nas características e nos produtos.

Na Formação da Literatura Brasileira publicada em 1959, vamos encontrar o mesmo empreendedor de análises e reflexões pioneiras que iria estabelecer o pensamento social e literário brasileiro.

*Lá, eu não pretendi fazer uma mera história da literatura, dos textos literários. Como é que os brasileiros pensaram a literatura? Este é o ângulo do meu livro, ou seja, como é que os brasileiros foram concebendo aos poucos a literatura, como é que eles foram se sentindo mais originais. É de certa maneira um capítulo da formação do pensamento brasileiro no terreno da literatura, não só a produção dos textos literários, mas como, ao lado da criação dos textos literários, os brasileiros pensavam no significado histórico dessa elaboração. Pensavam o seu país (Jackson, 2000).*

Tal como os Parceiros do Rio Bonito, também a Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos é considerado um livro fundamental e comparado aos clássicos do pensamento social brasileiro, como Um Estadista do Império, Casa-grande e Senzala, Raízes do Brasil. Autores como Callado ressaltam a importância da obra ao afirmar que a Formação da Literatura Brasileira “é, antes de mais nada, uma história do Brasil. Mas uma história que se desenrola numa região mental diferente. Trata-se do Brasil pensando a si próprio. O monólogo interior do Brasil” (Callado, 1992).

Conciliando disciplinas, Candido desafia diversos códigos que até então circunscreviam e domesticavam o trabalho profissional. Primeiro porque recusa a rígida divisão disciplinar que garantia legitimidade a cada discurso científico e erigia seus sujeitos em especialistas, cuja competência era proporcional à distância estabelecida entre eles e à intrincada rede de aspectos e valores que constitui tanto a vida universitária quanto a social. Segundo

porque, tentando articular a sociologia e a história aos estudos literários, estabelece relações entre o racional e o imaginário. E ataca tanto a primazia do empírico e o mecanicismo das análises sociologizantes quanto a transcendência do estético e suas definições meramente impressionistas ou formalistas. Terceiro porque constitui seu trabalho historiográfico não pela negação, mas pela reelaboração de processos formulados pelas diferentes tendências que participaram da história recente das Ciências Sociais e Humanas (Pedrosa, 1992).

Na arquitetura do pensamento de Candido, onde de maneira inusualmente harmônica cruzam-se o literato direcionado para a estética e o sociólogo preocupado com o contexto, os elementos que enformam a cena se expressam claramente em suas escolhas. Ao analisar sua geração como vocacionada para a análise e a sistematização críticas, cita o poeta Drummond como seu maior representante. Além do poema que abre este texto, Drummond lhe dedicaria também *O medo* (Drummond, 1983). Segundo Pedrosa o medo seria o sentimento motor tanto da atividade intelectual quanto da atuação política do grupo. A grande preocupação de Candido ou, quem sabe possamos dizer, sua grande angústia interior “*era o medo de não ser útil, de não participar construtivamente da realidade de seu tempo, partindo do princípio de que não se deve abrir mão da autonomia e da diferença próprias a cada indivíduo, discurso ou prática social*” (Pedrosa, 1992). Essa preocupação vai dar o tom de sua atividade intelectual, via literatura e sociedade, subjetividade e objetividade, imaginário e realidade social, na busca de refletir tanto no plano literário quanto no plano das Ciências Sociais o significado de nossa nacionalidade, e no seu interior, o lugar e a ação do intelectual das letras, do homem das ciências e, especialmente, do cidadão. “*Questionando essa nossa vontade de verdade no nível do discurso literário, Candido contribui para o desnudamento do caráter social do dado estético e imaginário, e, simultaneamente, do caráter estético e ideológico de que é carregado o fato empírico e histórico*” (Pedrosa, 1992).

Segundo Antonio Candido estão contidas na literatura uma função total e uma função social. A

primeira deriva da elaboração de um sistema simbólico, que transmite certa visão do mundo por meio de instrumentos expressivos adequados. A segunda comporta o papel que a obra desempenha no estabelecimento de relações sociais, na satisfação de necessidades espirituais e materiais, na manutenção ou mudança de uma certa ordem na sociedade (Candido, 1965). Um exemplo desse entrecruzamento de funções é a obra *Formação da Literatura Brasileira*, que aponta a função social dos momentos decisivos da literatura brasileira na construção de valores que justificaram a criação do Estado no Brasil. Como afirma Antonio Candido, a “*literatura não corrompe nem edifica, mas trazendo livremente em si o que chamamos o bem e o que chamamos o mal humaniza em sentido profundo, porque faz viver, ao facultar uma maior inteligibilidade de uma dada realidade social e humana, da qual constitui representação*” (Lafer, 1979).

Para Candido, a literatura é um processo histórico, de natureza estética, que se define pela inter-relação das pessoas que a praticam, criam uma certa mentalidade e estabelecem uma certa tradição. A partir do momento em que essa tradição se consolida, está sedimentada uma Literatura. Na sua lide de crítico literário, ele construiu para a literatura brasileira as categorias de manifestação, formação e sistema para designar as etapas sucessivas que deságuam na percepção de uma literatura consolidada. Assim, manifestação designa toda produção literária em qualquer tempo e contexto. Formação refere-se ao processo mesmo de crescimento quantitativo e qualitativo dessa produção. Por fim, o sistema literário é a articulação das obras, de maneira a formar uma consciência literária num certo momento, e estabelecer uma tradição. Nesse sentido, a *Formação da Literatura Brasileira*, é para ele, “*um estudo sobre o Arcadismo e o Romantismo, que eu considero momentos decisivos, não de literatura propriamente dita, mas de formação do sistema literário*” (Lima, 1995).

Para além de ser um instrumento de Educação e Cultura, a Literatura é considerada por Candido um instrumento de humanização. “*Evidentemente, para entendermos esse fator de humanização nós temos que enquadrar a Literatura e a Educação no contexto social. É preciso não esquecer que*

*a grande função social da Literatura é o grande efeito humanizador que ela exerce, tanto pela forma quanto pela mensagem*” (Lima, 1995).

A abertura de Candido e a importância que empresta à literatura fazem dele um defensor da utilização de obras literárias nos cursos universitários. Ele e seu grupo de convivência são exemplos concretos de que o recurso à literatura é imprescindível na formação de intelectuais capazes de sair do espaço restrito das especialidades para se defrontar com o meio social circundante ou mesmo com os mistérios da condição humana.

*Como discípulo de Maugué, acho bom. E lembro que certos autores que transmitem uma visão mais articulada do mundo podem ser inclusive trabalhados quase como textos filosóficos. É o caso de Dostoievski, do nosso Machado de Assis, de Proust, de Thomas Mann. A seção de Filosofia, e um pouco a de Ciências Sociais, produziram críticos nos mais variados setores: arte, literatura, teatro, cinema. Refiro-me a gente como Gilda de Mello e Souza, Décio de Almeida Prado, Lourival Gomes Machado, Paulo Emilio Salles Gomes, o Ruy Coelho da primeira fase, eu próprio. Notem que não somos formados em Letras ou Artes, mas em Filosofia e Ciências Sociais (Lima, 1995).*

Instado a falar sobre sua obra, a caracterizá-la, ele se refere a três etapas, a seu ver, pontos de inflexão na sua produção, cronologicamente situados nos anos 40, 50 e 60. Na primeira, *“vista de hoje, eu estava preocupado sobretudo com a busca de condicionamentos; para ser mais exato, a busca de causas. Assim, as obras literárias me interessavam na medida em que estavam ligadas a um determinado sistema de condicionantes do meio, e na medida em que influíam umas sobre as outras, sobretudo na dimensão do tempo”*. A obra que expressa esta fase seria sua tese produzida em 1945, Introdução ao método crítico de Sílvio Romero, onde, segundo o autor, estão os seus pontos de partida teóricos (Lima, 1995). Nesta época sobressai o Candido leitor de Marx, embora não se reclame marxista, segundo ele porque o marxismo é uma filosofia abrangente, que exige quase que uma adesão para explicar todos os setores da vida. *“Mas acho que, como filosofia política ele tem grande vitalidade, uma grande vivacidade, e ainda poderá dar muito conta de si, contanto que seja considerado um método, e não um dogma”* (Lima, 1995).

Os anos 50 inaugurariam novas influências teóricas de corte funcionalista. De um lado, a Antropologia Social inglesa de Malinowski e Radcliffe-Brown; de outro, as idéias críticas de T. S. Eliot e o *new criticism* americano. *“Eu me preocupava então com o problema da funcionalidade, isto é: não apenas com a seqüência temporal dos eventos ou das obras e seu encadeamento; não com o seu condicionamento – mas com a pertinência dos traços de um determinado sistema”* (Lima, 1995). São deste período as obras consideradas mais importantes: Os Parceiros do Rio Bonito, concluída em 1954, e a Formação da Literatura Brasileira, publicado em 1959.

Na terceira fase que segundo ele se localiza na década 60, seu interesse se transfere para a estruturação e a fixação dos elementos condicionantes do meio. Neste momento, a preocupação não é mais tanto o condicionamento quanto o próprio sistema. *“Não o sistema isolado, tomado em si, mas na medida em que é uma fórmula através da qual o externo se torna interno”* (Lima, 1995). Este deslocamento de foco aparece pela primeira vez em 1961, por ocasião do II Congresso de Crítica e História Literária, realizado em Assis, cidade do interior de São Paulo. Sua obra Literatura e Sociedade, publicada em 1965, vai expressar a nova preocupação.

Chama a atenção a fina tessitura de seu texto, onde a profunda e rigorosa análise e o manejo dos conceitos se expressam com simplicidade e leveza, oferecendo ao leitor com uma dicção clara e sonora, elementos que poderiam ser indigestos, especialmente para o leitor comum. Esta simplicidade não se confunde com ligeireza com a escrita *corridinha* com que muitos dos nossos intelectuais apresentam seus argumentos. Nele, a elegância da escrita demonstra o profundo mergulho em categorias teóricas, a paciência com que se lança à tarefa árdua de interpenetrar teoria e empiria, tendo como resultado a compreensão, a interpretação do objeto construído e pensado. No entanto, com a modéstia que lhe é própria, Candido se desculpa: *“é uma escrita clara, mas pouco profunda. Entre clareza e profundidade, eu prefiro a clareza, mesmo porque eu não sou capaz de chegar na profundidade. Sempre me considereei um transmissor de conhecimento, não um criador de*

conhecimento. *Algum conhecimento que eu tenha criado, veio como sucedâneo dessa minha vocação para transmissor*" (Lima, 1995).

Em vários momentos de suas elaborações, Candido nos convida a uma provocante reflexão sobre a distinção entre igualdade e liberdade e a superioridade da primeira sobre a segunda. A argumentação que ele utiliza para diferenciá-las e a justificativa com que acompanha sua opção dão bem a dimensão da agudeza de seu raciocínio e da magnitude de suas inquietações sociais.

*Nós temos uma obsessão muito grande com a liberdade, e talvez eu o choque dizendo que se tivermos de escolher entre liberdade e igualdade, nós devemos escolher a igualdade, não a liberdade. Porque a liberdade é sempre a minha liberdade e a igualdade por definição é de todos. Eu sou um homem de classe média, que tenho uma profissão boa, tenho uma ótima aposentadoria, eu faço o que quero, eu sou um homem livre. De modo que para mim, no momento, o Brasil é um país extremamente livre. Mas 70% da população brasileira não tem liberdade nenhuma, não tem a liberdade nem de comer. Então eu digo, havendo opção, que entre liberdade e igualdade eu faço opção pela igualdade* (Lima, 1995).

No artigo Radicalismos, uma das suas últimas publicações, Candido se debruça sobre a sociedade brasileira, buscando mostrar a incidência de idéias radicais a partir de três autores expressivos do pensamento social brasileiro: Joaquim Nabuco, Manoel Bonfim e Sérgio Buarque de Holanda. Curiosamente, embora pretenda investigar a presença de idéias radicais, o autor inicia o texto afirmando a permanência do ideário conservador: *"um dos traços fundamentais da mentalidade e do pensamento político no Brasil é a persistência das posições conservadoras, formando uma barreira quase intransponível"* (Candido, 1990). Segundo o autor, uma das características do pensamento radical brasileiro é o de pensar os problemas na escala da nação, passando ao largo da reflexão das classes sociais, dos antagonismos e dos interesses das classes subalternas. Essa opção pela escala maior, na sua visão, impele a substituir as soluções revolucionárias pela conciliação.

Para Candido o radicalismo brasileiro é gerado no interior dos setores esclarecidos das clas-

ses dominantes e de classe média, *"constituindo-se no conjunto de idéias e atitudes, formando contrapeso ao movimento conservador que sempre predominou"*. Por outro lado, reflete sobre a comparação entre o radical e o revolucionário. *"O revolucionário e o radical podem ter idéias equivalentes, mas enquanto o primeiro chega até a ação adequada a elas, isto não acontece com o segundo, que em geral contempora na hora da ruptura definitiva"* (Candido, 1990). Nessa perspectiva, o radicalismo vindo das classes dominantes é uma aberração, enquanto que vindo dos setores médios, será o elemento próprio e particular desse extrato, dado sua posição na estrutura de classes e a função histórica de seus setores esclarecidos.

Situando a discussão no campo empírico de países como o Brasil, em que *"a consciência do povo não corresponde à sua potencialidade revolucionária"*, Candido afirma que nesses casos o pensamento radical pode ser uma espécie de mensageiro do possível, já que a hipótese de revolução está fora de cogitação. Sua análise rigorosa aponta o fato de que o radicalismo seria um corretivo de tendência predominante nessas sociedades, que consiste *"em canalizar as reivindicações e as reformas, deformando-as por meio de soluções do tipo populista, isto é, as que manipulam o dinamismo popular a fim de contrariar os interesses do povo e manter o máximo possível de privilégios e vantagens das camadas dominantes"* (Candido, 1990). Em momento potencial de ruptura, quando se coloca efetivamente a perspectiva de transformação, o pensamento radical aparece como o instrumento de negociação mais adequado.

Para Candido, no Brasil o pensamento radical pode aparecer como ocasional, passageiro ou permanente. Analisando a trajetória de Joaquim Nabuco, ele vai afirmar que sua participação no movimento abolicionista fez dele um radical temporário. *"A campanha abolicionista lhe abriu os olhos e o fez conceber de maneira mais ampla e democrática o conceito de povo, que deve a ele o primeiro enfoque realmente moderno e avançado no Brasil"* (Candido, 1990).

É em Manoel Bonfim que Candido vai encontrar o modelo de radical permanente. Tendo submetido à análise rigorosa as bases da socieda-

de brasileira e latino-americana, Bonfim publicou sua primeira obra, *América Latina: males de origem*, em 1905. Para Candido o esquecimento de que Bonfim tem sido vítima pode ser explicado, por um lado, pelo uso corrente de analogias biológicas nas suas análises. No entanto, é para a questão política que Candido chama a atenção, afirmando que a razão do limbo em que foi posto Bonfim é “*porque manifestava pontos de vista politicamente incômodos para as ideologias dominantes*” (Candido, 1990).

A análise da sociedade brasileira em Bonfim tem como ponto de partida o que ele denomina de parasitismo dos países centrais sobre as colônias. A partir daí e utilizando como parâmetro de análise o trabalho, vai traçar um panorama severo em que ganham relevância a sobrevivência de preconceitos fundados na ocorrência do trabalho escravo em nosso país. De acordo com Bonfim, o trabalho ao ser imposto ao escravo, tornou-se uma atividade indigna para o homem livre. Partindo dessa idéia ele vai realizar um profundo diagnóstico da instituição colonial e suas consequências para a formação social brasileira.

Partindo das análises de Bonfim, Candido vai identificar um certo mal de origem na formação das classes trabalhadoras, ou classes laboriosas brasileiras. Para ele a experiência histórica da presença do trabalho forçado, escravo, lado a lado ao trabalhador livre teria marcado o incipiente processo de industrialização capitalista. Em decorrência, integraria nossas relações sociais de trabalho, um componente negativamente valorado: a indignidade do trabalho braçal, trabalho manual, que a seu ver, teria sua origem na presença no imaginário social brasileiro de uma certa contaminação do trabalho livre, capitalista, pelo trabalho escravo.

Essa reflexão parece-nos bastante sugestiva para pensar sobre as dificuldades na construção do espaço público no Brasil. A rigor, a História Política brasileira tem demonstrado largamente a permanência de um espaço público diminuto, pontilhado por atores individuais e coletivos oriundos e/ou representantes das elites proprietárias. Nesse quadro, a constituição de um espaço público, onde homens interagindo suas diferenças e seus projetos entrela-

çariam discursos e construiriam instituições reguladores da vida social, não se faria sem grandes obstáculos e nem de maneira progressiva.

A idéia-força que preside essas análises oferece sugestivas pistas para se pensar na difícil e tortuosa tarefa de construção da cidadania e da democracia em nosso país. Processo pleno de discontinuidades, avanços e recuos cujos obstáculos podem ser expressos na indagação crucial que se faz Candido:

*quando a gente percebe que vive num dos piores países do mundo, porque em matéria de nível social, é um país em que as classes dominantes são classes delinquentes, porque tiveram energia suficiente para construir um grande país e não tiveram um mínimo de humanidade para distribuir um pouco do que acumularam, e a gente vai ficando velho, vai vendo que os governos se sucederam e as utopias se desmoronaram, e fico pensando: será que, a curto prazo, nós temos solução para isso (Lima, 1995).*

Lamentamos não ter uma resposta para a pergunta crucial e indignada de nosso autor. Tomando como ponto de partida sua reflexão sobre a diferença entre igualdade e liberdade, talvez nós possamos acrescentar à sua argumentação que a igualdade parece ser condição da liberdade. Onde, em se tendo a primeira, a segunda virá por acréscimo. Temos de admitir que a tarefa de construção da cidadania do povo brasileiro, a conquista de uma sociedade fundada em valores democráticos, vem se dando de forma descontínua e em ritmo lento. Nesse sentido, talvez valha a pena lembrar que trajetórias como a sua podem encurtar o caminho. Intelectuais-cidadãos são um dos ingredientes necessários para a edificação de uma ética de vida, baseada na construção de valores calcados na solidariedade, na elaboração de um contra-discurso que dispute espaço com o discurso conservador e, sobretudo, na construção de práticas que desafiem o *status quo* e que atuem no sentido da construção de uma sociedade democrática.

Em Candido, chama a atenção a relação harmônica entre a postura ética na vida e na produção, no texto. Numa e na outra, despojado, normal, simples. “*Essa atitude intelectual sóbria, avessa à autopromoção, relaciona-se com um certo tipo de sociabilidade respeitosa em relação aos seus pa-*

res e aos leitores, uma postura ética que flui do texto, para “dentro da vida”, e desta para o próprio texto” (Santos, 2000).

Os elementos presentes na obra e na figura humana, especialmente o rigor no trato da análise literária, ou seus atributos de homem simples e generoso, são consenso entre todos seus comentadores. Mesmo a pesquisa mais rigorosa nos textos escritos sobre o autor ou sua obra não encontrará palavras outras que não sejam de celebração de seu perfil e de seu trabalho. “Não há improvisações, não há brilhanças, não há panos quentes na sua atuação como crítico literário, sociólogo, teórico da literatura, historiador, brasileiro responsável. A limpidez do seu pensamento é a de sua vida. E, desta forma, com modéstia de sábio e generosidade fraterna, Antonio Candido, professor-escritor, é um homem” (César, 1992).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - AGUIAR, Flávio. *Antonio Candido: pensamento e militância*. SP: Perseu Abramo, 1999.
- 2 - ANDRADE, Carlos Drummond. A Rosa do povo. In: \_\_\_\_\_. *Nova Reunião* (ant). Rio de Janeiro: José Olímpio, 1979.
- 3 - CALLADO Antônio. Formação da Literatura Brasileira: um monólogo interior. In: D'INCAO, Maria Angela; SCARABÓTOLO, Eloísa Faria (Org.). *Dentro do texto, dentro da vida: ensaios sobre Antonio Candido*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- 4 - CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. São Paulo: EDUSP, 1987.
- 5 - \_\_\_\_\_. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: 1954.
- 6 - \_\_\_\_\_. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965.
- 7 - \_\_\_\_\_. *Radicalismos*. São Paulo: USP, 1990. (Estudos Avançados, 4/8).
- 8 - CÉSAR, Guilhermino. Um Homem da geração clima. In: D'INCAO, Maria Angela; SCARABÓTOLO, Eloísa Faria (Org.). *Dentro do texto, dentro da vida: ensaios sobre Antonio Candido*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- 9 - CRÍTICA Literária Brasileira: polo de pesquisa e de informação <http://acd.ufrj.br/pacc/literaria>.
- 10 - D'INCAO, Maria Angela; SCARABÓTOLO, Eloísa Faria (Org.). *Dentro do texto, dentro da vida: ensaios sobre Antonio Candido*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- 11 - FREITAS, Sônia Maria de. *Reminiscências*. São Paulo: Maltese, 1993.
- 12 - GALVÃO, Valnice Nogueira. In: AGUIAR, Flávio. *Antonio Candido: pensamento e militância*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- 13 - JACKSON, Luiz Carlos. *A Tradição esquecida: os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido*. Petrópolis: ANPOCS, 2000. mimeo.
- 14 - LAFER, Celso (Org.). *Antonio Candido*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.
- 15 - LIMA, Aldo. In: INVESTIGAÇÕES, Linguística e Teoria Literária, 1995. v. 7, p. 39.
- 16 - MARTINS, Marília; ABRANTES, Paulo Roberto. *3 Antônio 1 Jobim: histórias de uma geração*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- 17 - PEDROSA, Célia. Os Dois gumes da história. In: D'INCAO, Maria Angela; SCARABÓTOLO, Eloísa Faria (Org.). *Dentro do texto, dentro da vida: ensaios sobre Antonio Candido*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- 18 - SACHS, Sônia C. Vollet. Antonio Candido: uma bibliografia. In: SANTOS, Luiz A. Castro. *A Radicalidade de Os Parceiros do Rio Bonito*. Petrópolis (RJ): ANPOCS, 2000. mimeo.
- 19 - SANTOS, Luiz A. Castro. *A radicalidade de Os Parceiros do Rio Bonito*. Petrópolis (RJ): ANPOCS, 2000. mimeo.

# CAIO PRADO JÚNIOR: UMA NOVA POSSIBILIDADE DE OLHAR O BRASIL<sup>1</sup>

Dalcy da Silva Cruz – UFRN

## RESUMO

Discute-se a importância da obra de Caio Prado Júnior para a renovação das Ciências Sociais no Brasil, por apresentar uma visão distinta daqueles que tentaram explicar a formação social brasileira nas décadas 20/30. Além de renovar do ponto de vista metodológico, o autor procurou, em seus escritos, introduzir conceitos pouco presentes nas análises anteriores. Ao formular uma problemática, que se refere à construção da identidade nacional, parte da realidade concreta, tornando o “sentido” da colonização como uma empresa mercantil, cuja produção era destinada ao mercado externo, apoiando-se na força de trabalho escravo.

Palavras-chave: Caio Prado Júnior - Ciências Sociais - Brasil.

## ABSTRACT

The importance of the work of Caio Prado Junior is discussed in regard to the renovation of Social Sciences in Brazil, to present a distinct vision for those that try to explain the social make up of Brazil, in the 1920's and 30's. Besides renovating, from the point of view of methodology, the author seeks, in his writings, to introduce concepts that are seldom present in prior analyses. To formulate a problem that refers to the construction of a national identity, the author is based on concrete reality, turning the “meaning” of colonization into a commercial business in which the production was destined to be for an external market, and supported by slave labor.

<sup>1</sup> Texto apresentado no Seminário Visões do Brasil promovido pelo Departamento de Ciências Sociais e os Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Estudos da Linguagem – Departamento de Letras.

Key words: Caio Prado Júnior - Social Sciences - Brazil.

## INTRODUÇÃO

Nessa virada de século, pensar e repensar a realidade brasileira vem sendo uma constante e uma necessidade tanto nos meios universitários, como nos de comunicação. Essa necessidade está ligada a um debate que já vem ocorrendo desde o começo do século XX, que é a questão da identidade nacional, presente desde as primeiras leituras sobre o Brasil. E, para mergulhar nesse debate, nada melhor do que visitar um dos pensadores da história brasileira, cuja maior preocupação foi identificar essa história: Caio Prado Júnior.

Intelectual, se sobressai no contexto do ensaio com uma visão distinta dos demais, tanto daqueles que tentaram explicar o Brasil na década de 20, como dos seus contemporâneos dos anos 30 como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.

Seu primeiro livro em 1933 – *Evolução Política do Brasil: ensaio de interpretação materialista da história brasileira* – já anuncia sua concepção sobre a formação social brasileira, a partir de um “método relativamente novo”, o materialismo histórico, inaugurando um novo estilo de pensar o Brasil. Entende que os trabalhos, até então produzidos, partem da superficialidade da história, deixando entrever apenas os efeitos da colonização, obscurecendo a essência dos acontecimentos. Este ensaio, de certa forma, revoluciona as Ciências Sociais, abrindo uma nova possibilidade de olhar o Brasil. Ele mesmo admite que no conteúdo da obra está embutido o germe da renovação, no que diz

respeito à maneira de interpretar o Brasil, pois se trata não de uma história, mas de uma síntese da evolução política do país em forma de ensaio.

Quanto à novidade metodológica, com uma certa modéstia, apesar do pioneirismo, confessa que outros pensadores, certamente, já a tenham utilizado. Não se coloca, por conseguinte, como precursor desse aporte teórico-metodológico. Com efeito, Konder (1989) fala de outros estudiosos, militantes de esquerda, que o antecederam nessa façanha. Um deles é Antônio Piccarollo, professor de latim, que em 1908 tenta “*escrever uma síntese da evolução política do Brasil...*” (p.133). Aponta ainda o jornalista Antônio dos Santos Figueiredo, “*intelectual socialista independente*”, que escreve em 1926 o livro *Evolução do Estado no Brasil*. O primeiro, ainda imbuído do materialismo mecanicista; enquanto o segundo, de um materialismo contemplativo, diz Konder.

No rol dos precursores pode ser lembrado, também, Octávio Brandão, farmacêutico autodidata, militante da esquerda que em 1926 publica *Agrarismo e Industrialismo*, como um dos principais teóricos do Partido Comunista do Brasil - PCB. Se Caio Prado Júnior tomou conhecimento desses trabalhos, é uma discussão que não tem aparecido nas inúmeras obras que falam de sua produção. É bem possível que sim.

O fato é que a esquerda no Brasil, naquele período, sofria de uma grande insuficiência teórica. Isso, certamente, ajudou ao pensador paulista a ser considerado um pioneiro, realizando a façanha intelectual nos anos 30, “*ao superar o obstáculo interno contribuído pelas graves fragilidades teóricas de seus predecessores brasileiros no campo da ‘interpretação materialista’, e também ao escapar da pressão externa decorrente da codificação oficial do ‘marxismo-leninismo’*” Konder, 1989, p.139). Mas, é certo, que cabe a Caio Prado Júnior uma posição pioneira, embora alguns críticos o tenham “rotulado” de mercantilista, circulacionista ou mesmo reformista. A verdade é que sua explicação sobre a formação do Brasil, suas origens, tem resistido ao tempo e às críticas.

Como militante político, participa de vários acontecimentos, como festas oficiais, filia-se ao Partido Democrático, deixando-o logo depois para fazer parte do quadro do Partido Comunista Brasileiro, em 1931. Aí se dedica à organização da classe operária, sempre militando nas bases do Partido. Em 1935, assume a vice-presidência da Aliança Nacional Libertadora e candidata-se a deputado estadual, sendo eleito em 1947. Sua vida é caracterizada por uma permanente dinamicidade, embora os seus textos apresentem uma certa continuidade de argumentos que por vezes se tornam repetitivos.

Contudo, da panorâmica intelectual, emerge um pensador que rompe, tanto com a sua classe de origem – a burguesia – quanto com a historiografia brasileira, através de um novo estilo de pensar o Brasil à luz do materialismo histórico.

## 1 – O INTELLECTUAL RENOVADOR

Caio Prado Júnior, ao anunciar em 1933 no seu ensaio que se tratava de um método novo para “*analisar a história brasileira*”, está também inovando com a introdução de conceitos pouco presentes nas análises, como a questão das classes sociais, ao referir-se aos movimentos populares. Critica os estudos existentes que se ocupavam dos fenômenos na sua superficialidade, bem como a historiografia por ressaltar os feitos das classes dominantes, lembrando que, na história brasileira, “*os heróis e os grandes feitos não são heróis e grandes senão na medida em que acordam com os interesses das classes dirigentes, em cujo benefício se faz a história oficial*” (Prado Júnior, 1933, p. 9). Com isso questiona a ausência de registros sobre as revoluções populares que ocorreram no século XIX, como a Cabanada, a Balaiada, e a Revolução Praieira de 1848.

Antecipa-se a um debate, marcando uma posição distinta dos demais, ao inaugurar uma interpretação da história com base num esquema conceitual até então ausente nos estudos dos “*explicadores do Brasil*”, tanto da década anterior, como dos seus contemporâneos, os quais se apoiavam na questão racial e no determinismo geo-

gráfico. Com sua análise, marca um momento singular na história do pensamento social no Brasil, com a fibra e a ousadia de anunciar o novo, quando os ensaios “*pertenciam a posturas e orientações diversas*”, consideradas por Santos (1978), como conservadoras e autoritárias.

Além disso, seus escritos podem ser qualificados como uma inovação no campo da história, visto irem além da crônica e do factual, características presentes nos ensaios que circulavam na sua época. O seu ensaio assume um caráter sociológico-interpretativo sobre a formação brasileira, “uma tentativa de redescoberta do Brasil”, com o ensaísmo vindo dos anos 20, que se consolida na década de 30. Essa renovação é delineada talvez pelas repercussões chegadas ao Brasil da Escola de Síntese de Henri Berr, a Escola dos Amaltes ou a Nouvelle Histoire de March Bloch e Lucien Lefebvre, as quais não passam despercebidas da intelectualidade brasileira. Esse momento é assinalado por Iglésias (1982), quando diz que “*o nosso país vive uma nova fase em fecunda efervescência intelectual (...). É nesse quadro de reformulações profundas que se inscreve a obra dos inovadores. Entre eles a de Caio Prado Júnior; uma das expressões dessa vanguarda*” (p.13).

As novas possibilidades abertas por este pensador, em 1933, vão ser aprofundadas com um novo ensaio editado em 1942 – *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia* – cujo esquema conceitual utilizado, naquele ano, está presente, agora, de forma mais consistente. Nesse trabalho, o autor formula uma problemática qual seja: a construção da identidade nacional, da nação enquanto projeto. Nessa formulação, Caio Prado toma como ponto de partida a realidade concreta, partindo do “sentido” da colonização que, na sua interpretação, assume as características de uma empresa mercantil, cuja produção, voltada para o mercado externo, é realizada em grandes extensões territoriais, tendo como suporte a mão-de-obra escrava. Esse “sentido”, diz o autor, está presente na história de qualquer povo. Ele é formado de “*uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem*” e que vai sempre numa certa direção. Enfim, ele se constitui no fio condutor que deve ser perseguido em qualquer análise

para se entender o encadeamento das partes que compõem os acontecimentos. É um sentido que pode variar conforme as condições internas e externas da realidade estudada.

Nessa perspectiva, para se conhecer com mais segurança a formação social brasileira, Caio Prado sugere que se vá buscar esse “sentido” em um momento anterior à “*transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil*”, o que significa retroceder na história e buscar o porquê da colonização, como se processou e quais as suas conseqüências desde o início. Procurar entender “*o conjunto das instituições, o sistema colonial na totalidade dos seus caracteres econômicos e sociais que se apresenta prenhe de transformações profundas*” (Prado Júnior, 1942, p. 5). É esse procedimento que confere à sua obra, um caráter de originalidade e renovação, sobretudo, no livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, onde o autor articula esse “sentido” com a realidade concreta, procurando articular os vários elementos como ele mesmo assinala: “*geográfico, econômico, social, político*”. A compreensão, para entender a contemporaneidade brasileira, passa pela leitura do “*passado colonial que se balanceia e encerra com o século XVIII, mais as transformações que se sucederam no correr do centênio anterior a este e no atual*” (p. 6). Sua visão é a de que a formação da sociedade brasileira ainda está se processando pois afirma que “*o Brasil de hoje, o que salta à vista é um organismo em franca e ativa transformação, e que não se sedimentou ainda em linhas definidas; que não tomou forma*” (p. 7).

Diante dessa incompletude, porém, não nega que entre os elementos novos, embora excepcionais, estejam presentes elementos da velha ordem. Quer dizer, apesar das transformações ocorridas no processo, há ainda a presença marcante “*de uma realidade já muito antiga*”, que causa espanto, mas que teima em permanecer: é “*aquele passado colonial*” (p. 7).

Como esse “passado colonial” teimosamente persiste na realidade brasileira? Uma das formas, segundo sua visão, é a pouca organização do trabalho livre, o caráter da economia que continua a se apoiar numa “*produção extensiva para o merca-*

do exterior”, ausência de um mercado interno, resultando no caráter dependente em relação a outras economias. No campo social, sobretudo, as relações sociais ainda guardam “um acentuado cunho colonial”. Portanto, o “passado colonial” está tão presente na sociedade que causa admiração a “quem percorre o Brasil de hoje”. Quem viaja pelo país, diz Caio Prado, fica “surpreendido com aspectos que imagina existirem nos nossos dias unicamente em livros de história; e se atentar um pouco para eles, verá que traduzem fatos profundos e não são apenas reminiscências anacrônicas” (p. 7).

É verdade que o livro, escrito em 1942, refere-se àquele momento da história brasileira comparada ao passado colonial. Mas, uma análise mais atenta dos dias atuais mostra, certamente, que, apesar dos avanços de ordem tecnológica, econômica, social e cultural, a herança da colonização ainda permanece viva na história brasileira: a dependência a outros países, a divisão profunda de classes, as desigualdades sociais, enfim, as mazelas que foram impressas pelo processo de colonização. A questão da terra, que se agudiza com o passar do tempo com um processo de concentração intensivo, é um dos resquícios desse passado.

Desse modo, o “sentido” da colonização, que significou o interesse pelos produtos da colônia para serem comercializados, perdurou por longo tempo, sem que estivesse presente o sentimento de ocupação, como forma de povoar o novo território, mas estabelecer “feitorias comerciais” para a extração de produtos exóticos. Só depois viria o estabelecimento de “uma base mais estável, mais ampla: seria a agricultura” (p. 19). Os trópicos, portanto, representaram um grande atrativo ao europeu que “não traria com ele a disposição de por-lhe a serviço neste meio físico e estranho, a energia do seu trabalho físico. Viria como dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial, como empresário de um negócio rendoso; mas só a contragosto como trabalhador. Outros trabalhariam para ele” (Prado Júnior, 1942, p. 23).

Com efeito, o caráter que assume a colonização nos trópicos, particularmente no Brasil, é de uma grande empresa comercial, voltada para o comércio externo, explorada pelo trabalho com-

pulsório, por conseguinte “trabalhadores subordinados e sem propriedade”. Com essas características, a colonização assume “um acentuado caráter mercantil; será a empresa de colono branco, que reúne à natureza pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados” (p. 25). Este é o verdadeiro “sentido” da colonização brasileira que o autor coloca como essencial para se entender o presente.

Para chegar a essa síntese, procura entender as particularidades da vida brasileira, como povoamento, raça, economia (grande lavoura e agricultura de subsistência, mineração e pecuária), e a organização social da colônia, para articular com os objetivos da colonização. No capítulo – organização social – Caio Prado toma a escravidão como um instituto, que vai direcionar a estrutura social do Brasil, pois ela exerce um papel influente em todos os setores da vida social, não no sentido de ter contribuído culturalmente, mas como “instrumento vivo de trabalho”. Com o nível cultural baixo desses “povos bárbaros e semi-bárbaros”, nada poderia se esperar, senão “sua força bruta, material”. Em vista disso, a contribuição do escravo negro ou índio na formação social brasileira, “além daquela força motriz”, é “quase nula”. Obteve-se dessa gente o “esforço muscular primário, sob a direção e acoite do feitor. Da mulher, mais a passividade da fêmea na cópula (...), o ato físico apenas, com exclusão de qualquer outro elemento ou concurso moral. A ‘animalidade’ do homem, não a sua ‘humanidade’ ” (Prado Júnior, 1942, p. 207).

À primeira vista, a análise do autor parece estilar um certo preconceito em relação a esses “povos bárbaros e semi-bárbaros”. Um certo desconhecimento dos elementos culturais que deixaram na formação do Brasil; mas ele se defende afirmando que poderiam ter contribuído mais “para a nossa cultura”, no sentido antropológico do termo. No entanto, foi mais uma “contribuição passiva”, no que tange à miscigenação, do que “uma intervenção ativa e cons-

trutora” pelo fato de ser aniquilado pela dominação. Nessa perspectiva, sua ação unilateral funciona muito “*mais como fermento corruptor*” da cultura branca (o caso do sincretismo religioso), do que mesmo como colaborador. A passividade da cultura dessas duas raças - negra e índia – fez com que a cultura branca se tornasse dominante, embora o contingente humano desse grupo fosse bem mais reduzido que o daquelas. Se não fosse a dominação, o aniquilamento, tanto o negro como o índio “*teriam tido certamente outro papel na formação brasileira, e papel amplo e fecundo, se diverso tivesse sido o rumo dado à colonização; se tivesse procurado neles, ou aceito, uma colaboração menos unilateral e mais larga que a do simples esforço físico*” (Prado Júnior, 1942, p. 271).

No entanto, a colonização brasileira tomou uma direção diferente. Seu objetivo primeiro foi a utilização dos recursos naturais e a produção de forma extensiva, de “*gêneros altamente remunerados no mercado internacional*”. Quer dizer, o que estava em jogo era o lucro. Isto foi conseguido com esforço material. “*É o que se exigiu do negro e do índio que se incubiram da tarefa*” (p. 271).

Essa, aliás, não é a compreensão de um outro ensaísta contemporâneo de Caio Prado, Gilberto Freyre, que vai conferir à escravidão um outro papel, para ele muito mais digno e influente na formação da sociedade brasileira. A herança deixada pelo negro é significativa tanto na miscigenação, como nos costumes, como música, dança, alimentação, religião, principalmente, porque as relações escravo/senhor foram relações amistosas que quebraram a rigidez “*moral e doutrinária da Igreja medieval*”. Esses elementos tiveram forte influência na formação do caráter do povo brasileiro. Gilberto Freyre foi assim o intérprete do mundo colonial, suavizando os conflitos de classe ou raciais. Ambos, porém, Caio Prado e Gilberto Freyre, à sua maneira, constroem um Brasil com visões diferentes. O primeiro, a partir de uma explicação baseada em conceitos como estrutura, processo social e sistema de trabalho, mostrando a dominação e a exploração presentes nas relações entre branco e negro, sem realçar os aspectos culturais. Enquanto o

segundo, trabalha com a questão da cultura deixada pelo negro, enaltecendo o bom comportamento do colono português.

Além da grande contribuição, em termos de ressaltar as especificidades da história, os trabalhos de Caio Prado Júnior sempre giram em torno de um eixo central que é a identidade nacional, num movimento que vai da aparência à essência, articulando o empírico com o teórico e vice-versa, prática que se baseia no materialismo histórico. É nesse aspecto, principalmente, que se resume a sua inovação. Inova ao reconstituir a história da formação do Brasil, articulando o geral com o particular, numa visão de conjunto, o que o torna distinto dos demais ensaístas da época.

Em todos os seus escritos há uma preocupação: esclarecer, de forma interpretativa, a formação brasileira, tanto que Iglesias (1982) assinala que, “*além do valor das obras, pelas pesquisas e interpretações, a produção historiográfica de Caio Prado Júnior se distingue por ser a primeira em que o marxismo é sistemático e superiormente aplicado*” (p. 30). Daí ser sua obra considerada de grande valor no que diz respeito à contribuição para o pensamento social brasileiro.

## 2 – O POLÍTICO MILITANTE

A militância política de Caio Prado Júnior começa logo após sua formatura em Direito na Faculdade do Largo de São Francisco, em 1928. Filia-se ao Partido Democrático, de tendência liberal, que congrega a oposição aos fazendeiros do café que dominam a política desde a proclamação da República. Nas eleições de 1930 assume posição abertamente favorável à candidatura de Getúlio Vargas, tomando parte ativa na Revolução de 30. Durante a campanha, ao estar presente a uma cerimônia dedicada ao candidato oficial, Júlio Prestes, ergue um viva a Getúlio Vargas, sendo detido por algumas horas pela ousadia. Toma parte nas chamadas Delegacias Revolucionárias que tinham a função de investigar os atos de corrupção do antigo regime praticados nos distritos do Estado. Porém, desiludido com os rumos da política oficial, em 1931, abandona o Partido Democrá-

tico e filia-se ao Partido Comunista Brasileiro – PCB – onde permanece por toda a vida, apesar da sua independência teórica e ideológica. Nessa nova agremiação, dedica-se à organização e fortalecimento das bases, viajando pelo Brasil, para conhecer de perto seus problemas, e pelo exterior, participando de congressos e realizando estudos.

Em 1935, assume a vice-presidência da Aliança Nacional Libertadora – ANL. Quando do seu fechamento, Caio Prado é preso por quase dois anos. Em 1947 é eleito deputado estadual pelo PCB, cujo mandato tem pequena duração, em vista da cassação do Partido pelo governo Dutra. Continua, porém, sua militância, embora sem assumir cargos diretivos. Apesar do seu preparo teórico e da dedicação partidária, sua colaboração se restringe às bases. Há quem atribua essa participação restrita à sua condição de classe. No entanto, tal hipótese, para muitos, não tem sustentação, uma vez que sua coerência não deixa dúvidas quanto à sua honestidade. Há ainda os que atribuem essa atividade limitada à prática do Partido, voltada mais ao ativismo do que à reflexão teórica, o que torna dispensável sua colaboração intelectual.

O fato é que, com a capacidade e com o instrumental teórico que dispõe, Caio Prado, enquanto militante, produz pouco dentro e para o Partido. Seus escritos estão voltados mais para explicar o Brasil, do que mesmo para orientar a atividade partidária, exceções feitas, em 1935, quando redige o Programa da ANL e, em 1966, escreve *A Revolução Brasileira*, uma crítica às concepções do PCB e, de certa forma, um programa de ação revolucionária.

Como intelectual engajado, teve uma atividade muito mais intensa fora do que dentro do Partido. Faz palestra sobre a Rússia no Clube dos Artistas Modernos de São Paulo, em 1933, depois de uma viagem àquele país. Em 1935, participa da Associação dos Geógrafos Brasileiros, como membro da Comissão de redação da Revista de Geografia, contribuindo com vários artigos sobre temas geográficos. É eleito vice-

presidente da Aliança Nacional Libertadora. Depois de uma prisão, se exila na França e, ao regressar ao Brasil em 1945, inicia um movimento antifascista contra o Estado Novo. Participa como membro da Comissão do I Congresso Brasileiro de Escritores, realizado em São Paulo. Como deputado estadual, pela sigla do PCB, faz parte da Comissão da Assembléia Constituinte de São Paulo. Viaja ao Paraná e a Santa Catarina. Integra o Conselho da Revista *Observador Econômico*. Volta a viajar, desta vez para o exterior. Vai à Checoslováquia, à Polônia e a Paris, onde participa de um congresso pela paz.

Além de concorrer a concurso na Faculdade de Direito da USP, se introduz no mundo empresarial, fundando, em 1954, a *Revista Brasileira*, com recursos próprios, periódico que até 1964 veiculou temas como nacionalismo, política externa, questão agrária, etc., quando foi fechada pelo regime militar. Contribui para o debate, escrevendo, entre editoriais, artigos e resenhas, cerca de 40 títulos na RB. Ainda em 1954, participa do “Comitê de Ação” como um dos principais líderes. Em 1956 defende tese de Livre Docência na Faculdade de Direito da USP com o tema “Diretrizes para uma política Brasileira”. É aprovado, mas não assume.

Com o movimento encetado pelos intelectuais paulistas pela escola pública, Caio Prado se engaja nele assinando o “manifesto” de 1959 e, no ano seguinte, viaja à Rússia. Na sua permanente busca de conhecimento, em 1962, viaja a Cuba, visitando também o Nordeste brasileiro, em companhia do geógrafo Manuel Correia de Andrade. Em 1963, foi à Alemanha Ocidental. Recebe o Prêmio Juca Pato como intelectual do ano em 1966 e, no ano seguinte, viaja a Quebec a fim de participar do Congresso de Filosofia, empreendendo ainda uma viagem pela América do Sul, passando pela Argentina e Santiago do Chile, onde visita brasileiros exilados naquele país.

Outra vez se exila no exterior, no ano de 1970, desta vez no Chile, retornando ao Brasil a fim de se apresentar às autoridades militares. É detido e julgado, sendo absolvido por unanimidade em 1971. Participa como debatedor do Seminário promovido pela

UNICAMP, em 1977, sobre a Questão Agrária. Em 1983 foi tema de uma abrangente exposição realizada pela Secretaria de Estado de Cultura e pelo Arquivo do Estado de São Paulo e da II Jornada de Ciências Sociais, promovida pela Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, em 1988, ano em que é contemplado com o Prêmio Almirante Álvaro Alberto para a Ciência e Tecnologia (Ministério da Ciência e Tecnologia e CNPq, área de Ciências Humanas). Em 1990, morre deixando um legado sobre a formação social brasileira e o exemplo de luta pelas transformações da sociedade.

### 3 – CONTINUIDADES E RUPTURAS

Apesar da agitação nas atividades políticas e do seu percurso intelectual denso em produção, Caio Prado Júnior, pela coerência que apresenta em sua obra, mostra uma argumentação onde pode-se entrever uma continuidade de suas teses apresentadas desde o seu primeiro livro de 1933, até o seu polêmico e discutido *A Revolução Brasileira*, de 1966. Toma, desde a inauguração como ensaísta, o materialismo histórico como instrumento teórico para analisar a formação brasileira, até sua proposta de revolução. Nesse percurso, seus livros repetem continuamente a questão da empresa mercantil como o “sentido” da colonização, a grande exploração e o trabalho escravo como suporte a essa empresa e à herança desse processo na formação da sociedade brasileira. A questão do mercado interno é uma constante em seus escritos, assim como a formação da nacionalidade.

Sua preocupação, enquanto intelectual e militante político, é no sentido de buscar no passado colonial a explicação para as questões colocadas no presente. Pode-se dizer que seus escritos contêm uma história diferente, posto que ele “*não buscava uma reconstrução do passado. Era uma tentativa de interpretação histórica materialista*” (Fernandes, 1989, p. 32). É uma forma distinta de buscar explicações no passado para se entender o presente com uma curiosidade fecunda e abrangente, que o coloca à frente das discussões.

No que tange ao que se convencionou chamar de rupturas presentes no seu itinerário, deve

ser lembrado que rompe com sua classe de origem – a burguesia – para lutar pela organização e libertação da classe trabalhadora. Rompe com a política oficial e com o esquema explicativo sobre o Brasil, então corrente. Como estilo de pensamento, funda uma interpretação do Brasil pouco usual na sua época. Essa façanha é ressaltada pela coragem e ousadia pois “*teve a fibra de romper com esse circuito, que também era um círculo de ferro*”, demonstrando que “*houve uma quebra da lealdade, uma ruptura de classe a que ele pertencia e a classe que faria dele o que ele quisesse, com o talento e a fortuna de que dispunha*” (Fernandes, 1989, p. 33). Com todas essas condições favoráveis, nunca recuou na opção que fez.

Com decisões radicais e convicções ideológicas firmes, em 1966 rompe com o PCB ao criticar suas concepções acerca da realidade brasileira e da ação transformadora defendidas por essa agremiação, marcando assim sua trajetória político-intelectual, com coerência e ousadia. Esses ingredientes o colocam no panteão daqueles que construíram o Brasil não só com idéias, mas com ação.

### BIBLIOGRAFIA

- 1 - CRUZ, Dalcy da Silva. *Caio Prado Júnior: uma biografia marcada pela ruptura*. Texto apresentado no III Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Lisboa, 04 de julho de 1994.
- 2 - FERNANDES, Florestan. A visão do amigo. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: UNESP/Brasiliense/Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, 1989. p. 27 - 39.
- 3 - IGLESIAS, Francisco. Introdução. In: IGLESIAS, Francisco (Org.). *Caio Prado Júnior: história*. São Paulo: Ática, 1982. (Coleção Cientistas Sociais).
- 4 - KONDER, Leandro. A façanha de uma estréia. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: UNESP/Brasiliense/Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, 1989. p. 132 - 140.

- 5 - PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil: ensaio de interpretação marxista da história brasileira*. São Paulo: Empresa Gráfica "Revista dos Tribunais", 1933.
- 6 - \_\_\_\_\_. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Livraria Martins, 1942.
- 7 - SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978. (Coleção História e Sociedade).

# UM CAPÍTULO DA HISTÓRIA INTELECTUAL DOS ANOS DE 1930 AOS DE 1950 E A PRESENÇA DE ANÍSIO TEIXEIRA

Marta Maria de Araújo – UFRN

## RESUMO

O período de 1930 a 1950, no Brasil, traz as marcas do governo ditatorial de Getúlio Vargas e das tensões e conflitos provocados pela Segunda Guerra Mundial, mas quando visto “por dentro” revela uma trajetória de debates e de intervenções por parte de educadores e intelectuais preocupados com a democratização e o desenvolvimento do país, ou seja, com a sua reconstrução social. Por essa trajetória de debate e de intervenções se ensejou reconhecer a experiência de pesquisa socioeducacional legada pelos Centros Brasileiros de Pesquisas Educacionais, criados por Anísio Teixeira, naqueles anos em que se atribuía a uma educação de base democrática e científica grande importância no processo de reconstrução social do Brasil.

Palavras-chave: Debate intelectual - Centros Brasileiros de Pesquisas Educacionais - Anísio Teixeira - Pesquisa sócio-educacional - Reconstrução social.

## ABSTRACT

The period from 1930 to 1950, in Brazil, bears the mark of the dictatorial regime of Getulio Vargas and the tensions and conflicts caused by the Second World War. Nevertheless, when it is seen from inside it shows a story of debates and discussions originated by educators and intellectuals concerned about the democratization and the development of the country, i.e., its social reconstruction. By means of these actions it was possible to know the social and educational experiences and investigations unleashed by the Brazilian Centers for Educational Research, created by Anísio Teixeira, in those years, when it was attributed great importance to educati-

on with a scientific and democratic basis on the process of social reconstruction of Brazil.

Key words: Intellectual debate - Brazilian Centers for Educational Research - Anísio Teixeira - Social and educational research - Social reconstruction.

## INTRODUÇÃO

No Brasil, nos anos que se seguiram imediatamente à chamada Era de Vargas (1930-1945), a pretensão de discutir um projeto nacional - desenvolvimentista para o país mobilizava intelectuais, políticos, educadores para uma manifestação individual ou coletiva sobre o tema em tela.

De modo que o período que se inicia com o Governo do General Eurico Gaspar Dutra (1946 - 1951), tende a ser caracterizado por historiadores como *novo*, por se tratar “do fim de uma ditadura e do começo de uma fase de respeito às normas mínimas da democracia formal” (Fico, 2000, p. 169). Todavia o Governo Dutra também é visto como inepto do ponto de vista de uma ação governamental desenvolvimentista para o país. Em meio à inépcia do Governo Dutra – como era de se esperar – setores intelectuais com formações diversas vêm à cena com o debate sobre o desenvolvimento do país e, por vezes, com iniciativas coletivas plurais e interdisciplinares.

Em janeiro de 1945, ainda no ocaso do Estado Novo (1937-1945), acontece em São Paulo O Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores,<sup>1</sup> com a presença de delegações por estado, como se pretendendo antecipar o final de um “ciclo” cultural

<sup>1</sup> O I Congresso de Escritores foi promovido pela Associação Brasileira de Escritores (ABDE) e organizado pela Seção de São Paulo, de 22 a 26 de janeiro de 1945 (Cf. Mota, 1978 e Cunha, 1981).

marcado por ditadura, autoritarismo e guerras mundiais, e o começo de “outro” simbolizado como sendo de “redemocratização<sup>2</sup>” do país. Por esse ângulo, a pretensão do evento era repensar o processo cultural e político no país.

A presença de educadores integrantes da Associação Brasileira de Educação (ABE) como Fernando de Azevedo, Hermes Lima, José Augusto Bezerra de Medeiros, Francisco Venâncio Filho e outros, no movimento dos escritores, levaria Fernando de Azevedo a apresentar um Manifesto assinado por Antonio Candido, Astrojildo Pereira, Cruz Costa, Carlos Lacerda, dentre outros. Dirigido à Associação Brasileira de Escritores, como instituição de classe e a todos os escritores que a constituem, nas diversas unidades da federação, para que contribuam, “*por todos os meios de que possam dispor, e, portanto, com suas críticas, propostas e sugestões, para a reestruturação do sistema nacional de educação e de suas instituições escolares, em todos os graus de ensino, com espírito e em bases democráticas*” (apud Mota, 1978, p. 145-146).

Pelo intercruzamento de temáticas relativas à cultura, à política, à educação e à nação, esboçava aquele Congresso um programa cultural multifacetado para o país no tocante à reforma agrária, à saúde, à educação popular e rural, à reestruturação educacional, à gratuidade e expansão do ensino em todos os níveis, à liberdade política, ao padrão do trabalho intelectual universitário, à democratização dos veículos de comunicação, literários e artísticos, à unidade nacional e regional, ao desenvolvimento planejado, ao lado de muito outros temas. Na linguagem de Mota (1978), tal programa não deixava de contemplar as novas tendências “progressistas” liberais pós-Segunda Guerra Mundial, indicativas de um desenvolvimento global e planejado a cargo do Estado, a partir das quais se organizava, enquanto projeto, a democratização da cultura.

No Brasil, não houve um período tão ocupado em anunciar o fim de um “ciclo histórico” e o começo de “outro” como os anos imediatamente pós-1945. De-

pois da efervescência cultural dos anos 20, o *Testemunho de uma Geração*, organizado em 1944, por Edgard Cavalheiro, anunciava o sentimento da sua geração<sup>3</sup> – muitos deles partícipes daqueles anos 20 – reconhecido como sendo o fim de um “ciclo” cultural marcado por traços de colonialismo, escravismo, oligarquias, autoritarismo e, enfim, o fim de uma geração intelectual de raízes literárias e aristocráticas.

Já a geração seguinte de Antonio Cândido, Mário Schenberg, Paulo Emílio de Sales Gomes, Edgar da Mata-Machado, dentre outros, sob a coordenação de Mário Neme, apresentava ainda, em 1945, *Plataforma da Nova Geração*. Os depoimentos da *Plataforma*, a despeito das diferenças de posições, lançavam “*pontos de partida para a organização de uma nova matriz de pensamento*” – o pensamento radical (Mota, 1978, p. 126) – inaugurando uma reflexão cultural especializada sobre a vida social, num momento de aceleração do sistema capitalista fora e dentro do Brasil.

Em 1948, professores pesquisadores de instituições universitárias fundavam, no Rio de Janeiro, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), tendo em vista os motivos que levaram, sobretudo, à criação da sua congênere, a British Association for the Advancement of Science, em 1831, princípio da Revolução Industrial na Inglaterra, entre os quais estava o de congregar uma “*força integradora que estabeleça os contatos entre as diferentes especialidades ...*”, e entre o desenvolvimento científico e tecnológico e o industrial proveniente da pesquisa científica na sociedade (Boletim CAPES, 1958, p. 17-18).

Criada a SBPC, imediatamente os seus integrantes mobilizaram-se em favor da constituição de um órgão governamental para coordenar a investigação científica e tecnológica no país. Ainda nos últimos dias do Governo Eurico Dutra, em janeiro de 1951, seria criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, sob

<sup>2</sup> Para Fico (2000, p. 170) falar de “redemocratização” nesse momento tem apenas o intento de *contrastar com o período de poder discricionário anterior, mas trata-se de uma “democracia relativa.”*

<sup>3</sup> O inquérito realizado por Edgard Cavalheiro foi respondido por intelectuais expressivos que estavam por volta dos trinta anos como Afonso Arinos de Melo Franco, Sérgio Milliet, Emiliano Di Cavalcanti, Luís da Câmara Cascudo, Cândido Mota Filho, Artur Ramos, Pedro Calmon, Alceu de Amoroso Lima, dentre outros (Cf. Mota, 1978).

a sigla Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).<sup>4</sup> O órgão teria como principal função a implementação de programas de auxílio à formação e ao aperfeiçoamento de pesquisadores e técnicos de alto nível.

Gradativamente o debate intelectual envolvendo a temática desenvolvimento, cultura, educação e, agora, ciência estava aberto e reanimando a constituição de outros fóruns. A partir de 1953 e sobretudo de 1955 foi gestado o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em lugar do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP)<sup>5</sup> com o claro intuito de dar uma versão nacional desenvolvimentista às formulações sócio-econômicas da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)<sup>6</sup>, versão essa que enfatizava ao lado do desenvolvimento industrial e do planejamento, compromissos com a justiça social e a democracia, encampada em maior ou menor escala, pelos governos Getúlio Vargas (1951-1954) e de Juscelino Kubitschek (1956-1961), e traduzida em política governamental. Assim, as formulações cepalinas, no que dizem respeito a certas análises sociológicas sobre a realidade latino-americana, trazem uma mudança conceitual da noção de progresso para a de desenvolvimento que aqui passa a ser indiscriminadamente utilizada por políticos, técnicos e intelectuais cepalinos (Oliveira apud Xavier, 1999).

Esse debate dos anos de 1930 aos de 1950, ao mesmo tempo, continuou, desdobrou-se por diferentes especializações da vida social, a partir de várias escolas interpretativas. As obras históricas e sociológicas produzidas por Sérgio Buarque

de Holanda, especialmente *Raízes do Brasil* (1936), *Caminhos e Fronteiras* (1957), *Visão do Paraíso* (1959), por Gilberto Freyre como *Casa Grande e Senzala* (1933) e *Sobrados e Mocambos* (1936), além de outros títulos de Caio Prado Júnior como *Evolução Política do Brasil* (1933) e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), somados às de Celso Furtado como *Formação Econômica do Brasil* (1956), às de Antonio Candido como *a Formação da Literatura Brasileira* (1958) renovavam, decididamente, as bases conceituais da nossa historiografia, marcada por uma tradição ensaística, de há muito tempo, ancorada em predecessores do porte de um Capistrano de Abreu e de um Francisco Adolfo de Varnhagen, e que seriam recorrentemente citadas a partir de 1950.

A relação entre educação e sociedade, ou mesmo, educação e desenvolvimento, por sua vez, tão reclamada há mais de três décadas, fora finalmente incluída em meio à postulação de uma reconstrução social pela educação. De qualquer maneira o clima de otimismo político reinante nos anos de 1950, anos esses imediatos ao pós-guerra, alimentava o debate intelectual e suscitava projetos de intervenção social perspectivados por uma reconstrução nacional. Seja como for, a dinâmica brasileira tornava-se cada vez mais complexa. A população brasileira crescera, passando de aproximadamente 30 milhões de pessoas, em 1920, para mais de 41 milhões, em 1940.

Em vista desse quadro e ante o caráter fragmentário e desarticulado das reformas empreendidas pelo recém-criado Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, educadores integrantes do *Movimento pela Renovação Educacional* no Brasil, congregados na Associação Brasileira de Educação (ABE) desde a sua criação, em outubro de 1924, apresentavam – ao Povo e ao Governo – uma plataforma para a reconstrução educacional no Brasil expressa no célebre *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* de março de 1932.<sup>7</sup>

<sup>4</sup> O Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) foi criado em janeiro de 1951 através da Lei n. 1.310 (Abreu; Beloch, 1983).

<sup>5</sup> Criado em 1953, o IBESP a partir de julho de 1955, pelo Decreto nº 57.608 assinado pelo Presidente João Café Filho, passou a ser o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), então vinculado ao Ministério de Educação e Cultura, graças ao apoio do Ministro Cândido Motta Filho. O IBESP publicou, entre 1953 e 1956, os *Cadernos de Nosso Tempo* (Cf. Pécaut, 1990 e Freitas, 1998).

<sup>6</sup> A CEPAL foi criada pelas Nações Unidas, em 1948, no Chile. Pertenceram ao quadro da CEPAL intelectuais da mais alta expressão na formação do pensamento social brasileiro dos anos de 1950, como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa, José Serra e Fernando Henrique Cardoso, entre outros (Cf. Mantega, 1984).

<sup>7</sup> A idéia do lançamento do *Manifesto* foi um encaminhamento da IV Conferência Nacional de Educação, organizada pela ABE, no Rio de Janeiro, em dezembro de 1931.

Da autoria de Fernando de Azevedo<sup>8</sup>, a concepção de educação aparece intimamente vinculada à “filosofia de cada época” e, por seu turno, “determinada pela estrutura da sociedade”. A escola campo específico da educação deve ser organizada como sendo “uma comunidade em miniatura (...), de maneira que o trabalho seja o elemento formador do educando”, de modo a prepará-lo para participar do “progresso material e espiritual da sociedade”. Do direito de cada indivíduo a uma “educação integral”, decorre para “o Estado o dever de considerar a educação, na variedade de seus graus e manifestações, como uma função social pública, que ele é chamado a realizar” em conformidade com os princípios da unicidade, laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, co-educação e igualdade. Diante das necessidades postas pela sociedade moderna à formação integral do indivíduo, deveria ser este resultado de um plano geral de educação escolar de caráter científico e pragmático (Azevedo, 1984, p. 410, 412-413).

Por essa plataforma, o redator do Manifesto e os seus signatários propugnavam a instauração do debate sobre a necessidade de mudanças paradigmáticas na educação escolar, ou seja, a necessidade de uma reconstrução educacional no Brasil. A idéia de que a “educação, no final das contas, se resume logicamente numa reforma social, não pode, ao menos em grande proporção, realizar-se senão pela ação intensa e intensiva da escola ...”, supunham os Pioneiros da Educação Nova, ao propugnar a reforma da escola como uma reforma social. Urgia empreender a reforma da escola tanto por orientação de “uma pedagogia da escola nova” como pela prevalência das ciências sociais e educacionais (Azevedo, 1984, p. 416).

Cinco anos depois do lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde Pública (MES), criava, em 1937, sob o intenso debate da

reconstrução da educação nacional e sob a pressão por mudanças sócio-culturais, postas por educadores e intelectuais, o Instituto Nacional de Pedagogia, instalado no ano seguinte com a denominação Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1938 – 1964), para a partir de 1964 passar-se a chamar Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)<sup>9</sup>. Atentando para a importância desse órgão do MES como centro de estudos no país, destinado a promover inquéritos, documentação, pesquisas e demonstrações sobre os problemas inerentes à organização do ensino e da escola, bem como a divulgar conhecimentos relativos à teoria e a prática pedagógica, Gustavo Capanema autorizava ao seu primeiro Diretor Manuel Bergström Lourenço Filho (1938 –1946), a lançar em 1944 a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos com a finalidade de divulgar os seus estudos e orientar os rumos da educação brasileira.

Dezessete anos depois do lançamento do Manifesto, na sessão do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Educação (ABE), realizada em 19 de março de 1945, era aprovada uma moção conclamando “o retorno do país ao regime democrático, no mais breve prazo possível ...” e convocando um Congresso de Educação, “a fim de reafirmar os princípios e corolários da educação democrática e sugerir as medidas necessárias para sua aplicação à atualidade brasileira” (apud Cunha, 1981, p. 23).

Nesse momento, a luta por um projeto democrático de educação no Brasil, por parte dos Pioneiros da Educação Nova, suscitava a mobilização de um conjunto de estratégias em meio às medidas educacionais adotadas pelo então Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, substituído por Francisco Campos. O programa educacional estabelecido por Francisco Campos e continuado por Gustavo Capanema, no MES, primava por uma crescente centralização, tratando, através de Decre-

<sup>8</sup> São signatários do Manifesto redigido por Fernando de Azevedo - Anísio Teixeira, Paschoal Lemme, Cecília Meirelles, Armanda Álvaro Alberto, Hermes Lima, A. de Sampaio Doria, M. Bergstrom Lourenço Filho, Roquette Pinto, Júlio de Mesquita Filho, Francisco Venâncio Filho, Mário Casassanta e outros.

<sup>9</sup> A Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937 institui o Instituto Nacional de Pedagogia. Pelo Decreto-Lei n. 580, de 30 de julho de 1938 é alterada sua denominação para Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Cf. OS ESTUDOS e as pesquisas..., 1956, p.7 e Lourenço Filho, 1964, p.10-11).

tos ou das chamadas “Leis Orgânicas”, decretadas de 1942 a 1946, de uniformizar, padronizando, desde o currículo, o livro didático, até o material escolar, informado pela doutrina estadonovista (Schwartzman et al, 1984).

Assim é que entre 23 e 28 de junho de 1945, no Rio de Janeiro, ainda sob a ditadura de Vargas, a ABE, mediante convocação, faz promover o IX Congresso Brasileiro de Educação, denominado de Congresso Brasileiro de Educação Democrática. Participaram cerca de duzentos educadores e representantes de entidades da sociedade civil, como a Associação Brasileira de Imprensa, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Academia Brasileira de Letras e de Ciências, a Casa do Estudante do Brasil e representantes de órgãos governamentais como o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Instituto Brasileiro de Cultura e o Departamento Nacional da Criança, entre outros.

Aprovava aquele Congresso a Carta Brasileira de Educação Democrática contendo concepção, objetivos e recomendações destinadas à organização de uma educação democrática. Deve ser esta fundada no princípio “*da liberdade e no respeito à pessoa humana (...), proporcionando a todos igualdade de oportunidades*”. Para tanto, a educação democrática exige uma “*concepção democrática de vida, uma organização social em que a distribuição do poder econômico não estabeleça nem antagonismos nem privilégios*”. Nesse sentido, o ato de ensinar deve ser orientado no sentido do “*aperfeiçoamento individual sob os aspectos físico, moral, intelectual e social*”. A organização de uma educação democrática corresponderia à oferta gratuita de escola para todos quantos dela necessitassem em todos níveis, ramos e localidades. Corresponderia ainda à existência de uma “*diversidade estrutural de sistemas educacionais em conformidade com as condições especiais de cada região*”. A meta visada era a reconstrução social através de uma educação de base democrática e científica, proveniente de um planejamento educacional cientificamente orientado (IX Congresso, 1945, p. 259, 260 e 276). Informa Cunha (1981) que parte significativa dessa plataforma

fora incorporada à Constituição de 1946 e, em 1948, ao anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.<sup>10</sup>

Desde o lançamento do Manifesto de 1932, os Pioneiros da Educação Nova colocavam-se como vanguarda do Movimento Renovador Educacional que souberam provocar na década de 20, nacionalmente. Não obstante, com a redemocratização do país, iniciada com a queda do “Estado Novo”, aquela vanguarda do Movimento Renovador reclamava, mais uma vez, uma reconstrução da educação nacional “*para a necessária readaptação às condições do momento sob o impacto do desenvolvimento e da redemocratização do país*”. Sob tais circunstâncias pedagógicas denunciam, portanto, que a maioria dos estabelecimentos de ensino público “*emprega ainda técnicas tradicionais inerente ao tipo de vida estática do século passado*”. Pelo exposto procuravam mostrar que na fase de desenvolvimento propulsor dos aspectos sociais, econômicos, políticos, enfim culturais em que entrava o Brasil, a manutenção de uma cultura escolar obsoleta era insuficiente para que a educação escolar venha acompanhar o surto do progresso técnico e científico. (RECONSTRUÇÃO educacional, 1952, p. 5).

Na década de 1930, estabeleceu-se, ainda, a introdução dos estudos sociológicos de nível universitário<sup>11</sup> no Brasil, face à criação da Universidade de São Paulo por Armando Sales de Oliveira, Interventor Federal, em 1934, a que se seguiu a Universidade do Distrito Federal, em 1935, obra de Anísio Teixeira, como Secretário de Educação e Cultura, reorganizada em 1937, com a designação de Universidade do Brasil. Antes, em 1933, por iniciativa de um grupo de empresários paulistas em cuja frente estava o engenheiro e industrial Roberto Simonsen, fundava-se a Escola de Sociologia e Política, na capital do Estado. E ainda em 1933 era criada a Escola Livre de Sociologia e Política tam-

<sup>10</sup> Sobre a tramitação no Congresso Nacional do Projeto da Lei e Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1948 a 1961, quando da sua aprovação (Cf. Cunha, 1981).

<sup>11</sup> Sob a inspiração dos chamados Renovadores da Educação é que se introduziu o ensino de Sociologia em quase todas as Escolas Normais do país, desde mais ou menos o ano de 1927 (Cf. Azevedo, 1964).

bém em São Paulo. Os estudos e as pesquisas sociológicas universitárias nasceriam, por sua vez, como partícipes que contribuiriam para pôr na base de quaisquer programas sociais, o conhecimento da realidade nacional sob todos os seus aspectos, inclusive a extrema diversidade de suas regiões. De fato, nesse triênio, e a partir dele, começava haver uma aproximação entre a educação e as ciências sociais, justamente num momento em que começava ganhar importância a temática da mudança social.

Para Azevedo (1964, p. 23-24),

*foi sob a inspiração e por decisão de educadores que se criaram, no país, as primeiras cadeiras de sociologia, certamente pela consciência muito viva, senão profunda, do alto interesse desses estudos para o planejamento seguro das reformas, em geral, e, particularmente, das de educação. Todos conhecíamos as dificuldades que teríamos de enfrentar com a criação de cadeiras dessa matéria, não só pela escassez de pessoal habilitado para exercê-las como também pela completa ignorância das elites intelectuais e políticas do país sobre a história, o valor e o alcance prático da nova ciência que já contava mais de um século de estudos sumamente importantes, na França, na Alemanha e nos Estados Unidos. Era essa, uma ciência a que, então, no Brasil, se dedicavam três ou quatro; de que outros falavam muito por alto, pela fama, e em que poucos acreditavam... Mas, impunha-se romper de qualquer maneira o bloqueio da ignorância, do ceticismo e do silêncio. Foi o que tentamos fazer.*

A postulação de uma reconstrução social através de uma educação de base científica e democrática certamente mobilizava setores de educadores e intelectuais para a empreitada da criação das “cadeiras” de sociologia e sociologia da educação. Pode-se dizer que na década de 1950, como realça Freitas (1999), a leitura historiográfica absorvida por educadores e intelectuais do campo das ciências sociais e da educação, valeu-se de um espectro analítico mais amplo e de reconhecimento internacional.

É com Anísio Teixeira, como Secretário Geral da recém-criada Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que veio ser a CA-

PES<sup>12</sup> (1951 - 1964), e sobretudo como Diretor Geral do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP (1952 - 1964) que se investia na estruturação institucional de uma política de pesquisa científica em educação, pelo aval teórico de uma aproximação entre o campo da educação e o campo das ciências sociais, por meio de estudos que trataram de esclarecer “*os fatos educacionais em suas múltiplas relações com outros fatos sociais, econômicos, culturais e políticos*” (OS ESTUDOS e as pesquisas..., 1956, p.5 e Teixeira, 1952, p. 35-49). Essa aproximação entre o campo da educação e o campo das ciências sociais, conforme propunha Anísio Teixeira, que fizera a sua pós-graduação na Universidade de Columbia, orientado John Dewey, tinha o claro objetivo de uma reorientação das ciências sociais e educacionais no sentido de praticar a pesquisa empírica, segundo inspiração pragmática da escola de Chicago, em lugar de uma certa tradição voltada para a elaboração de grandes sistemas teóricos, tradição essa que já vinha sendo gradativamente alterada desde as iniciativas dos estudos sociológicos universitários na década de 1930 (Brandão et al., 1996).

As intervenções pedagógicas trazidas por Anísio Teixeira, enquanto diretor do INEP e da CAPES, primariam pela recorrência à pesquisa empírica nas ciências sociais, devendo estar subordinada, em princípio, “*aos interesses e objetos*” da ação educacional. Noutra direção, a pesquisa educacional deveria ser explorada de maneira que permita o aproveitamento regular dos resultados das pesquisas sociais, para efeito, uma e outra, da possibilidade de ajustar o sistema educacional às condições de “*existência e às exigências de desenvolvimento econômico, social e cultural das diversas regiões do país*”, assim como de fundamentar a política educacional e as reformas educacionais específicas e gerais (PLANO de organização..., 1956, p. 52). De uma convergência entre educação e ciências sociais, planejamento e mudança social, estruturavam-se novas funções para a escola pública numa sociedade em mudança para o tipo urbano e industrial, esta geralmente marcada

<sup>12</sup> A CAPES foi criada pelo Decreto n. 29.741, de 11 de julho de 1951.

por uma tradição democrática. Haja vista que, de 1933 a 1955, o eleitorado brasileiro aumentava de 1 milhão e 500 mil, para aproximadamente, 15 milhões de votantes.

Com essas perspectivas, seriam criados por Anísio Teixeira, conforme o Decreto nº 38.460, de 28 de dezembro de 1955, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais<sup>13</sup>, na capital da República, o Rio de Janeiro, e os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais, sediados nas capitais dos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, que compreendiam cinco Divisões: Estudos e Pesquisas Educacionais; Estudos e Pesquisas Sociais; Documentação e Informação Pedagógica; Aperfeiçoamento de Magistério; Serviços Administrativos e Biblioteca. Circunscritos por uma orientação interdisciplinar, a principal característica dos Centros de Pesquisas Educacionais vinha a ser a contribuição potencial das ciências sociais para a solução dos problemas educacionais no Brasil. Melhor dizendo, a articulação das ciências sociais com a educação tinha o propósito de incentivar e fazer avançar o desenvolvimento da pesquisa empírica no campo das ciências sociais e educacionais, em princípio subordinado aos interesses e objetos da ação educacional, como pretendiam os seus formuladores. Pode-se dizer, como faz Xavier (1999), que com a criação dos Centros de Pesquisas Educacionais, o debate da reconstrução educacional em bases cien-

tíficas e democráticas foi deslocado da Associação Brasileira de Educação (ABE) para os referidos Centros, espécie de “laboratório pedagógico” para se produzir cientificamente a reconstrução educacional no Brasil, há muito pretendida pelos Pioneiros como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e demais.

Tinham, assim, os Centros de Pesquisas Educacionais a finalidade precípua de ampliar o quadro de estudos e pesquisas educacionais em que dominara o INEP na gestão de Lourenço Filho, enfatizados pela psicologia, a começar pela a realização de pesquisas sobre as condições culturais e escolares e as tendências de desenvolvimento de cada região, e, a partir dos seus resultados, elaborar planos, recomendações e sugestões para a revisão do ensino dos níveis primário e médio, em vista da reconstrução educacional do país, inegavelmente conduzida como previa Anísio “*por métodos e espírito científico*”. Por sua vez, uma das principais estratégias de Anísio Teixeira com a criação dos Centros de Pesquisas Educacionais enquanto núcleos de pesquisa aplicada estava em “*substituir a idéia de reformar a escola por preceitos, ou ordens, ou determinações, ou normas, pela idéia de reformar-la pela mudança de condições, pelos nossos recursos e pela transformação das idéias dos professores*”. Ou seja, uma posição nitidamente contrária à idéia de reforma concebida por setores governamentais do Ministério da Educação e Saúde Pública (Teixeira, 1956, p.147, AS TIVIDADES do INEP..., 1959 e AÇÃO do INEP..., 1961).

A largada para a reconstrução educacional no Brasil, naquele momento, por meio “*de métodos e espírito científico*”, como planejava Anísio, começava pela oferta, por parte do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do Rio de Janeiro, através da Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais, de um Curso de Aperfeiçoamento de Pesquisadores Sociais, no período de 1957 a 1959, sob a coordenação de Darcy Ribeiro. Para combinar experimentação cientificamente controlada, por parte dos cientistas sociais frequentadores do Curso de Aperfeiçoamento, com o propósito de estudar as condições culturais do Brasil em suas diferentes regiões, para efeito de elaboração de um plano nacional de educação de base experimental e de uma ação educacional de erradicação

<sup>13</sup> O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, no Rio de Janeiro, organizou-se como expansão do INEP, absorvendo seus antigos estudos de documentação e aperfeiçoamento, com a manutenção de primária de experimentação, em cooperação com a Secretaria de Educação do então estado da Guanabara. O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais ficou a cargo de Péricles Madureira de Pinho; em São Paulo o Centro articulou-se com a USP dirigido por Fernando de Azevedo; o de Minas Gerais, com a Secretaria da Educação e o Programa Americano-Brasileiro de Aperfeiçoamento do Ensino (PABAE), fazendo-se o Centro de maior projeção nos estudos relativos à didática da escola primária; dirigido por Mário Casasanta, alternando com Abgar Reneault, o do Rio Grande do Sul, se associou à UFRGS através da Faculdade de Filosofia; dirigido pela Prof<sup>a</sup> Elooch Ribeiro Kunz; o de Pernambuco, se articulava diretamente com o INEP dirigido por Gilberto Freyre e o da Bahia, se articulava com a Secretaria de Educação, fez-se, sobretudo, um Centro de experimentação do ensino primário e aperfeiçoamento do magistério primário, dirigido por Luís Ribeiro Sena e Carmen Spínola Teixeira (Teixeira, 1967 e Xavier, 1999).

do analfabetismo no país, instalou-se o Programa de Pesquisas “Cidades Laboratório”<sup>14</sup>, dirigido inicialmente por Darcy Ribeiro e, a partir de 1957, pelo sociólogo Oracy Nogueira, professor da Escola Livre de Sociologia e Política, assessorado por Sólton Kimball, antropólogo contratado pela Unesco à disposição do Centro Brasileiro de Pesquisa Educacional.

O Programa “Cidades Laboratório” que se associara à Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo funcionou como campo permanente de estudos e experimentação educacional dos cientistas sociais e educadores, buscando mapear as tendências universais, as características regionais e as particularidades locais da realidade brasileira, priorizando, para tanto, o referencial teórico-metodológico de estudos de comunidade, cuja ênfase de pesquisa empírica recaía em estudos de linguagem, processos de alfabetização, formas de organização social, valores e crenças, condições de vida, ideologia de poetas populares, mobilidade social e rendimento escolar, que serviriam de base à elaboração de material didático regionalizado, cartilhas de alfabetização e manuais de ensino, por parte de educadores e especialistas em educação, vinculados à Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais (AS ATIVIDADES do INEP..., 1959).

Articulado ainda ao Programa Cidades-Laboratório teve-se o Plano de Estudos em Comunidades Urbanas, dirigido por João Roberto Moreira<sup>15</sup>, que,

seguindo a mesma orientação metodológica de estudos de comunidade, enfatizaria as condições de socialização e as relações entre ensino formal e formas culturais predominantes nas comunidades urbanas representativas das diversas regiões brasileiras (Moreira, 1958). Numa visão interdisciplinar, tais pesquisas contaram com a consultoria ou mesmo a participação de especialistas em Antropologia Cultural, Sociologia e Economia Urbana e Rural, Linguística, História e Psicologia Social, geralmente da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, mas também de Universidades americanas, canadenses, francesas e inglesas.

Considerado por Darcy Ribeiro (1958, p. 28), como o mais amplo programa já levado a efeito no país, era visto como uma contribuição ponderável para redigir-se no início da década de 1960, um “*corpo de recomendações, experimental e cientificamente fundamentadas, à formulação de um plano nacional de alfabetização e de reorganização da educação nacional*”. O Programa “Cidades Laboratório” abarcava, nesse registro, duas estratégias politicamente sintonizadas com os quadros mentais de setores dominantes da intelectualidade brasileira dos anos de 1950 e início dos 1960: plano nacional de educação e, através dele, o de alfabetização. Ora, para a nova configuração que se pretendia dar à esfera educacional sob a coordenação geral do INEP e posta em prática através dos Programas de Pesquisa do conjunto dos Centros, o planejamento regionalizado da educação adquire nítida conotação política pelo intento de agir sobre a dinâmica do processo educacional e de reagir ao conservadorismo impregnado na “vida comunitária” carecida de mudanças sociais.

Imbuída da aspiração de promover a educação ao status de arte científica, à semelhança da Medicina e da Engenharia, as investigações a cargo dos Centros de Pesquisas Educacionais trataram de promover, naquela visão interdisciplinar de Anísio Teixeira, uma aproximação entre os cientistas das *ciências fontes da educação* – o antropólogo, o psicólogo, o sociólogo – e os educadores – professores, administradores e especialistas – estudando aqueles os problemas originários da prática socioeducacional – e es-

<sup>14</sup> O Programa de Cidades-Laboratório teve como cidades experimentais: Rio de Janeiro (DF), Leopoldina e Cataguases (MG), Timbaúba (PE), Catalão (Goiás) e Santarém (PA). O Programa tinha como objetivo tomar municípios-tipo que se defrontassem com problemas educacionais comuns a cada uma das regiões mais diferenciadas do Brasil, para constituir-los em laboratórios de estudo e, posteriormente, de experimentação educacional (Cf. Ribeiro, 1958).

<sup>15</sup> O livro *Educação e Desenvolvimento no Brasil*, escrito João Roberto Moreira, é considerado um marco importante na constituição da disciplina Sociologia da Educação e de uma abertura do campo educacional para as ciências sociais. Juntamente com o antropólogo norte-americano Charles Wagley, da Columbia University de New York, foi o responsável pela implementação do projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, por designação de Anísio Teixeira. Para Brandão et al, (1996), Moreira fazia parte da *intelligentsia* que julgava que às soluções dos problemas educacionais brasileiros passavam pela análise científica das condições sociais e culturais do país.

tes registrando o cotidiano da escola, do aluno, do processo ensino-aprendizagem, suscetíveis de tratamentos científicos para a elaboração de uma teoria pedagógica da educação.

Uma das maiores prioridades dos Centros, para Anísio, era a de preparar progressivamente os educadores, tornando-os “*capazes de conhecer a arte tradicional do ensino e renová-la*” por meio de estudos científicos, reconstruindo essa arte para lhe dar uma progressiva base científica. Queria promover Anísio a constituição de uma nova *intelligentsia* de conformidade com os campos de saber específicos. Por seu turno, o programa de reconstrução educacional em bases científicas e democráticas não deixava de contemplar uma certa concepção de educação como fator de investimento social, no contexto de uma sociedade industrial, em que se buscava a mudança social pela técnica, pela ciência aplicada, pelo planejamento setorial e a cooperação interdisciplinar (Teixeira, 1956 e 1957).

A recorrência às ciências sociais e às pesquisas socioeducacionais pelos Centros de Pesquisas Educacionais para lançar as bases de uma teoria pedagógica da educação e lastrear as intervenções pedagógicas necessárias à reconstrução educacional, e através dela promover mudanças na sociedade, era tomada por Fernando de Azevedo (1956, p. 8), quando Diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo<sup>16</sup>, como um momento de “*transição de uma política empírica de educação para uma política científica, realista e racional*”, pela íntima convergência teórica e prática das ciências sociais e das educacionais. Essa convergência implicava em examinar os problemas educacionais

*de um novo ângulo (...) em que as idéias e doutrinas, a organização das escolas e dos sistemas educacionais, as técnicas pedagógicas e o próprio tipo de relação entre mestres e discípulos não se podem compreender e explicar senão em face e à luz das estruturas econômicas, sociais e políticas.*

Ou seja, sendo os vínculos entre educação e sociedade incindíveis, a abordagem científica e raci-

onal dos problemas educacionais não prescindia da análise da realidade histórico-cultural que os envolve e condiciona historicamente.

Ora, a convergência das ciências sociais e das pesquisas socioeducacionais para introduzir em todos as esferas, onde a desejarem, uma política científica de educação, encarada como instrumental que deve ser utilizado, até onde for possível, no processo de mudança da sociedade brasileira, era indispensável aos olhos de Gilberto Freyre (DISCURSO pronunciado..., 1959, p. 108, 111), enquanto Diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Recife.<sup>17</sup> Para esse intelectual pernambucano, os homens especializados nos estudos e pesquisas socioeducacionais, devem surpreender a realidade nas suas vivências mais íntimas em todos os ambientes sociais. Nas suas palavras,

*o antropólogo e sociólogo de hoje sabe, tanto quanto o pintor impressionista do fim do século passado, que a realidade varia com a luz, com o tempo, com a circunstância, daí resultando a necessidade de ser a educação, o homem, a vida ou a paisagem surpreendida não num lugar só, mas em vários; não de um só ponto de vista, mas de diversos; não como fosse uma realidade parada e definitiva, mas como uma realidade viva e sempre em transição.*

Nos anos de 1950, vistos como anos de transição provocada pela industrialização e pela urbanização, apesar do estacionamento rural, para Freyre, o ato de ensinar deve ser orientado por cientistas sociais e educadores, no sentido de

*tirar partido da pluralidade de tradições e reservas culturais, construindo uma arte a até uma ciência que mais do que as de qualquer outra civilização moderna, interpretem o homem que vem atingindo civilidade igual à europeia sem repudiar sistematicamente a primitividade que o liga aos trópicos ainda agrestes.*

Propunha Freyre uma educação tanto fundamentada na unidade nacional quanto na pluralidade das tradições culturais do povo brasileiro.

<sup>16</sup> O Centro Regional de São Paulo (SP) foi inaugurado em 11 de junho de 1956.

<sup>17</sup> O Centro Regional do Recife (PE) foi inaugurado em 18 de novembro de 1958.

Em suma, para essa *intelligentsia* brasileira, a aprovação do Projeto da primeira Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em tramitação no Congresso Nacional desde 1948, era estratégico, por haver incorporado as sugestões precedentes tanto dos Centros de Pesquisas Educacionais quanto da Associação Brasileira de Educação (ABE). A Campanha de Anísio Teixeira pela aprovação do Projeto da LDBEN, logo foi alvo de todo um arsenal de expedientes, a exemplo do Memorial dos Bispos do Rio Grande do Sul, de abril de 1958, dirigido ao Presidente Juscelino Kubitschek, cujo objetivo era a demissão de Anísio do INEP/CAPES. Intensifica-se a reação nos anos de 1958 e 1959, com as investidas do Deputado carioca Carlos Lacerda, apresentando sucessivos Substitutivos ao Projeto da LDBEN, que, entre outras providências, reservavam ao Estado a competência do incentivo técnico, material e financeiro, bem como a manutenção e expansão do ensino privado, ao mesmo tempo em que propunha reduzir os recursos orçamentários à educação pública.

Em meio a essas investidas todo um movimento se irradiava nacionalmente na defesa intransigente da escola pública e da permanência de Anísio Teixeira no INEP/CAPES. Entre outros, o Manifesto dos Educadores Brasileiros, redigido por Fernando de Azevedo, em 1958, autor do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, foi subscrito por 529 educadores e intelectuais de todo o país<sup>18</sup>. Dirigido ao Povo e ao Governo, o Manifesto – Mais Uma Vez Convocados – reafirmava a defesa da escola pública, gratuita, laica e universal. Ora, o Manifesto dos 529 educadores e intelectuais, como recurso de contestação político-pedagógica, é inflexível com a confraria privatista ao prescrever:

*A escola pública, cujas portas, por ser escola gratuita, se franqueiam a todos sem distinção de classes, de situações, de raças e de crenças, é, por definição, a única que está em condições de se subtrair a imposições de qualquer pensamento sectário, político ou religioso.*

<sup>18</sup> Entre os signatários do Manifesto de 1958 encontram-se Paschoal Lemme, Sérgio Buarque de Holanda, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Cecília Meireles, Antonio Candido, José Augusto Bezerra de Medeiros, Antonio Carneiro Leão, João Cruz Costa, Álvaro Vieira Pinto, Afrânio Coutinho, J. Leite Lopes, Miguel Reale, Júlio Mesquita Filho, Anísio Teixeira, entre muitos outros (Cf. Azevedo, 1988).

A revolução industrial, de base científica e tecnológica, que se expande em toda parte, em graus variáveis de intensidade, marcava “o fim do processo de ensino para a adaptação e o começo de outro processo para a evolução do homem e de seu universo, partindo de condições técnicas criadas exclusivamente por ele”. Em vista da necessidade de uma preparação científica e técnica que habilitaria as gerações novas para uma convivência social e profissional na sociedade moderna, defendia-se, pois, “*não a abolição – o que seria um desatino – mas o aperfeiçoamento e a transformação constantes de nosso sistema de ensino público*” (Azevedo, 1988, p. 157 e 160). Desse modo, a ressonância das manifestações nacionais garantiria a permanência de Anísio no INEP/CAPES, havendo, assim, um reconhecimento do primado da educação pública sobre sua concorrente privada, ávida de regalias e privilégios do poder público. Ainda mais, aquelas manifestações avalizavam a continuidade do programa de reconstrução educacional sob a responsabilidade do INEP/CAPES.

Dá para ver que debate intelectual dos anos de 1930 a 1950 com suas inquietações, revisões, confrontos, fundava “novos estilos de pensamento” e desaguava na iniciativa de outras experiências de educação e cultura popular visando à conscientização social e política do povo brasileiro (Góes, 1980 e Germano, 1982), como o Movimento de Cultura Popular de Pernambuco (MCP) criado em maio de 1960, na administração do Prefeito Miguel Arraes; o Movimento de Educação de Base (MEB), lançado em abril de 1961, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em convênio com o Governo Federal; a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, deflagrado em Natal, em fevereiro de 1961, pelo Prefeito Djalma Maranhão; o Centro Popular de Cultura, criado pela União Nacional dos Estudantes, em abril de 1961; o Método Paulo Freire, fundado em 1961 no Recife, na gestão do Prefeito Miguel Arraes, para serem interrompidos em 1964 com o golpe de Estado.

Por todo um conjunto de circunstâncias políticas, sociais e educacionais, a memória do debate e das realizações dos anos de 1930 a 1950 acabou por ser meio apagada da história intelectual no Brasil, e, com ela, a pesquisa sócio-educacional a car-

go dos Centros de Pesquisas Educacionais que não teve continuidade desde a criação dos cursos de Pós-Graduação no final dos anos de 1960 e início dos de 1970, nas Universidades Brasileiras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - ABREU, Alzira; BELOCH, Israel (Org.). *Dicionário histórico biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1983.
- 2 - AÇÃO do INEP e Centros de Pesquisas no quinquênio 1956-60. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 81, p. 93-135, jan./mar. 1961.
- 3 - AS ATIVIDADES do INEP e dos Centros de Pesquisas Educacionais. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 73, p. 31-98, jan./mar. 1959.
- 4 - AZEVEDO, Fernando de. Discurso proferido na inauguração do Centro de Pesquisas Educacionais de São Paulo. *Educação e Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p. 5-12, ago. 1956.
- 5 - \_\_\_\_\_. Na pesquisa das raízes de uma instituição. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 42, n. 95, p. 18-26, jul./set. 1964.
- 6 - \_\_\_\_\_. A Reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo. Manifesto dos pioneiros da educação nova. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 65, n. 150, p. 407-425, maio/ago. 1984.
- 7 - \_\_\_\_\_. Mais uma vez convocados: manifesto ao povo e ao governo. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 69, n. 161, p. 143-163, jan./abr. 1988.
- 8 - BOLETIM Informativo da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. 1948-1958. Rio de Janeiro, n.70, set. 1958.
- 9 - BRANDÃO, Zaia et al. O esquecimento de um livro: tentativa de reconstituição de uma tradição intelectual no campo educacional. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 3, p. 18 - 30, set./dez. 1996.
- 10 - CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Martins, 1958.
- 11 - CUNHA, Luiz Antônio Cunha. A organização do campo educacional: as Conferências de Educação. *Educação e Sociedade*, Campinas (SP), v. 3, n. 9, p. 5-48, maio 1981.
- 12 - DISCURSO pronunciado pelo sociólogo-antropólogo Gilberto Freyre na instalação do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife. *Educação e Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 7, p. 105-114, abr. 1959.
- 13 - OS ESTUDOS e as pesquisas educacionais no Ministério da Educação e Cultura. *Educação e Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.5-35, mar. 1956.
- 14 - FICO, Carlos. O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento (1946-1964). In: Mota, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000) - a grande transação*. São Paulo: SENAC, 2000.
- 15 - FREITAS, Marcos Cezar de. *Álvaro Vieira Pinto: a personagem histórica e sua trama*. São Paulo: Cortez/USF-IFAN, 1998.
- 16 - \_\_\_\_\_. A pesquisa educacional como questão intelectual na história da educação brasileira (breves anotações para uma hipótese de trabalho). In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Memória intelectual da educação brasileira*. Bragança Paulista (SP): EDUSF, 1999.
- 17 - FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.
- 18 - \_\_\_\_\_. *Sobrados e mocambos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
- 19 - FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1956.

- 20 - GERMANO, José Willington. *Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão*. Natal: ADURN, São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1982.
- 21 - GÓES, Moacir de. *De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964): uma escola democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- 22 - HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
- 23 - \_\_\_\_\_. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- 24 - \_\_\_\_\_. *Visão do paraíso*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1959.
- 25 - IX CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 19, p. 259-273, ago. 1945.
- 26 - LOURENÇO FILHO, M. B. Antecedentes e primeiros tempos do INEP. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 42, n. 95, p. 8-17, jul./set. 1964.
- 27 - MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1984.
- 28 - MOREIRA, J. R. Plano de estudos em comunidades urbanas tendo em vista estabelecer bases par o planejamento educacional. *Educação e Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 7, p.115-121, abr. 1958.
- 29 - MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia e cultura brasileira (1933 - 1974)*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1978.
- 30 - PÉCAUT, Daniel. *Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- 31 - PLANO de Organização do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e Centros Regionais. *Educação e Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 49 - 60, mar. 1956.
- 32 - PRADO Júnior, Caio. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1933.
- 33 - PRADO Júnior, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942.
- 34 - RECONSTRUÇÃO Educacional. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 46, p. 5-6, abr./jun. 1952.
- 35 - RIBEIRO, Darcy. O programa de pesquisas em cidades-laboratório. *Educação e Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 9, p.14-30, dez. 1958.
- 36 - SCHWARTZMAN, Simon et al. *Tempos de Capanema*. São Paulo: EDUSP/Paz e Terra, 1984.
- 37 - TEIXEIRA, Anísio. Notas sobre a educação e a unidade nacional. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 47, p. 35-49, jul./set. 1952.
- 38 - TEIXEIRA, Anísio. [Carta] 23 de novembro de 1956, Rio de Janeiro [para] Fernando de Azevedo, São Paulo. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Na batalha da educação: correspondência entre Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo (1929-1971)*. São Paulo: I.E.B./Bragança Paulista: EDUSF, 2000.
- 39 - TEIXEIRA, Anísio. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 61, p. 145 - 149, jan./mar. 1956.
- 40 - \_\_\_\_\_. Ciência e educação. *Boletim Informativo da CAPES*, Rio de Janeiro, n. 50, p. 1-3, 1957.
- 41 - \_\_\_\_\_. A Escola Parque da Bahia. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 106, p. 246 - 253, abr./jun. 1967 (Discurso pronunciado durante a 6ª sessão plenária da III Conferência Nacional de Educação da ABE, realizada em Salvador (Ba), na Escola Parque, em Abril de 1967.
- 42 - XAVIER, Libânia Nacif. *O Brasil como laboratório: educação e ciências sociais no projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais CBPE/INEP/MEC (1950 - 1960)*. Bragança Paulista (SP): IFAN/CDAPH/EDUSF, 1999.

# AUTA DE SOUZA E A ESCRITA FEMININA NOS OITOCENTOS

Ana Laudelina Ferreira Gomes - UFRN

## RESUMO

Coloca-se em questão a receptividade da crítica para com a poeta norte-rio-grandense Auta de Souza (1876-1901), aludindo à situação discriminatória vivida pelas escritoras oitocentistas brasileiras, em função do domínio de um ideário de feminilidade estereotipado e sexista.

Palavras-chave: Auta de Souza - Poeta norte-rio-grandense - Biografia.

## RESUMÉ

On discute l'aptitude des commentateurs brésiliens par rapport à l'oeuvre littéraire de la poeta norte-rio-grandense Auta de Souza (1876-1901), em ce que concerne à une certaine image stéréotypée et sexiste des femmes depuis le XIX siècle.

Mots clés: Auta de Souza - Poeta norte-rio-grandense - Biographie.

## INTRODUÇÃO

Na cultura oitocentista ocidental, a escrita feminina representava uma transgressão ao papel social atribuído às mulheres. No Brasil da época, muito mais. Mas não há indicadores concretos de que a poeta norte-rio-grandense Auta de Souza tenha sido qualificada por seus comentadores como uma transgressora. Por isso, faz sentido colocar-se em questão a receptividade da crítica para com a escritora, uma vez que algo na leitura de sua vida, de sua obra, ou em ambas, remete a uma normalização por parte da cultura. É neste quadro geral que se insere o objeto do presente artigo.<sup>1</sup>

Voltemos o olhar, então, para sua vida. A condição de única menina em meio a quatro irmãos meninos; a orfandade desde a mais tenra infância; o fato de ter sido criada pela avó viúva e analfabeta; o choque sofrido, quando ainda menina, pela morte do irmão Irineu de Souza, cujo corpo ela viu queimar-se no acidente em que ele perdeu a vida; o tormento da tuberculose a perturbar-lhe o sossego desde os quatorze anos - tudo isso, associado aos cuidados intensivos de todos à sua volta e à provável tutela dos irmãos, terá ajudado a construir uma representação específica de moça devota e resignada que se tornou poeta conhecida em seu meio.

Considerando tratar-se de uma moça nascida e criada no final do século XIX, é compreensível que Auta de Souza, através de temas associados ao cotidiano feminino, tenha feito ecoar em sua poesia um mundo em que viveram mergulhadas mulheres de sua época. Talvez tenham sido estas suas maiores admiradoras. Uma particularidade a mais da poesia de Auta de Souza revelou-se na ressonância que tiveram poemas seus que foram musicados por compositores regionais e que alcançaram repercussão nacional e internacional, ao longo deste século. Serestas, modinhas, cantigas de ninar, hinos litúrgicos que fizeram cantar as almas de homens, mulheres e crianças.<sup>2</sup>

A base da formação educacional de Auta de Souza, na família, no internato de freiras vicentinas, ou no convívio social, foi a doutrinação moral e religiosa de orientação católica. Também por isso brilhou mesmo entre a considerada "crítica católica" nacional, tendo seus escritos contado com a apreciação de expressivos comentadores

<sup>1</sup> Este texto sintetiza um dos capítulos de minha tese de doutorado (Gomes, 2000).

<sup>2</sup> Referências bibliográficas e documentais acerca deste cancionário podem ser encontradas na tese citada, tanto no corpo do texto como nos anexos VII e VIII. Para conhecer o registro escrito destas músicas, consultar Galvão (2000).

como Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima e Nestor Victor. Estes e outros comentaristas viram em sua vida um exemplo a ser seguido, espécie de hagiografia, e, em sua obra, a expressão tácita de um modelo de caráter cristão.

Mas a consulta a textos dos principais comentaristas de Auta de Souza, ao longo de quase um século, leva a dizer que seus conteúdos valorizam principalmente características pessoais e de conduta da poeta, o que remete à discussão de um ideário de feminilidade associado ao estereótipo do anjo do lar, matriz de um discurso sobre a mulher que, no limite, inviabilizava o reconhecimento da escrita feminina, até então sem tradição consolidada.

Em seus estudos sobre escritoras brasileiras do século XIX, Norma Telles verificou que a escritora configurava-se como a negação do anjo porque a mulher ideal sonhada pelos autores homens era sempre um anjo.<sup>3</sup> Assim, no final dos Oitocentos, justamente quando Auta de Souza começou a escrever, ainda persistia na cultura ocidental a noção de que a mulher autora, escritora, era coisa vergonhosa:

... as escritoras eram vistas como raridades, espécimes diferentes, secundárias, menores. Se alguma se recusasse ser modesta, recusasse apresentar sua produção como passatempo para divertir o leitor ela podia esperar críticas ou até mesmo ser ignorada. Se tocavam em assuntos de emancipação da mulher ou políticos, como Narcisca Amália, Ana de Barandas e Délia eram quase apedrejadas.<sup>4</sup>

Talvez justamente por receio ou em conformidade com o viés da crítica, Auta de Souza mostrou-se modesta na dedicatória de seu livro *Horto*, qualificando seus versos como *singelos*: “Às boas irmãs do Colégio da Estância, em Pernambuco, algumas formosas e santas que me educaram o coração e o espírito, ofereço o que há de mais puro nestes singelos versos”.<sup>5</sup>

Para compreender o atributo conferido pela poeta a seus versos, é preciso ter em conta que, no

século em que viveu, a aceitação da mulher escritora circunscrevia-se a dimensões bem limitadas. A receptividade acontecia somente para aquelas obras cujas temáticas não contribuíssem, no plano das idéias, para desestabilizar o domínio patriarcal vigente ou, no mínimo, não se opusessem a ele, já que “a literatura que promovia a ‘voz das mulheres’ era rejeitada, sob interdições e sarcasmos”.<sup>6</sup> O acolhimento só existia para aquele tipo de literatura considerada ‘de ilusão’, de ‘evasão’.

E, neste sentido, pode-se verificar que tanto as construções biográficas sobre Auta de Souza quanto a grande maioria das interpretações feitas acerca de sua obra, bem poderiam predispor-se ou adequarem-se a tais concepções.

Veja-se como se refere à poeta um dos jornais de que foi colaboradora: De “... puro e delicado espírito, adorada pela família como o anjo do lar, e querida por toda a população...”.<sup>7</sup>

Comentário semelhante foi emitido numa das revistas para a qual ela também colaborava: “... soube legar-nos o exemplo de amor e de virtude (...) No lar, Auta foi um anjo consolador...”.<sup>8</sup>

O modelo burguês de mulher educada, que alcançava um restrito âmbito de ação, pois que se voltava para mero polimento sócio-cultural, acabou contribuindo para a inserção da figura da mulher escritora no mundo do trabalho, em face do aumento de demanda de leitura para o segmento feminino.

Na Europa, desde o século XVIII, e no Brasil, desde o XIX, mulheres letradas passaram a se ocupar com traduções e romances, gênero literário muito corrente entre as mulheres oitocentistas. Apesar disso, tal era o preconceito com a escrita feminina que muitas escritoras escreveram no anonimato ou usando o nome do marido.<sup>9</sup>

O uso de pseudônimos ou da designação “a autora” era muito comum em jornais femininos e periódicos oitocentistas.<sup>10</sup> Auta de Souza

<sup>3</sup> Telles, 1987, p. 72.

<sup>4</sup> Ibidem, p. 262. Sobre estas escritoras citadas, é interessante consultar a antologia organizada por Muzart (1999a), bem como o *Dicionário Mulheres do Brasil* (Schumacher, 2000).

<sup>5</sup> Souza, A., 1970, p. 7. O colégio a que a poeta faz referência é o São Vicente de Paulo, localizado no bairro da Estância, no Recife.

<sup>6</sup> Hoock-Demarle, 1991, p. 191.

<sup>7</sup> A República, 1901. O destaque em itálico é meu. Todos os textos de comentaristas aqui citados tiveram o português atualizado.

<sup>8</sup> Lemos Filho, 1901. Grifo meu.

<sup>9</sup> Hoock-Demarle, op. cit.

<sup>10</sup> Bernardes, 1999, p. 30. Este texto traz o caso de uma escritora anônima.

usou dois pseudônimos: Ida Salúcio e Hilário das Neves.

No caso do anonimato, há indícios de que seria uma espécie de reação quanto à pressão exercida sobre a mulher, no sentido de intimidá-la quanto a uma possível manifestação pública.<sup>11</sup>

E as pressões não seriam outras senão aquelas projetadas pelo ideário de feminilidade associado ao estereótipo do anjo do lar.

Houve quem atribuisse as virtudes do anjo do lar - entre elas, a modéstia, graça, pureza, reticência, castidade, afabilidade, polidez, cortesia, obediência<sup>12</sup> - a Auta de Souza, como um comentador de sua época, que não deixou de explicitar o quanto a moça lhe atraía por isso:

*... Alma afetiva que se expandia no amor e no carinho pelas criancinhas, (...) admirava-a na sua modéstia, na sua tristeza e na sua resignação evangélica. (...) em presença de tão elevado espírito, sentia uma fascinação irresistível.<sup>13</sup>*

Auta de Souza, como outras escritoras brasileiras suas contemporâneas, teve que se confrontar com este tipo de projeções, como esta outra de um dos grêmios literários que integrava: “... Santa e adorável criatura. [Exemplo] de Amor e de Virtude”.<sup>14</sup>

Ou estas que seguem, de um dos jornais em que a poeta também colaborava: foi uma existência que marcou fundamental e indelevelmente nos corações e nas almas dos que a conheceram, possuindo altos dotes morais e nobilíssimas qualidades afetivas. Era ela, a formosa alma infantil.<sup>15</sup> “Alma feita de amor, luz e sinceridade (...), [era] sublime [e] adorada”.<sup>16</sup> Tinha um coração angélico.<sup>17</sup>

Ao comparar-se o tratamento dado pelos comentadores a Auta de Souza com o dispensado a uma sua conterrânea, a escritora e educadora feminista Nísia Floresta (1810-1875), percebe-se

o quanto estavam imbuídos de concepções de viés sexista.

Auta de Souza aparece associada ao anjo do lar. Nísia Floresta ao outro lado do anjo, o lado do monstro feminino<sup>18</sup>, como nos indica comentários de uma sua estudiosa da atualidade:

*... Nísia foi vítima da difamação e do esquecimento, principalmente da parte de seus conterrâneos. Sua figura foi envolvida por um manto de mistério em sua terra natal e durante algumas dezenas de anos não se ouviu falar dela. O pouco que se ouvia estava marcado pelo preconceito, ou impregnado da surpresa de encontrar, em tempos passados, uma história de vida como a sua e uma obra de reflexões tão avançadas para a época. O fato de estar à frente de seu tempo custou-lhe, com certeza, o não reconhecimento de seu talento. Seu nome até hoje não costuma ser citado na Literatura Brasileira como escritora romântica e muito menos na história da educação feminina, como educadora.<sup>19</sup>*

Uma das cartas da escritora e educadora Isabel Gondim (1839-1933), conterrânea de Auta de Souza e Nísia Floresta, e contemporânea desta última, é, neste sentido, bastante elucidativa. Nela, foi explicitada a compreensão de sua autora sobre o que entendia ser a nefasta influência de Nísia Floresta no Estado: “...devo a bem da verdade dizer que a história dessa mulher é de tal modo indecorosa que seria conveniente ficar sepultada entre nós e jamais transpor as raias do Rio Grande do Norte, nossa tão prezada terra natal”.<sup>20</sup>

Esta posição de Isabel Gondim ilustra muito bem o modelo associativo impingido às mulheres que pretendessem fazer uso público da pena. Afinal, “esperava-se das mulheres que escrevessem livros exaltando os valores culturais. Esperava-se que seus textos fossem graciosos e gentis”.<sup>21</sup>

Apesar de Nísia Floresta já ter seu nome conhecido no Rio Grande do Norte, desde pelo

<sup>11</sup> Ibidem.

<sup>12</sup> Telles, op. cit., p. 74.

<sup>13</sup> Pinto, 1901.

<sup>14</sup> Revista do Grêmio Polymathico, 1901. Sobre algumas escritoras oitocentistas que receberam semelhantes projeções. Ver Telles, 1987.

<sup>15</sup> Avelino, 1901. O texto aparece aqui parafraseado.

<sup>16</sup> Gazeta do Commercio, 1902.

<sup>17</sup> A República, 1902.

<sup>18</sup> Sobre o monstro feminino em contraponto ao anjo do lar. Consultar Telles, op. cit., p. 75. Em linhas gerais, o monstro feminino é vinculado ao mito de Lilith (Cf. Sicuteri, 1985).

<sup>19</sup> Duarte, 1999, p. 176.

<sup>20</sup> Apud Duarte, 1995, p. 60.

<sup>21</sup> Telles, op. cit., p. 45.

menos 1862, não conseguiu o mesmo prestígio que Auta de Souza nos meios intelectuais.

Para denegrir a imagem de Nísia Floresta, ao lado das acusações de leviandade e prática de adultério, Isabel Gondim fez alusão também à mestiçagem da escritora.<sup>22</sup> Quanto à Auta de Souza, raro é um texto que sequer fale abertamente que se trata de uma escritora negra.

Certamente Auta de Souza foi uma privilegiada em função de sua inserção social numa elite intelectual local, o que, entre outras coisas, poderia operar até um certo “branqueamento” de sua figura pública. Mas, outras mulheres também de elite, e na maioria brancas, não fizeram uso da pena. A escritora soube aproveitar as oportunidades de sua história pessoal e publicou seus escritos, fazendo-se conhecer também por sua produção poética.

Não era fácil tornar-se escritora nos Oitocentos, quase sempre exigia leitura e escrita escondidas, em lugares e situações pouco apropriadas à concentração e à criação. Já deste nosso século, a escritora Lígia Fagundes Telles faz alusão aos cadernos da ‘mulher-goiabada’, onde, entre uma receita e um orçamento doméstico, apareciam algumas notações pessoais<sup>23</sup>, talvez misturadas às manchas de açúcar derretido e goiaba. Virgínia Woolf fala da necessidade de toda intelectual, de ‘um teto todo seu’, longe do barulho e das demandas de toda ordem a que a mulher anjo do lar tinha que estar sempre pronta a satisfazer.<sup>24</sup>

Para tornar-se uma escritora não bastava a educação, o acesso aos livros, às oportunidades de publicação. Algo mais subjetivo - próprio da situação das mulheres da época - era um dos maiores obstáculos a enfrentar. Para poderem escrever, tinham, antes de tudo, que expurgar o anjo do lar:

*A vocação [para a escrita] requeria muita energia, força de vontade e uma genuína transcendência do gênero feminino. As mulheres na época não estavam acostumadas, nem haviam sido*

*preparadas para escolher sua vocação, pois a feminilidade elaborada através das representações era a única vocação que parecia lhes convir. (...) para a mulher, trabalho significava trabalhar para os outros, auto-sacrificar-se e passar despercebida. Portanto, trabalho no sentido de auto-desenvolvimento, de auto-definição, de prazer intelectual era algo que estava muito distante de seus horizontes e que entrava em conflito com a subordinação e repressão inerentes ao que se considerava ser feminino, ao ideal do anjo.<sup>25</sup>*

Nem todas as escritoras que tiveram condições de publicar seus escritos obtiveram o mesmo prestígio que Auta de Souza. Para a compreensão do olhar de seus comentadores, este é um ponto significativo a ser considerado. O que os levou a prestigiá-la, apesar do preconceito em relação à escrita feminina? Exatamente em que relevaram sua obra?

Veja-se que esta pergunta, em relação ao estudo da figura de Auta de Souza e da constelação de fatores que construíram representações sobre a poeta, é bastante diferenciada em relação àquelas colocadas a outras escritoras oitocentistas. Afinal, Auta de Souza, diferentemente da maioria das escritoras de sua época, não pode ser compreendida como uma poeta esquecida, uma vez que está mesmo entre as mais lembradas dos Oitocentos.<sup>26</sup> O que se questiona, aqui, sobre ela são, portanto, o modo pelo qual foi lembrada e os elementos condicionantes desse modo de ser lembrada.

A título de ilustração, entre as escritoras que não teriam um merecido e devido reconhecimento, encontram-se a baiana Joaquina Meneses de Lacerda e a paranaense Júlia da Costa.

Joaquina de Lacerda era filha de barões, casada com um comendador e irmã de um médico que teve publicados vários livros de sua especialidade. Apesar de suas origens nobres, parece que sua ousadia em escrever sobre assuntos políticos custou-lhe o esquecimento, uma vez que há poucas informações sobre ela e sua obra editada.<sup>27</sup>

<sup>22</sup> Cf. texto “Notícia de sua individualidade”, de 1884, citado por Duarte, 1995, p. 59.

<sup>23</sup> Cf. Telles, L. F., 1997, p. 59.

<sup>24</sup> Cf. Woolf, 1985.

<sup>25</sup> Telles, 1987, p. 265.

<sup>26</sup> Sobre a fortuna crítica de Auta de Souza, vale consultar o estudo sistemático de Leão (1986), onde encontra-se uma defesa desta posição.

<sup>27</sup> Cf. Muzart, 1999b, p. 376-7.

Por sua vez, Júlia da Costa teria se casado por conveniência e imposição familiar com um comendador português, comandante da Guarda Nacional e Chefe do Partido Conservador, homem rico e trinta anos mais velho que a poeta. É tida como uma figura controvertida, audaciosa e à frente de seu tempo. Colaborou em revistas e jornais de Joinville, São Francisco do Sul, Paranaguá, Curitiba, Desterro (Florianópolis). Publicou dois livros de poemas, participou de campanhas políticas e teve contato com muitos políticos e homens notáveis que passavam por São Francisco do Sul, recebidos na residência do casal em festividades que organizavam para tal fim. Sobre estas, escreveu muitas crônicas sociais. Apesar de participar da galeria das primeiras mulheres brasileiras a publicar livros, e estar sendo considerada a mais interessante poeta das letras catarinenses de seu tempo, sua produção ficou fora do cânone literário, e, mesmo assim, foi pouco estudada em comparação a outras escritoras de seu tempo.<sup>28</sup>

Das escritoras brasileiras oitocentistas, Joaquina de Lacerda e Júlia da Costa, entre outras, não foram devidamente reconhecidas. Já Nísia Floresta e Narcisa Amália foram explicitamente rechaçadas.

O rechaço aconteceu também com estrangeiras, como foi o caso da escritora feminista inglesa Mary Woolstonecraft (1759-1797), debochadamente chamada de “hiena de anáguas”, já nos Setecentos.<sup>29</sup>

Algo bem mais importante associa o nome das duas escritoras de terras tão distantes, mas estigmatizadas pelo preconceito sexual. Nísia Floresta, em seu primeiro livro, *Direitos das mulheres e Injustiça dos Homens*<sup>30</sup>, publicado no Recife em 1832, foi inspirada em *A Vindication of the Rights of Woman*<sup>31</sup>, de Mary Wollstonecraft.

Nísia Floresta não teria feito simplesmente uma tradução, mas “completado” o texto, apontando “... os principais preconceitos existentes na sociedade brasileira contra seu sexo [identificando] as causas desse preconceito, ao mesmo tempo em que desmitifica a idéia dominante da superioridade masculina”.<sup>32</sup>

A jornalista e poeta Narcisa Amália (1852-1924) escreveu *Nebulosas*, seu único livro, publicado em 1872, que alcançou grande repercussão nos meios literários da época. Apesar de o livro ter sido bem recebido por Sílvio Romero e elogiado por Machado de Assis, a poeta foi acusada de não ser a verdadeira autora, sendo atribuída a autoria a um poeta desconhecido que teria consentido em tal feito. Mais tarde, a infâmia foi desfeita por um minucioso estudo de sua obra.<sup>33</sup>

Como se não bastasse, como aconteceu com Nísia Floresta, Narcisa Amália foi “apontada como um monstro sem pudor por sua vida pessoal”.<sup>34</sup>

Auta de Souza, pelo contrário, recebeu louros dos conterrâneos, como se observa nestas passagens de comentadores seus:

“... respeitada por todos aqueles que se servem de uma pena no Rio Grande do Norte, [Auta] é a glória mais pura e mais duradoura desta terra”.<sup>35</sup>

“Criadora de verdadeiro apreço geral e aplauso dos que a conheceram. (...) membro nobilíssimo da sociedade que ela enriquecia com os seus privilegiados dons, e da família cristã, em cujo seio era de insigne benemerência”.<sup>36</sup>

“[Hoje resta-nos o nome de Auta] para a glorificação literária do nosso Estado ...”<sup>37</sup>

“Pagou o seu tributo à imortalidade, o que se acentua em nosso país”.<sup>38</sup>

“Oremos diante desse túmulo que guarda a sagrada relíquia da glória mais pura de nossa terra”.<sup>39</sup>

<sup>28</sup> Idem, 1999c, p. 401-8.

<sup>29</sup> Cf. Telles, 1987, p. 89.

<sup>30</sup> O livro trata dos “... direitos das mulheres à instrução e ao trabalho [...] exigindo que as mulheres fossem consideradas seres inteligentes e merecedoras de respeito pela sociedade” (Duarte, 1997, p. xii)

<sup>31</sup> Publicado em 1792, tratando-se de “... um pronunciamento contra a exclusão política das mulheres na Revolução Francesa” e inspirando futuras gerações de feministas. (Sledziewski, 1994, p. 52). *A Vindication* é considerado uma categoria de livro que fornece a muitas mulheres novos modelos de identidade. (Perrot, 1994, p. 526).

<sup>32</sup> Duarte, 1997, p. xii.

<sup>33</sup> Paixão, 1999, p. 534-6.

<sup>34</sup> Telles, 1987, p. 256.

<sup>35</sup> A República, 1901.

<sup>36</sup> O Oito de Setembro, 1901.

<sup>37</sup> Lemos Filho, 1901.

<sup>38</sup> Fernandes, 1901

<sup>39</sup> Nascimento, 1901.

*“Faltou-lhe talvez uma consagração mais estrondosa, uma fama mais extensa; porém isto não foi devido à mingua de merecimentos próprios, e sim talvez à circunstância de ser uma poetisa do – Rio Grande do Norte – pobre e generosa terra para quem são guardadas todas as injustiças”.*<sup>40</sup>

*“A morte não ceifou-lhe a existência – eternizou-lhe, transpassando-a para o templo da Imortalidade!”*<sup>41</sup>

*“... apagou-se para a Terra, a fim de renascer para a Imortalidade...”*<sup>42</sup>

Todas estas menções honrosas a Auta de Souza parecem dizer menos dela do que acerca de uma domesticação e integração de sua figura ao ideário de feminilidade associada ao estereótipo do anjo do lar.

Mas considerando o que já foi dito, quanto à escritora oitocentista colocar-se como a própria negação deste ideário, a pergunta que passou a orientar este estudo não pôde ser outra senão: como pôde isso acontecer com a poeta?

Alguns comentadores seus fizeram questão de salientar que a poeta se “desviara” da orientação das letras femininas de sua época.<sup>43</sup> No entanto, diferentemente do que era comum acontecer, o referido desvio não foi interpretado como algo pejorativo. Uma das possíveis explicações para este apreço da crítica estaria no fato de esta não aceitar somente aqueles desvios que sugerissem ideais de emancipação feminina, o que jamais foi questionado em relação à poesia de Auta de Souza.

Ao lado de todos os qualificativos biográficos que lhe foram atribuídos, calcados no ideário do anjo do lar, sua obra também sofreu esta mesma mitificação.

Sob a pena de grande parte de seus comentadores, sua vida e obra fundiram-se e confundiram-se, projetando-se num mundo povoado

de anjos, embebido da santidade ... Auta de Souza se descolou da humanidade e passou a integrar o rol das figuras de uma veneração religiosa.

De modo complementar, desde a década de trinta, fiéis do espiritismo kardecista, consideram Auta de Souza uma mentora e protetora espiritual de muitas de suas instituições e obras de caridade, que, enquanto “espírito desencarnado”, ditaria mensagens psicografadas por médiuns de diferentes regiões do país. Evidentemente, não se trata aqui de questionar crenças religiosas, mas de problematizar saberes de modo a entender melhor o movimento das idéias e práticas culturais em torno da receptividade da crítica para com a poeta, em meio a uma situação de segregação e preconceito social em relação à escrita feminina.

Com isso em vista, nova pergunta apareceu no horizonte de reflexões: que força de coesão colocou e manteve até hoje a figura de Auta de Souza numa dimensão sacralizada?

Antes de procurar respondê-la, veja-se alguns dos primeiros comentários que ilustram um pouco esta caracterização:

*[Auta de Souza] foi a vida de uma flor que murchou prematuramente. Flor que deixou em nossa alma a inextinguível impregnação de seu perfume suavíssimo e doce. De bondade infinita, candura angelical, cristalina pureza e resignação estoica, carregava na alma as mais afetuosas e santas virtudes.*<sup>44</sup>

*Moça inocente, tendo na alma em flor um mundo virgem de crenças sagradas e ensinando-nos, na resignação heróica que manteve durante o seu prolongado martírio, a eficácia da Fé na gloriosa transformação de Além-túmulo.*<sup>45</sup>

Pode-se supor que, por um lado, a tuberculose limitou a poeta em termos de tempo e disposição para a produção intelectual. Por outro lado, a doença muito provavelmente a desobrigou de tarefas domésticas, e mesmo da administração destas. Além disso, sua condição de doente, exigente de muitos e exaustivos cuidados, a manteve numa situação des-

<sup>40</sup> G, 1901. Curiosamente, é provável que a autoria deste texto assinado apenas com as iniciais U. G. seja de uma mulher. Suponho tratar-se da contista, poeta, tradutora e cronista pernambucana Úrsula Garcia, redatora e colaboradora de *O Lyrio*, uma das pioneiras da imprensa feminina pernambucana. Sobre sua obra, consultar Siqueira et al., 1995, p. 183.

<sup>41</sup> Viveiros, 1901.

<sup>42</sup> A República, 1902.

<sup>43</sup> Entre os principais deles, Figueiredo (1924, p. 12-3).

<sup>44</sup> Nascimento, op. cit.

<sup>45</sup> Soares, 1901.

favorável para sua independência intelectual, uma vez que permanecia tutelada pelos irmãos.<sup>46</sup>

Luís da Câmara Cascudo, no livro biográfico *Vida breve de Auta de Souza (1876-1901)* de 1961, escreveu que a efetivação do casamento de Auta de Souza não contou com o apoio dos irmãos devido tanto à precária situação de saúde da moça quanto ao fato do pretendente não contar com a confiança deles, argumento bastante elucidativo da tutela a que se fez alusão anteriormente.

Se o ideário de feminilidade da época esperava que todas as mulheres se conformassem ao papel de mães e esposas, para Auta de Souza isso não podia ser válido. Seja pela tuberculose, seja por ingerência dos irmãos, ou qualquer outro motivo, a poeta não se casou. Morreu cedo, antes dos vinte e cinco anos, mas, naquela época, uma moça desta idade já deveria estar casada há anos e ser mãe de muitos filhos, como ocorreu com Henriqueta Leopoldina Rodrigues de Souza, mãe da poeta.

Dos três irmãos que lhe restaram na mocidade, dois eram homens de livros, Henrique Castriciano e Eloy de Souza, e participaram ativamente da vida pública do Estado. Pelo que consta na biografia escrita por Cascudo, a poeta tinha estreito relacionamento com eles, e, ao que tudo indica, Henrique Castriciano seria um seu interlocutor intelectual. O manuscrito do livro *Horto*, por exemplo, foi revisado por Arthur Pinto da Rocha, crítico gaúcho amigo de Eloy. O prefácio, que o *Horto* recebeu de Olavo Bilac contou com a intermediação de Henrique Castriciano, com quem mantinha relações.<sup>47</sup>

Portanto, a vivência entre irmãos, que embora muito jovens já gozavam de prestígio intelectual e político no Estado, facilitou a publicação de poemas seus numa imprensa de difícil acesso à mulher. Este jogo de relações de modo algum desmerece a relevância e méritos de sua obra, mas, como já falado, tratou-se de uma sorte de oportunidades que a poeta soube aproveitar. Fez sua parte. Além de encaminhar poemas para publicação e manter organizada sua produção nos manus-

critos *Dhálías* e *Horto*, colaborou em cinco dos 38 órgãos de imprensa existentes no Rio Grande do Norte da época. Publicou em *A República*, *Oásis*, *A Tribuna*, *Revista do Rio Grande do Norte* e *Oito de Setembro*; destes cinco, os quatro primeiros eram os maiores do Estado.<sup>48</sup>

Apesar da ampla divulgação de seus poemas na imprensa local, o perfil público de Auta de Souza que prevaleceu se restringiu àquele associado à figura de moça doente, caridosa, resignada, amorosa, boa filha e irmã, mártir de fé inabalável, cristalizando projeções que afastavam do cenário da crítica o que, em tese, deveria se constituir no principal objeto de reflexão: sua criação. Sem desprezar a relação necessária entre vida e obra, certamente uma não se explica pela outra. Como bem coloca Octávio Paz, este algo que está na obra e não está na vida do autor é precisamente a criação ou invenção artística e literária.<sup>49</sup>

E se Auta de Souza tivesse vivido mais tempo? E se seus escritos tomassem outro rumo? Será que seu único livro *Horto* continuaria recebendo o mesmo prestígio que teve entre os comentadores?

Claro que esta é uma pergunta sem resposta. Mas com ela, procura-se enfatizar o quanto alguns aspectos específicos da biografia da escritora levaram os comentadores a uma dada compreensão de sua obra. O problema, parece, não está nesta ou naquela perspectiva, mas numa compreensão fechada, que não permita outras possibilidades interpretativas. E, neste sentido, é que a biografia por vezes pode se colocar como um entrave, mas a obra poética é uma linguagem aberta por excelência e resguarda por isso mesmo sua polissemia.

Se o ideário de feminilidade oitocentista afirmava que a realização da mulher se dava somente pelo casamento e pela maternidade, se esta realização estava no sacrifício que a mulher deveria fazer para o bom desempenho destes papéis, e se era isso mesmo que a conduziria à santidade, a escrita feminina estava fora destas prescrições.

<sup>46</sup> Auta de Souza soube-se tuberculosa aos quatorze anos de idade, quando ainda freqüentava o colégio no Recife (Cascudo, 1961; Souza, 1975).

<sup>47</sup> Cascudo, *ibidem*; Souza, *ibidem*.

<sup>48</sup> A informação sobre esta imprensa foi sistematizada a partir da leitura do livro de Fernandes (1998). A consulta aos manuscritos da escritora só pôde ser realizada graças à sensibilidade de Noilde Ramalho, diretora da Escola Doméstica de Natal.

<sup>49</sup> Paz, 1994.

Por isso mesmo, Auta de Souza esteve fora deste circuito, tornou-se conhecida por sua vida trágica e por sua poesia tida como essencialmente religiosa (mística, católica, cristã).<sup>50</sup>

Apesar da notoriedade de sua vida, enquanto escritora que publicava em jornais e revistas, comentadores, seus contemporâneos, continuaram reservando para ela o mundo da domesticidade, inclusive, vez ou outra aludindo a seus predicados domésticos.

Em muitos outros textos de comentadores seus, verifica-se a convicção de que, apesar de a poeta não ter vivenciado o papel de esposa e mãe, não se furtava ao exercício das prescrições sociais quanto a saber dosar práticas domésticas e devocionais. Então, faz sentido pensar nisso como uma “*garantia ética do valor social feminino*” naquela época.<sup>51</sup> É o que se observa nesta passagem: “*católica de conduta exemplaríssima, soube aliar os labores literários com a sólida piedade. Foi o modelo perfeito de caráter cristão*”.<sup>52</sup>

A cultura católica oitocentista valorizava o papel materno, e teve na maternidade da Virgem o espurgo do pecado de Eva, erigindo a pureza de Maria como um modelo de identificação para as jovens. Na Europa, já na segunda metade do século XIX, havia uma alteração no tipo de controle da “honra feminina”: por exemplo, a segregação, entre os sexos, usada como uma forma de controlar a “pureza feminina”. A Igreja temia os encontros sociais mistos que punham em risco a virgindade feminina.<sup>53</sup>

Quando Auta de Souza estudou no colégio de vicentinas francesas (1888-1889), lá vigorava esta segregação. Com base na biografia escrita por Câmara Cascudo, não parece que a poeta tenha sofrido este tipo de controle de forma tão acentu-

ada. Afinal, além das moças, convivia com rapazes, colegas de assustados, companheiros de colaboração em jornais e revistas literárias, além dos amigos dos irmãos.<sup>54</sup>

Apesar disso, o que permaneceu na mente da maior parte dos comentadores, principalmente de seus contemporâneos, foi aquele ideal de pureza feminina, alheia a estes estímulos, como encontrado num texto de Antônio Marinho. Para este comentador, Auta de Souza era “*uma cândida menina de 25 anos*”, que vivia para o afeto e para o sofrimento no regaço amigo da família; uma meiga criatura, santificada pelo martírio, presa à realidade da dor pela fatalidade da vida. Por igual fatalidade transformara-se agora no “tipo ideal”, tipo inatingível, que se haveria de perpetuar na memória das gerações futuras.<sup>55</sup>

É muito significativo chamarem de menina a uma mulher. Como salienta o estudo clássico de Maria Tereza Caiuby Bernardes, os principais romances brasileiros oitocentistas indicam que, naquela época, uma moça de 25 anos já era socialmente considerada madura.<sup>56</sup>

Se o anjo do lar que Auta de Souza representava não era aquele associado aos papéis de esposa e mãe, qual seria? Não parece sem razão pensar que representava uma espécie de anjo da morte ou anjo místico, que, de maneira distinta, continuava a manter um ideário de feminilidade que exaltava a passividade da mulher e sua tutela por pais, maridos ou irmãos homens.

Um indicador disso aparece na iconografia e na literatura do século XIX, espaços onde “... o anjo do lar estará sempre tremendo, não só de medo, mas com as enfermidades ou com a proximidade da morte”.<sup>57</sup> A relação estabelecida aqui entre a morte e o misticismo tem vinculação com o fato de, no caso de algumas místicas, o êxtase as aproximar de experiências limiáres, em especial, da morte.<sup>58</sup>

Talvez este tenha sido o principal motivo pelo qual Auta de Souza pôde se afirmar como escritora

<sup>50</sup> A controversa entre boa parte dos comentadores da poeta acerca de seu pretensão misticismo pode ser conhecida através da leitura do capítulo “Comentando comentadores” de minha tese de doutorado (Gomes, 2000). Entre os mais expressivos, Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima, Olavo Bilac, Luís da Câmara Cascudo, Nestor Victor e o próprio irmão de Auta de Souza, o também poeta e pensador da cultura Henrique Castriciano de Souza.

<sup>51</sup> Quem coloca a questão nestes termos é Giorgio, 1994, p. 228.

<sup>52</sup> O Oito de Setembro, 1901.

<sup>53</sup> Giorgio, op. cit.

<sup>54</sup> Cascudo, op. cit.

<sup>55</sup> Marinho, 1901.

<sup>56</sup> Cf. Bernardes, 1988.

<sup>57</sup> Telles, 1987, p.256

<sup>58</sup> Gonçalves, 1999.

sem desgastar sua imagem pública. Tratava-se de uma poeta querida tanto nos meios letrados como iletrados, e, por isso mesmo, precisava de uma resignificação que desse conta de apagar a tonalidade de transgressão que a atividade literária feminina representava na cultura oitocentista.

O pretensu caráter místico atribuído a sua conduta e a sua obra contribuiu fortemente para operar esta resignificação, já que o culto ao anjo da morte implicava que materializasse o ideário feminino da época, não mais pelo exercício do casamento e da maternidade, mas fazendo-se mediadora entre o homem e as esferas superiores.<sup>59</sup> Assim, a representação de mística servia para tal fim sem alterar substancialmente os conteúdos daquele ideário.

Curiosamente, tanto para místicas do medievo quanto para Auta de Souza, a aceitação do uso da pena, por parte da cultura, estaria associada à idéia de que uma palavra sagrada se fazia presente por intermédio de seus escritos. A passagem do anjo do lar para o anjo místico se daria por conta de uma linguagem própria destas mulheres, reivindicada como linguagem de revelação, profética por excelência, acontecendo na forma de um testemunho daquela que se autodesigna escolhida por Deus, para falar em seu nome.

As místicas, ao se constituírem em narradoras que participam diretamente dos fatos narrados, dão um relato cuja natureza testemunhal leva a narradora a um compromisso, a uma missão com a palavra; este seria o caráter de seu relato de testemunho.<sup>60</sup> O testemunho de união com Deus reposicionaria o lugar da autoria feminina, de uma fala de amor, mesmo que este lugar não seja outro senão o próprio lugar atribuído pela cultura às mulheres no discurso amoroso romântico, no sentido daquele ideal de mulher que “*ajoelha, vive, sofre, morre pelo homem amado*”.<sup>61</sup>

Essa missão para com a palavra daria outro caráter à narrativa destas mulheres, não mais

a de um discurso de alteridade lhes impingido e internalizado passivamente, mas um discurso que conta com a adesão íntima delas. E, neste sentido, este discurso não estaria simplesmente cifrado pela cultura, mas dinamizado por um onirismo ativo, prenhe de novas significações.

Não fosse assim, que outro perigo as místicas representariam para os confessores, diretores de espírito, teólogos e sábios, para que tantas vezes fizessem uso do artifício da censura e adulteração de escritos delas? Se o que diziam, em parte, confirmava o subjugo feminino, o fato de reivindicarem uma comunicação com Deus, sem a mediação sacerdotal, não seria de todo preocupante. Muito provavelmente, a Igreja percebia que a palavra das místicas se fazia ato na medida em que, através dela, a mulher passava a se outorgar uma posição de sujeito ativo, mesmo que numa relação de passividade em relação a Deus, mas, quanto a isso, mesmo para o místico do sexo masculino não seria diferente.

Há quem sustente que, nos escritos de muitas místicas, existem indicações de uma consciência de estarem cometendo uma infração, uma audácia, ou uma timidez relacionada à idéia de incapacidade feminina para a escrita.<sup>62</sup> Ao prestarem o testemunho de sua comunicação direta com Deus, a certeza de estarem cumprindo uma missão talvez tenha sido o grande impulso para que estas mulheres pudessem vencer a insegurança e timidez ligada à escrita feminina numa cultura em que isso era um tabu.

E, para o desagrado do poder patriarcal, a escrita das místicas, diferentemente da maternidade ou do papel de esposa atribuídos ao anjo do lar, tornava estas mulheres um agente ativo na produção da cultura letrada, propagando novas possibilidades de conceber o universo feminino.

Do mesmo modo pode ser compreendido o relevo e prestígio dados pelos comentadores à obra de Auta de Souza. A integração de sua figura ao ideário de feminilidade, associado ao anjo do lar e requerido pela cultura oitocentista, se deu por uma transposição de significados deste ideário ao anjo

<sup>59</sup> Ibidem, p. 85.

<sup>60</sup> Relato de testemunho é um termo adotado por Valle (1999) para fazer referência à literatura de Primo Levi. Mas, ela mostra como pode ser usado para outros tipos de narrativa de natureza semelhante.

<sup>61</sup> Magli, 1995.

<sup>62</sup> Régner-Bohler, 1994.

místico, como um rearranjo cultural em face da biografia da poeta e do caráter religioso que foi atribuído a muitos de seus escritos.

Assim, a força de coesão que colocou e manteve a representação de Auta de Souza na esfera do sagrado não foi outra senão a do deslocamento e segregação da mulher para o âmbito exclusivo da religiosidade, como se esta fosse um compartimento hermético da cultura, excluído da esfera da política, seja do poder patriarcal ou da própria produção do pensamento.

Em se tratando de uma história cultural das mulheres, em relação ao subjuço feminino pela via da discriminação da mulher no campo da escrita, a cultura do século XIX se aproximaria do medievo, e a recorrente representação de Auta de Souza como uma poeta mística apontaria nesta direção. Se na Idade Média a escrita de algumas mulheres, consideradas místicas, pôde ser aceita, mesmo sob censura, é porque estava amparada pelo poder da Igreja que lhe conferia o estatuto de palavra divina mediada por mulheres que, acima de tudo, eram consideradas esposas de Deus. Já no século XIX, a designação de mística a uma poeta, que não era uma religiosa professa, levanta semelhantes inquietações. Por isso, tratou-se aqui como uma transposição de ideários de feminilidade, tentando mostrar o diálogo entre um conjunto de idéias e valores associados ao anjo do lar e, outro, ao qual denominei anjo místico.

A poeta, como também poder-se-ia pensar das místicas, parece ter assumido tais projeções, mas sua palavra, produto e produtora de sentidos, é a única marca que nos restou de sua afirmação subjetiva enquanto agente ativo de um saber que se expressa também pela direção de seu fluxo imaginário.

Assim, a obra de Auta de Souza, como a das místicas, deveria abrir nossos sentidos para a escuta não somente de um passado imortalizado em recordações de instantes mortos, mas para um passado entendido como aquilo que conseguiu reverberar de novo, uma voz longínqua que encontrou eco no sonho da poeta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - A REPÚBLICA. Natal, 8 fev. 1901.
- 2 - \_\_\_\_\_. Auta de Souza. Natal, fev. 1902.
- 3 - AVELINO, Pedro. (Fala em nome do Grêmio Polymathico, no enterro de Auta de Souza). *Oásis*. Edição Especial. Natal, 16 fev. 1901.
- 4 - BACHELARD, Gaston. *Fragmentos de uma poética do fogo*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- 5 - BERNARDES, Maria Tereza Caiuby. *Mulheres de ontem?* Rio de Janeiro: Século XIX; São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.
- 6 - \_\_\_\_\_. Escritora anônima. In: MUZART, Zahidé L. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999. p. 30-4.
- 7 - CASCUDO, Luís da Câmara. *Vida breve de Auta de Souza (1876-1901)*. Recife: Imprensa Universitária, 1961.
- 8 - DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta: vida e obra*. Natal: UFRN, 1995.
- 9 - \_\_\_\_\_. Apresentação. In: FLORESTA, Nísia. *Cintilações de uma alma brasileira*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; Florianópolis: Ed. Mulheres, 1997. p. xi-xiii.
- 10 - \_\_\_\_\_. Nísia Floresta Brasileira Augusta. In: MUZART, Zahidé L. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999. p. 175-81.
- 11 - FERNANDES, O. Duas palavras. *A Tribuna*. Do Congresso Litterario. Rio Grande do Norte, ano 5, Edição Especial, 27 fev. 1901.
- 12 - FERNANDES, Luiz. *A imprensa periódica no Rio Grande do Norte: 1832 a 1908*. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto/Sebo Vermelho, 1998.
- 13 - FIGUEIREDO, Jackson. *Auta de Souza*. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital/Tip. Do Anuario do Brasil, 1924. (Coleção Eduardo Prado, Série C).

- 14 - GALVÃO, Cláudio Augusto. *A modinha norte-rio-grandense*. Recife: Massangana; Natal: EDUFRN, 2000.
- 15 - GAZETA DO COMMERCIO. *Auta de Souza*. Paraíba, 7 fev. 1902.
- 16 - G., U. *Auta de Souza*. *Potiguarania*, n. 2, 21 jul. 1901.
- 17 - GIORGIO, Michela de. O modelo católico. In: PERROT, Michelle et al. (Org.). *História das mulheres: o século XIX*. Porto: Afrontamento, 1991. p. 198-237.
- 18 - GOMES, Ana Laudelina Ferreira. *Auta de Souza: representações culturais e imaginação poética*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais, São Paulo, 2000.
- 19 - GONÇALVES, Margareth Almeida. *Misticismo e subjetividade em narrativas do feminino em Goa e Rio de Janeiro (séculos XVII e XVIII)*. Rio de Janeiro: Associação dos Cientistas Sociais da Religião do Mercosul/ISER/PPGAS-MN-UFRJ, 21 a 24 set. 1999. Mimeo.
- 20 - HOOCK-DEMARLE, Marie-Claire. Ler e escrever na Alemanha. In: PERROT, Michelle et al. (Org.). *História das mulheres: o século XIX*. Porto: Afrontamento, 1991. p. 170-97.
- 21 - LEÃO, Nalba de Souza. *A obra poética de Auta de Souza*. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) - UFSC, Florianópolis, 1986.
- 22 - LEMOS FILHO. *Oásis*. Edição Especial. Natal, 16 fev. 1901.
- 23 - MAGLI, Ida. *Storia laica delle donne religiose*. Milano: Longanesi & C., 1995. Parte III. Tradução livre de Celeste Ciccaroni. Mimeo.
- 24 - MARINHO, Antonio. *A Tribuna*. Do Congresso Litterario. Rio Grande do Norte, ano 5, Edição Especial, 27 fev. 1901.
- 25 - MUZART, Zahidé L. *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999.
- 26 - \_\_\_\_\_. Joaquina Meneses de Lacerda. In: MUZART, Zahidé L. *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999. p. 376-378.
- 27 - \_\_\_\_\_. Júlia da Costa. In: MUZART, Zahidé L. *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999. p. 401-410.
- 28 - NASCIMENTO, Pedro. Homenagem. *A Tribuna*. Do Congresso Litterario. Rio Grande do Norte, ano 5, Edição Especial, 27 de fev. 1901. p. 29-42.
- 29 - O OITO DE SETEMBRO. *Auta de Souza*. n. 83. Natal, 16 fev. 1901.
- 30 - PAIXÃO, Sylvia Perlingeiro. Narcisa Amália. In: MUZART, Zahidé L. *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999. p. 534-539.
- 31 - PAZ, Octávio. Poesia e historia: los hijos del limo. In: PAZ, Octávio. *La casa de la presencia*. México: Círculo de Lectores/Fondo de Cultura Económica, 1994. p. 319-496.
- 32 - PERROT, Michelle. Sair. In: PERROT, Michelle (Org.) et al. *História das mulheres no ocidente: o século XIX*. Porto: Afrontamento, 1994. v.4, p. 503-539.
- 33 - PINTO, José. Em busca do além. *A Tribuna*. Do Congresso Litterario. Rio Grande do Norte, ano 5, Edição Especial, 27 fev. 1901.
- 34 - RÉGNIER-BOHLER, Danielle. Vozes literárias, vozes místicas. In: PERROT, Michelle (Org.) et al. *História das mulheres no ocidente: a Idade Média*. Porto: Afrontamento, 1994. v. 2, p. 517-91.
- 35 - REVISTA DO GRÊMIO POLYMATHICO. 8 fev. 1901.
- 36 - SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Org.). *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade, biográfico e ilustrado*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

- 37 - SICUTERI, Roberto. *Lilith: a lua negra*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- 38 - SIQUEIRA, Elizabeth Santos et al. *Um discurso feminino possível: pioneiras da imprensa em Pernambuco (1830-1910)*. Recife: Universitária da UFPE, 1995.
- 39 - SLEDZIWSKI, Élisabeth G. A Revolução Francesa. A viragem. In: PERROT, Michelle et al. (Org.). *História das mulheres no ocidente: o século XIX*. Porto: Afrontamento, 1994. v.4, p. 41-57.
- 40 - SOARES, P. Querulas. *A Tribuna*. Do Congresso Litterario. Rio Grande do Norte, ano 5, Edição Especial, 27 fev. 1901.
- 41 - SOUZA, Auta de. *Dhalias*. Manuscrito. (1893-1897).
- 42 - \_\_\_\_\_. *Horto*. Manuscrito. (1898).
- 43 - \_\_\_\_\_. *Horto*. Natal: Tipografia d' A República, Biblioteca do Grêmio Polimático, 1900.
- 44 - \_\_\_\_\_. *Horto*. 2. ed. Paris: Aillaud Alves Cia, 1910.
- 45 - \_\_\_\_\_. *Horto*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tipografia Batista de Souza, 1936.
- 46 - \_\_\_\_\_. *Horto*. 4. ed. Natal (RN): Fundação José Augusto, 1970.
- 47 - SOUZA, Eloy. *Memórias*. Natal: Fundação José Augusto, 1975.
- 48 - TELLES, Lígia Fagundes. A mulher escritora e o feminismo no Brasil. In: SHARPE, Peggy (Org.). *Entre resistir e identificar-se: para uma teoria da prática da narrativa brasileira de autoria feminina*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Goiânia: Editora da UFG, 1997. p. 57-63.
- 49 - TELLES, Norma. *Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil, século XIX*. Tese de doutoramento - PUC-SP, São Paulo, 1987.
- 50 - VALLE, Cláudia Netto do. *Sou brasileiro, baiano, pataxó: estudos de brasilidade*. Exame de qualificação (Doutoramento em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais, São Paulo, 1999. Mimeo.
- 51 - VIVEIROS, J. Deificação. *A Tribuna*. Do Congresso Litterario. Rio Grande do Norte, ano 5, Edição Especial, 27 fev. 1901.
- 52 - WOOLF, Virgínia. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

# PEDRO NAVA: UM MEMORIALISTA E TANTO

Afonso Henrique Fávero – UFRN

## RESUMO

O ensaio procura determinar algumas características da obra de Pedro Nava e sugerir que sua literatura memorialística pôde ir além do simples registro pessoal. Para melhor situar-se, o autor traz também notícias de vários grupos sociais, acabando por atingir assim uma visão do país.

Palavras-chave: Memorialismo - Autobiografia - Pedro Nava.

## RÉSUMÉ

Cet essai cherche déterminer quelques caractéristiques du travail de Pedro Nava. Il veut aussi suggérer que la littérature de cet auteur est au delà du registre simplement personnel. Pour se reconnaître, Nava aborde plusieurs groupes et atteint ainsi une vision du Brésil.

Mots clés: Mémorialisme - Pedro Nava - Autobiographie.

## INTRODUÇÃO

Com a obra de Pedro Nava, o memorialismo brasileiro viria a conhecer seu momento mais vigoroso, mais comovente, mais cômico, mais admirável, mais completo - e o mais que possa ser - dentro da produção em tal gênero. Desde o seu aparecimento, a recepção crítica não teve dúvida de que ali estava o que de mais importante a literatura de memórias fora capaz de produzir em nossas letras. Era muito visível que nunca as possibilidades nesse campo alcançaram balizas tão avançadas, exploração tão exaustiva, adesão tão incomum à matéria recordada, linguagem tão sugestiva e envolvente. Os comentários favoráveis, com elogios enfáticos, tornaram-se mais que abundantes, e o entusiasmo generalizou-se.

Por razões assim, sente-se logo que não é fácil abordar os extensos livros do autor em limites estreitos. A maior dificuldade estará sempre em oferecer uma idéia aproximada daquela infinidade de coisas que nos chegam de forma tão analítica, tão pormenorizada, tão sem preguiça, nas suas memórias copiosas. É certo que dificuldade análoga também existe com relação às obras de qualquer outro de nossos bons memorialistas. Nenhum deles, porém, alcançou, com intensidade semelhante e variações múltiplas, o mesmo empenho na reconstituição do passado que os seis volumes de Nava nos trazem. Daí a sensação de estarmos diante do ponto mais alto que o memorialismo brasileiro pôde atingir até então.

Opinião, aliás, sem pretensão a nenhuma originalidade, simples de ser expressa, dada a frequência com que é emitida pelos bons leitores do autor. “*Nossas letras produziram livros importantes no gênero: o de Joaquim Nabuco, o de Helena Morley, o de Oswald de Andrade, o de José Lins do Rego, o de Graciliano Ramos e vários outros. Nada, porém, que se compare às Memórias de Nava, no estilo, no fôlego, no alcance*” (Aguiar, 1998, p. 206). Justamente em razão de tal eminência é que Joaquim Alves de Aguiar observa um avanço significativo da literatura de memórias entre nós. Assim, nesse mesmo compasso, prossegue o crítico a respeito de Nava:

*Pode-se dizer que o escritor, com sua obra, fez o gênero progredir, erguendo-o de sua condição, um tanto subalterna, de literatura de segundo nível. A presença forte de Nava no cenário das nossas letras - verdade que se apresenta realçada pelo gosto atual, em ‘tempos neoliberais’, pelos estudos da subjetividade - pode ter contribuído para estimular o interesse pelo memorialismo brasileiro, que, nos últimos anos, vem merecendo maior atenção da crítica literária (Aguiar, 1998, p. 206-207).*

A consciência de que aquela obra marcava um divisor de águas instalou-se definitivamente em nossa crítica:

*Avesso tanto à causalidade histórica linear como à corriqueira construção egocêntrica da narrativa, esse mineiro de Juiz de Fora modelou uma história da cultura brasileira deste século segundo uma perspectiva rigorosamente pessoal, seccionando nossa tradição memorialística em dois momentos: antes e depois da série iniciada com Baú de Ossos (Dimas, 1991, vol. 1, p. 589).*

O valor das memórias de Pedro Nava foi reconhecido de imediato. Antonio Candido, em trabalho que aponta o papel crescente das memórias na literatura brasileira, é um dos primeiros a chamar a atenção para a importância de *Baú de ossos*, logo que a obra aparece:

*“Baú de ossos, aliás, é singular, por constituir uma estréia literária aos 70 anos e situar o gênero autobiográfico nas alturas raras da verdadeira criação. Não tenho dúvida em dizer que este livro me parece o mais importante dentre os publicados em 1972”* (Candido, 1977, p. 12).

Em outro trabalho a respeito desse assunto, o mesmo Antonio Candido dedicaria reflexões essenciais sobre a autobiografia na forma de poesia e ficção em autores mineiros. Trata-se de “Poesia e ficção na autobiografia”, publicado na obra *A educação pela noite e outros ensaios*. É nele que Pedro Nava surge na sugestiva companhia de Carlos Drummond de Andrade e Murilo Mendes. Diz o crítico, ratificando o seu favorável ponto de vista acerca do autor:

*Antes de abordar o estudo de sua obra conviria lembrar que, se estamos habituados a tratar Drummond e Murilo na categoria dos maiores escritores, a presença entre eles de Pedro Nava pode espantar alguns, porque a sua revelação é recente e as pessoas ainda não se habituaram a aceitar a sua eminência ou admitir que um livro de memórias possa ter a altura das grandes obras literárias. Ora, justamente porque estou convencido desde o primeiro momento de que assim é, ou seja, de que Pedro Nava é um dos grandes escritores brasileiros contemporâneos, não hesitei em situá-lo na devida companhia. Por esta mesma razão tratarei dele mais longamente que dos outros dois, há muito consagrados e gloriosos (p. 61).*

A obra de Pedro Nava aponta para todos os lados. Trata de tudo e de todos, de ruas, bairros e cidades, de Minas, do Brasil, do mundo, num amplo esforço de indicar a geografia minuciosa de cada lugar de que dá notícia. É também uma erupção de figuras, de retratos, de episódios, de ambientes, de paisagens, de relatos de modos de vida e de transformações de alguns desses mesmos modos, de crises, de sofrimentos, de festas, de alegrias, de informações variadas como culinária, ciência, moda, literatura, arte, medicina, num encadeamento que faz pensar no interminável.

Por isso, avulta uma impressão de impossibilidade, quanto à abrangência efetiva de todos os seus aspectos, ao nos acercarmos desse universo que tende ao infinito. A memória é um saco sem fundo, como já disse uma vez o próprio autor, e esta é, com efeito, a sensação dominante quando percorremos as múltiplas facetas de sua obra.

De onde viria tamanha disposição para tarefa assim tão imensa e custosa? Como dar conta de tanta coisa relacionada não apenas aos fatos de sua vida - o que já seria matéria suficiente para longa ocupação - mas ainda estender-se pela existência de vários parentes, próximos e distantes, subindo tantas gerações quantas possíveis? E o que dizer das notícias detalhadas de tantos amigos? E mais: dos amigos dos amigos, de suas famílias, de tanta gente que o autor conheceu? Notícias abundantes de várias outras figuras, ora de gente que desempenhou papel de importância em sua vida, ora de gente sem importância alguma? Em meio a toda essa multidão, vamos encontrar relatos e relatos, abarcando aspectos fundamentais da sua trajetória, de que são exemplos o núcleo familiar, a formação escolar, a vida boêmia e a vida profissional, para ficarmos só nos mais importantes. Estamos diante de uma tarefa notável, sem dúvida! Uma verdadeira história da cultura brasileira a partir de um ponto de vista, o mais particular possível, conforme os termos de Antonio Dimas.

\*

Para levar adiante o seu alentado projeto, uma das motivações de Pedro Nava - certamente não a única mas uma das mais essenciais - está na enorme identificação que possui em relação à

sua terra, que é afinal uma de suas maneiras de manifestar o forte apego às suas origens. Evidente que uma empatia assim não está isenta de uma firme postura crítica, não raro contundente, ainda mais se levarmos em conta a índole artística nada acomodada do autor. De qualquer maneira, o que avulta efetivamente é um sentimento vivo de comunhão, de indissociabilidade, de integração absoluta com seu meio, tudo expresso de modo tão afetivo. Aliás, um modo habitual de o autor manifestar-se a respeito de tantos outros temas, como se vê no transcórre da obra:

*... Essas áreas, não posso chamar de pátria, porque as não amo civicamente. O meu sentimento é mais inevitável, mais profundo e mais alto porque vem da inseparabilidade, do entranhamento, da unidade e da consubstanciação. Sobre tudo, da poesia... Assim, onde é que já se viu um pouco d'água amar o resto da água? Se tudo é água... Essa é minha terra. Também ela me tem e a ela pertence sem possibilidade de alforria. Do seu solo, eu como. Da sua água, bebo. Por ela serei comido (Baú de ossos, p. 111).*

Um sentimento caracterizado dessa maneira pode explicar o interesse tão acentuado pela representação do espaço, presente por toda a obra. O estudo de Joaquim Alves de Aguiar orienta-se, por sinal, em torno dessa questão e demonstra de forma consistente a organização das memórias do autor em função de tal aspecto: “... não se demora a perceber que Nava é um escritor tremendamente ‘especializado’. É pela reconstituição dos espaços que ele faz voltar o tempo” (Aguiar, 1998, p. 202). Curioso é que o desejo de situar-se com precisão estende-se muitas vezes aos amigos e parentes, mesmo àqueles, dentre esses últimos, que Pedro Nava não chegou a conhecer pessoalmente. Pode estender-se ainda a figuras que sequer tiveram relação direta com ele, como é o caso da negra Sabina, uma vendedora de doces na porta da Faculdade de Medicina à época em que o pai do autor era estudante desse curso no Rio de Janeiro. Tal vínculo, pois, é que de início justifica sua presença nas memórias. Dela falaremos logo mais.

Vejamos primeiro o caso seguinte: o avô paterno de Nava morreu ainda moço, em 1880, mais

de vinte anos antes do nascimento do autor, que sabia pouco a seu respeito. Isso não o impede de compor de forma minudente o possível caminho que o pai de seu pai utilizava para o trabalho na cidade do Rio de Janeiro. “Não é difícil imaginar como ele faria esse caminho se juntarmos à verdade o verossímil que não é senão um esqueleto de verdade encarnado pela poesia” (Baú de ossos, p. 67). Eis a explicação para compreendermos como o autor se capacitava a detalhar tudo a que não tivera acesso direto: *imaginar com verossimilhança*. E o resultado é tão convincente que acabamos por esquecer que estamos diante da reconstrução de um passado presumido. A sensação é antes de testemunho, um depoimento de quem vivenciou de fato a experiência referida. Tomemos o trecho final de um parágrafo que, sozinho, ocupa nada menos que três páginas cerradas:

*... Esses caminhos cortavam o centro urbano (...). Neles passava meu avô, acotovelando-se com políticos, portugueses, escravos, marinheiros, barões, crioulas, capoeiras, gerais, jornalistas, doceiras, colegiais, quitandeiros, senhoras, fotógrafos, peixeiros e prostitutas; desviando-se dos carris, das vitórias, gôndolas, tlburis, landaus, aranhas, calesches, berlindas e burros sem rabo que atropelavam desordenadamente o solo escorregadio das imundícies, das cascas de frutas, detritos alimentares, baganas, escarros e cusparadas; respirando o cheiro especial do velho centro do Rio de Janeiro - misto de exalações de frutas frescas e frutas podres, da bosta dos estábulos, dos moinhos de café, das barracas de peixe, dos montes de lixo, de leite azedo, de queijo ardido, dos mercados de flores, do perfume das senhoras que passavam rangendo sedas - machadeanas Fidélias, Capitolinas e Virgílias! e do bodum da pretalhada carregando fardos; ouvindo as conversas, os assovios, as cantigas e as obscenidades de uma população que xingava, praguejava e dizia safadezas com o mesmo gosto com que cuspiam de esguicho. No meio desse fervilhar de vida passava meu avô para chegar à sua Rua de Gonçalo Gonçalves (Baú de ossos, p. 69-70).*

A riqueza de detalhes impressiona. Lemos as informações mais como se fossem resultado da observação franca do autor que de seu avô propriamente. É como se houvesse uma incorporação profunda de um pelo outro. Ou, então, como se o

avô legasse com desembaraço, ao neto, o conjunto de suas percepções e lembranças da mesma forma que é possível repassar às gerações seguintes caracteres de ordem física. Parece que Pedro Nava quer sugerir exatamente isto. Ele se mostra como produto genuíno de seu meio familiar, capaz de assimilar o espírito de todos os seus predecesores, fazendo-os contemporâneos de si mesmo.

Páginas adiante, o autor esquadrinha um outro caminho do avô, agora em rumo definitivo ao cemitério. O roteiro, como podemos ver, é detalhado:

... A 1º de junho de 1880 meu avô saiu de casa para sempre. Seguiu o mesmo trajeto cotidiano, agora no coche fúnebre que minha avó viu estrelar-se como ameiba preta dentro de suas lágrimas, até a Ponte das Laranjeiras. Só que no Largo da Lapa já não entrou por Passeio, mas tomou por Maranguape, Mata-Cavalos, Conde d'Eu, Mata-Porcós, Ponte do Não-Te-Importes, Praia das Palmeiras, Praia de São Cristóvão e Praia do Caju, até o Cemitério de São Francisco Xavier. Ali, na Quadra 38, Sepultura Perpétua 2502, a terra lhe comeria as carnes e o lençol-d'água lhe lavaria os ossos (Baú de ossos, p. 78).

Referidos com rigor de exatidão, esses espaços demonstram o apego do autor em traçá-los e retraçá-los com base em todos os pormenores passíveis de concorrer para a melhor obtenção de tal fim. Não se contenta com dados sumários. É preciso recolher todos os aspectos, todos os ângulos, todas as informações disponíveis. Em decorrência, avulta um dos mais utilizados recursos do estilo de Pedro Nava, que é a enumeração. Esta se apresentará por toda a obra aludindo a praticamente tudo. Nos trechos acima, é notório o seu emprego na listagem das ocupações das pessoas que passavam pelo caminho do avô, dos veículos a entupir as ruas e as passagens, da sujeira nelas espalhadas, dos odores que exalavam daquelas ruas. A própria nomeação dos logradouros, diligente em ser tão completa quanto possível, constitui também um tipo de enumeração.

Chama ainda a nossa atenção o detalhe específico da visão da avó ao contemplar a saída do coche fúnebre com o corpo do marido. O quadro sugere a capacidade do autor em assumir um ponto de vista diferente do seu. Mas é como se não

houvesse diferença alguma, já que o autor estabelece uma identificação assim tão intensa com o olhar pesaroso da avó, a ponto de com ela também enxergar através de suas lágrimas. Trata-se, pois, de um procedimento inerente à ficção, que o autor não tem dúvida em aproveitar.

Por fim, notamos a presença de um motivo recorrente por meio de termos e seqüências constantemente repetidos em todos os volumes das memórias: *a terra a comer os corpos*. Fenômeno inexorável, contra essa destruição só se pode resistir tentando fixar da melhor forma possível os contornos do passado. De qualquer modo, a consciência, as reflexões e as inúmeras referências a respeito da corrupção da matéria vão ocupar porção significativa no terreno das preocupações do autor. Certamente, tais preocupações estão ligadas à profissão médica, atividade exercida ao longo de tantos anos e que lhe dava o conhecimento empírico baseado na experiência constante com a morte.

O ensaio de Davi Arrigucci Jr. capta esse aspecto com precisão, principalmente por evidenciar o vínculo entre o convívio profissional com a morte - a morte que sempre ronda o homem de idade já avançada, caso de Pedro Nava quando começa a escrever as memórias - e o fato de ser ele um herdeiro, por assim dizer, ativo da memória de um grande número de parentes mortos. Diz o crítico: *“É da proximidade com a morte que sua narrativa tira a autoridade que a sanciona; ...”*<sup>1</sup> É preciso, portanto, não fugir de nada relacionado ao que a *indesejada das gentes* impõe. A complexidade do fenômeno faz pensar em degradação e desaparecimento mas também em recuperação pelo caminho da memória: *“O materialismo, profundamente incutido em seu espírito, se deixa ver sobretudo no modo como acompanha o destino natural da matéria para a destruição, mesmo quando à espera de ver renascer a vida perdida, por obra da ressurreição da memória”* (Arrigucci Jr., 1987, p. 92). Ainda quanto aos aspectos da degradação trazida pela morte, Pedro Nava não se

<sup>1</sup> “Móvil da memória”. In *Enigma e comentário*, p. 92. Sobre a presença deste tema nas memórias de Nava, ver sobretudo o segmento “O Médico e a Morte”, p. 88-94.

detém ante o que possa parecer medonho. Ao contrário, desce fundo no exame e na nomeação dos acontecimentos.

*Nesse sentido, é reveladora em sua prosa a tendência para uma visão estética do mórbido, que não arrepia caminho nem mesmo diante das formas escabrosas da decomposição do corpo, como se quisesse retratar a morte em detalhes, com traços grossos de um naturalismo cru - 'a morte com mau gosto' -, conseguindo captar, no entanto, uma difícil poesia do sinistro.<sup>22</sup>*

Um dos melhores exemplos quanto a esse aspecto está em *Balão cativo*. O autor descreve o seu primeiro e terrível contacto com a decomposição visível da matéria. Tematiza-se aí a deterioração do corpo de um animalzinho, vítima da perversidade de um dos primos de Nava:

*... Havia em casa um mico, trazido do sertão por meu avô. Um dia mordeu o primo. Foi condenado a ser pendurado pelo pescoço até que a morte sobreviesse. Depois, jogado pelo rabo num canto da chácara. Eu senti a morte do macaquinho como a de gente e decidi dar-lhe sepultura cristã. Levei-o para o outro lado do riacho dos inhames, abri um buraco, forrei de tijolos, fiz a obra de misericórdia e cobri com ladrilhos velhos. Dias depois fui ver como estava e recuei de horror e nojo diante da massa peluda, pegajosa, estufada, sem nome e fervilhando da vida de mil vermes dentro da orquestração das moscas zumbindo. Desprendia um cheiro tão poderoso que me fez cambalear. Era aquilo! A putrefação! Nunca mais a esqueci e, quando estudei Medicina Legal, fixei suas fases sucessivas e hediondas. Transformei esse conhecimento, ai de mim! no suplício indiano que me faz sofrer não só a morte como a desagregação cotidiana e sabida dos meus mortos. Cada dia que passa eu sei como eles vão ficando. É como se os estivesse vendo, hora por hora, através da terra translúcida. Essa vidência me envenena e penso sem parar no festival indecente das vidas que nascerão da morte de minha carne. Pobres, pobres, pobres mortos! Avant tout, votre ventre éclate... Vocês estouram como nas Danças Macabras e no afresco horrendo do Triunfo da Morte, do Campo-Santo de Pisa. Ficam verdes, amarelos, roxos, furta-cor, engordam e murcham, crescem e min-*

*guam, emitem gases e o artifício dos fogos-fátuos! Entram em fermentação butírica, ficam rançosos, cheiram a camembert e roquefort. Deitam águas, caldos, sangue e sânie, banha mole, choram os próprios olhos, esvaziam as órbitas. Ao fim dum ano, tiram a máscara da cara provisória e a caveira permanente aparece rindo, rindo cada vez mais porque lhe cai a mandíbula e depois ela rola de lado quando já não a sustenta mais o pescoço que se desagrega. Vocês ficam em ossos, ossos que desmoronam. Sobra só aquela espécie de pó de café final, aquele humilde e último cambuí. Os vermes já se foram e as baratas, quando vem o último conviva, a *Lucilia tenebrans*, a mosca tenebrosa que põe os ovos dentro do crânio esvaziado e cujas larvas se desenvolvem na manteiguinha que ficou de seus pensamentos, suas paixões, suas lembranças, sua memória. Depois elas voam para outros defuntos e, desértico, o gótico esqueleto vai se esfarelar submetido às leis da física e da química que regem os minerais. Os ossos vossos, os meus também... Suplício engenhoso que sofre cada dia, diante de cada morto, pensando neles, passando nos cemitérios - suplício que nasceu ali, abrindo a cova onde apodrecia um bicho... (*Balão cativo*, p. 62-63).*

Note-se que o segmento possui de início uma configuração essencialmente narrativa até o momento em que se dá a visão lúgubre da putrefação. A partir daí, o autor imprime um feitiço descritivo, demonstrando o seu saber de homem da ciência a respeito do processo macabro. Repare-se, ainda, que a descrição vem acompanhada de visíveis traços dissertativos, voltados para a reflexão sobre o destino comum a todos os mortos, os “pobres mortos” apostrofados para ser-lhes dirigida a lembrança da condição de degradação e esfacelamento que está inevitavelmente por vir. Nesse sentido, o segmento é bastante representativo da prosa bem-proporcionada de Nava, na medida em que conta, descreve, reflete. Nada de extraordinário, contudo, se tal vocação para o emprego dessas formas do discurso não viesse associada a um profundo discernimento na sua mescla. Isto é, o autor sabe lançar mão do recurso adequado no momento justo, narrando, expondo com minúcias, discorrendo, tudo regido por notável senso de equilíbrio, que nos faz nele perceber um dos fato-

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 92. A expressão “a morte com mau gosto” figura em “O defunto”, famoso poema de Pedro Nava.

res responsáveis pelo ritmo muito bem cadenciado daquela prosa.

Voltando ao teor predominantemente referencial do segmento, vemos, pois, mais uma das múltiplas alusões encontradas nas memórias de Pedro Nava: ele, que tanto nos remete para autores diversos da nossa literatura, nos aproxima agora, por força daquela temática de putrefação orgânica, da poesia de um conhecido mestre em tal assunto. Aproximação, por sinal, já percebida e comentada por estudiosos de sua obra, como é o caso do médico e escritor Raimundo Nunes: "*Verdade é que a temática da morte e suas circunstâncias dominam, em grandes espaços, as preferências literárias do Nava. Nesse aspecto, tem algo a ver com as constantes funéreas da poesia de Augusto dos Anjos*" (Nunes, 1987, p. 66).

A respeito dessas tantas alusões, vale abrir um parêntese para dizer que não é difícil, com efeito, encontrar pontos comuns entre a prosa do autor e várias dimensões de nossa produção intelectual. Claro que suas memórias trazem um universo sem fim de referências a toda a cultura ocidental, a começar pela *Bíblia*. Também é preciso reconhecer que não são apenas as obras literárias - sobretudo de autores franceses, portugueses e ingleses - que evidenciam o seu conhecimento nesse plano. Impressiona, do mesmo modo, a sua grande desenvoltura no campo das artes plásticas - com a menção sempre adequada aos principais nomes da pintura - e no campo do cinema em seus primórdios - com sua devoção a Charles Chaplin. Para ficarmos na esfera doméstica, vale lembrar inicialmente um clima comum entre a prosa de Pedro Nava e a poesia de Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, além de outros poetas do Modernismo. Sem surpreender, tal parentesco chega a ser mesmo natural em face da sua militância modernista na juventude. O mais notável é que sua obra aponta também para Castro Alves e certos poetas românticos, especialmente os de tom elegíaco acentuado; para certos traços de nossa poesia barroca, com imagens escatológicas à maneira de Gregório de Matos, por exemplo; às vezes, para a expressão classicizante dos parnasianos; sem contar ainda imagens com algo de etéreo

e de abstracionismo que lembram os simbolistas, ou uma temática de feição idílica voltada para aspectos da natureza, própria dos árcades. Se a obra do autor apresenta tal proximidade com a poesia brasileira, com a nossa prosa de ficção, o parentesco torna-se mais patente ainda. Um trabalho nesse sentido revelaria os inúmeros pontos de contacto entre as memórias de Pedro Nava e o percurso do romance brasileiro. Mostraria também as relações que possam ter com toda a literatura dos viajantes do período colonial. Acompanha, a seu modo, os esforços de explicação do Brasil empreendidos pelas ciências humanas, sobretudo a partir da década de 30. E, obviamente, a sua vinculação profunda com a pequena mas já consistente tradição do memorialismo brasileiro. Enciclopédica como poucas, o que se quer dizer é que a prosa de Pedro Nava, por essa tangência, não só com a literatura, mas com toda a cultura brasileira, tende a aspirações totalizantes, podendo assim ser tomada como uma espécie de súpula de toda a nossa vida espiritual.

\*

Mencionei, em parágrafo anterior, o empenho do autor quanto à melhor fixação dos contornos do passado. É provavelmente por essa razão que Pedro Nava se esmere em definir todos os espaços de um jeito tão minucioso e com pretensões de fidelidade quase absoluta, pois apenas assim o memorialista alcançaria, porventura, um resgate mais eficaz das coisas no tempo.

Com a mesma motivação, podemos perceber esmero semelhante nas descrições circunstanciadas de uma infinidade de ambientes e objetos, invariavelmente ligados à lembrança de personagens do passado. Para uma idéia do processo, veja-se que, quando nos oferece a visão de um dos quartos da casa ocupada pela família à Rua Aristides Lobo 106, no bairro carioca do Rio Comprido, as particularidades ali relacionadas chegam a extremos de detalhamento. Trata-se do quarto de uma irmã de seu pai (tia Candoca), no qual se guardou literalmente, por algum tempo, um baú de ossos: os da prima Alice, morta ainda pequena em Juiz de Fora, filha daquela tia. Assim, o autor enumera a sua mobília: "*Dois camas, a de minha tia e a da*

*Maria, quando vinha do Sacré-Coeur. Dois armários imensos. Um lavatório antigo, de madeira escura e tampa de mármore vasada para receber uma bacia de prata desirmanada do jarro extravariado, que fora substituído por um de porcelana azul, com medalhões representando cenas pastorais”* (Baú de ossos, p. 363). A referência ao jarro de porcelana, substituto do outro de prata, sem deixar de lembrar-lhe os detalhes dos medalhões com suas cenas pastorais, é com efeito de um requinte de reminiscência incomum em outras obras do gênero. Mas não na obra de Pedro Nava. Ali, isto é método. Tais descrições constituem parte substancial daquilo que poderíamos chamar, quem sabe, de *desvelo de contextualização*. Todos os elementos recordados parecem necessários à recomposição do cenário, sem os quais o mesmo não estaria perfeito para a sua repovoação, por assim dizer.

... No 106, entre outras coisas, figuravam um porta-retratos, com o de minha avó, e um marquês de porcelana - hoje em minha casa e trazendo para ela restos daquelas em que estive-ram. Diante desses objetos houve aniversários, noivados, casamentos, velórios. Foram mudados de lugar, lavados, brunidos por mãos mortas. Estiveram no Rio Comprido, na Tijuca, no Icaraí, na Urca, no Leblon, em Copacabana e trazem para minha casa da Glória um pouco das casas sovertidas de minha gente. Sobre as mesinhas dos fumantes, junto dos cinzeiros, nova coleção de portas. Porta-cigarros. Porta-charutos. Porta-caixa de fósforos. Complemento para os tabagistas: as duas escarradeiras dum tempo em que havia o hábito de não fumar sem cuspir. O espelho da parede. O quadro com o retrato do avô. Sua presença. Pedro da Silva Nava. É no meio destes objetos familiares e à luz das janelas abertas que vejo a figura dos amigos que freqüentavam nossa sala (Baú de ossos, p. 320).

O segmento nos auxilia a compreender melhor esse esforço do autor em não economizar nas minúcias, que formam matéria indelevelmente associada aos personagens antigos que deseja resgatar para o presente. Concebidas com propósito assim tão descritivo, as seqüências de períodos, muitos deles compostos apenas de sintagmas nominais como que para ampliar-lhes a capacidade definidora, parecem indicar a importância de

todas as coisas lembradas. É como se o nome do avô, citado em meio àquela seqüência e lá justaposto em pé de igualdade com as demais menções, só pudesse alcançar o realce merecido se cercado dos vários objetos que um dia lhe disseram respeito. Objetos que, como mostra o registro do autor, possuem a dignidade de ter testemunhado a história da família, tendo sido manipulados por “gente há muito desfeita em pó” (Balão cativo, p. 94). Disseminada por toda a obra, essa espécie de coesão entre objetos e ambientes, de um lado, e de pessoas de outro, encontra seu esclarecimento mais apropriado na concepção de Proust, transcrita por Nava no último volume das memórias:

*Je trouve très raisonnable la croyance celtique que les âmes de ceux que nous avons perdus sont captivés dans quelque être inférieur, dans une bête, un végétal, une chose inanimée, perdues en effet pour nous jusqu'au jour qui pour beaucoup ne vient jamais, où nous trouvons passer près de l'arbre, entrer en possession de l'objet qui est leur prison. Alors elles tressaillent, nous appelent, et sitôt que nous les avons reconnues, l'enchantement est brisé. Délivrées par nous elles ont vaincu la mort e reviennent vivre avec nous”* (O círio perfeito, p. 292).

A partir daí, já incorporado na figura de seu alter ego, o médico José Egon Barros da Cunha, Pedro Nava expande-se em ilações que visam a confirmar tal vínculo. Assim é que, imediatamente após a citação de Proust, continua o autor no mesmo compasso:

... O médico estremeceu e sentiu que essa coisa luminosa de Proust está na origem do que diz Guimarães Rosa - que os mortos se encantam. Mas a particular importância da concepção é que a partir dela vem todo o processo da associação reminiscente da teoria da madeline. Sugeriu ao médico que esse encantamento é que faz os objetos velhos sagrados porque neles muitas pessoas se encantaram (num pedaço inachável mas presente como molécula marcada, incluída na matéria dum cristal). Não só pessoas mortas, mas aquelas ainda vivas como elas eram nos remotos. Idéias, lembranças que tornam cada quina, cada pedaço dum móvel, dum casa, dum rua, dum praia - outra madeline (O círio perfeito, p. 292).

A mobília familiar que Pedro Nava pôde conservar em sua casa é, por conseguinte, fonte constante de recordações. Faz, por exemplo, com que ele pense não só nas pessoas como também em outros objetos dos cenários antigos. Ou, por outra, revela a íntima ligação que possa haver entre pessoas e objetos. Diz o autor sobre um aparador de madeira clara:

*Por ele se imagina o guarda-louça que o acompanhava e o tamanho da mesa patriarcal da sala-de-jantar de meus bisavôs, onde batia este relógio de repetição cujas horas estou ouvindo e cujos ponteiros negros vêm há cento e quarenta anos rodando sobre nossos nascimentos, batizados, casamentos, mortes e enterramentos (Baú de ossos, p. 43).*

É interessante observar, que tais objetos possuem algo de mágico por estabelecer vínculo assim tão forte com o passado. Ainda mais quanto ao relógio de repetição, esse símbolo inapartável do tempo e de seu desenrolar contínuo. Nava voltará a referir-se ao relógio na primeira parte de *Galo-das-trevas*, num dos momentos mais pungentes de toda a sua obra:

*O relógio armário vacarmiza com seus tic - estalos - tac a tempos iguais do pêndulo cá e já logo lá e a lua do mostrador me manda além das três e meia das horas, o sem-número de caras que as procuraram no tempo e que não procuram mais saber quantas são. Se fosse uma raridade de antiquário, não me diria nada. Mas é um de armário que bate as horas para minha gente há mais de cem anos” (Galo-das-trevas, p. 28).*

Nesse capítulo inicial de *Galo-das-trevas*, marcado por um tom fortemente lírico, o autor faz uma espécie de balanço do que escreveu até então, promovendo a passagem do foco narrativo para uma terceira pessoa, que cuidará da trajetória de José Egon Barros da Cunha, seu *alter ego* há pouco citado. Por ora, vejamos que a figura do avô paterno, uma vez mais, assume relevo por meio da alusão ao móvel onde repousou seu corpo já sem vida: “Nesse canapé estive esticado meu avô, no dia 31 de maio de 1880, antes de o deitarem no caixão de onde tirei seus ossos de bronze sessenta e cinco anos depois” (Baú de ossos, p. 43). Assim,

muitos desses objetos acabam por desempenhar a função de verdadeira memória documentada, à semelhança das cartas, diários, documentos familiares, fotografias etc., que o autor declaradamente utilizou na composição de suas reminiscências.

O empenho em resgates como os tantos que vemos no decurso da obra é naturalmente acentuado com relação aos inúmeros familiares do autor. Mas, mesmo quando referente a figuras não tão próximas ou até àquelas a quem ele não conheceu pessoalmente, a narrativa também costuma ganhar encanto particular, pois a sensação é sempre a de uma espontânea relação de intimidade.

Ao acompanhar em *Baú de ossos* as etapas do curso médico de seu pai, Pedro Nava faz alusões a um grande número de mestres e companheiros desse curso, traçando-lhes o perfil, expondo-lhes os temperamentos, lembrando as estroinices dos alunos, e assim oferecendo já uma antecipação do que seria a narrativa de sua própria formação na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, um dos temas centrais de *Beira-mar*.

A certa altura, começa a relatar a história de Sabina, a vendedora de doces que encontrava seus fregueses nos alunos da escola em que estudara o pai do memorialista. Nava dedica uma página antológica a tal figura, que não pôde conhecer e de quem obteve notícias por meios indiretos. “Entre uma aula e outra, os estudantes iam para a porta conversar, olhar o mar, descarrilar os bondes, namorar as lavadeiras de Tanagra, quebrar a cara dos burros-sem-rabo ou aglomerar-se em torno ao tabuleiro da Sabina divina, saboreando suas cocadas e punhetas” (Baú de ossos, p. 215). Apres-se em explicar: “Esse último nome era o de uma gostosura amassada com a mão - um doce, bem entendido! - feito com tapioca, coco e assadinho no borralho” (Baú de ossos, p. 215). Por causa do vocábulo de sentido ambíguo e por isso bastante cômico naquela situação, pelo emprego de um termo avaliativo como “gostosura”, pelo diminutivo “assadinho” a indicar afetividade e, claro, pelo epíteto “divina”, já se vê a forte adesão que o narrador demonstra em relação à vendedora. O andamento do texto vai confirmando essa sensação

inicial. Prodígio de síntese, a descrição que ele faz da mulher, em apenas um período, já é o suficiente para comprovar tal empatia: “*A Sabina era uma negra fabulosa, saída, com seu colo de ébano, sua bunda de jacarandá e seus olhos de jaboticaba, de um Rugendas ou de um Debret*” (Baú de ossos, p. 215). Descrita por meio dessas belas metáforas - figura de linguagem largamente utilizada por Nava nas memórias -, a mulher adquire assim a condição de personagem de uma obra de arte, alçada a modelo exemplar daqueles pintores. Para a deferência ser ainda maior, o narrador reproduz literalmente o pregão com que ela anunciava sua presença no local em que dispunha seus doces à venda. O relato da situação possui forte apelo visual, como se testemunhada por ele, conforme podemos notar no segmento seguinte:

“... *Era amiga dos estudantes e tinha para se anunciar pregão composto por ela e que ela cantava, balançando como as ondas que iam e vinham e batiam no cais, entre as portas da Faculdade e as escadas da Misericórdia*”.

“*Sou a Sabina. Todas as tardes,  
Todas as tardes sou encontrada,  
Sou encontrada lá na calçada  
Lá na calçada da Academia,  
Da Academia de Medicina...*” (Baú de ossos, p. 215).

Não é demais insistir em que nada do que é registrado a respeito de Sabina configura resultado direto das reminiscências do autor. São histórias de que ouviu falar, mas apresentadas de maneira tal que parecem fruto de sua própria observação. Determinadas imagens remanescentes do cenário, e por isso constatáveis *a posteriori*, auxiliam na recuperação das imagens que se foram. Isto é patente sobretudo em “ondas que iam e vinham e batiam no cais”, movimento constante do mar já tornado em símbolo de perenidade, com o polissíndeto reforçando a sensação das coisas que se repetem e tendem à duração sem fim, como deveria ser, afinal de contas, a figura de Sabina com seus doces admiráveis.

Aí está um dos segredos do autor na recomposição do passado. A menção sistemática de es-

paços, ambientes e objetos revela-se, como vemos, a um procedimento recorrente e de importância decisiva em suas memórias. Os detalhes, envolvendo o caso de Sabina, dão, de fato, essa impressão de um testemunho sem intermediários:

*Ora, um belo dia, nada de Sabina, de seu chale da Costa, de suas saias de goma, de suas chinelas sonoras, de seu pregão merencóreo. Nada de cocadas, nada de cuscuz, nada de punhetas. Nada. A autoridade sanitária tinha proibido os tabuleiros e um tenente de polícia atribiliário tinha rapado o da Sabina. Os estudantes deram outro e, quando o meganha voltou, encontrou a negra garantida pela Faculdade. Começou a inana. Pode! Não pode! Fora, puto! Ordens são ordens! Merda pras ordens! Não pode! Pode! Houve pescocões, bengaladas, golpes de refle. Cavalaria e rolha para cavalo pranchear. Tentativa de invasão e defesa da cidadela com garrações de ácido sulfúrico despejados por Guahiba Rache, em cima dos soldados. Finalmente os tiros. Houve feridos e parece que mortos. A revolta ficou chamada a sabinada e terminou porque aconteceu que o Chefe de Polícia não era integralmente cretino e mandou que tornassem ao lugar negra e tabuleiro. Ela voltou e ouviu-se novamente seu pregão todas as tardes. Todas as tardes lá na calçada, lá na calçada da Academia, da Academia de Medicina (Essa história eu a ouvi de um contemporâneo de meu Pai, Levy Coelho da Rocha, médico em Belo Horizonte. Se não estiver conforme, outro, do tempo, que a conte melhor) (Baú de ossos, p. 215).*

Vários pontos chamam nossa atenção sobre o trecho acima. Primeiramente, os pormenores dos trajes de Sabina, produto da interferência imaginativa do autor, sem dúvida. Depois, o “nada” anafórico do segundo período, sugerindo as repetições que o seu pregão comportava. Em seguida, o discurso direto livre a mimetizar a discussão entre estudantes e polícia, o que revela a disposição daqueles na defesa do trabalho da vendedora. Tal discurso que também é resultado daquela interferência imaginativa e, mais que isso, um expediente para contribuir com aquela repovoação dos cenários evocados de que falamos atrás. Por fim, a esperada cumplicidade do autor quanto a uma solução do caso favorável à Sabina, indicada, entre outras coisas, pela bonita e engenhosa repro-

dução da anadiplose que marcava aquele prego formulado com recursos poéticos. Não nos esqueçamos ainda da frase parentética, que desafia divertidamente algum ouvinte da história a contá-la melhor.

Aliás, esse remate clássico de casos narrados numa roda de ouvintes será retomado, páginas adiante, quando se rememorarem os tempos de Rosa, que, ao contrário de Sabina, o autor conheceu muito bem. Tratava-se de uma negra criada por sua avó materna, dotada de memória prodigiosa, “*que registrava tudo para sempre e de modo indelével*” (Baú de ossos, p. 239). Rosa era consultada sobre qualquer matéria que demandasse tal faculdade, respondendo a tudo sem hesitar. Para as crianças, porém, o grande interesse que despertava estava em sua capacidade de contar enredos famosos: “*Mas o melhor é que Rosa, além de ser um canhenho vivo, sabia, ouvidas não sei onde nem de quem, todas as histórias de Andersen, Perrault e dos irmãos Grimm*” (Baú de ossos, p. 239). Aos inúmeros personagens das narrativas de Rosa, o autor associava figuras de Juiz de Fora, suas conhecidas, aproximação que certamente corresponde à sua tendência para convergir memória e ficção.

Sobre aquele remate tradicional das histórias, o de Rosa era aplicado quando se cansava de contá-las. Ela o expressava da seguinte maneira: “... *‘entrou pelo cu dum pinto, saiu pelo cu dum pato, quem quiser que conte outra’*(Sic.) *Era assim mesmo. A Rosa ignorava a forma vernácula e delicada lembrada por Machado no Esaú e Jacó: / Entrou por uma porta, saiu pela outra, manda el-rei nosso senhor que nos conte outra*” (Baú de ossos, p. 239). Como significasse o encerramento das histórias, uma conclusão assim, apesar de hilária, tornava-se decepcionante para os pequenos ouvintes. Pior que isso só a engabelação do “*tá passando*” interminável, recurso extremo de Rosa para burlar a atenção das crianças sonolentas:

*...O pastor que era lindo como o sol e tinha um rebanho enorme de gansos para passar a ponte do Botánagua. Chegou à ponte, pediu licença ao guarda e começou a passar os gansos. Parava a*

*rapsoda, para ver se o menino dormia. Ele voltava dos abismos reclamando. E depois? Só posso contar depois dos ganso passá... Tá passando... Pausa. E depois? Rosa. Tá passando... assim, não! Rosa. Tá passando... Tá passando. Eu dormia com os gansos passando. Os gansos um dia passaram todos como os dias que não voltam mais do Chico meu filho... Ah! E agora? Rosa... (Baú de ossos, p. 240).*

Esse *Chico meu filho*, parente de Pedro Nava, era o poeta Brant Horta, cuja mãe, a prima Mariquinhas, só o chamava pela expressão conjugada: nunca “Chico” ou apenas “meu filho”, era *Chicomeufilho*, autor de uns versos à maneira de Casimiro de Abreu, que Rosa trazia decorados, recitando-os de imediato, “*ali na bucha!*” (Baú de ossos, p. 239), quando instada a fazê-lo. Repare-se para a coincidência, pois o nome de Rosa é o mesmo daquela outra contadora de histórias: a Rosa dos poemas de Manuel Bandeira. Sua figura torna-se assim um meio pelo qual o clima da poesia do autor pernambucano acaba ecoando aqui nessas memórias, às vezes até mesmo de forma direta, como é o caso de “Profundamente”, citado como epígrafe em *Baú de ossos*. E, claro, ecos também de Drummond por meio da expressão “E agora? Rosa...”, indagação que, surgindo após o encerramento de um ciclo, isto é, lembrando a finitude de todas as coisas, nos remete logo para o seu famoso “E agora, José?”.

Pedro Nava, como vemos, demonstra grande ternura por Rosa, cujo engenho não era mesmo pequeno. Isto se evidenciava na interpretação muito particular que ela fazia da história cantada de uma ex-donzela chamada Juliana, enganada pelo namorado. Tratava-se de antiga história européia, que adaptara para as paisagens de Juiz de Fora. Sobre esses seus dotes, escreve fascinado o autor:

*...O talento cênico da negra era fantástico e ela interpretava genialmente, à mineira, cantiga portuguesa ou coisa erudita tornada canto popular. Ah! Rosa, rosa nas trevas, rosa de trevas, rosa de amor, purpúrea e bela, rosa para nós há tanto desfolhada na aridez sepulcral dos nossos corações, rosa da infância, rosa unicamente nominativa, jamais declinável. Anos depois ela me descobriu na Rua da Glória e veio me visitar. Estava*

*gorda, mãe de família e dera para beber. Só que tinha a mesma constelação antiga das estrelas dos olhos e da estrela da face. Rosa, você toma uma cervejinha? Tomo, seu Pedrinho, mas só se for entremeando com cachaça, para respaldar. Eu mesmo servi minha negra e quando ela ficou no ponto, taramelando e vaga, comecei a testá-la. Rosa! que dia morreu minha avó? Quatro de setembro de 1913. Como é que se chamava a madrinha de minha Mãe? A de batismo era Dona Mariquinhas Vidal de Andrade Santos e a de crisma Dona Mariquinhas Brant Horta. Rosa! Rosa! Agora a Juliana. Ela encenou, contracenou e cantou. Mas onde estavam, onde? as flores-d'antanho (Baú de ossos, p. 244).*

Como não nos lembrarmos do “Onde estão todos eles?”, verso do já citado “Profundamente”, de Manuel Bandeira? Por aí é que vemos a profunda adequação entre esses temas e a epígrafe situada no início do segmento - “*Mais où sont les neiges d’antan?*” (Baú de ossos, p. 238), verso de François Villon - e refletida na última frase da citação acima. A presença desses autores indicaria, desse modo, uma orientação ao leitor quanto ao espírito da narrativa, segundo a observação de Davi Arrigucci Jr.: “*Assim, desde o princípio, se insinua uma direção de leitura, como se estivéssemos diante de uma longa narrativa elegíaca, dominada pela ‘pergunta sem resposta’ do ‘onde estão todos eles?’*” (Arrigucci Jr., 1987, p. 93).

No ensaio que traz justamente esse título - “Pergunta sem resposta” -, Augusto Meyer aborda o *topos do ubi sunt?*, em que figuram, não por acaso, nomes como os citados por Pedro Nava: Villon e Bandeira. Diz Meyer sobre a pergunta: “*Eco irônico, é uma interrogação que na verdade não espera resposta alguma, e apenas se ouve ao longe, velada de uma serena surdina de entressonho*” (Meyer, 1986, p. 85). Tal pergunta Nava a repetirá em vários momentos de sua obra, tornando-se um dos sintomas mais fortes de sua busca do *temps perdu*.

\*

Para resumir, vemos que descrições meticolosas de espaços, referências tão afetivas a pessoas cujo conhecimento ora se dera diretamente, ora por meio de histórias que lhe vieram de outras

fontes, alusões a poetas que também fixaram com grande adesão o tema da passagem do tempo, discursos diretos livres em profusão, como que a querer presentificar os ausentes, vemos que todos esses elementos, enfim, foram amplamente utilizados na composição da obra. Com tais recursos é que Nava logra atingir o imenso êxito na reconstituição do passado.

Pelas razões assinaladas - e por outras mais que nem chegaram a ser objeto dessas reflexões - é que a obra do autor consagrou-se como o monumento literário mais notável do memorialismo brasileiro, sem similares em qualquer época, sem nada que possa fazer-lhe frente.

Como ponto de encontro, as memórias de Pedro Nava reúnem praticamente tudo o que a tradição do nosso memorialismo apresentou de melhor, tanto do ponto de vista da expressão quanto da matéria. Para uma idéia sucinta de sua marcha, vemos que ele traz para o conjunto da obra quase toda a temática a animar os demais memorialistas que o antecederam em nossas letras: o Brasil Imperial e a passagem para a República; a escravidão; a Primeira Guerra Mundial; a gripe espanhola, noticiada por tantos memorialistas; episódios pitorescos como a visita ao Brasil do Rei Alberto I e da Rainha Elisabeth da Bélgica; o Movimento Modernista; episódios políticos isolados, como o conflito em Montes Claros que envolveu Melo Viana, então Vice-Presidente da República; a Revolução de 30, especialmente os reflexos do embate em Belo Horizonte; o Movimento Constitucionalista de 32, além de uma série imensa de acontecimentos que vão compondo um curioso e instigante panorama da vida nacional. “Uma lição de vida, mas sobretudo uma lição de Brasil”, nas palavras de Francisco de Assis Barbosa.

Tal abrangência efetiva-se igualmente nas formas de veicular a matéria das memórias. Existem nos demais autores matizes predominantes que, dependendo da perspectiva adotada, fazem com que suas obras assumam um caráter ou mais lírico ou mais épico ou ainda, em determinadas parcelas da obra, até mais dramático. Pedro Nava circula por todas essas esferas, imprimindo, em relação ao tema do momento, a forma que me-

lhor lhe convém. Assim, sua obra mostra-se multifacetada também nos modos de exprimir, pois revela capacidade de mover-se entre os diferentes meios de expressão, de acordo com o que solicita a matéria.

A criatividade, a adequação, a liberdade, esse espírito em busca de totalidade, todas essas qualidades enfim que procuramos acompanhar no transcender deste trabalho é que garantem à obra de Pedro Nava o grande reconhecimento alcançado no mundo das nossas letras.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - AGUIAR, Joaquim Alves de. *Espaços da memória: um estudo sobre Pedro Nava*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 1998. (Col. Ensaios de Cultura).
- 2 - ARRIGUCCI JR., Davi. *Enigma e comentário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- 3 - CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987.
- 4 - \_\_\_\_\_. A Literatura Brasileira em 1972. *Revista Iberoamericana*, Pittsburgh, Universidade de Pittsburgh, vol. 43, n. 98-99, jan./jun. 1977.
- 5 - DIMAS, Antonio. Memória e pudor. In: CONGRESSO ABRALIC. LITERATURA E MEMÓRIA CULTURAL, 2., 1991, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Associação Brasileira de Literatura Comparada, 1991. v.1, p. 589-593.
- 6 - MEYER, Augusto. *Textos críticos*. São Paulo: Perspectiva; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986. (Col. Textos).
- 7 - NUNES, Raimundo. *Pedro Nava: memórias*. São Paulo: Ateniense, 1987.

### Obras de Pedro Nava

- 1 - NAVA, Pedro. *Baú de ossos*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.
- 2 - \_\_\_\_\_. *Balão cativo*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.
- 3 - \_\_\_\_\_. *Chão de ferro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- 4 - NAVA, Pedro. *Beira-mar*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.
- 5 - \_\_\_\_\_. *Galo-das-trevas*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- 6 - \_\_\_\_\_. *O círio perfeito*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

# IMAGENS DA FOME E O ITINERÁRIO INTELECTUAL DE JOSUÉ DE CASTRO

Tânia Elias Magno da Silva - UFS

## RESUMO

Discute-se como Josué de Castro foi influenciado pelas imagens da fome que formavam o cotidiano dos moradores dos mangues recifenses, e com os quais conviveu durante sua infância e parte da adolescência. Imagens trágicas que o acompanharam durante toda a sua existência, marcaram e dirigiram toda a sua trajetória intelectual. A miséria dos mangues do Recife ficou impregnada em sua memória e acabou por definir os rumos de sua vida, ao dedicar-se não só ao estudo da fome – causas e conseqüências, como a desenvolver uma ferrenha militância em prol dos famintos e na erradicação deste flagelo da face do planeta. Toda a sua extensa obra é dedicada ao tema da fome e a guiá-la estão sempre presentes as trágicas imagens que presenciou quando ainda menino, abrindo os olhos para o mundo.

Palavras-chave: Josué de Castro - Trajetória intelectual – Josué de Castro - Imaginário.

## ABSTRACT

This work discusses how Josué de Castro was influenced by images of hunger that made up the daily lives of people who lived in the marshes around Recife and with whom he lived during his childhood and part of his teenage years. Tragic images that accompanied him during his whole existence marked and directed his entire intellectual trajectory. The misery of the marshes of Recife remained impregnated in his memories and ended up defining the directions his life would take when he dedicated himself not only to the study of hunger – causes and consequences, but also to the development of an iron like militancy in behalf of

the starving people and the eradication of this scourge from the face of the planet. All of his extensive work is dedicated to the theme of hunger and its guiding influence is always present in the tragic images that he witnessed while still a child, opening his eyes to the world.

Key words: Josué de Castro - Intellectual trajectory – Josué de Castro - Imaginary.

## INTRODUÇÃO

O percurso intelectual traçado por Josué de Castro está fortemente marcado pelos quadros de miséria e fome que presenciou em sua infância. Sempre que indagado como havia escolhido o rumo de sua vida, fazia questão de afirmar que desde menino havia ficado como que fascinado pelos trágicos quadros de miséria que compunham a paisagem dos mangues recifenses, em particular os do bairro da Madalena onde morava, e tudo que produzia, estava de certa forma comprometido com aquele cenário.

*A primeira sociedade com que travei conhecimento foi a sociedade dos caranguejos. Depois, a dos homens habitantes dos mangues, irmãos de leite dos caranguejos. Só muito tempo depois é que vim a conhecer a outra sociedade (...) Observando estes vários tipos de sociedade, fui levado a reservar, até hoje, a maior parcela de minha ternura para a sociedade dos mangues (1967, p.16).*

As imagens que reteve na retina da memória, desde a mais tenra idade, bem como as histórias da saga de sua família, retirante da seca de 1877, compuseram a matriz do que, já adulto, transformar-se-ia no tema de sua vida.

... Foram com estas sombrias imagens dos mangues e da lama que comecei a criar o mundo de minha infância. Nada eu via que não me provocasse a sensação de uma verdadeira descoberta. Foi assim que eu vi e senti formigar dentro de mim, a terrível descoberta da fome (1967, p.19).

Ao debruçar-me sobre este personagem,<sup>1</sup> procurei acompanhar esta trajetória, mas era preciso munir-me de um instrumental de análise que permitisse entender como as imagens podem marcar a vida e a produção de um autor, como podem transformar-se em sonhos e devaneios, em especial quadros tão fortes e tristes, feios, agressivos, como são os quadros revelados pela fome.

Uma primeira questão que se colocou, foi a de questionar como um tema tão angustiante, pôde transformar-se em poética de vida, já que a poética contém em si mesma uma certa beleza, envolve um certo encantamento e mesmo uma suavidade; dela decorre uma melodia própria, não importando qual seja a linha melódica e os instrumentos utilizados para revelar sua sonoridade.

A poética envolve devaneios, paixões, cumplidade, e é difícil imaginarmos como alguém em sua consciência construiria, a partir dos quadros mórbidos da fome, uma poética. Como dar leveza a uma temática tão pesada?

Calvino (1993) argumenta que é possível subtrair o peso inerente à palavra pelas imagens que suscita e dotar-lhes de leveza, um valor literário que, segundo este autor, deverá ser preservado como condição de entrada neste milênio.

*As imagens de leveza que busco não devem, em contato com a realidade presente e futura, dissolver-se em sonhos (...) a leveza é algo que se cria no processo de escrever, com os meios lingüísticos próprios do poeta, independentemente da doutrina filosófica que esta pretenda seguir (...) A leveza para mim está associada à precisão e à determinação, nunca ao que é vago ou aleatório. (...) É preciso ser leve como o pássaro e não como a pluma (1993, p. 28).*

Bachelard (1989) é claro ao afirmar que o frescor de um estilo é a mais difícil das qualidades, pois depende do escritor e não do assunto tratado. O frescor implica uma leveza de escrita e caracteriza uma poética.

De certo, pode-se argumentar que sobre a fome, em que pese ser um tema desagradável de ser abordado, pois de alguma forma nos sentimos como algozes dos famintos, em especial se comemos bem e por vezes até demais, ao ponto de precisarmos nos submeter a dietas de emagrecimento, muita obra de rara beleza já foi produzida em todos os campos da produção artística. Knut Hamsun, ganhador do Prêmio Nobel de Literatura em 1920, ficou famoso com o romance "Fome" (1955), no qual o principal personagem é ele mesmo.

A respeito desse autor, escreve o editor do Clube do Livro, responsável pela publicação desta obra no Brasil:

*A principal personagem dos romances de Hamsun é o próprio autor, refletido em várias projeções de si mesmo. Do seu sofrimento – como conheceu ele todas as gamas e cores do infortúnio! – extraiu o sentido e a filosofia, bem como o enredo e a história dos livros que escreveu.*

*Estivador, marinheiro de navio mercante, tanoeiro, mestre escola de aldeia, aprendiz de sapateiro, condutor de bonde nos Estados Unidos, jornalista, tudo isso ele fez antes de alcançar o prestígio que decorre do mais famoso laurel literário do mundo. De tudo isso, tirou ele algo para as suas histórias (1955, p. 5).*

Este mesmo argumento é válido para explicar o percurso intelectual de Josué, pois o seu conhecimento e sensibilidade sobre as agrúrias porque passavam os famintos, provinham de sua experiência de vida de menino pobre, filho de pais separados, vizinho da miséria, na cidade do Recife onde nasceu, em 5 de setembro de 1908.

Poeta, cientista sensível, emotivo, fez ciência com arte. Encantou e espantou pela forma apaixonada com que se debruçava sobre o tema da fome e denunciava que no mundo havia dois terços de famintos, que toda a Terra era terra de fome e que a fome não era um flagelo natural ou uma praga divina enviada para castigar os homens.

<sup>1</sup> Refiro-me a minha Tese de Doutorado intitulada "Josué de Castro: Para uma Poética da Fome", defendida em 1998, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Ao contrário, era um flagelo fabricado pelos homens em suas opções políticas e econômicas e só poderia ser eliminada pela vontade dos homens.

Para entender a razão poética é preciso liberar-se de algumas amarras tradicionais que alicerçam nosso pensamento, é preciso entender a sutil ponte que liga ciência e arte. Por isso concordo com Morin (1984) quando este afirma que:

*A ciência é, e continua a ser, uma aventura. A verdade da ciência não está unicamente na capitalização das verdades adquiridas, na verificação das teorias conhecidas. Está no caráter aberto da aventura que permite, melhor dizendo, que hoje exige a contestação das suas próprias estruturas de pensamento (1984, p. 22).*

Afinal, a ciência não tem verdade, não se pode falar em uma verdade que seja científica, há verdades provisórias que se sucedem e a única verdade é a aceitação desta busca (Morin, 1984).

Como nos ensina Bachelard (1991), é preciso ter o direito de sonhar, se quisermos entender o sonhador, pois só um sonhador consegue manter-se fiel a um tema e com ele fazer um jogo de amor, de devaneios, de razão de ser, de transformá-lo no *leitmotiv* de sua vida.

No presente artigo, trago à tona algumas das imagens que marcaram profundamente a sua infância e juventude e que acabaram por definir os rumos que tomou em sua vida e findaram por marcar toda a sua imensa obra. Imagens que acompanharam a sua trajetória intelectual, pois como ele mesmo chegou a afirmar, *toda a Terra era terra de fome*.

## 1 – A INFÂNCIA NO BAIRRO DA MADALENA

Em **Homens e Caranguejos** (1967), obra considerada pelo próprio autor como um quase livro de memórias, ou uma autobiografia, revela a sua descoberta da fome, feita nos anos da infância vivida nos alagados da cidade de Recife, onde conviveu *com os afogados deste mar de misérias*.

O cenário onde se desenrola a história deste romance - o único de sua carreira de romancista - começa em uma das mais trágicas secas que assolaram o sertão nordestino: a famosa seca de

1877, na qual pereceram, segundo as estimativas da época, cerca de 500 mil pessoas.<sup>2</sup> É dela que fogem os seus pais e avós, sitiantes do município de Cabaceiras, na Paraíba.

Mas é ao falar da casa onde nasceu, no bairro do Espinheiro, e da casa do bairro da Madalena, em Recife, onde viveu até sua ida para a cidade de Salvador, na Bahia, aos 15 anos, que encontramos a matriz de suas recordações:

*A casa em que nasci tinha ao lado um grande viveiro de peixes, de caranguejos e de siris. Se não nasci mesmo dentro do viveiro, como os caranguejos, já com dois anos estava dentro dele. Escorreguei um dia no barro de suas margens e fui retirado de dentro de suas águas meio afogado. (...) Mudei-me depois para outro bairro mais perto do rio. Fomos morar na Madalena, numa velha casa colonial de um só andar (...) Casa grande, acachapada com sua pesada massa arquitetônica, montada como uma fortaleza em seus altos batentes, por onde subiam, os caranguejos em tempos de cheia até o terraço entrando mesmo dentro das salas. Nas épocas de cheia, a casa virava uma arca de Noé, e todo o sítio virava um mar. Quando as águas baixavam, uma lama preta ficava recobrando, durante dias, toda a paisagem (1967, p. 16-17).*

Que estranho pacto terá feito o menino, ainda pequeno, com esses seres, moradores do mar de lama que entravam casa a dentro? Há quem acredite, como o amigo Otávio Pernambucano, que cedo houve uma estranha e trágica fascinação, e que esta convivência estendeu-se, gerou fascínio, paixão, compromisso que o menino assumiu à revelia do homem que viesse ser, pois viveria o resto de sua vida deixando a marca dos seus passos em todas as lamas da terra.<sup>3</sup>

O mangue era a continuação do grande quintal que cercava a casa, pobre de plano e de acabamento, quartos e salas do mesmo tamanho, como costumava lembrar, com uma frente dan-

<sup>2</sup> Estima-se que pelo menos 119 mil caíram no Ceará. Dos 500 mil, um terço morreu de inanição, 100 mil de febres e outras doenças, 180 mil de sede e alimentação venenosa. In: INTERIOR. Revista bimestral do Ministério do Interior, ano 9, n. 50, p. 7, maio/jun. 1983.

<sup>3</sup> Otávio Pernambucano conheceu Josué de Castro quando tinha a idade de 8 anos na escola onde estudavam e foram amigos íntimos até o final da vida de Josué.

do para o rio Capibaribe e outra para a antiga rua do Beco da Fábrica, hoje rua Demócles de Souza.

Ao recordar-se da casa paterna, na Madalena, é a mocambópolis<sup>4</sup> que se enovelava em ruas escurecidas pela lama do mangue que lhe inspira a fala. Cidade estranha, habitada por homens e caranguejos, vivendo numa intrigada e trágica simbiose. São seus amigos de infância que o fazem refletir sobre o sentido de sua vida. São imagens que surgem como pistas para decifrar seus tortuosos caminhos de produção intelectual.

Da infância, recorda a negra Totonha, tia do Cosme, a negra Filomena, contadora de histórias, o mulato Nascimento Grande, valente por profissão, mestre Zuza, dono de um pastoril e principalmente o Chico e o Cosme, seus melhores amigos. Essa amizade é relatada com muita emoção no conto "Solidariedade Humana", que enfeixa sua coletânea *Documentário do Nordeste* (1959), escrito como um desabafo pela tristeza que sentiu ao receber no Rio de Janeiro, onde residia desde meados da década de trinta, a notícia da morte do Chico, no hospital para Lázaros, e, três meses depois, a do Cosme.

Embora tenha afirmado na ocasião que não havia se surpreendido com essas mortes sucedâneas, pois os dois estavam ligados através de uma força que era a própria razão de continuarem vivendo, ao escrever "Solidariedade Humana" revela o quanto ele também fazia parte desta força vital:

*Durante um bom pedaço (talvez o melhor pedaço) de minha vida morei perto dos dois bem junto à zona dos mocambos da Madalena: dos 8 aos 14 anos...*

*Pretendo tratar de alguns retalhos da vida de dois indivíduos que foram meus amigos, que me impressionaram fortemente nos meus dias de criança e que viviam ao lado da nossa casa nesta cidade do Recife que é, sob certos aspectos, a Hong-Kong da América.*

*...Lá moravam a negra Filomena contadora de histórias da África e do Reino, o mulato Nasci-*

*mento Grande, valente de profissão, Zuza mestre do pastoril mais famoso do Nordeste e rei de um Maracatu do qual já esqueci o nome e Cosme e Chico que foram os meus dois grandes amigos de infância (1959, p. 45).*

Falar dos amigos foi como o navegar calmo do sonhador, a revelar seus desejos, segredos, sua profissão de fé com aquele universo pegajoso do mangue. Foi liberar-se num devaneio da memória em busca da matéria formadora da imagem poética, pois, num sentido bachelardiano (1989), podemos afirmar que as imagens poéticas têm a sua matéria e para que um devaneio tenha continuidade, e resulte numa obra escrita, é preciso que ele encontre a sua matéria, que lhe proporcionará sua poética específica. É no mundo das águas lamacentas dos mangues do Capibaribe que o autor irá encontrá-la.

*Chico era sozinho no mundo, desamparado, escondendo-se naquele isolamento com medo da caridade pública organizada. Chico era leproso (...) E tinha um medo horrível de ser levado à força para o hospital (...) O que ele não queria perder nem por sonho era a sua liberdade (1959, p. 47).*

Filho único, sem amigos para brincar, Josué parece ter encontrado nesses dois personagens a companhia que lhe faltava em casa, conforme relata:

*Como eu era filho único e não tinha com quem brincar, fugia com frequência, apesar de todas as recomendações, para conversar com o leproso. Era eu quem o informava das novidades do mundo. Às vezes das novidades de minha imaginação (...) Em troca ele me contava as suas aventuras noturnas com os peixes, os vaga-lumes e os mosquitos...*

*Cosme, pobre preto ainda mais infeliz na sua vida de trapo jogado sobre um jirau. O Cosme morava num dos mocambos do baxio, paralítico há 18 anos, desde os tempos de rapazinho (...) A única diversão do Cosme é um espelhinho de mão (...) ele orienta a luz do espelho para o lado do caminho que cruza lá longe e vê naquele pedaço de vidro um reflexo da vida que passa (...) falava da sua doença abertamente com datas e detalhes, orgulhoso de seu sofrimento, de sua paciência heróica (1959, p. 48-49).*

<sup>4</sup> Expressão utilizada por Josué ao referir-se à zona dos mocambos, que formavam, nos mangues de Recife, verdadeiras cidades.

Anos mais tarde, iria confessar que os contatos humanos mais proveitosos que teve na infância, haviam sido com essa gente do povo, com essa paisagem humana do Recife, com seus humildes moradores. Essa confissão dá-nos uma pista de como as imagens de sua infância ficaram presentes em seu íntimo, como uma espécie de compromisso assumido e, de certo modo, uma identidade com aquele universo de misérias. Foram esses contatos que serviram para o orientar nos estudos de categoria social que, anos mais tarde, revelaram-se nos seus trabalhos.

Os amigos da rua davam-lhe a segurança de que sua vida não ia ser bisbilhotada, comentada, censurada. Desde cedo viveu o drama de ser filho de pais separados e, segundo seu próprio depoimento, procurava evitar as amizades que pudessem questionar sua situação familiar.

*“Meus pais se separaram quando eu tinha quatro anos. Nunca os conheci juntos. Eu morava com minha mãe no Recife (estudava com ela, que era professora) e as férias eu passava na zona seca do interior, no sertão, em fazenda de meu pai, oriundo da região”.*<sup>5</sup>

Aos oito anos de idade passou a residir na casa do pai, contudo nunca deixou de visitar todos os dias sua mãe, que também morava na Madalena, só que em condições econômicas bem precárias.

Josefa de Castro, ou Dona Moça, como era chamada a mãe de Josué, vivia, segundo o depoimento do amigo Otávio, em uma casinha pobre perto do mangue, onde ensinava as primeiras letras a filhos de operários que pouco pagavam, filhos de gente pobre como ela. Ao recordar o amigo, Otávio fez questão de trazer à tona uma imagem que nunca conseguiu esquecer: a do amor entre mãe e filho e do quanto a separação deve ter sido cruel a ambos.

*“...depois do almoço ele deixou-me e foi ter uma conversa baixa com o pai que decifrei quando saímos para visitar a velha dona Moça, Josefa de Castro...”*

*Comoveram-me a alegria e o carinho do encontro. Sentaram felizes em cadeiras encostadas, ele tomou-lhe o braço esquerdo todo sobre o seu direito prendendo-lhe a mão entre as suas...e começaram o namoro e os agrados...tinha reclamado do pai a irregularidade da entrega do leite, ela devia exigir que o empregado lhe dispensasse todo o respeito que não era favor, era condescendente demais e por isso não lhe davam o tratamento devido. Indagou a saúde, suas necessidades, e dos pagamentos dos alunos.*

*“Ela quis saber dos estudos, dos colegas, dos passeios, de nossa amizade, minha família, as coisas da casa do Neco”.*

*“...saímos deixando-a muito feliz de ver o filho e o amigo, lamentando que este a encontrasse naquela pobreza e que nada tivesse em casa no momento, para oferecer”.*<sup>6</sup>

Não encontrei nenhum registro que pudessem indicar os motivos precisos que levaram Josué a deixar a casa materna e ir residir com o pai. Ele nunca comentou o fato. Segundo Otávio Pernambucano, a escolha poderia ter sido do próprio Josué, para poder estudar, pois, uma vez terminado o curso primário com a mãe, a mesma não tinha condições financeiras para arcar com a continuação de seus estudos. Mas, acredito que o mais provável é que tenha sido uma decisão de sua mãe, que sonhava ver o filho formado e não tinha condições de arcar com as despesas necessárias para mantê-lo na escola.

Embora de origem aristocrática, pois descendia dos Carneiro da Cunha, Dona Moça era pobre, pois fora abandonada pelo marido numa época em que não havia nenhuma obrigatoriedade legal para este manter a ex-mulher e, portanto vivia dos parcos rendimentos que recebia das aulas que ministrava.

<sup>5</sup>Os depoimentos de Josué que não têm a citação de fonte resultaram de uma construção feita por mim e extraída de várias entrevistas concedidas em diversos momentos de sua vida, bem como de fragmentos de prefácios de seus livros e/ou trechos destes. Vide a respeito, SILVA, Tânia Elias Magno da. *Josué de Castro: para uma poética da fome*. Tese, São Paulo, PUCSP, 1998.

<sup>6</sup>ACADEMIA PERNAMBUCANA DE MEDICINA. Ciclo de Estudos sobre Josué de Castro; depoimentos. Recife: UFPE, Ed. Universitária, 1983. p. 199.

São muito esparsas as informações sobre os pais do autor. Segundo o depoimento de uma prima, pelo lado paterno de Josué de Castro, dona Josefa era filha de criação, uma moça acaboclada, de cabelos escorridos e o filho havia herdado da mãe a cor e o nariz grande e chato.

O pai, Manoel de Castro, era marchante de gado e leite, além de possuir terras em Cabaceiras, embora não pudesse ser considerado um homem rico, nem fizesse parte da aristocracia pernambucana, tinha uma situação financeira estável e com condições de financiar os estudos do filho. Durante os anos que viveu com a mãe, Josué passou por inúmeras privações e, segundo o seu testemunho, sabia por experiência própria o que era a fome.

Adulto e já famoso, ao ser criticado e acusado pelos adversários de esconder a sua origem e de ter vergonha do pai entregador de leite, homem humilde de pouca instrução, respondia:

*Se escondo minha origem não me explico a mim mesmo. Todos nós somos casuais. Olívio Montenegro, dos melhores amigos que tive, dizia que o que se chama de precocidade não é precocidade. É conformidade. É o menino se conformando com a forma que vai tomar, amanhã o homem...*

*“A necessidade de não falar de meu pai a minha mãe, e de minha mãe, quando estava com meu pai, me deixava numa situação penosa. Eu tinha que ter duas atitudes de conversa. Como se, diante de um, o outro não existisse”.*

Apesar de desfrutar do amor paterno e materno, era alvo de disputa entre os pais, por isso, ao ser questionado sobre a sua vida, explicava:

*Não há intolerância em nada do que faço. O mundo não era o que eu desejava. Eu era uma criança infeliz. Sentia que os outros falavam de suas famílias e aquilo não era assunto para mim. Não podia convidar os colegas. Convidar para onde? Pró casa de meu pai ou de minha mãe? Na casa de meu pai perguntavam por minha mãe; na casa de minha mãe perguntavam pelo meu pai.*

Para fugir do drama de um mundo dividido, da curiosidade de colegas sobre o porquê da ausência da mãe na casa paterna e vice-versa, procurava nos meninos pobres da rua, acostumados

a lares desfeitos e pouco preocupados com as convenções sociais, as companhias de folguedo. *“Eles compreendiam a minha situação e nada perguntavam. Eu queria era a rua. Não queria nada com a casa de ninguém porque na casa dos outros perguntavam logo: ‘quem é seu pai? Cadê sua mãe?’ e lá vinham problemas”.*

Gostava sempre de afirmar que havia sido menino descalço e pobre de rua como tantos outros que encontrava pela vida e por isso entendia o drama que viviam. Ao escrever o prefácio de **Homens e Caranguejos** (1967), busca romper um pouco com o silêncio que durante muito tempo guardou sobre aspetos de sua vida, ao afirmar: *“Tudo o que eu sei é que, neste livro, se conta a história de vida de um menino pobre abrindo os olhos para o espetáculo do mundo, numa paisagem que é, todo ela, um braço de mar – um longo braço de mar de miséria”* (1967, p. 12).

E, embora recorde-se, nesta obra, da casa paterna, da mocambópolis, dos amigos de infância, de personagens do povo pobre dos mangues recifenses, não emerge uma única palavra da casa materna, da vergonha a que ficou sujeita sua mãe, acusada de infidelidade e expulsa de casa pelo marido, carregando a seu lado um menino de quatro anos, que mal havia aberto os olhos para o mundo. Nenhuma referência da casa materna. Em nenhum momento de sua vida fornece detalhes de sua vida com a mãe.

A memória é um campo de ruínas psicológicas, como bem adverte Bachelard (1988), é um amontoado de recordações. Seguindo esta trilha cognitiva, o que de fato é preciso reencontrar para se alcançar os arquivos da memória, não são os fatos em si, é preciso ir mais além, é preciso chegar aos valores. Isto porque, mais premente que a determinação de datas, é para o conhecimento da intimidade, a localização nos espaços de nossa intimidade.

A lacuna deixada por Josué a respeito de passagens de sua infância falam mais que palavras, revelam as verdadeiras imagens que marcaram o menino e que acabaram se revelando no adulto. O conforto material que desfrutava na casa paterna não conseguiu compensar a falta que sen-

tia da presença constante da mãe a seu lado, bem como o desejo de que os pais formassem uma família unida e a casa onde morava fosse um lar.

A casa é nosso primeiro encontro no mundo, nosso primeiro canto. Uma primeira perspectiva dessa imensa imagem caleidoscópica que apresentará a nossa existência. Ela é como o nosso primeiro universo (Bachelard, 1993). Portanto, é possível, seguindo as pistas que ela deixa em nossa memória e até as lacunas que dela advém, captarmos as marcas que deixou em nossas vidas.

A casa da Madalena foi, com todas as contradições e conflitos que representou, um marco na vida de Josué. Era o refúgio onde se abrigava em seus devaneios. Deixou marcas que nunca se apagaram.

## 2 - DE CASCABULHO A ACADÊMICO

As lembranças que guardou de seu tempo de escola no Recife, até sua transferência, em 1923, para a cidade de Salvador na Bahia, quando ingressou na Faculdade de Medicina, fornecem um novo conjunto de pistas que nos ajudam a entender o seu percurso intelectual.

Essa trajetória que contém venturas e desventuras vai sendo revelada à medida que a fala reconstrói os quadros do passado, como um imenso mosaico de recordações. Ao findar os estudos iniciais com sua mãe, foi preciso freqüentar uma escola preparatória e concluir as matérias que o habilitariam a ingressar no curso de medicina.

Acostumado às brincadeiras sem horário no bairro pobre onde morava, foi um aluno rebelde, que queria ganhar a rua e brincar com os meninos pobres da vizinhança. Depois de freqüentar a escola pública, foi matriculado num educandário denominado “Colégio Chateaubriand”, dirigido pelo professor Charles Koury. A mudança não foi boa, pois ele rebelou-se com a disciplina da escola e passou a ser um dos piores alunos, quase sempre de castigo; por essa razão, era alvo de chacotas por parte dos colegas, que vez por outra procuravam humilhá-lo.

Ao relembrar esta fase, vê-se representado por duas imagens contrapostas, a de demônio e a de anjo:

*Estudei em dois colégios no Recife, nos quais personifiquei duas atitudes estereotipadas: numa a de anjo, noutra a de demônio. Comecei como demônio. Arrancado da minha selvageria de banho no rio, de jogo de pião e de castanha e de pés descalços na rua, para a disciplina rigidamente estúpida de um colégio, onde o aluno interessava apenas como um contribuinte ao seu orçamento, me rebelei profundamente e personifiquei o menino mau...*

*Fui o pior aluno, no Colégio Francês Chateaubriand. Passava três quarta partes do meu tempo de joelhos. Eu já entrava prá ficar de joelhos... Em três anos que aí estudei a única figura de professor com quem convivi e que tinha realmente alguma coisa a dizer, foi a do jornalista Aníbal Fernandes.*

*Em seguida passei para outro colégio aí conheci a figura humana que maior influência teve na minha vida (...) a do educador Pedro Augusto Carneiro Leão (...) O grande educador que era o seu diretor, diante de uma resposta minha disse: O senhor é de uma ignorância como eu nunca vi, no entanto é de uma grande inteligência porque inventou tudo o que falou, mostrando, ao mesmo tempo, sua inteligência e sua ignorância. Esse homem admirável tolerava a minha rebeldia e, em pouco, eu me transformava no melhor aluno da turma.*

*“Se eu tivesse ficado no outro colégio, hoje seria um pobre diabo. O pouco que fiz devo a ter sido compreendido pelo Carneiro Leão”.*

O interesse pela leitura surge apenas depois dos doze anos, antes só abria livros de estudos, testes escolares e nada mais. Como ele mesmo afirmava a esse respeito, “filho de família pobre, morando em bairro pobre, satisfazia com facilidade esta aspiração infantil de vagabundagem”.

Diferentemente dos meninos das camadas aristocráticas, muitos dos quais foram seus colegas de colégio, não teve na infância preceptores que falassem inglês, alemão ou francês como era costume dos filhos da camada senhorial pernambucana que, em geral, iam depois concluir seus estudos fora do país.<sup>7</sup>

<sup>7</sup> É o caso de Gilberto Freyre, que concluiu o ciclo secundário na Inglaterra e fez os estudos universitários nos EUA, onde doutorou-se. Desde criança Gilberto teve preceptores que o adestravam em inglês e francês, bem como em desenho, sem mencionar o fato que descendia de uma família de pessoas cultas. In: FREYRE, Gilberto. *Como e porque sou e não sou sociólogo*. Brasília: UNB, 1968.

Seu primeiro aprendizado ocorreu através do contato com a gente do povo, com os personagens que habitavam os mangues da Madalena. Foi através de suas histórias de vida, que aprendeu as primeiras letras dessa difícil matéria que é a solidiedade humana. Foram estas trágicas imagens que marcaram a sua infância, foi através delas que encontrou a matriz de seus estudos sociais, a razão de tanta emotividade em seus escritos, a profissão de fé com um tema polêmico, que acabou dando-lhe a alcunha de “profeta de fome”.

Não sem razão, afirmava com certo orgulho, que o seu aprendizado sobre a fome não resultava de nenhuma Sorbonne, que havia feito um curso inteiro sobre este tema durante sua infância e juventude:

*Não foi na Sorbonne onde aprendi a conhecer a fome. Foi em Recife, ali aprendi as primeiras letras (...) Jamais esquecerei as “turmas” desses infelizes desfiles de homens-caranguejos, procissão de fantasmas detendo-se as vezes para ouvir o “Bumba-meu-Boi” onde o boi era o mais estranho animal que podiam ver os meus olhos de criança. (...) o mais humano boi que eu havia podido imaginar, sofrendo, chorando, revolvendo-se. O vaqueiro contava que seu boi havia morrido de fome e seu canto era uma ladainha dolorosa ...*

*“Eu pensava que a fome era coisa do meu bairro. ‘Coisas de Recife’ eu dizia. Depois saí no mundo e encontrei que a fome, a miséria não eram nossa exclusividade. Não era a fome privilégio dos caranguejos e dos homens de Recife. A fome era universal”.*

No Instituto Carneiro Leão, para onde foi transferido em 1921, conhece o amigo Otávio Pernambucano, que ajuda a recompor algumas cenas desse período:

*“Entre os novatos, apareceu aquele menino no colégio e não se assustou com o regime (...) Tratava sempre de olhar, de conviver com os alunos mais estudiosos e que escrevessem melhor, ele tinha loucura por escrever bem...”*

*Os companheiros sentiram o novato e advertiram-se de que não era amigo, queria aprender mas não tinha tempo para ajudar no que sabia (...) E foi juntando antipatizantes e desafetos,*

*especialmente no grupo desses melhores nascidos e vividos que despeitados por verem que riqueza não é inteligência, hostilizavam-no, chamando-o exibido, pretensioso, cabotino.<sup>8</sup>*

Aos 15 anos, concluiu o curso preparatório que o habilitava a entrar na faculdade e como não tivesse ainda a idade legal, exigida na época, foi preciso falsificar o seu documento, alterando a sua data de nascimento.

O pai, conforme depoimento do próprio autor, fez questão que ele estudasse na Bahia, talvez devido à fama e tradição que o curso de medicina da cidade de Salvador tivesse. A ida de Josué à capital baiana foi feita com sacrifícios pelo pai, pois este não era homem de tantas posses para sustentar o filho fora e num curso dispendioso. Contudo, a escolha da profissão foi a satisfação de um desejo de sua mãe; ela queria que o filho fosse médico. Deste período recorda o autor:

*Aí fiquei três anos. Guardo uma recordação extraordinária de meu companheiro de quarto Théo Brandão<sup>9</sup>, criatura admirável, pensava que eu era metido a besta, quando na realidade, sempre me considerei inferior a todo mundo, especialmente a ele. Eu procurava compensar de alguma forma, meu sentimento.*

Não é difícil encontrar explicações para este sentimento de inferioridade que sentia o nosso personagem, pois não provinha de família de posses ou de tradição como a maioria de seus colegas; havia o drama familiar, que de certo também contribuía para que se sentisse inferiorizado, além das dificuldades financeiras que passava como estudante pobre, que por pouco não teve que abandonar os estudos devido às dificuldades financeiras porque passava o seu pai, conforme relata o amigo Otávio:

*“O pai desanimava de conquistar o filho e aproveitou a oportunidade para alegar que não tinha recursos para custear os estudos noutra Estado”.*

<sup>8</sup> In: ACADEMIA PERNAMBUCANA DE MEDICINA. *Ciclo de estudos sobre Josué de Castro*: depoimentos. Recife: UFPE, Ed. Universitária, 1983. p. 197-199.

<sup>9</sup>Théo Brandão tornou-se um importante estudioso da cultura popular e das manifestações folclóricas brasileiras.

*D. Moça correu em pranto à casa do compadre Dubeaux<sup>10</sup> que, sem muito trabalho convenceu o Néco e deixou acertada a mesada que se prontificou a depositar pontualmente na Usina Cucaú, de João Cardoso Ayres, para ser entregue em Salvador. O compadre ia indenizando como pudesse.*

*“Findo o ano, voltou mais falante, contando com espírito as mancadas dos colegas daqui, os cacoetes dos mestres, a vida baiana. O pai encantado, contente...”*

Na chegada das férias, o passeio rotineiro era feito aos mangues de Recife, isto até quase a formatura: Ilha do Leite, Coelhoos, Cabanga, Santo Amaro, Olinda, Zona Portuária, Cruz do Patrão. Muitos desses lugares são hoje áreas muito valorizadas e seus tradicionais moradores, os “homens-caranguejos”, como denominou Josué esta população quase anfíbia de pessoas que viviam submersas no mar de lama, foram afastados para locais mais periféricos e de baixo valor imobiliário.<sup>11</sup>

O passeio pela zona dos mangues era como que um esforço para não apagar da memória os quadros mais marcantes de sua infância; ia rever os amigos e personagens que lhe deram o primeiro sentido da vida e acalentaram os seus sonhos de menino.

*Criei-me nos mangues lamacentos do Recife cujas águas fluindo diante dos meus olhos ávidos de criança, pareciam estar sempre a me contar uma longa história. O romance das longas aventuras de suas águas descendo pelas diferentes regiões do Nordeste; pelas terras cinzentas do sertão seco, onde nasceu meu pai e de onde emigrou na seca de 77 com toda a família, e pelas terras verdes dos canais da zona da mata, onde nasceu minha mãe, filha de senhor de engenho. Esta era a*

*história que me sussurrava o rio com a linguagem doce de suas águas (...) Eu ficava horas e horas imóvel sentado no cais, ouvindo a história do rio, fitando suas águas correrem como se fosse uma fita de cinema.*

*Foi o rio o meu primeiro professor de história do Nordeste. A verdade é que a história do Nordeste me entrou muito mais pelos olhos do que pelos ouvidos. Entrou-me por dentro dos meus olhos ávidos de criança sob a forma destas imagens que estavam longe de serem claras e risonhas.*

Como um sonhador da matéria, deixava-se embalar pela sonoridade das águas, nem sempre claras, mas como não se sonha à beira da água sem se formular uma dialética do reflexo e da profundidade (Bachelard, 1989), foram com as sombrias águas lamacentas dos mangues do Capibaribe que os olhos do menino se abriram para o mundo e desenvolveram a sua capacidade criativa/sonhadora.

A fome presenciada no realismo das histórias paternas e o murmúrio das águas que enfeitavam o fundo do quintal de sua casa e onde ficava por horas a fio a imaginar de onde vinham e para onde iam aqueles seres anfíbios, irmãos de leite do caranguejo, parecem ter sido imagens de um tempo sem tempo definido e que, aos poucos, foram sendo reveladas em sua obra, quando já adulto, aparentemente de outro tempo. Essas indagações foram a matriz de seus estudos, o alicerce poético da **“Geografia da Fome”** e da **“Geopolítica da Fome”**.

A criação científica e a produção ficcional são, ambas, produtos do devaneio de seu autor. É preciso ser um sonhador para se debruçar apaixonado por um tema até desvendá-lo por completo. É preciso dar asas à imaginação para que se crie algo de novo. Pouco importa se o produto gerado será denominado de ciência ou arte, o processo é o mesmo.

Bachelard (1991), ao discorrer sobre os devaneios e sonhos, enfatiza que o artista conhece impulsos de criação, conjuga perfeitamente todos os tempos do verbo criar e experimenta todas as venturas da criação.

Aquilo, que os olhos assustados de menino viram, acabou traduzindo-se numa série de contos e ensaios que escreveu, calcados num realismo gritante

<sup>10</sup> Arthur Dubeaux, próspero empresário pernambucano e quase vizinho da família de Josué, na Madalena, era seu padrinho e nutria pelo afilhado grande estima e admiração, no que era plenamente correspondido.

<sup>11</sup> No romance *Homens e Caranguejos* (1967), no capítulo VII, “De como os moradores da Aldeia Teimosa construíram na marra a sua cidade” é narrado o drama das invasões dos mangues pelas populações miseráveis, que do dia para noite erguiam uma verdadeira cidade de palafitas, bem como todo o movimento de resistência para permanecerem no local.

e, por vezes, não compreendido por aqueles que nada ou pouco conheciam do mundo dos deserdados da terra, dos famintos, dos esquecidos.

O próprio autor confessa, no prefácio de **Homens e Caranguejos**, como o universo dos manguzeais e a sua população de excluídos deixaram marcas que o acompanharam para o resto de sua vida: “*O que não tinha contado, até hoje, foi o meu encontro com o drama da fome (...) Não só o encontro, como o pavor que ele me provocou (...) É esta fascinação e esta marca que a fome provocou na minha alma de criança*” (1967, p. 24-25).

O curso de medicina Josué foi concluir no Rio de Janeiro, mas essa é uma passagem meio obscura de sua história. Em alguns depoimentos, fala muito superficialmente dos motivos que o teriam impelido a trocar de escola e de cidade: a desilusão com o curso e a expectativa de que a faculdade do Rio de Janeiro pudesse lhe motivar mais, são os principais argumentos apresentados. Desiludido com a “mesmice” da faculdade baiana, esperava encontrar na do Rio um atrativo maior, afinal ia para a capital federal, centro de efervescências culturais e isto atraía a sua curiosidade e insaciável vontade de aprender coisas novas, contactar pessoas diferentes, interessantes, alimentar o espírito.

A vida acadêmica na capital do país foi movimentada, sempre buscando acompanhar de perto os acontecimentos culturais mais importantes, fazer novos relacionamentos, mesmo que como estudante pobre passasse algumas dificuldades.

No Rio, diante da vida acadêmica movimentada, “soltou-se demais” e em pouco notou que sumiam ele e o dinheiro, como lembrou o amigo Otávio<sup>12</sup>. Em carta enviada por seu pai em 18 de julho de 1928, este alude ao abatimento físico do filho e queixa-se de sua situação econômica:

“... acuso o recebimento de amável missiva, datada de 20 do mês pr. p. (...) bem como de sua

*fotografia pela qual nota-se-lhe grande abatimento físico (...) Os negócios aqui estão péssimos ...”*

No Rio de Janeiro precisou dar uma nova dinâmica à sua vida, imprimindo à mesma um ritmo de maratona. Estudava, lia, preparava resumos para colegas mais abonados, escrevia para jornais e revistas sobre assuntos diversos, inclusive cinema. Parecia querer descontar os anos vividos em Recife e Salvador e ampliar o seu leque de amizades.

Vivia-se a movimentada década de vinte, com todos os reflexos que o movimento modernista trouxera à baila, em especial a partir da Semana de Arte Moderna de 1922, em que o questionamento do tradicional traduziu-se na busca de um novo reordenamento cultural. O fervilhar de novas idéias e personagens, no cenário intelectual, era alimento para a “*febre dele de procurar a ciência, de procurar tudo que fosse do espírito*” (1983, p. 203).

Josué concluiu o curso de medicina em 1929, com vinte e um anos incompletos, mas de viagem marcada para o México, não compareceu a sua colação de grau, conforme relembra:

*Terminei a faculdade em 29, no Rio, pois só fiz os três primeiros anos na Bahia. Mas não me diplomei porque tive que sair chefiando uma delegação de estudantes à posse do presidente do México, que Otávio Mangabeira e Ronald de Carvalho me proporcionaram. Aliás nem cheguei a colar grau. Embarquei duas horas antes da cerimônia. Na hora da formatura alguém respondeu por mim. Eram 480. Ninguém reparou.*<sup>13</sup>

As dificuldades financeiras porque passava são reveladas em uma carta que escreve a sua mãe nessa ocasião e, na qual, queixa-se que o pai devido às dificuldades financeiras não poderia socorrer-lhe para as despesas de viagem, em especial para comprar roupas adequadas:

“... Não estou em condições de me apresentar como médico. Necessito de roupas e outras coisas”.

<sup>12</sup> In: ACADEMIA PERNAMBUCANA DE MEDICINA, *Ciclo de estudos sobre Josué de Castro*: depoimentos. Recife: UFPE. Ed. Universitária, 1983. p.203-204.

<sup>13</sup> A colação de grau foi em 28 de dezembro de 1929.

*“Felizmente o Ministério do Exterior me dará dinheiro para despesas de viagem e estadia, além da passagem. Com este dinheiro eu farei as despesas indispensáveis e ficarei em melhores condições”.*

A carta confirma as dificuldades financeiras enfrentadas no Rio de Janeiro, sem sobras de mesada, virando-se como podia para concluir o curso e sempre preocupado para que nada faltasse à sua mãe:

*... Ademais lhe mandarei algum dinheiro, o que há tempo tenho procurado fazer. Dentro de oito dias você receberá pelo banco e por intermédio de Arthur, o presente de Natal que lhe manda o seu filho. Será um bom presente. Também lhe trarei umas bonitas coisas dos Estados Unidos. Esta viagem será, se Deus quiser, será muito boa, sob todos os aspectos.*

No dia da posse do novo presidente mexicano, o engenheiro Pascual Ortiz Rubio, este sofre um atentado e, dias depois, renuncia ao cargo. Após este trágico episódio, Josué deixa a caravana de estudantes e segue para os Estados Unidos onde permanece por quatro meses, estagiando na Universidade de Colúmbia e no Medical Center de Nova York.

No período que esteve no exterior registrou em seu caderno de anotações<sup>14</sup> uma crise depressiva que sofreu durante a viagem e que o obrigou a ficar de repouso por alguns dias. Esta contudo não havia sido a primeira, pois, enquanto estudante no Rio, já havia sofrido outras crises que o obrigaram a ficar de repouso por algum tempo, mas que as escondeu da família o quanto pôde.

Conforme relatou o companheiro e amigo Otávio Pernambucano, quando era acometido dessas crises, ficava impossibilitado de exercer suas atividades, pois tremia como “varas verdes ficam tremendo” e era necessário que a filha do senhor da pensão, onde morava, ficasse segurando-o até passar a tremedeira. Era como se ficasse amedron-

tado com alguma coisa e então ficava incapaz de qualquer trabalho.<sup>15</sup>

Em 1930, regressa a Recife, trazendo na bagagem mais que o diploma de médico e a especialização em doenças da nutrição feita nos Estados Unidos; traz seus sonhos e o desejo de tornar-se alguém importante, dar uma condição de vida decente a sua mãe e, talvez, fugir da imagem de menino do mangue que havia sido e com o qual parecia ter feito algum pacto de fidelidade, mas que, naquele exato momento de sua vida, parecia querer esquecer.

### 3 – IMAGENS DE RECIFE

O indivíduo não é a soma de suas impressões gerais e sim de suas expressões singulares. A terra natal tem uma profunda importância na elaboração dos símbolos-imagens que nutrem os nossos devaneios, pois a terra natal é menos uma extensão que uma matéria, um fragmento qualquer nos remete a ela e a reconstruímos como a idealizamos na memória, por isso é possível localizá-la e reconhecê-la, seja numa cor, num cheiro ou num som. Qualquer fragmento de matéria pode contê-la. “*É nela que materializamos os nossos devaneios; é por ela que nosso sonho adquire sua exata substância; é a ela que pedimos nossa cor fundamental*” (Bachelard, 1989, p. 9).

Recife foi poeticamente descrita por Josué em vários de seus escritos. Em **Documentário do Nordeste**, a sua terra natal surge com uma auréola mágica, a terra perdida dos sonhos:

*O Recife, Capital do Nordeste, não é cidade duma só cor, nem dum só cheiro, como muitas encontradas por Kipling em suas viagens, que depois as podia evocar admiravelmente num só adjetivo,*

<sup>14</sup> No estudo que empreendemos sobre o autor foi de relevante importância o acesso à parte de seus diários pessoais, que se compõem de uma série de cadernos de anotações. Ao todo, lemos 18 cadernos manuscritos.

<sup>15</sup> Essas crises depressivas acompanharam a sua vida e dela encontramos registro em vários dos cadernos de anotações. Por longos períodos ficava sem poder realizar qualquer tarefa. Os médicos falavam em crises de “surmenage”, ou seja, depressão. Este estudo não entrou no mérito clínico das mesmas por fugir a nossa temática e área de estudo. Entrevista realizada com Otávio Pernambucano, em junho de 1995.

*expressão dum estado sensorial (...). Por seu arranjo arquitetônico, pela tonalidade própria de cada uma de suas ruas, o Recife é desconcertante, como unidade urbana, impossível mesmo de caracterizar-se (...). Cidade feita de manchas locais diferentes, não há por onde se possa apanhar na fisionomia das casas o tom predominante da alma da cidade.*

“... O Recife é todo esse mosaico de cores, de cheiros e de sons” (1959, p.14-15).

É o artista e amante da cidade quem escreve, com seus devaneios submersos nos sentimentos, suas emoções e idealizações. Fala da cidade ideal, existente apenas na cosmicidade do imaginário.

*Tentaremos nesse nosso pequeno ensaio de índole sentimental revelar a descoberta da perspectiva ideal de uma cidade. Da cidade onde nascemos: O Recife. A corrente de amor que nos liga à sua paisagem é tão intensa que a revelação se processou num verdadeiro estado de transe emotivo.<sup>16</sup>*

Calvino (1990), em *As cidades invisíveis*, nos dá a dimensão que as imagens guardadas de um lugar adquirem na memória do viajante que as contempla, ao se referir às cidades que Marco Polo descreve para Kublai Khan e que só existiam invisíveis, guardadas em sua memória. Marco Polo na verdade, ao descrever as inúmeras cidades que havia conhecido, buscava encontrar a essência que as distinguiam e descrevia em todas, a sua terra natal, Veneza.<sup>17</sup>

Josué ao escrever o ensaio “O panorama ideal de uma cidade” dá fisionomia a Recife. Des-

creve-a como uma cidade onde os tempos se mesclam, de modo a poderem sempre ser recordados:

*A cidade só se deixa captar na unidade de sua expressão urbana, quando vista do alto (...) é impossível captar-se a expressão de seu rosto, do nível do solo ou do mar (...) E, assim, traço por traço se vão revelando, das alturas, todo o corpo e toda a alma da cidade deitado ao longo do Capibaribe, com o seu rosto voltado para o céu (...). E por isso Recife é especial, diferente de outras (1959, p.155-15).*

Ao defender sua tese de concurso para a cátedra de Geografia Humana, em 1948, na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, com o trabalho “Fatores de Localização da Cidade do Recife”, faz no início do prefácio uma confissão do amor que tinha por sua terra natal e deixa transparecer como os quadros vividos na infância e adolescência influenciaram a sua trajetória de vida e impregnaram a sua obra:

“Para colher os elementos indispensáveis a uma análise mais objetiva da matéria, realizamos uma viagem de estudo à cidade do Recife e à região circunvizinha...”

*É bem verdade que a viagem à cidade foi curta, mas suficiente para reavivar na memória do autor os traços mais significativos da paisagem cultural já anotados durante os longos e largos anos vividos no Recife – durante os primeiros anos de sua vida, de sua formação mental e de suas primeiras experiências literárias. (...) Não foi, pois, casual a escolha da cidade do Recife (...). Pesou, de certo, na escolha, o sentimento do filho da terra, desterrado pelos acasos da vida mas sempre amoroso de sua paisagem e sempre vivendo intelectualmente as experiências nela adquiridas (1954, p. 7-8).*

Embora morando no Rio de Janeiro, a quase duas décadas, continuava ligado a sua cidade natal, sentimento de amor sempre expressado com emoção:

*...Sob certos aspectos sinto esse amor até com mais violência pela ausência prolongada da paisagem que constituía o fundo essencial do quadro de minha infância e juventude. É que a cidade pequena, a cidade provinciana envolve perigosamente a alma da gente com uma espécie de encantamento mil vezes sedutor que o das*

<sup>16</sup> Artigo publicado no jornal CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 27 de maio de 1949 e, posteriormente integrado, com algumas modificações, à segunda edição de *Documentário do Nordeste*.

<sup>17</sup> Em seu diálogo com Marco Polo, Kublai Khan insistia sobre Veneza. Depois de uma noite de relatos sobre as cidades de suas viagens, ao amanhecer, Marco Polo disse: “Sire, já falei de todas as cidades que conheço. Resta uma que você jamais menciona”.

Marco Polo abaixou a cabeça.

- Veneza - disse o Khan.

- E de que outra cidade imagina que eu estava falando?” In: CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. 6. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1990. p. 82.

*grandes metrópoles (...) Agora ... amor mesmo a gente só sente pela cidade pequena que se abre sem reserva, que se dá num abandono da intimidade que a gente nunca esquece!*<sup>18</sup>

O entendimento dessa relação sentimental com os espaços que nos cativaram e que nos servem de refúgio, inspiração e alimento espiritual, sejam eles uma cidade, uma casa, um quarto, um rio, ou até uma casca de noz, não importando a dimensão, já que ela não conta no campo dos nossos devaneios, é fundamental para compreender-se a importância da cidade natal no campo imagético de Josué. Na verdade, ela parece ter representado a mansarda protetora e inspiradora para onde buscava recolher-se quando necessitava alimentar o seu espírito.

Logo na apresentação de **Documentário do Nordeste** (1959) irá confessar o quanto estava preso a sua cidade e as imagens guardadas da infância, e como necessitava deste refúgio sentimental:

*... Mesmo quando voltamos nossa atenção para os problemas de categoria universal sempre recorreremos, em última análise, ao tesouro acumulado das imagens recolhidas na infância para servirem de termos de comparação aos nossos julgamentos e às nossas opiniões. Viajando pelo mundo inteiro e procurando sempre arejar o espírito com as correntes de pensamento sopradas em todas as direções, mesmo assim (...) nunca deixamos de nos sentir como um provinciano, com o espírito e o sentimento impregnados da substância da terra da província (1959, p. 7).*

O depoimento de Josué nos conduz a refletir com Bachelard (1991), como o inconsciente permanece nos locais e como as lembranças são imóveis, tanto mais sólidas quanto mais bem espacializadas. Não é a localização no tempo que importa para compreender o reduto das lembranças, mas sim a localização nos espaços de nossa intimidade. Tendemos a retornar aos lugares que amamos mesmo que estejam distantes ou não mais existam de fato, pois eles

adormecem em nosso inconsciente e a eles voltamos em nossos sonhos noturnos, em nossos devaneios.

Esses redutos, não importa a sua dimensionalidade, têm valor de concha, de abrigo seguro e protetor, de ninho aconchegante. Por isso, “toda pessoa deveria então falar de suas estradas, de suas encruzilhadas, de seus bancos. Toda pessoa deveria fazer o cadastro de seus campos perdidos”.<sup>19</sup>

#### 4 – O INÍCIO DA CARREIRA EM RECIFE

Apesar de todo o apreço que sempre manifestou por sua terra natal, o início da carreira de médico em Recife foi árduo, pois era menino pobre, sem dinheiro para investir em consultório bem montado que pudesse atrair a clientela mais abonada da cidade. Precisou recorrer a um conhecido e agiota que “salgava o preço do empréstimo”, para poder abrir o seu primeiro consultório, localizado no 1º andar de um prédio na rua Duque de Caxias, bem como para poder alugar uma casa e lá instalar-se com a mãe, para desgosto do seu pai, que esperava que o filho retornasse para morar com ele novamente. Segundo Otávio, “o pai, muito magoado, deixava de ter à mão o filho de que se orgulhava e o médico que precisava”. Bem como os desafetos indignados: envergonhava-se da vacaria e repudiava o pai.<sup>20</sup>

Mas estas acusações não o perturbavam, pois primeiro sua mãe voltaria à posição de dignidade, o resto arranjaría depois. Esperava, ao voltar, um emprego na Secretaria da Educação, que lhe havia sido prometido, mas com a revolução de 30, o sonho de um bom emprego, na administração de Pernambuco, gorou. Esses primeiros anos são por ele rememorados:

*Abri então, consultório, prá fazer nutrição. Eu, na realidade, queria era ser psiquiatra, mas o Ulhoa Cintra tinha dois aparelhos de metabolismo. Me vendeu um. Resolvi fazer nutrição. (...) as doenças da nutrição eram cinco na época: obesidade,*

<sup>19</sup> BACHELARD, Gaston. *A Poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 31.

<sup>20</sup> In: ACADEMIA PERNAMBUCANA DE MEDICINA, *Ciclo de estudos sobre Josué de Castro*: depoimentos. Recife: UFPE. Ed. Universitária, 1983. p. 106.

<sup>18</sup> Entrevista realizada por Ascendino Leite, em 24 de março de 1947. In: O JORNAL, Rio de Janeiro.

*magreza, diabete, gota, reumatismo. Como era coisa nova passei a ter uma clínica brutal, apesar de minha cara de menino que assustava os primeiros clientes.*

Nos anos seguintes, até 1932, viveu uma fase de total irreverência para tudo que lhe parecia convencional e estereotipado. E como ele mesmo relatou, certa vez, em uma entrevista:

*Era o instinto da fera que Pedro Augusto Carneiro Leão deixara dormitando no inconsciente. De 1930 a 1932 este instinto se exaltou ao máximo, revelando-se em atitudes e referências diante de certos grupos de gente da terra, que eu reconheço como de desnecessário exagero demolidor. Estávamos na fase de fermentação da qual saltariam as vozes dramáticas de José Américo de Almeida, Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, Jorge Amado, José Lins do Rego, e outros, mas que sua aparência de fogo apagado dava uma impressão de decadência definitiva. E foi sobre essa decadência que eu procurei derramar meu pretensioso desdém. Foi esta a fase de minha vida em que consegui fazer o maior número de inimigos, alguns deles da mais salutar influência no rumo das minhas íntimas aspirações.*

Em 1932, presta concurso para a Faculdade de Medicina de Recife, para a cadeira de Fisiologia, sendo aprovado. É o mais novo docente da escola, muitas vezes, dada a sua fisionomia de menino, confundido como aluno. Começa então uma fase mais séria em sua vida.

Antes de ingressar como docente na faculdade, havia tido a experiência de dois anos de trabalho como médico em uma fábrica e constatado de perto a miséria em que viviam os operários e o regime de exploração a que estavam submetidos. Esta experiência levou-o à convicção de que era absolutamente necessário proceder-se a um estudo mais objetivo desta miséria aludida, referida ou combatida por muitos, *mas até então não comprovada com rigorismo científico.*

Esta tomada de posição o conduz à realização do primeiro inquérito sobre as condições de vida das classes operárias de Recife (1935), e que foi o primeiro estudo do gênero levado a efeito no país e cujos resultados impressionantes repercutiram vi-

olentemente nos meios cultos, chamando a atenção das elites para o problema da fome nacional.

No conto, "Assistência Social", escrito na década de 30, e que enfeixa o livro **Documentário do Nordeste** (1959), traz à tona esta sua experiência. O Dr. Félix, protagonista principal deste seu escrito, é o desabafo do poeta diante da dura realidade enfrentada pelo cientista. É ele o médico incapaz, com todo o seu conhecimento, de curar a doença que mata os operários que estão sob os seus cuidados: a fome. Doença que mata sem piedade e com uma crueldade atroz. Novamente, são os quadros de sua infância que estão a lhe desafiar, a lhe cobrar o compromisso.

A fome de alimentos que mata os pobres e a fome de encontrar uma solução para este flagelo, criado pelos homens, passam a devorá-lo pouco a pouco, inspirando-o em textos literários nos quais relata parte de sua própria história de vida.

*...o Dr. Félix começou a pensar nas coisas tristes da sua vida, na sua vida inteira de coisas tristes: seis anos de estudos, de sacrifícios, de "média e pão com manteiga", para se formar em medicina, para ser doutor. Para quê? (...). Médico, profissão liberal. Lorota. Liberal para quem tem pai fazendeiro, capitalista, para pagar um consultório de luxo, para pagar anúncios nos jornais, para pagar os elogios dos amigos, para pagar as boas relações. Pai ou sogro, mas para quem começa no duro, sem encosto, qual profissão liberal... assalariado, classe proletária é o que é ... (1959, p. 41).*

Essa fala transparente, dita com tanto realismo, representa, sem dúvida, uma maneira de desabafar as contrariedades e os anseios que enfrentara em sua vida de acadêmico pobre, que se alimentava mal e que precisara usar de todos os artifícios, inclusive esfalfando-se em trabalhos, para poder concluir o curso. Revelava, ainda, a sua luta inicial em Recife, nos primeiros anos de formado.

O tempo das vacas magras parecia aos poucos se distanciar, pois a clínica em Recife ia prosperando e, embora muito moço, já não lhe faltavam clientes, chegando a ganhar segundo ele próprio, de 10 a 15 contos de réis na clínica, tornando-se o médico da moda.

Com a clínica bem conceituada, a docência na Faculdade de Medicina e a de Geografia Humana na de Filosofia, que ajudou a fundar em 1933, a sua situação econômica estabilizava-se. Mudou-se para a rua Antenor Navarro, no bairro dos Afritos. Foi uma época em que ganhou muito dinheiro, fato que atendia aos seus interesses, pois como esclareceu Otávio, “*ele queria ser rico, queria defender o pobre mas queria ser rico (...) ele queria ser rico prá poder conhecer as coisas do mundo, as coisas e as pessoas...*”<sup>21</sup>

Mas aos poucos começa a cansar-se da vida de médico da moda, dono de consultório granfino e de clientes sofisticados.

“*Comecei a sentir que não interessava ganhar dinheiro. Achava tremendo isso de ficar engrecendo senhoras gordas da sociedade, enquanto a cabeça me martelava com o problema da fome de tanta gente, com o ciclo do caranguejo*”.

O trabalho na fábrica e a triste constatação da sua impotência, frente aos males da fome que acometiam os operários, muito contribuíram para avivar em sua memória o quadro de legiões de famintos que havia presenciado em sua infância, nos mangues da Madalena. A dura constatação de que a baixa produtividade dos operários devia-se à fome deixou marcas e o despertou para a consciência do problema, conforme seu próprio depoimento:

*No fim de algum tempo, compreendi o que se passava com os enfermos. Disse aos patrões. ‘Sei o que meus clientes têm. Mas não posso curá-los porque sou médico e não o diretor daqui. A doença dessa gente é fome’. Pediram que eu me demitisse. Saí. Compreendi, então, que o problema era social. Não era só do mocambo, não era só do Recife, nem só do Brasil, nem só do continente. Era um problema mundial, um drama universal.*<sup>22</sup>

Esta denúncia Josué torna pública, não apenas no estudo sobre as condições de vida dos operários de Recife, trabalho de cunho técnico-científico e dirigido a um público mais restrito, mas, em especial, ao escrever o conto “Assistência Social”, no qual fala através do personagem do Dr. Félix:

“*O dr. Félix, formado há um ano, é médico da “Fabrica Pureza”. Como a fábrica fica numa ilha da Várzea e ele mora em Olinda, tem que tomar dois bondes e um bote para chegar lá*”.

“*...O apito tendo anunciado a sua chegada, o gerente mandou chamá-lo para ter com ele uma ligeira conversa administrativa*”.

“*... Doutor, o senhor sabe que nós temos todo o interesse pelo bem estar e pela saúde dos nossos operários, que foi exatamente isto que nos levou a contratá-lo pagando-lhe 200\$000 por seus serviços médicos...*”

“*O doutor Félix rememorou o número imenso de tuberculosos trabalhando na seção das tintas e que foi um trabalho enorme para mudar os que não podiam respirar ali para outra seção – porque não havia vagas...*”

“*... o senhor sabe, doutor que todo o remédio que o senhor receita nós fornecemos sem descontar da folha de pagamento...*”

“*O doutor lembrou-se dos salários miseráveis daquela gente de 3 a 6 mil réis por dia*”.

“*... vê portanto o senhor que temos toda a benevolência e espírito de humanidade com os nossos operários...*”

“*O doutor Félix sorriu melancolicamente...*”

“*... Mas o senhor deve compreender que a nossa benevolência tem limites. (...) As despesas em remédio estão enormes. É preciso uma providência...*”

“*O dr. Félix teve vontade de dizer que a providência seria dar comida e conforto aos operários para não adoecerem todo dia...*”

“*... o senhor tem que fazer é receitar purgativo para esta cambada de vagabundos ...*”

“*O médico não respondeu nada. (...) atendeu a onze operários (...). Receitou-os como lhe pareceu mais acertado...*”

“*No dia seguinte o jovem médico recebeu uma carta da fábrica onde em nome da diretoria eram dispensados os seus serviços médicos (...). A carta era datada de 5 de março e assinada pelo gerente*” (1959, p. 42-44).

Escrever contos sobre a dura realidade, enfrentada pelos excluídos de sua cidade, não só satisfazia a sua vontade de ser escritor mas era também uma forma de denunciar a fome e a miséria que cam-

<sup>21</sup> In: ACADEMIA PERNAMBUCANA DE MEDICINA, *Ciclo de estudos sobre Josué de Castro: depoimentos*. Recife: UFPE. Ed. Universitária, 1983. p. 215.

<sup>22</sup> A NOITE ILUSTRADA, Rio de Janeiro, 1963. p. 12-13.

peavam em Recife. Era ele, não raro, que se travestia nos seus personagens, bem como eram as suas lembranças que serviam de matéria para as imagens que construía literariamente e que mais tarde floresceram em escritos como **O Livro Negro da Fome** (1960 – 1ª edição), **Sete Palmos de Terra e um Caixão** (1965), além de **Geografia da Fome** (1946) e **Geopolítica da Fome** (1951).

“O Ciclo do Caranguejo”, escrito em 1933, é considerado um marco de sua carreira, causando uma celeuma entre aqueles mais bem nascidos, que não admitiam a ousadia das denúncias contidas nesta página literária, pois feria de frente os interesses dos grupos oligárquicos dominantes, ao denunciar a miséria e a fome e seus algozes.

Para Taranto (1993), este trabalho pode ser considerado como uma antecipação literária de sua obra e custou-lhe a expulsão de Recife, porque foi entendido como subversivo. Otávio Pernambucano considera-o puro desabafo “rilkeano”, espontâneo, indomável.

*O ‘ciclo’ fazia-me entender que saíamos em busca da sociologia do mangue, cujo roteiro fora legado, imposto sem opção. Mas, para Josué não era no papel, na poesia que estavam os ‘cem mil indivíduos, cem mil cidadãos’. Ele tinha-os visto mesmo, cheirado o seu suor, fazia questão de os mostrar sem fantasia (1983, p. 210).*

Em 1935, transfere-se para o Rio de Janeiro, deixa o consultório bem montado, os clientes abonados, a cadeira de Fisiologia na Faculdade de Medicina, o cargo de vice-diretor da Faculdade de Filosofia que havia ajudado a fundar, bem como a cadeira de Geografia Humana da qual era o catedrático e inicia uma nova vida na capital federal. Começava uma etapa difícil de sua vida, com muito trabalho e dificuldades financeiras, tendo agora sob sua responsabilidade, não apenas a mãe, mas a esposa Glauce.<sup>23</sup>

<sup>23</sup>Embora não concorde com a tese de Taranto de que o conto “O ciclo do Caranguejo” tenha sido a causa de sua saída abrupta de Recife, de certo contribuiu para acirrar os ânimos dos seus adversários. Outros fatores influíram decisivamente para esta tomada de posição, como o rompimento de um noivado e o casamento com uma ex-aluna, além da necessidade que sentia de expandir seus conhecimentos e libertar-se das amarras provincianas de sua terra natal. Vide a respeito: SILVA, T. E. M. *Josué de Castro: para uma poética da fome*. Tese - PUCSP, São Paulo, 1998.

## 5 – E O MENINO DO MANGUE CONTINUAVA VIVO

Embora as verdadeiras razões de sua transferência para o Rio de Janeiro nunca tivessem sido explicitadas por ele, o fato é que a mudança brusca trouxe-lhe de imediato mais problemas que vantagens. Começou para ele uma vida difícil. Escrevia contos para os jornais. Era mais literato que médico.

Em Recife, a clientela havia começado com os ricos; no Rio tinha sorte quando apareciam os pobres. Escrevia artigos, teses, dava aulas, fazia tudo o que desse para ganhar algum dinheiro, mesmo que com isso compromettesse a sua saúde. Escondeu de todos os conhecidos e familiares as dificuldades que enfrentou, não pediu ajuda e nem se queixou. Havia um certo orgulho que não poderia ser quebrado.

No final do ano de 1935 e início de 1936, chegou-lhe pela mão do amigo Roquette Pinto uma carta assinada pelo Reitor Azevedo do Amaral, da Universidade do Distrito Federal<sup>24</sup>, convidando-o para ministrar a cadeira de Antropologia. Na verdade, esta era a cátedra de Roquette, mas por motivo de doença deste, Josué é chamado para substituí-lo.

Este início é assim rememorado anos depois:

*...Em 1935 quando deixei o Recife para ir residir no Rio, atravessei um período difícil de experiência de fome, lutando duramente pela subsistência. Escrevendo, tentando clínica, tentando até concurso de Estatística, onde me agüentei na tese, na sua defesa, na escrita e na oral, mas me achatei definitivamente na prática (...). Foi nesta época (1936), que Roquette Pinto foi convidado para professor de Antropologia da recém criada Universidade do Distrito Federal, não podendo acei-*

<sup>24</sup> A Universidade do Distrito Federal foi criada em 1935 por Anísio Teixeira com o apoio de Pedro Ernesto e foi a quarta Universidade a ser fundada no Brasil. Na época de sua criação Anísio Teixeira era Diretor Geral da Instrução do Distrito Federal (1931-1935). Com a ditadura Vargas, a Universidade que era uma iniciativa pioneira de modelo de Universidade, é transformada em Universidade do Brasil e tem alterada toda a sua proposta inicial bem como é exonerada a maioria dos seus docentes.

*tar por motivos de saúde o encargo, indicou o meu nome para substituí-lo. Assim comecei a ensinar no Rio, passando depois para a Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil.*

Alguns aspectos de sua história de vida são revelados nas poucas entrevistas que deu a esse respeito, contudo nos contos que escreveu desnuda-se em seus personagens e deixa emergir as imagens que reteve, quando ainda menino, dos mangues da Madalena e de seus estranhos habitantes: os homens-caranguejos.

Em “O Ciclo do Caranguejo”, que tanta polêmica gerou quando publicado, a trajetória enfrentada pela família Silva é sob certos aspectos a história de sua família e a sua própria. Retrata o drama dos retirantes, a permanente exclusão de uma imensa parcela da população pobre do país, que migra constantemente em busca de um lugar para arrancar e sobreviver. Fala da fome.

*“A família Silva mora nos “mangues” da cidade do Recife, num mocambo que o chefe da família fez quando chegou de cima”.*

*“A família é originária do sertão. Desceu do Cariri, na seca, perseguida pela fome...”*

*“Logo de chegada a família viu que a coisa era outra. Não havia dúvida que a cidade era bonita (...). Mas a vida do operário, apertada como sempre. Muita coisa p’ros olhos, pouca coisa p’rá barriga”.*<sup>25</sup>

Essas páginas ficcionais são um misto de sonho e realidade, pois contém um pouco de sua história, ilusões e desilusões. O pai foi retirante da seca, a mãe viveu a dura realidade das mulheres abandonadas que enfrentam todo tipo de necessidades e preconceitos, o manguê e seus moradores, com todo o seu rosário de sofrimentos, foi também sua escola. Era ele um pouco igual ao João Paulo<sup>26</sup> que sonhava em ser alguém na vida, sair do manguê, vencer na cidade. O fim de um foi trágico, o do outro foi combater durante quase toda a sua vida as causas que motivaram a tragédia de seu personagem.

Josué vivia uma utopia e uma tragédia mas o sonhador não presencia apenas alegrias, da fatalidade também nascem os sonhos e as utopias. Este foi o seu roteiro de vida. Motivado por ele constrói imagens vivas, universais, como denúncias, e busca soluções para a tragédia que descreve. Vive intensamente a sua obra. A tragédia da fome traduz-se na vida e na obra. Neste sentido podemos entendê-lo como um anunciador, num sentido bachelardiano do termo.<sup>27</sup>

Em **Homens e Caranguejos** (1967), retoma o fio da história iniciada no conto “O Ciclo do Caranguejo” e apresenta um pouco mais do perfil de seus personagens. É mais um pouco de sua própria história, disfarçada em romance, que flui como as águas mansas do rio fluíam no fundo de sua casa no bairro da Madalena, no Recife, e que ele passava horas a olhar como uma fita de cinema.

Zé Luiz, sertanejo corajoso, que emigra na seca com toda a família e se instala nos mangues do Capibaribe, trabalhando como porteiro na mesma fábrica em que o Dr. Félix receitava, e o filho João Paulo, irrequieto e sonhador, misturam ficção e realidade.

*... João Paulo encosta-se na parede de barro do mocambo e se regala com estas histórias. Principalmente, quando é o próprio pai que conta, o que raramente acontece (...). Não tinha ele prometido contar ao filho, um desses dias, a sua odisséia descendo o sertão até encontrar os mangues? Contaria hoje. E contou...*

*“História de fome não é história que se conte – começou Zé Luiz – é só tristeza. Tristeza e vergonha. História feia (...). Conto a tristeza e vergonha que a gente passou na seca de 1947” (1967, p. 71).*

A imagem da vergonha que se passa quando se esmola água e comida, quando se chega à condição de farrapo humano, o difícil recomeço e o desdém dos mais bem nascidos para com o infortúnio

<sup>25</sup> CASTRO, Josué de. *Documentário do nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1959. p. 25.

<sup>26</sup> João Paulo era o filho mais novo do personagem Zé Luís, do “Ciclo do Caranguejo”.

<sup>27</sup> Ao referir-se à capacidade criativa de Henri de Waroquier, o escultor de bronze, com relação à figura esculpida de Édipo, diante de sua tragédia, afirma: *Todo o homem que sofreu não é um anunciador?* In: BACHELARD, Gaston. *O Direito de Sonhar*. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. p. 40.

alheio, faziam-no reviver o seu próprio infortúnio, as privações porque passou a sua família na seca de 77, e as que ele juntamente com sua mãe haviam provado.

Nessas imagens está também o mundo de seus colegas de infância, um pouco da história do Chico e do Cosme e de todos os outros moradores dos mangues de Recife, que lhe impregnaram a memória. Como ele próprio confessaria, já consagrado como um batalhador em prol da erradicação da fome no mundo: *“meu interesse pela fome não vem do que aprendo nos livros, mas porque aprendi a ver com os olhos de meu pai”*.<sup>28</sup>

Em 1957, empreende uma viagem ao extremo Oriente e, nesta oportunidade, visita a China. As impressões deixadas por esta viagem foram registradas em seu diário e nos revelam como o mundo de sua infância continuava presente a cobrir-lhe um compromisso. Em todas as paisagens do mundo parecia sempre reencontrar as cenas de sua infância.

Em Cantão, da janela do hotel onde estava hospedado, ao observar o panorama impressionante do rio que se descortinava a sua frente, rememora episódios de sua meninice que nunca se apagaram.

*... É um espetáculo único mas que tem para mim um sentido muito especial, porque me faz lembrar a nossa casa na Madalena, em frente ao Capibaribe e as barças descendo ou subindo o rio, empurradas a varas por caboclos de torso nu. Aqui o rio é bem mais largo, o número e a variedade de barcos é infinitamente maior mas há um que de comum no perpassar das imagens e mesmo nas atitudes das figuras que se movem na paisagem. Há muita coisa do sul da China no nosso Nordeste brasileiro, pelo menos a cor local de sua miséria tem muito da miséria universal que se apresenta tão espetacular nesta região do mundo.*

<sup>28</sup> Ao se debruçar sobre Simon Segal, Bachelard ressalta o olhar que está presente na obra deste artista: *Segal quer o olhar, o olhar todo, tudo o que o olhar pode transmitir numa comunicação de consciência. (...) vai buscar, no fundo do ser, não sei qual história longínqua de um ser que esquece o presente...*

*Porque quando olho mais demoradamente o retrato que Simon Segal fez de mim numa noite de inverno, eis que à distância de um terço de século – ó espanto! Ó recordação! – em meus próprios olhos vejo o olhar de meu pai.* In: *O Direito de sonhar*, op. cit., p. 33-34.

*A água barrenta correndo lá embaixo, os homens estirados ao sol no convés das embarcações, a confusão humana em torno do cais, me fizeram evocar a pobreza de minha infância: os banhos de rio em água quase tão suja quanto esta, a pesca dos caranguejos e siris e o espetáculo que um dia assisti de ver um mundo de siris agrupados quase a beira d'água se deliciando gulosamente com um monte de excrementos humanos que a água rasa mostrava no seu amarelo vivo, em contraste com o fundo escuro, da vasa da maré. Desde este dia não pude mais comer siris em minha vida inteira. Todos os espetáculos de miséria humana, de degradação, de sofrimento a que assisti vieram em minha memória, como que reivindicando sua realidade um tanto apagada pelo tempo ...*

Ao escrever em **Homens e Caranguejos** (1967) sobre como João Paulo desaparece e reaparece nas águas do rio, esta imagem dos siris, devorando os restos humanos, encerra o livro mostrando como se dá a transmutação dos homens em caranguejos.

*...É que o menino, tendo vivido sempre em intimidade com os caranguejos, a sua alma molinha de criança deve ter tomado o feitio da alma dos caranguejos, e hoje João Paulo, ouvindo a tempestade, deve ter ficado maluco como ficam os caranguejos quando ouvem a tempestade.*

*...Cedo a notícia do desaparecimento de João Paulo se espalhou pelo bairro, e impressionou tanto quanto o fracasso da revolução. (...). Com o nascer do sol, apareceu uma turma de guardas encarregados da busca dos corpos. Vários foram encontrados dos dois lados do rio. De revoltosos e de soldados mortos na refrega. Alguns eram tirados da lama, já meio comidos pelos caranguejos e siris ...*

*E sobre toda a paisagem do mangue estende-se, agora, um lençol de sombra, negra mortalha recobrendo todos os corpos dos mortos da revolução fracassada. Dentre eles, enterrado nos mangues, deve estar, em qualquer parte, o corpo de João Paulo que, com sua carne em decomposição, irá alimentar a lama que alimenta o Ciclo do Caranguejo (1967, p.171,175,177).*

Eis o ciclo de vida e morte denunciado por Josué. O ciclo que vitima os pobres e famintos e que se estende como uma mancha de lama negra por todas as paisagens do mundo. O menino do mangue continuou vivo enquanto viveu Josué.<sup>29</sup>

## 6 – UM HOMEM COMPROMETIDO

O que é um indivíduo? Em que reside a sua identidade? De que maneira se define um eu? Estas são algumas questões que Kundera (1994) levanta ao buscar deslindar o processo de criação de um personagem. De que ele se constitui? Qual a matéria de que é feito? O questionamento argumenta se este não seria produto da sua vida interior, de seus pensamentos, de seus sentimentos secretos. E continua em sua especulação: “*Poderiam os seus pensamentos servir de chave para sua identidade? Ou seria o homem definido por sua visão do mundo, por suas idéias, por sua Weltanschauung?*”<sup>30</sup>

No caso do autor estudado, essas pistas especulativas nos auxiliam a entender a relação entre as imagens da fome que marcaram a sua infância e o tema a que se dedicou, bem como a forma apaixonada como denunciava que toda a Terra era celeiro da fome e que esta era produto dos homens em suas opções políticas e econômicas.

O realismo de seus escritos decorre de seu compromisso com a temática, pois nunca acreditou em literatura neutra, sem tendências, enquistada no absoluto dos cânones da arte, sem contatos estranhos, sem raízes, sem ligações com os outros aspectos sociais que definem uma cultura.

Embora fosse contra os romances de tese, defendia que o artista deveria ter um compromisso para consigo mesmo, para com suas próprias impressões sensoriais, para com sua experiência sensível, pois acreditava que, sem esta unidade individual entre a inteligência que exprime e a sensibilidade que fornece o material plástico da expressão, não poderia haver manifestação de arte verdadeira.

A idéia de que a arte é o fruto exclusivo de um compromisso de sinceridade, o conduziu a afirmar que “*a arte é sempre tendenciosa, pois encerra em todas as suas expressões a reação do humano diante das forças circundantes*”.

O teor humano de seus trabalhos parece ter tido origem com o estudo sobre as condições de vida dos operários em Recife, um pequeno e modesto folheto. A vida de miséria a que estavam submetidos aqueles grupos sociais, na cidade que foi para ele sempre um tema e uma forma de encanto, como bem asseverou o amigo e companheiro Souza Barros<sup>31</sup>, passaria a constituir uma permanente preocupação.

“*O futuro “Sociólogo da Fome” não se acostumaria àquela vida como paisagem, com o irremediável; juntou essas observações às velhas imagens guardadas na retina do jovem ...*”

O conjunto de contos que compõem a primeira parte de **Documentário do Nordeste** (1959), bem como a retomada da temática em **Homens e Caranguejos** (1967), fornecem-nos as pistas de como as imagens da fome entranharam-se em sua alma de menino e com ele fizeram uma espécie de pacto de vida e morte, de sorte que mesmo quando parecia querer esquecer o compromisso assumido, o menino do mangue puxava-lhe pelas lembranças.

E, assim, traçou o seu roteiro. Definiu os rumos de sua vida. Fez da fome uma poética, envolveu-se todo, viveu a utopia e a tragédia nela contida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - ACADEMIA PERNAMBUCANA DE MEDICINA. *Ciclo de estudos sobre Josué de Castro: depoimentos*. Recife: UFPE, Ed. Universitária, 1983.
- 2 - BACHELARD, Gaston. *A Poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. (Coleção Trópicos).

<sup>29</sup> Josué de Castro falece em 24 de setembro de 1973, em Paris, onde encontrava-se na condição de exilado, desde o Golpe de 1964.

<sup>30</sup> KUNDERA, Milan. *Os Testamentos traídos*: ensaios. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 10.

<sup>31</sup> BARROS, Souza. In: TOBELEM, Alain. *Josué de Castro e a descoberta da fome*. Rio de Janeiro: Leitura, 1974. p. 11-12.

- 3 - BACHELARD, Gaston. *A Água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- 4 - \_\_\_\_\_. *O Direito de sonhar*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- 5 - CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio*. 4. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- 6 - \_\_\_\_\_. *As Cidades invisíveis*. 6. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- 7 - CASTRO, Josué de. *Homens e caranguejos*. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- 8 - \_\_\_\_\_. *Documentário do nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1959.
- 9 - \_\_\_\_\_. *A cidade do Recife: ensaio de Geografia Urbana*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1954.
- 10 - \_\_\_\_\_. *As Condições de vida das classes operárias no Recife: estudo econômico de sua alimentação*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Departamento de Estatística e Propaganda, 1935.
- 11 - CASTRO, Josué de. *O Livro negro da fome*. São Paulo: Brasiliense, 1960.
- 12 - \_\_\_\_\_. *Sete palmas de terra e um caixão: ensaio sobre o nordeste uma área explosiva*. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- 13 - HAMSUM, Knut. *Fome*. São Paulo: Clube do Livro, 1955.
- 14 - KUNDERA, Milan. *Os Testamentos traídos: ensaios*. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 1991.
- 15 - MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Portugal: Europa-América, 1984.
- 16 - \_\_\_\_\_. *O Método IV. As Idéias: a sua natureza, vida, habitat e organização*. Portugal: Europa-América, 1992.
- 17 - SILVA, Tânia Elias M. da. *Josué de Castro: para uma poética da fome*. São Paulo: PUC, 1998. Tese.
- 18 - TARANTO, Giuseppe Di. *Sociedade e subdesenvolvimento na obra de Josué de Castro*. Belém: CEJUP, 1993.
- 19 - TOBELEM, Alain. *Josué de Castro e a descoberta da fome*. Rio de Janeiro: Leitura, 1974.

# NAÇÕES DE PAPEL: LIVROS E POVOS

Idilva Maria Pires Germano - UFC

*A grande maioria não leu nada, mas há livros que, assimilados, viram carne e sangue de uma cultura. (Antonio Callado, a propósito de Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freyre).*

## RESUMO

Discute-se o princípio que rege a escolha de certos livros como símbolos de um povo ou nação, procurando compreender a representatividade nacional dos textos fundadores do pensamento brasileiro e seu papel na invenção do país. Esses livros de fundação constroem uma tradição de reflexão crítica do Outro em busca de uma fisionomia singular da nação. Tais livros prestam-se à função de antídoto contra o que Jacques Le Goff chama de “amnésia coletiva”.

Palavras-chave: Livros da nacionalidade, imaginário da brasilidade, literatura brasileira.

## ABSTRACT

This paper discusses the principles underneath the choice of foundational books in Brazilian culture and their role in the nation's symbolic construction. Brazilian “national books” have developed a tradition of critical thinking of the Other in order to define a specific cultural identity. Such books act as a counterpoison for what Jacques Le Goff calls “collective amnesia”.

Key words: National books, Brazilian imagery, national literature.

## INTRODUÇÃO

Numa conferência, após discorrer sobre a importância atribuída ao livro desde a antiguidade aos dias de hoje, Jorge Luís Borges assinala um fato curioso sobre a escolha de livros representativos da nacionalidade. Paradoxalmente, ingleses, franceses e alemães teriam selecionado autores e estilos que não lhes exprimiam adequadamente o *ethos* cultural. Assim, com sua sintaxe retorcida e metáforas hiperbólicas, Shakespeare não configurava o espírito inglês de parcimônia lingüística. O dramaturgo se assemelhava, talvez, ao jeito de ser italiano ou judeu. Do mesmo modo, os alemães, afeitos às paixões patrióticas e seus reverses de fanatismo, escolheram logo Goethe, exemplo de tolerância e indiferença às questões nacionais. Em vez de *Facundo*, de Sarmiento, a Argentina escolheu o *Martin Fierro*, crônica de um desertor da conquista do deserto.

*“É como se cada país pensasse que tivesse que ser representado por alguém diferente, por alguém que pudesse ser, de certa forma, uma espécie de contraveneno, de teriaga, de antídoto para seus defeitos” (Borges, 1995, p. 9).*

Sua tese, velada sob um tom irônico, é que as nações selecionam o seu “outro” como princípio de identificação cultural. As nações (tais como os indivíduos) desejam ter aquilo que não têm, aquilo

que lhes falta para realizar o seu auto-reconhecimento. Ao invés de espelhar “fielmente” sua imagem, seu comportamento e valores, as obras escolhidas parecem desdizer a fisionomia coletiva em favor de seu oposto. Como algumas soluções estéticas chegam a ser percebidas como modelo da alma de um povo, mesmo em aparente contradição?

É interessante confrontar esse pequeno e denso texto com outro pequeno e denso texto, o clássico “Notícia da atual literatura brasileira: Instinto de nacionalidade”, de Machado de Assis. Nele, Machado responde às críticas de que sua arte era pouco brasileira, devido à inspiração estrangeira e à ausência de temas, cenários e personagens tipicamente nacionais. Para ele, não era necessário recorrer explicitamente à matéria-prima “local” para expressar a alma de um povo ou nação. A marca nacional viria de um “certo sentimento íntimo” que liga autor, contexto e estilo. O escritor, sensível à vida de seu tempo, pode expressar o espírito de sua pátria de forma indireta, através do estilo. O estilo seria justamente o modo especial de o escritor manipular os recursos de sua língua, seu tempero pessoal, capaz de dar autenticidade e sinceridade à literatura. O estilo permitiria ao escritor transfigurar e recriar a realidade, produzindo uma visão particular sobre a realidade histórica. Em várias ocasiões, Machado definiu essa idéia de verdade estética:

“... pode ir buscar a especiaria alheia, mas há de ser para temperá-la com o molho de sua fábrica”.

“Tiro de cada coisa uma parte e faço o meu ideal de arte, que abraço e defendo” (apud Afrânio Coutinho, 1986, p. 32).

Com isso, um verdadeiro retrato do país e de sua gente pode ser criado, livre da exigência do traço pitoresco e do exótico, tendentes a simplificar a vida real. De fato, a autonomia literária viria do artesanato da própria língua. Apurando a língua portuguesa em direção a uma expressão brasileira e atentando para a “interioridade”

do que é nacional, superaríamos a juventude de nossas letras.

Para ilustrar sua argumentação, Machado se vale justamente do exemplo shakespeariano:

“... e perguntarei mais se o Hamlet, o Otelo, o Júlio César, a Julieta e Romeu têm alguma coisa com a história inglesa nem com o território britânico, e se, entretanto, Shakespeare não é, além de um gênio universal, um poeta essencialmente inglês” (Assis, 1988, p. 804).

Como um mesmo exemplo pode servir a perspectivas, se não diametralmente opostas, ao menos contraditórias? Shakespeare é representativo do espírito inglês ou não? Em que se baseiam Borges e Machado para interpretar a representatividade nacional do poeta?

Posto de outro modo, que faz uma nação eleger certas obras como símbolo de sua cultura? É o princípio do similar ou do diferente?

De sabor bem humorado, frases moldadas para a polêmica, a conferência de Borges (oral e depois transcrita, creio) lança difíceis questões sociológicas sob aparência inocente. Com efeito, a observação de Borges faz sentido se tomarmos outros exemplos de “livros fundamentais”. No nosso caso, *Os Sertões* provavelmente encabeça os retratos do país produzidos pela tradição missionária da inteligência brasileira. Entretanto, quem seria mais diferente do “jeito brasileiro” do que Euclides da Cunha, cujo estilo literário e vida são marcados pela tragédia? Quem elegeria *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado, no lugar de *Macunaíma*? Talvez fosse mais expressivo do ser brasileiro o espírito mais relaxado de João Ubaldo Ribeiro, bom copo, amante do futebol, autor de um dos últimos retratos ficcionais do país e dono de uma escrita paródica que rasura a historiografia oficial e brinca com os mitos de origem.

Essas associações só fazem sentido se acreditarmos que existe de fato um “jeito de ser” pairando no território brasileiro, capaz de ser reproduzido pelo escritor, que por sua vez é “determinado” por esse

meio cultural. Por outro lado, o texto de Borges omite o fato de que o próprio sentimento de pertença a uma nação pode ser uma construção literária, fruto dos esforços de muitos autores em muitas épocas para forjar uma tradição. Esse sentimento de solidariedade nacional é parte de um processo histórico de invenção de símbolos e marcas que são produzidos e recebidos incessantemente. Uma vez produzida a imagem, essa se destaca do seu contexto e é deformada nas sucessivas reapropriações históricas. Isto é, talvez os autores tenham criado ou inventado a brasilidade, mais do que representado o que já existia. Como teriam feito isso? Justamente com o que fala Machado: as tintas da metáfora. Nesse caso, não faria sentido a idéia de representação literária da alma de um povo, já que ela não seria pré-existente, mas criada a partir da literatura. Esse ponto de vista focaliza um dos movimentos da dialética entre a cultura nacional, de um lado, e o autor e sua obra, de outro.

Curiosamente, a concepção borgeana sobre a nacionalidade aproxima-se bastante da machadiana. Como nos mostra Cláudia Matos (1996), nos anos 20, Borges dedicou-se intensamente ao estudo das raízes populares do *criollismo* e à tematização do local na cultura e na literatura argentina - o tango, o subúrbio, a língua falada. Depois de organizar o ultraísmo em seu país, movimento que veiculava o pensamento da vanguarda européia, passa a desenvolver uma reflexão mais crítica sobre os modismos estéticos e a buscar uma expressão nacional com acento intimista, nem exótico, nem espelho dos cânones estrangeiros. Nesse período, Borges procura a essência da argentinidade, a ser encontrada no espaço entre a herança européia e a experiência histórica e vital do poeta. A célebre imagem do escritor cosmopolita é a da fase posterior, das obras produzidas entre os anos 30 e 50, marcadamente irônica (que ele mesmo chamou de "barroca"), onde o escritor se dedica à leitura das obras universais e à recriação sofisticada dessas leituras em prosa narrativa. Nessa

fase, a de *História universal da infâmia* (1935), *História da eternidade* (1936), *Ficções* (1944) e outras, predomina a idéia de literatura como atividade de construção cerebral e técnica de realidades, portanto, destituída de caráter expressivo. Borges vai nesse momento rejeitar a literatura de pretensão nacional ou regional, escrevendo cada vez menos para os argentinos e cada vez mais para leitores indefinidos do mundo inteiro. Examinando os prólogos e entrevistas do velho Borges, Cláudia Matos conclui que a imagem de escritor alheio ao mundo (principalmente o político) e preso às letras de sua biblioteca é simplista. Em muitas ocasiões, Borges declara que o fazer literário sempre comporta a simbiose do intelecto e do lírico, da mente e da carne, da imaginação e do vivido. E novamente refere a Shakespeare:

*Falei muito, falei demais sobre a poesia como brusco dom do Espírito, sobre o pensamento como atividade da mente; vi em Verlaine o exemplo de puro poeta lírico; em Emerson, de poeta intelectual. Agora creio que em todos os poetas que merecem ser relidos ambos os elementos coexistem. Como classificar Shakespeare e Dante? (apud Matos, 1996, p. 157).*

Essa observação revela um fato novo: os poetas que merecem ser lidos e relidos são justamente os que produziram obras complexas, únicas, capazes de transfigurar de forma singular e pessoal as vicissitudes do seu tempo - a história coletiva, os valores compartilhados, a fala de um povo. E não seria preciso imitar a fala popular, reproduzir a sua gestualidade, ou abrigar a escrita no repertório estritamente local ou nacional. Em "O escritor argentino e a tradição", Borges esclarece a nocividade da profusão da cor local em exemplos luminosos. Mostra que no soneto "La Urna", de Enrique Banchs, onde aparecem telhados e rouxinóis, quando na Argentina há terraços e outras aves, ainda assim pode-se sentir a argentinidade fluir da poesia: o seu pudor, sua desconfiança e sua dificuldade para

as confidências e para a intimidade. E, novamente, recorre ao exemplo do dramaturgo inglês, de modo muito próximo ao pensamento machadiano:

*Creio que Shakespeare se teria assombrado se tivessem pretendido limitá-lo a temas ingleses, e se lhe tivessem dito que, como inglês, não tinha o direito de escrever Hamlet, de tema escandinavo, ou Macbeth, de tema escocês. O culto argentino da cor local é um recente culto europeu que os nacionalistas deveriam rejeitar por ser forâneo (Borges, 1998, p. 291).*

A literatura argentina não precisaria, portanto, limitar-se a “arrabaldes e estâncias”, tendo também o direito de falar do universo. A tradição nacional seria “toda a cultura ocidental”, a cultura de seu país e mais a cultura metropolitana, o saber europeu em suas mais remotas raízes.

Em seu famoso ensaio “A tradição e o talento individual”, inspiração de Borges, T. S. Eliot (1997) reflete justamente sobre a relação entre o poeta e o campo de precursores. A crítica normalmente almeja delimitar a diferença e a originalidade de um escritor em relação aos artistas do passado. Mas, uma vez afastado esse preconceito, nos surpreendemos que as melhores obras ou mesmo os momentos mais significativos de um artista poderão ser “aqueles onde os poetas mortos, seus antepassados, mais vigorosamente afirmam a sua imortalidade” (p. 22). Longe de mera repetição, a inserção na tradição é fruto de trabalho árduo do escritor, tarefa que envolve antes de tudo a percepção do sentido histórico:

*E o sentido histórico compreende uma percepção não só do passado mas da sua presença; o sentido histórico compele o homem a escrever não apenas com a sua própria geração no sangue, mas também com um sentimento de que toda a literatura europeia desde Homero, e nela a totalidade da literatura de sua pátria, possui uma existência simultânea e compõe uma ordem simultânea. Esse sentido histórico, que é um sentido do intemporal bem assim como do temporal, e do intemporal e do temporal juntos, é o que torna um escritor tradicional. E é, ao mesmo tem-*

*po, o que torna um escritor mais agudamente consciente do seu lugar no tempo, da sua própria contemporaneidade (ibidem, p. 22-23).*

Essa percepção da historicidade aproxima-se do “certo sentimento íntimo” machadiano: a grande arte não se apóia apenas em conteúdos; ela deve envolver uma visão mais ampla da tradição literária que, evidentemente, inclui mas também extrapola os limites da sua própria pátria. Contudo, é essa “diluição” numa linhagem universal que permite ao escritor cantar bem o seu torção e, dessa forma, desenvolver uma autêntica literatura nacional.

De qualquer modo, a reflexão de Borges sobre o elemento de contradição é instigante. Pouco sabendo sobre a história do sentimento de nacionalidade em outros países, especulo sobre essa invenção no Brasil. Com efeito, até a autonomia literária conquistada no modernismo, toda a interpretação da cultura nacional foi fortemente marcada pela condição colonial e não há como minimizar os efeitos que as idéias européias tiveram (e ainda têm) sobre a nossa *intelligentsia*. Tendo sempre o Outro - colonizador, branco, civilizado - como norte, só com muito labor poético os escritores conseguiram homenagear o homem brasileiro. Utilizando-se de ideários científicos, morais e políticos alheios, era difícil pintar um retrato bonito “dessa gente inferior”. Contudo, na luta interna da forma, ao tentar narrar com sinceridade (não exatamente objetividade) o crime de Canudos, Euclides pôde ver uma outra realidade, feita de titãs, de heróis bravos e incompreendidos. O que permitiu a Euclides desenvolver e transmitir esse novo olhar? A forma de sua escritura, seu estilo que mergulha no trágico, suscitando terror e piedade. A sua verdade estética.

Os Sertões constitui uma espécie de divisor de águas da reflexão sobre a nacionalidade. Até a denúncia de Euclides, também marcada por conflitos entre teoria e prática, nós construímos literariamente a nação a partir do que não éramos. As definições do ser brasileiro se davam por nega-

ção à metrópole - não somos puros, não somos cultos, não somos modernos. Nós queríamos ser o Outro, sem vestígios das origens arcaicas. Não podíamos assumir os nossos “vícios” conformada e abertamente.

O esforço da nossa tradição culta se dirigiu, portanto, para a reflexão crítica sobre o lugar do Outro na cultura nacional. Voltou-se para a tematização do próprio hibridismo étnico e cultural, para os estudos de cultura popular, para a lapidação da língua falada, da língua brasileira, capaz de criar e expressar autenticamente a cultura nacional. Essa busca literária do Brasil, iniciada programaticamente com José de Alencar, ganha plenitude depois do movimento modernista. Impedida de simplesmente olvidar ou reproduzir os modelos colonizadores, a inteligência fomenta a tese antropofágica, de assimilação seletiva do Outro. Não queremos mais ser simplesmente o Outro, queremos apenas o que nos interessa. O que for virtude, o que for gostoso. Lembro aqui o paladar refinado do Caboclo Capiroba, de *Viva o Povo Brasileiro*, que escolhe comer holandês por sua carne tenra e saborosa, refugando a carne cheia de nervos do português. Capiroba executa um imperativo do manifesto oswaldiano.

Nos dias de hoje, *Os Sertões* e *Macunaíma* são interpretados como livros-nação. Eles refletem o que somos ou o que gostaríamos de ser? Somos heróis trágicos ou (anti) heróis moleques? Se considerarmos que somos um povo alegre, folgazão, luxurioso, sem caráter específico, assumir a obra de Euclides como retrato parecerá de fato um paradoxo, um meio de mostrar o que não somos: um herói moldado nos heróis gregos. Mas se não nos virmos como personificações de Macunaíma, o sertanejo forte, místico, persistente, não parecerá tão díspar assim do espírito nacional. Talvez por isso a sua grande receptividade entre leitores educados. Talvez até isso explique as numerosas releituras da obra hoje, quando parece esmaecer a idéia da malandragem inerente ao brasileiro.

Recentemente, Ana Maria Roland (1997) levantou interessantes questões sobre a construção de nações através de livros fundantes. Em seu *Fronteiras da palavra, fronteiras da história*, ela examina comparativamente o papel das obras de Euclides da Cunha e de Octavio Paz na construção da nacionalidade brasileira e mexicana. A tradição do ensaísmo nos dois países – e na América Latina como um todo – foi responsável pela criação dessas culturas, mediante a tematização dos elementos constitutivos da cultura nacional: a terra, a língua, a fala, a alma do povo, a sua história. As obras críticas da modernidade latino-americana, portanto, seriam peças de um grande monotexto incompleto sobre o qual se debruçam gerações sucessivas de escritores. Há uma tentativa sempre renovada de explicar as origens da nação, sua singularidade, suas diferenças em relação a outras nações. O efeito desse esforço é o diálogo infindo que se trava no campo intelectual ao longo da modernidade desses países, fazendo o escritor sempre retornar às velhas questões do ser nacional, tentando novas sínteses. Afrânio Coutinho denomina tal vocação, no caso da crítica literária brasileira, de *tradição afortunada*. Recorrendo à imagem da Odisséia de Homero, Ana Maria Roland apropriadamente alude ao sentido de périplo inacabado envolto na decifração do ser nacional. Obras como *Os Sertões* e *El laberinto de la soledad*, como a viagem de Ulisses de volta ao lar, constituem uma grande aventura de “regresso à terra ancestral”, empreendida pelos escritores em tom de rememoração e narração do passado. Entretanto, diferentemente dos Estados Nacionais europeus, tal viagem na América Latina é caracteristicamente inacabada e, talvez, essa seja a razão para que não tenhamos escrito *um* grande livro fundamental, mas muitos pequenos livros em permanente diálogo.

Estreitando ainda mais a ligação da cultura ibérica com a cultura grega, Ana Maria Roland conforma a nossa odisséia ensaística ao conceito

de *paidéia*. O conceito envolve muitas idéias modernas como civilização, cultura, tradição, literatura e educação, porém num sentido unitário, e não fragmentado como as expressões atuais. Toda a civilização grega – suas obras políticas, estéticas e filosóficas – é atravessada por um profundo ideal de cultura e de formação de um “*elevado tipo de homem*” (Jaeger, 1995, p.7). A consciência grega é marcada pela valorização da educação como sentido final de todo esforço humano. Daí que todas as manifestações do espírito grego transparecem um forte sentido de busca da excelência, de aspiração à forma e ao universal. Portanto, na significação da *paidéia*, entram os elementos artístico e plástico, bem como o componente teórico - a imagem, idéia, o logos. A *paidéia* grega é representada principalmente pelos poetas, músicos, filósofos, retóricos e oradores, isto é, os homens de Estado. Os poetas se assemelham, no aspecto funcional, aos legisladores, já que ambos formam as “almas” dos homens, guiando-os no sentido da perfeição. Daí que as grandes obras gregas se apresentam como modelos éticos de conduta com intenções pedagógicas, às vezes explícitas, como no primeiro livro da *Odisséia*, que narra a conversão do jovem e inseguro Telêmaco em homem superior, com a ajuda de seu sábio protetor, Mentor.

A tese de Ana Maria Roland é que os livros fundamentais da América Latina podem ser compreendidos na complexa acepção helenística. De fato, nossa “tradição afortunada” oferece muitos pontos em comum com o espírito de formação do homem grego. Sintetizo-os aqui a partir do denso texto da autora, cujo modelo de análise é marcado pelo deslizamento ousado de sentidos, por alusões, metáforas e analogias, de grande poder criativo.

Nossas obras formam uma *paidéia*, por sua busca de leis gerais do homem e da cultura nacional. Esses livros são grandes interpretações ou retratos da cultura, cuja intenção primeira é a inteligibilidade: quem somos nós brasileiros? Quem somos nós mexicanos? Tais obras também demonstram intimamente seu sentido de

formação e educação: pretendem dizer o que é a nação para as gerações futuras, pretendem mostrar a sua fecundidade ao longo da história, seu sentido de veículo de sabedoria sobre as origens e desenvolvimento da nação. Seus escritores se atribuem uma missão, isto é, a obediência a um desígnio ou ideal superior de guiar o povo ética e politicamente. De melhorar as condições da cultura, a vida e a alma do seu povo; de intervir nos seus defeitos, de bem conduzir suas naturais inclinações rumo à excelência.

É aqui que vejo a resposta para a observação de Borges: selecionar a obra que não é espelho, mas antídoto, é atender ao espírito da *paidéia*, de almejar sempre a forma perfeita, o modelo universal. Esse espírito marcou a civilização ocidental e chegou até nós. Esses ideais clássicos, retomados pelo romantismo, regem toda a tradição letrada brasileira, desde José de Alencar, mesmo quando os textos pertencem a uma estética alegórica e iconoclasta.

O intenso diálogo travado entre os livros de fundação revela a vitalidade do enigma nacional, a exigir o permanente empenho do escritor. Os problemas e sonhos coletivos apresentam-se tão renitentes ao longo da história, que os livros atuais não podem deixar de retomar as narrativas antigas, mesmo em retórica diversa. Se *O guarani* se volta para o índio heróico a fim de marcar, em tom grandiloquente, um país que se consolidava como civilização tropical, o índio novamente retornará em Antônio Callado, desta vez, denunciando a amargura de uma nação que não deu certo ao fim do milênio. Os índios Ipavu, de *A expedição Montaigne* e Jaci, de *Concerto carioca*, mostram o destino melancólico de Peri, nos nossos dias.

De fato, acredito que os livros da nacionalidade prestam-se à função de teriagem num sentido muito preciso: contra o que Jacques Le Goff chamou apropriadamente de amnésia coletiva. A perda de memória, do mesmo modo que acarreta graves conseqüências ao indivíduo, pode ser devastadora para o reconhecimento e

autonomia de povos e nações. Ser capaz de recordar e julgar o presente, a partir das experiências passadas, é condição de possibilidade do homem e da nação livre:

*Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (Le Goff, 1994, p. 426).*

Os livros da nacionalidade brasileira funcionam, portanto, como guardiões da memória, não como relatos estanques do que aconteceu de fato, mas como narrativas construídas e reconstruídas criativamente por gerações de escritores e leitores, feitas de imagens filtradas pelas lentes dos poetas e pintadas sutilmente com os recursos da mimese. O leitor deve, então, compartilhar a visão poética e eleger uma obra como espelho da alma de seu povo.

Esses livros-memória permitem uma conquista sempre renovada do passado histórico de nossa gente. Exercem a função dos *Mnemon* que nos mitos ajudam o herói a recordar as ordens divinas e o cumprimento de seus rituais, fadados ao esquecimento no calor da luta ou nos afazeres da vida cotidiana. Fundamentais para um país cujas elites são tremendamente eficazes na destruição da memória do povo e na monumentalização de suas próprias imagens.

A ficção e a poesia podem ocupar um lugar de destaque na tarefa de recordação coletiva. Por meio do recurso à metáfora e a todos os instrumentos da fantasia criadora, podem apresentar a eficácia de uma técnica mnemônica que associa conceito e imagem, facilitando a reminiscência. Quem não se lembra que nossa terra tem palmeiras onde canta o sabiá? Quem olvida o jeito indolente e luxurioso de Macunaíma?

Quem esquece que o sertanejo é antes de tudo um forte?

A destruição da *paidéia*, da memória coletiva, se dá também na destruição seletiva de livros-memória. Certas leituras de nossos livros da nacionalidade se ressentiram desse exercício funesto de poder. Interrompendo uma tradição de pensamento pela crítica autoritária e simplista, apoiada pela legitimidade do lugar ocupado no campo intelectual, e abortando a possibilidade de leitores e discípulos, cometemos alguns crimes contra a nacionalidade, pois crimes contra uma invenção alternativa de Brasil.

Daí a importância de volver às narrativas fundantes do passado, não com o espírito saudosista, mas com o desejo de aprender com elas, com as suas verdades e mentiras, com seu esforço de produzir sentidos que, afinal, estão sempre incrustados na sociedade de seu tempo. As releituras de hoje poderão recuperar possibilidades amputadas por leituras passadas, idéias, imagens e valores capazes de iluminar o nosso presente e o nosso futuro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - ASSIS, Machado de. *Notícia da atual literatura brasileira-Instinto de Nacionalidade. Obra Completa (v. 3)*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1988. p. 801-804.
- 2 - BORGES, Jorge Luís. *O livro: cinco visões pessoais*. Brasília: Editora da UNB, 1995.
- 3 - BORGES, Jorge Luís. *O escritor argentino e a tradição. Obra Completa (v. 1)*. São Paulo: Globo, 1998.
- 4 - COUTINHO, Afrânio. Estudo crítico: Machado e Assis na literatura brasileira. In: ASSIS, Machado de. *Obra Completa (v.1)*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986. p. 23-65.
- 5 - ELIOT, T. S. A tradição e o talento individual. In: \_\_\_\_\_. *Ensaio de doutrina crítica*. Lisboa: Guimarães Editores, 1997.

- 6 - JAEGER, Werner. *Paidéia: A formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- 7 - LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1994.
- 8 - MATOS, Cláudia Neiva de. Borges e eu. *Gragoatá. Revista do Instituto de Letras*, Niterói, EDUFF, n.1, p.151-167, 2. sem. 1996.
- 9 - ROLAND, Ana Maria. *Fronteiras da palavra, fronteiras da história*. Brasília: Editora da UNB, 1997.



**ARTIGOS**

---

# O ENSINO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL<sup>1</sup>

Maria da Conceição Xavier de Almeida – UFRN

## RESUMO

Problematiza-se o ideário das Ciências Sociais no Brasil, tendo por referência a criação da Universidade de São Paulo, o golpe militar de 1964 e o *boom* da pós-graduação nas décadas de 70 e 80.

Palavras-chave: Ciências Sociais - Pensamento social - Ciência e sociedade.

## ABSTRACT

Analyzes the framework of ideas in Brazilian social sciences, using the background formed by creation of the University of São Paulo, the 1964 military *coup* and the boom of graduate courses during the 1970's and 80's.

Key words: Social Sciences - Social Thought - Science and society.

## INTRÓITO

Problematizar o ensino das Ciências Sociais no Brasil pode denotar nosso interesse em desviar o olhar para além do próprio umbigo. É importante saber o que se pensa e se enuncia em distintos espaços acadêmicos. A que experiências intelectuais, mais críticas ou menos críticas, foram submetidas diferentes gerações de cientistas sociais no Brasil. Que entendimentos de sociedade, de política, de cultura e de ética da vida têm sido propostos e consolidados ao longo da história desse domínio do conhecimento ao qual dedicamos grande parte de nossos investimentos cognitivos e emocionais.

<sup>1</sup> Este artigo foi produzido a partir da conferência de encerramento do XVI Encontro Nacional dos Estudantes de Ciências Sociais, sediado em Natal, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em agosto de 1999.

Olhar para além do próprio umbigo permite ampliar as condições favoráveis a uma problematização crítica a respeito do que ouvimos, dizemos e fazemos no nosso dia-a-dia na universidade e fora dela. Permite também alargar o nosso repertório, ter acesso a outras experiências discursivas e de objetivação sociohistórica do conhecimento. Permite, por fim, fazer jus à nossa condição de artífices e cultivadores de um pensamento que transforma o mundo na medida exata de sua própria transformação.

Qual tem sido o *métier* das Ciências Sociais no Brasil? Dito de outra forma: de que pressupostos epistemológicos, matrizes do pensamento e práticas intelectuais nos temos valido? Como toda questão, essa também admite duas ou mais estratégias de resolução. No que tange a este artigo temos que nos posicionar diante da seguinte alternativa: ou cremos na onipotência do diagnóstico e da interpretação – o que configura uma analítica da certeza –, ou aceitamos o inacabamento do conhecimento e a incompletude das explicações – o que significa aceitar a mediação do observador como uma condição constitutiva da operação do saber e da compreensão do mundo.

Posiciono-me aqui pela segunda alternativa, sendo necessário portanto explicitar, logo de partida, de que lugar olho e em que lugar me situo para sistematizar minha compreensão a respeito do ensino das Ciências Sociais no Brasil. E isto porque, como sabemos, com as descobertas da física quântica nos idos de 1900 que reproblematicizaram os limites de nosso conhecimento da realidade e da matéria (mostrando a natureza fugidia e ambígua dos fenômenos do mundo), não é mais possível dizer: 'as coisas são assim'. O que podemos, segundo Niels Bohr (*apud* Eston, 1997) é enunciar: "é isso

que podemos dizer de tal coisa, de tal fenômeno, de tal realidade". Portanto, as reflexões, aqui sugeridas são fruto do que me foi dado ver e compreender, ao longo de uma pesquisa sobre a ciência que fazemos, o saber que produzimos e que nos produz, bem como as implicações éticas que acredito daí decorrerem.<sup>2</sup> Não posso proferir o discurso que desvela porque, por mais que retiremos os véus que encobrem a realidade, ainda e sempre restarão camadas que se interporão entre nós e ela. E também não posso, nem quero ser um sujeito que se confunde com o profeta da revelação - essa palavra de origem latina que evoca "a divulgação de uma verdade até então oculta" e "um conhecimento obtido por vias sobrenaturais".

Afasto-me do discurso da verdade, que condiciona o poder da ortodoxia, em nome da falácia da objetividade. Ao invés disso, me aproximo das idéias de Humberto Maturana, para quem só é possível falar de uma 'objetividade entre parênteses'.<sup>3</sup>

## 1 - AS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL

Para nos aproximarmos do ideário das Ciências Sociais no Brasil, faz-se necessário circunscrever a organização e a difusão das idéias no âmbito dos espaços do poder e do saber, que são as universidades. Para isso, me afasto da história linear e cronológica, para sublimar três momentos que, de minha perspectiva, se constituem em referências fundamentais para visualizar a dinâmica, os desdobramentos e os desafios que cercam essa área do conhecimento. Esses três momentos são: a fundação da Universidade de São Paulo, em 1934; o golpe militar de 1964; e, por fim, o *boom* da pós-graduação nas décadas de 70 e 80.

### 1.1 - A criação da USP

A esse momento é possível creditar o paradoxo com o qual convivemos até hoje: a perversa

relação entre a elitização do conhecimento e a fome do saber - paradoxo contra o qual, sobretudo, a classe estudantil se insurgiu em duras mas memoráveis lutas políticas, mesmo que sob a égide de bandeiras diferenciadas.

Volto ao passado para lembrar que foi George Dumas o consultor da aristocracia e intelectualidade paulistana para a criação da USP na década de 30. Dumas constitui uma "missão francesa" que, em conjunto com a "missão italiana", coordenada por Giuseppe Ungaretti, fomentam as bases macroinstitucional e ideológicas do ensino das ciências humanas no Brasil. Segundo Claude Lévi-Strauss, a criação da USP é a consolidação do projeto da burguesia para equalizá-la à cultura européia. Mas, felizmente, emerge uma situação conjuntural de resistência ao monopólio da burguesia: estudantes vindos das classes modestas, homens e mulheres já engajados na vida profissional e que desconfiavam dos grandes burgueses que fundaram a universidade, passam a ouvir, discutir e por vezes a ensinar os mestres europeus. "*Nós nos encontrávamos entre dois campos*", conta Lévi-Strauss: "*de um lado gente preciosa, de outro os servidores da classe dominante*".<sup>4</sup>

Assim, a origem mais institucional das chamadas ciências humanas e sociais, no solo brasileiro, emerge da convivência, nem sempre pacífica, entre uma concepção de cultura como arte, requinte e sofisticação do intelectual abastado e a compreensão de que o conhecimento sobre a sociedade só tem sentido se transformado numa ferramenta capaz de prover uma crítica radical das estruturas sociais. Tal projeto se desdobrará ao longo das últimas quatro décadas numa cartografia perversa do pensamento social. Alguns terão acesso aos instrumentos privilegiados da crítica, mas se encastelarão nos domínios do poder. E mesmo a confissão emblemática de termos "um pé na cozinha", conforme a expressão do sociólogo presidente, não consegue amainar o descompromisso com um projeto mais justo de sociedade. Outros se limitarão ao ideário pragmatista, mas mesmo assim inoperante, porque contaminado pelo discurso obsessivo da "vitimização", conforme expressão de Pascal

<sup>2</sup> *O saber antropológico: complexidade, objetivações, desordens, incertezas*. Tese de doutorado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP.

<sup>3</sup> MATURANA, Humberto. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.

<sup>4</sup> Entrevista de Claude Lévi-Strauss a Didier Eribon. Folha de São Paulo, 18 set. 1998. Ilustrada. p. E-12.

Bruckner. Entre uns e outros, cientistas sociais mestiços, capazes de operar a dialógica entre teoria e prática, tiveram e ainda têm que se haver com a querela do poder discursivo, mal disfarçado pelo falso debate acadêmico. De forma provocativa, mas responsável, dirá Edward Wilson (1999):

*os esforços dos cientistas sociais estão eivados de desunião e falta de visão... Divididos em grupos independentes, enfatizam a precisão das palavras em suas próprias especialidades, mas raramente falam a mesma linguagem técnica de uma especialidade para outra. Grande parte chega a apreciar a atmosfera de caos resultante, confundindo-a com fermento de criação.<sup>5</sup>*

Desse modo, além dos vieses diferenciados no tocante a uma ética do pensamento, desembocamos também numa fragmentação interna exemplificada pelas “*especializações não comunicantes*” (E. Morin). Ao nos investirmos das identidades unitárias como politicólogos, sociólogos e antropólogos, temos cindido domínios interconectados da realidade, dos fenômenos e do mundo. Temos operado com tamanha façanha e requinte a fratura entre sociedade, cultura e política, que acabamos por nos autoconvencer de que os fenômenos sobre os quais falamos são tal qual os descrevemos. O mais grave é que a prática da disciplinaridade fechada acabou por produzir tantas representações e interpretações do mundo quantas são as nossas cabeças. Caricaturando um pouco, poder-se-ia afirmar que a relação entre as narrativas de compreensão do mundo e a população dos cientistas sociais é de uma interpretação *per capita*. Convenhamos que, mesmo sem nos limitar à asfixia epistemológica que defende um paradigma comum como a condição *sine qua non* para o avanço do conhecimento, a proliferação e pulverização de dezenas e dezenas de interpretações singulares e únicas só podem ser entendidas como um jogo da convivência e convivência na discordância, o que pode denotar duas atitudes. De um lado, uma prática intelectual ancorada pela expressão: “eu penso de tal tema ou fenômeno exatamente o oposto que você, mas não

lhe interpelo nem questiono, como condição de me manter intocável e igualmente não questionado”. De outro, a assertiva: “temos pontos de vista diferentes e fiquemos, portanto, cada um com a sua verdade”. Numa síntese ousada, Edgar Morin descreve essa situação com o seguinte relato:

*– Dois colegas de universidade se encontram nos corredores do departamento, dia seguinte ao lançamento do livro de um deles. Num gesto de intimidade, ‘com tapinhas nas costas’, um deles diz: ‘gostei muito do seu livro, velho’. Imediatamente em seguida, e um pouco mais à frente, o mesmo professor fala para um outro colega: ‘o livro dele!? Uma merda!*

A situação aludida por Morin não é certamente uma singularidade européia ou brasileira e nem se restringe ao *métier* do cientista social. Sabemos bem das querelas, desclassificações apriorísticas, desconfianças gratuitas e recusas levianas que cercam a diversidade das interpretações do mundo, em qualquer país e nos vários domínios do conhecimento científico. Entretanto, cabe a nós fazermos a nossa parte. Perguntamos como fazemos a ciência que fazemos; como é possível exercitarmos a prática do diálogo do “d” maiúsculo como sugere David Bohm, ao invés de nos acomodarmos ao monólogo coletivo que cristaliza o autocentrismo intelectual e, no limite, a conivência com ideários que são um desserviço do pensamento diante da sociedade humana.

A diversidade dos pressupostos dos quais partimos, nas chamadas ciências humanas, necessita de mediadores epistêmicos capazes de descompactar a ortodoxia e facilitar uma política do pensamento que subsuma as excentricidades temáticas num projeto efetivo de compromisso ético com uma sociedade libertária. A pergunta que formularemos é muito simples e ao mesmo tempo muito complexa. Trata-se de uma única pergunta que pode desmembrar-se em várias. A que tem servido o conhecimento que temos produzido? O tema do qual me ocupo é relevante, de alguma forma, para postular uma sociedade onde as pessoas sejam mais felizes? Quais são as três ou quatro idéias das quais eu não abro mão, porque elas representam o meu compromisso com um mundo mais justo, menos perverso, mais democrático?

<sup>5</sup> WILSON, Edward. *Consiliência: a unidade do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p. 174.

Do lugar de onde olho, e a partir da análise da produção científica das ciências sociais no âmbito de quatro grandes universidades brasileiras, me inclino a dizer que essas perguntas foram formuladas de maneira dispersa no tempo e no espaço, mas não certamente com a contundência e a afinação coletiva que elas requerem. Sabemos todos, no Brasil, sobretudo no espaço das lutas acadêmico-políticas configurado pela UNE, (União Nacional dos Estudantes) o preço que se pagou por uma posição mais clara em favor da politização do pensamento e da ciência. Mas sabemos também que as benesses do conforto intelectual, o alto preço do ostracismo e a execração cognitiva vão aparecer na nossa história, de forma brutal, com a polícia do pensamento levada à sua expressão mais extrema pelo ideário político do golpe militar de 1964.

## 1.2 – O golpe militar, divisor das águas

Não é nosso objetivo, aqui, fazer uma análise do golpe de 64, reflexão sem dúvida abundante nas ciências sociais e que exhibe, de modo geral, uma metanarrativa comprometida e politizada do conhecimento. Limito-me mais propriamente a observar os reflexos e os ecos da ditadura militar, tanto em relação às nossas matrizes interpretativas, quanto à fragmentação conceitual de cunho relativista que produz, até hoje, um esquadramento entre subáreas e temáticas mais politizadas do que outras. Não que o regime militar tenha produzido espíritos revolucionários ou reacionários. Não. Longe da causalidade linear, segundo a qual ‘isto provoca aquilo’, esse momento da nossa história permitiu apenas a elucidação, o vir à tona, o deixar emergir as distintas posturas teóricas que fundamentavam nossas opções intelectuais. Observemos, mesmo que parcialmente, o panorama da estrutura acadêmica do nosso país naquela época.

Ao lado das universidades brasileiras de maior porte e já estruturadas, as faculdades isoladas públicas ou privadas estavam, na década de 60, em plena expansão. As Faculdades de Sociologia, ou Sociologia e Política, ou ainda Sociologia e Jornalismo (conforme as várias denominações no território nacional), bem como os Institutos de Pes-

quisa Social, proliferavam no Brasil. Pode-se dizer, sem exagero, que esses espaços viviam um verdadeiro clima de efervescência cultural. O que aconteceu com certos espaços acadêmicos considerados perniciosos à “segurança nacional”, ou “focos de subversão”, todos sabemos. Faculdades foram fechadas, parte considerável dos estudantes e professores tiveram seus direitos cassados; uns foram convidados a sair do País, outros foram levados a desaparecer temporária ou definitivamente do nosso convívio. Em Natal, a Faculdade de Sociologia e Política não fugiu a essa regra perversa. Em síntese, um divisor de águas represou os fluxos teóricos, considerados turbulentos, e imprimiu, pela força da lei, uma calma desmobilizadora.

Penso que as marcas dessa história se expressam até hoje pela imposição da obediência à polícia do pensamento, mesmo que de forma silenciosa ou subliminar. Seja simulada pelo aparato normativo das agências oficiais de fomento à pesquisa, ou ainda disfarçada pelos micropoderes babacas da vigilância de plantão nos microespaços das universidades, dá bem para sentir os respingos de um tempo vergonhoso para todos nós. Como educadores, não podemos deixar de sublinhar o diagnóstico de uma perda irreparável para as ciências sociais no Brasil. Não podemos, por outro lado, deixar de identificar a premissa maior que caracteriza o cientista social, como um cidadão ao mesmo tempo de sua aldeia e do planeta: a condição de indignar-se. No passado, como hoje e no futuro, a condição de indignação deve ser o ponto comum que liga todos nós, independente de sermos politicólogos, antropólogos ou sociólogos. Garantido este protocolo do espírito, saberemos afinar e avizinhar nossas ferramentas conceituais, nossos temas de pesquisa, nossos investimentos cognitivos.

Por que lembrar 64 é importante? Que conexão há entre a época de repressão explícita que vivemos durante o regime militar e as opções teóricas nas ciências sociais?

Uma breve digressão sobre a consolidação institucional das ciências sociais entre as décadas de 60 e 70 ajuda a explicitar essa conexão. Enquanto a antropologia se firmaria na tradição dos estudos indígenas e das microexpressões culturais, étnicas

e folclóricas, a sociologia condicionava temas e estudos mais estatísticos e conjunturais inscritos nas rubricas de mudança social, migração campo-cidade, condições sociopolíticas urbanas e reflexões epistemológicas.

Somente no final dos anos 60 e começo da década de 70, é que a antropologia passa a se interessar pelos estudos das populações “camponesas” – ainda entendidas como um mundo intermediário entre as “sociedades tribais” e as industriais. Esse modo funcionalista começou a receber crítica dos setores acadêmicos identificados com o marxismo antropológico. Estávamos no pós-golpe. O acesso aos textos de Marx sobre as sociedades pré-capitalistas, até então pouco conhecidos dos antropólogos, e, principalmente, os trabalhos pioneiros de Claude Meillassoux, Maurice Godelier e Pierre-Phillipe Rey conseguiram, em algumas instituições, ampliar as temáticas de pesquisa sobre o “campesinato”, direcionadas por perspectivas novas, históricas e totalizadoras.

A ciência política também se formaliza como uma disciplina no âmbito desse espólio do saber. Preocupada na delimitação do que é propriamente o domínio do político, a disciplina oscilará entre uma tomada ampliada desse domínio (indo dos clássicos aos nossos dias) e a análise contextualizada dos microfenômenos do poder. Mesmo que em graus diferenciados, e em função das nuances teóricas, pode-se dizer que há uma interface entre os estudos da sociologia e da política. O mesmo não acontece com a antropologia que insiste teimosamente em advogar um “olhar antropológico” distinto de suas irmãs gêmeas.

Por outro lado, a influência das leituras consideradas “de fora” da área disciplinar foi marcante para a proliferação dos estudos econômicos e rurais, mas circulou e foi avaliada diferentemente pela comunidade antropológica brasileira, e esse é o ponto que gostaria de chamar a atenção. Mesmo que de forma subliminar, foi em decorrência da aceitação ou rejeição dessas leituras “não antropológicas”, sobretudo dos textos dos “marxistas franceses” e os do próprio Marx, que se problematizou, diferentemente, os mesmos objetos na antropologia brasileira. Esse fato vai sugerir avaliações por

vezes simplistas, por parte de alguns antropólogos, a respeito do “marxismo antropológico”.

Em “Os problemas atuais da pesquisa antropológica no Brasil”, Eunice Durham afirma que o marxismo

*tem se revelado inadequado para analisar mesmo situações conjunturais, quanto mais peculiaridades sociais e culturais de segmentos específicos da população que constituem o grande campo de investigação dos antropólogos”, assinalando que “a teoria marxista é incapaz de explicar a complexidade, a ambigüidade e a riqueza dos fenômenos simbólicos que a análise antropológica revela”.*

Avaliações equivocadas como essa vão encontrar respaldo em certos espaços acadêmicos brasileiros e fortalecer as resistências diante de matrizes mais críticas e universalistas, influenciando assim, fortemente, na fixação de um perfil cada vez mais atrofiado da antropologia. Esta, de modo geral, tem optado explicitamente pelos estudos particulares, reafirmadores do relativismo que transforma cada cultura numa totalidade irreduzível e singular. No Brasil, a antropologia tem sido entendida, quase que consensualmente, como a ciência das especificidades, em oposição a outras áreas do conhecimento que investem na busca de uma totalização de caráter mais universal. Isso vai selar as oposições entre tradição e ciência, e entre campo e cidade, o que vai redundar na ideologia do “respeito à diferença” tão cara ao relativismo.

Facilmente entendidos pela linguagem acessível e encantadora, através da qual postulam a diferença entre as sociedades humanas, os antropólogos relativistas têm tido um razoável poder de fascínio e sedução, sobretudo junto aos meios de comunicação de massa. Confortavelmente distanciados dos compromissos éticos da ciência com *as dores do mundo*, fala-se da bunda de Carla Peres, do jogo do bicho e do “jeitinho brasileiro”, como se tais resíduos fossem os ícones da nossa cultura. Esse ideário, que não condiz com a leitura crítica do mundo, tão cara às ciências sociais, aparece fartamente na mídia sensacionalista e por vezes é tido como um discurso da

<sup>6</sup> Eunice Durham. Os problemas atuais da pesquisa antropológica no Brasil. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, n. 25, p. 166, 1982.

ciência que representa todos nós. Mas como entre nós nada é monolítico (e nisso talvez resida um dos poucos fatores positivos da nossa diversidade), “outras configurações do saber” (M. Foucault) se constituíram, ao longo de nossa história, em espaços de resistência ao reacionarismo intelectual.

É claro que as teorias iluminadas pelo multiculturalismo e pelo relativismo cultural excedem o espaço brasileiro e, em certo sentido, um tempo histórico. Não podemos afirmar que o regime militar produziu tal ideário. Mas certamente esse período serviu para que fossem explicitadas, com mais clareza, nossas ideologias de base. Para bem e para mal, passamos a partir daí a exibir não só nossas faces, mas também nossos compromissos e “descomposturas intelectuais”.

### 1.3 – A pós-graduação em Ciências Sociais

A pós-graduação, que viveu durante as décadas de 70 e 80 um período de efervescência e consolidação, desenhará por sobre esse panorama um esboço importante das teorias sociais. A diversidade temática que nos tem caracterizado favorecerá, por vezes, e em alguns espaços acadêmicos, uma democracia cognitiva tecida por um metadiscorso que religa os temas e as investigações. Mas também, por vezes, servirá para escamotear as questões cruciais da sociedade brasileira.

Pode parecer que essa avaliação pinta um quadro excessivamente nefasto das nossas humanas ciências. Não é essa a nossa intenção. Mas não é possível, nem responsável, nem desejável, tapar o sol com a peneira. Somos nós, de dentro das ciências sociais, que devemos prover e promover uma autocrítica que se abra a uma sociocrítica no âmbito das demais ciências, e em interface com elas. Essa reflexão deve, no final das contas, abrir-se à sociedade como um todo. É nosso dever “perguntar” à sociedade maior a que tem servido o nosso saber, e começar a problematizar o conhecimento que produzimos. Seria, no mínimo, intransigência nos armarmos pela autodefesa e endurecer os nossos pontos de resistência, uma vez que é inadiável uma reflexão essencial sobre a nossa ética/estética de pensar. Talvez seja mais

adequado exercitarmos uma aeróbica dos neurônios, que reative a simplicidade, a humildade e a crítica, enzimas essenciais a uma razão aberta e a um conhecimento complexo. Além do mais, grande parte dos sociólogos, politicólogos e antropólogos não se reconhecem nas partes borradas de um retrato que pintamos coletivamente ao longo desses anos. E é com justeza que não se reconhecem, porque se constituíram em reservas de politização do pensamento; porque souberam, e ainda sabem, manter a difícil arte de pensar grande; porque não sucumbiram aos sociologismos, psicologismos, antropologismos, biologismos, e assim por diante; porque alimentaram focos de resistência e criatividade capazes de tornar o exercício de pensar uma arte da transformação individual e social.

É certamente a partir do fermento desses focos de resistência do pensamento politizado e crítico que se pode hoje visualizar o início de uma sintonia entre as ciências do homem, as ciências da vida e as ciências do mundo físico. Um certo protocolo de intenções, que aposta na religação dos saberes e numa outra ética do conhecimento científico, pode ser exemplificado por documentos emblemáticos como a “Declaração de Veneza” (Veneza, 1986), a “Carta da Transdisciplinaridade” (Arrábida, Portugal, 1994) e a “Declaração Brasileira para o Pensamento Complexo” (São Paulo e Natal, 1998), para citar alguns começos. O que dizem essas cartas? Elas discutem a falência das explicações unilaterais e propõem uma nova articulação do conhecimento num apelo claro e aberto, mas também incerto e difuso: a “civilização das idéias”. Um tal apelo fundamenta-se no desejo de superação da disciplinaridade fechada, da especialização impotente, mas, acima de tudo, propugna pela urgente necessidade de refletir a respeito da arrogante supremacia da cultura científica sobre os saberes da tradição secular da humanidade.

Certamente, para que possamos participar da construção de uma *ciência nova* e eticamente comprometida com os destinos do nosso planeta, necessitamos agendar entre nós alguns pontos de partida que surgiram aqui de forma preliminar e incerta. São eles: reduzir as xenofobias (biofobia,

literofobia, etc.); abrir as ciências sociais (dialogar com outros conhecimentos); cultivar a condição de indignar-se, quer dizer, não trivializar “a crueldade do mundo”. Alimentados por este protocolo de intenções, talvez possamos reaver, com vitalidade, a missão maior da ciência diante do mundo. A proposição de Karl Marx de que não basta interpretar o mundo, é necessário transformá-lo, se reveste hoje de uma atualidade exemplar. Sobretudo se temos consciência dos graves desmandos do processo civilizatório diante do destino da nossa “terra pátria”.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - ALMEIDA, Maria da Conceição Xavier de. *O saber antropológico: complexidade, objetivações, desordens, incertezas*. 275 p. Tese (Doutorado em Antropologia) – PUC. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, São Paulo, 1993.
- 2 - DURHAM, Eunice. Os problemas atuais da pesquisa antropológica no Brasil. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, n. 25, p.166, 1982.
- 3 - ESTON, Verônica Rapp de. Física e psicologia no século XX: uma nova visão. *Revista Thot – Associação Palas Athena*, São Paulo, n. 66, p.29-40, 1997.
- 4 - LÉVI-STRAUSS, Claude. Entrevista concedida a Didier Eribon. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 set. p. E-12, 1998.
- 5 - MATURANA, Humberto. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.
- 6 - MORIN, Edgar. *O Método: 3; o conhecimento do conhecimento*. Lisboa: Europa América, 1987.
- 7 - MORIN, Edgar. *Para sair do século XX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- 8 - WILSON, Edward. *Consiliência: a unidade do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 174.

# IMAGINÁRIO SOCIAL “MORTÍFERO”: A QUESTÃO DA DELINQUÊNCIA JUVENIL NO BRASIL

Norma Takeuti – UFRN

## RESUMO

Trata-se de uma reflexão sobre o poder *diffuso* na sociedade que repercute e fundamenta certas práticas sociais que apresentam um caráter de “irracionalidade”, à primeira vista. O foco da análise dirige-se para a prática de “extermínio” – no seu sentido simbólico, social e físico - de crianças e jovens das camadas pobres na sociedade brasileira. Os suportes teóricos utilizados permitem interpretar tais práticas como aquelas que são determinadas, em grande parte, por *fantasias coletivas inconscientes (imaginário social)* que não seriam do domínio exclusivo dos grupos sociais dominantes. Do mesmo modo, a *perversão social* não é abordada como um apanágio de certos grupos sociais, como se pretende crer. Aliás, não estamos nos confrontando sistematicamente com o enunciado da *perversão* de certos segmentos das classes populares?

Palavras-chave: Imaginário social - Perversão social - Brasil.

## RESUMÉ

Il s'agit d'une réflexion sur le pouvoir *diffus* dans la société, celui qui se répercute et fonde certaines pratiques sociales qui ont, à la première vue, un caractère de l' "irrationalité". L'analyse est centrée sur la pratique de l' "extermination" – dans le sens symbolique, social et physique – des enfants et des jeunes des couches pauvres au Brésil. Les supports théoriques choisis permettent d'interpréter telles pratiques comme celles qui sont déterminées, en grande partie, par des *fantasmes collectifs inconscients (l'imaginaire social)*, ceux-ci n'étant pas du domaine exclusif des groupes sociaux domi-

nants. Aussi, la *perversion sociale* n'est pas envisagée comme un apanage de certains groupes sociaux, comme l'on prétend croire. Par ailleurs, ne nous confrontons pas, systématiquement, à l'énoncé de la *perversion* de certains segments des classes populaires?

Mots clés: Imaginaire social - Perversion sociale - Brésil.

## INTRODUÇÃO

Este texto foi produzido por ocasião de um curso magistral proferido pela autora a estudantes de pós-graduação em Sociologia na Universidade de Paris 7, França<sup>1</sup>, sob o tema *Imaginário e Poder*. Para efeito desta publicação, certos detalhes foram acrescentados, particularmente, no item *Imaginário social da delinquência juvenil no Brasil*<sup>2</sup>. Esta é a razão pela qual o texto apresenta um formato, simultaneamente didático e analítico: de um lado, pormenorização de certos conceitos ou noções (em particular, Foucault e Castoriadis) e, de outro, ilustração de fragmentos de material de campo, enquanto suportes para um exercício de articulação teórico-empírica.

<sup>1</sup> Novembro/2000.

<sup>2</sup> Esta parte do texto foi extraída do capítulo *O imaginário social e produção da delinquência juvenil no Brasil*, que faz parte de uma obra, da própria autora, relativa à questão da infância e da juventude “pobre” brasileira (em preparação e para publicação em 2001).

Esta comunicação orienta-se para a construção de uma reflexão sobre o poder *difuso* na sociedade<sup>3</sup> que repercute e fundamenta certas práticas sociais que apresentam um caráter de “irracionalidade”, à primeira vista. O foco da análise dirige-se para a prática de “exterminação” – no seu sentido simbólico, social e físico – de crianças e jovens dos segmentos pobres no Brasil. Os suportes teóricos utilizados permitem interpretar tais práticas como aquelas que são determinadas, em grande parte, por *fantasias coletivas inconscientes (imaginário social)* que não seriam do domínio exclusivo dos grupos sociais dominantes. Do mesmo modo, a *perversão social* não é vista como um apanágio de certos grupos sociais, como se pretende crer. Aliás, não estamos nos confrontando sistematicamente com o enunciado da *perversão* de certos segmentos das classes populares?

## 1 – NA BUSCA DE INSTRUMENTOS CONCEITUAIS

Quando se fala em Poder, esse tema nos remete imediatamente para outros temas, ou melhor, a reflexão sobre o poder se faz na associação a outros conceitos tais como o de relações de classes, classes sociais, ideologia, dominação, violência, política, família, aparelhos ideológicos de Estado, assim por diante. Isso quer dizer que só podemos discutir esse tema de forma pertinente, quando o atrelamos a um contexto social ou a determinadas situações sociais, históricas, institucionais, culturais, grupais ou individuais.

Para a construção de uma discussão sobre *Poder e Imaginário*, partimos da noção de ideologia, tal qual esta foi entendida na tradição marxista. Vamos apenas sobrevoar esse ponto, pois ele é tão somente o nosso ponto de partida. Antes, um esclarecimento parece ser necessário: não se pre-

tende aqui substituir a noção de ideologia pela de imaginário. Trata-se de uma tentativa de aproximação das duas noções, com o intuito de discutir a questão do poder e da dominação.

A noção de ideologia que predominou nas discussões, no interior das Ciências Sociais, tendo como paradigma as obras de Marx, encontra-se em polêmica, atualmente. O que se pode, extrair de imediato, de todo o debate existente é que a noção de ideologia passa por um questionamento, tendo em vista os processos sociais, oriundos das transformações da época contemporânea.

Resumidamente, pode-se dizer que o conceito de ideologia em Marx traduz-se pela fórmula: “*tudo que não é real é ideologia*” ou “*tudo que não é científico é ideologia*”. Estes parecem ser os dois parâmetros que subsistiram, desde os primeiros escritos de Marx, e que tiveram seus prolongamentos nas diversas correntes marxistas.

O sentido de ideologia, em Marx, contém diversos níveis que vão do superficial aos mais profundos. No primeiro conceito de ideologia, Marx diz que alguma coisa foi invertida na consciência humana. Para tanto, seria necessário *inverter a inversão feita*. Somente uma crítica envolvendo a *praxis* poderia reverter o que foi invertido. Predomina a idéia de ideologia, enquanto “*falsa consciência*”.

Mannheim (1986) remonta na história, tanto da palavra como do sentido da ideologia, a épocas anteriores ao marxismo, e ele sustenta que há uma longa história de *suspeita de falsa consciência*, sendo o marxismo apenas um elo desta longa cadeia. No entanto, ele não deixa de revelar duas contribuições de Marx para o desenvolvimento do conceito de ideologia:

- a ideologia deixa de ser apenas um fenômeno psicológico referente aos indivíduos, uma distorção individual, e passa a ser uma estrutura total da mente característica de uma formação histórica concreta, incluindo uma classe.

- se a ideologia não é uma distorção individual, então desmascará-la exige um método de análise específico.

<sup>3</sup> Muito embora a questão do poder das elites dominantes não esteja descartada.

Em *A Ideologia Alemã* (1848, publicado pela primeira vez só em 1932), texto considerado, por muitos, como a base de todos os escritos marxistas propriamente ditos, o ideológico ou o imaginário<sup>4</sup> é oposto ao real. Conseqüentemente, a definição do conceito de ideologia depende do que seja a realidade.

O que nos parece importante reter das teorizações marxianas para esta discussão é o caráter de *deformação* ou *incongruência* da representação ou do pensamento em relação à realidade, ou seja, o paradigma de que a ideologia, por ser *incongruente*, é *desvio*. Outro ponto a reter é o do desconhecimento (*inconsciência*) que os próprios indivíduos têm da sua realidade, resumido na famosa fórmula marxiana “*disso eles não sabem, mas o fazem*”. Quer dizer que há a discrepância entre aquilo que chamamos de realidade social e a maneira errônea com que a representamos – a *falsa consciência*. Os sujeitos não conhecem o sentido do que fazem... Há causas profundas que escapam à sua consciência. Trata-se do *princípio da não-consciência*, presente nesta abordagem.

## 2 – POLÊMICAS ATUAIS

Se essa abordagem foi, antes, o grande paradigma para os teóricos da ideologia, hoje, ela leva a confrontos teóricos. Questões sobre as limitações do materialismo histórico, sobre a autonomia da ideologia, sobre ideologias de classe, sobre ideologias situacionais não *classistas* (de sexo, raça ou nação), sobre a importância ou não do conceito de classe na análise da ideologia, sobre a ideologia como representação consciente,... são algumas das questões fortemente discutidas. De toda a forma, é evidente a tentativa, na maior parte das reflexões, de distanciamento da definição tradicional de ideologia, como *representação* ou *ilusão (falsa consciência, consciência ingênua, inconsciência)*.

<sup>4</sup> Termo não usual em Marx, menos ainda enquanto um conceito, foi, por ele, às vezes, utilizado, como o equivalente de ideologia.

Certos autores tendem a evitar o uso do termo ou da noção de ideologia, devido ao seu desgaste – “abarca tudo” (de crenças, doutrinas, teorias,... aos aparelhos ideológicos de Estado e até aos enunciados “espontâneos”).

Bourdieu (1996) contorna o termo ideologia, adotando as noções de “*dominação simbólica*”, “*potência simbólica*” ou “*violência simbólica*”<sup>5</sup> e “*doxa*”<sup>6</sup>:

“*Tanto se tem usado e abusado do conceito de ideologia que ele não funciona mais. Já não acreditamos nele; e, nos usos políticos, por exemplo, é importante dispor de conceitos que sejam eficientes e eficazes*” (*ibidem*, p. 266).

Segundo o autor, ideologia teria sido sempre entendida como um sistema de proposições (“falsas”) que sustentam sistemas injustos de poder, forjadas por atores ou agentes sociais conscientes. A isso, ele contesta que “*os agentes não visam [as coisas] só conscientemente, nem estão erroneamente guiados por representações falsas*” (*idem*, p.268). É nesse sentido que, para ele, a noção de *doxa* permite apreender *mecanismos inconscientes*, geralmente poderosos, que não podem ser apreendidos pela definição tradicional de ideologia, centrada na questão da consciência (*idem*, p. 267).

A crítica de Castoriadis dá-se no mesmo sentido, quando ele desenvolve a noção de *significações imaginárias sociais*. Na obra *A instituição imaginária da sociedade* (1982), nota-se que as suas teses procuram inspiração em outras fontes, sobretudo na psicanálise freudiana, a qual permite intervir com a noção do *inconsciente* e do *psiquismo*, e conseqüentemente do *imaginário*. Com isso, ele se descentra de uma postura que predominou,

<sup>5</sup> “Dominação simbólica” é “*algo pelo qual o sujeito não se sente pressionado; está em toda parte e em lugar nenhum, e é muito difícil escapar dela. Os trabalhadores vivem sob este pressão invisível e, assim, adaptam-se muito mais à sua situação do que podemos supor. (...) Com o mecanismo da violência simbólica, a dominação tende a assumir a forma de um meio de pressão muito mais eficaz e, nesse sentido, mais brutal*” (Bourdieu, 1996, p. 270).

<sup>6</sup> Crença espontânea ou opinião que implica necessariamente um conhecimento prático.

até então, mesmo em Weber que, na sua sociologia compreensiva, advoga a construção de um sentido compreensível dos comportamentos dos indivíduos. Essa postura que tende privilegiar o aspecto ou o sentido racional nas interpretações do social ou das condutas dos atores sociais. No seu texto *Indivíduo, sociedade, racionalidade, história*<sup>7</sup>, o autor salienta a importância das teses de Weber, as quais lhe são fundamentalmente inspiradoras, ao mesmo tempo que elabora uma crítica, evidenciando que o mundo social-histórico não se esgota nas manifestações racionais e funcionais. É impossível, argumenta ele, concebê-lo fora de uma *teia simbólica*, onde os indivíduos vivem suas relações com as instituições sob o modo imaginário, para além do modo funcional.

O que chama a atenção na atual polêmica é a crítica quanto à concepção do homem (*sujeito* ou *agente*) estar, ainda, impregnada pela *Filosofia da Vontade*, a qual desde Descartes, passando por Kant e Hegel, mesmo Marx, permanece no horizonte da idéia de que a consciência (tão somente ela!) é a estruturadora da “realidade”, da “história”, das relações sociais.

É isso, no fundo, que os autores citados, Bourdieu e Castoriadis, (não só eles, é apenas para exemplificar) estão criticando no tradicional conceito de ideologia:

- como Bourdieu salienta: no marxismo, predomina a questão da consciência e da representação (consciente) – ou seja, a filosofia cartesiana ainda está presente na tradição marxista. Ora, o “*mundo social não funciona [só] em termos de consciência*”.

- ou, como acabamos de ver em Castoriadis, o mundo social-histórico não se reduz aos componentes racionais, ou seja, conscientes.

O fato de citá-los aqui não quer dizer que tenham uma mesma filiação teórica. Queremos apenas ilustrar que teóricos, com abordagens diferentes e *escolhas teóricas* tão diferentes, cheguem a uma mesma conclusão a respeito da insuficiên-

cia da convencional noção de ideologia. Não só eles! Por exemplo, a coletânea *Um Mapa da ideologia* (1996) é uma, dentre as numerosas obras, através das quais temos o acesso à polêmica atual, em torno dessa questão.

Há, nessa coletânea, um debate entre Bourdieu e Eagleton, no qual o último concorda com as críticas do primeiro no que diz respeito à relação entre o contexto atual e a ideologia entendida como *representação invertida*.

*...numa era pós-moderna, a idéia de que simplesmente funcionamos pautados na falsa consciência é simplista demais: as pessoas, na verdade, estão muito mais cínicas ou astutamente cômicas de seus valores do que isso sugeriria. O que torna a questionar o conceito de ideologia (op. cit, p. 266).*

Sobre o *cinismo*, Eagleton deve estar aludindo às teses de Sloterdijk (1987), o qual propõe a provocante tese de que o modo dominante de funcionamento da ideologia, hoje, é *cínico*. Não se trata mais de uma consciência “falsa ou ingênua”. Zizek (1996), na sua leitura da obra do citado autor, propõe reformular a famosa fórmula de Marx “*disso eles não sabem, mas o fazem*”, para a fórmula seguinte: “*eles sabem muito bem o que estão fazendo, mas mesmo assim o fazem*”. A proposta de reformulação fundamenta-se em que

*a razão cínica já não é ingênua, mas é o paradoxo de uma falsa consciência esclarecida: sabe-se muito bem da falsidade, tem-se plena ciência de um determinado interesse oculto por trás de uma universalidade ideológica, mas ainda, assim, não se renuncia a ela (ibidem, p. 313).*

A instigante tese de Sloterdijk não deixa de exercer, à primeira vista, uma enorme atração. Quando a deparamos, tivemos o impulso em analisar um dos eixos da nossa pesquisa (o discurso e a prática do “extermínio” de crianças e jovens de rua no Brasil), sob a perspectiva da *razão cínica*. Como pacatos cidadãos podem defender atos “abomináveis” dando-se razões concretas e infalíveis para justificá-los? Só pelo “cinismo”! Após esse momento de *sedução teórica*, vimos que essa tese, ainda mais uma vez, centra-se unicamente na

<sup>7</sup> In: Carrefours du labyrinthe III (1990).

questão da racionalidade e da consciência, faltando *algo mais* aí que pudesse explicar a (in)coerência dos comportamentos que têm uma natureza de “irracionalidade” (*representação fantasmática*), muito mais do que podemos imaginar, à primeira vista. Retomaremos essa discussão, em seguida, após haveremos esclarecido melhor as nossas adesões teóricas.

Por enquanto, retomemos a polêmica existente em torno da noção de ideologia e o seu alcance. Com o desaparecimento das *mega-narrativas* (Lyotard, 1979) que fundamentavam a *ideologia dominante*, a sociedade, atualmente, parece estar sendo atropelada por proposições ideológicas de todos os tipos, a tal ponto de se ter a sensação de estarmos vivendo numa *sociedade pós-ideológica*, como sustentariam determinados autores.

Zizek (*op.cit.*, p. 312) lança a interrogação se, de fato, não estaríamos vivendo numa *sociedade pós-ideológica*. Ou seja, se, de fato, não estaríamos vivendo num momento em que as pessoas não acreditam mais em proposições ideológicas? Ele se interroga, igualmente, se o velho conceito clássico da ideologia como *falsa consciência*, como um desconhecimento da realidade social, seria hoje, ainda, pertinente.

Para este autor que se inspira nas teses lacanianas, o nível fundamental da ideologia não é o de uma *ilusão que mascara o verdadeiro estado de coisas* (como o é na inspiração marxista), mas o de uma *fantasia (inconsciente) estruturando a nossa própria realidade social*, ou seja, determinando a atividade social – o fazer e o agir das pessoas em sociedade (*ibidem*, p. 316). Assim, ele vai sugerir um outro nível de análise, que é o do *inconsciente*, ou melhor, o da *fantasia*. Não vamos nos deter em suas teses pois o que discutiremos, em seguida, a partir de Castoriadis, permitirá compreendê-las.

Outro aspecto colocado em questão, nesses debates, diz respeito à polarização social – existência de classes antagônicas, perfeitamente identificáveis e que se debatem no cenário social, a fim de fazerem predominar suas idéias ou proposições ideológicas, de forma a monopolizar o poder. Não se trata de fazer a abstração da existência de classes sociais, hoje. Existem os ricos e os pobres, os capita-

listas e os trabalhadores. E as relações de força e de poder se dão dentro desta primordial *clivagem social* ou da contradição social fundamental entre capital e trabalho. Não descartemos, portanto, a existência de classes sociais, os antagonismos de classe e a luta de classes, ou melhor, a existência de *competição* ou de *luta pela dominação, pela acumulação de diferentes formas de capital - econômico, religioso ou cultural* -, conforme a abordagem de Bourdieu. Ou, ainda, como Foucault (1977) propunha: na análise do poder, a categoria *classe dominante* não deve ser tomada como um *dado prévio*, visto que *ela não se constitui em um sujeito detentor da Lei*.

Uma representação da realidade “forjada” (ou “falseada”) por uma classe que procura assegurar o poder da dominação sobre uma outra classe, não mais subsiste. A nossa sociedade mudou a tal ponto que não conseguimos mais pensá-la com as categorias de antes. Ou seja, toda essa discussão sobre a ideologia e a questão do poder e da dominação, associada ao conceito de classes sociais, torna-se menos consistente na medida em que se dilui a idéia de classes antagonistas, mesmo quando a contradição maior entre Capital-Trabalho continue a persistir.

### 3 – TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E MUDANÇAS TEÓRICAS

Parece-nos essencial discutirmos o poder e a dominação social fora da concepção *poder-soberania*, como Foucault nos sugere (retomaremos isso, mais adiante), ou, o que dá no mesmo, essencial é pensarmos a ideologia fora da idéia de representações de uma determinada classe tentando se impor sobre as outras.

No que diz respeito às classes sociais, como abordá-las atualmente? Podemos, ainda, usar a noção de classe social, para dar conta do estado atual da sociedade? Onde estão as lutas de classe, hoje em dia, pelo menos nos termos em que se davam outrora?

Houve consideráveis transformações no próprio sistema capitalista. Ele adquiriu novas feições, criaram-se novos métodos, produziram-se

novos tipos de atores sociais, assim como produziram-se novas *significações imaginárias sociais* em diversos campos, e não só no âmbito do econômico. Se refletirmos com as categorias de Castoriadis, podemos dizer que estamos, hoje, confrontados com uma nova *significação imaginária social do poder* e das *representações de poder*.

Assim, podemos dizer que a “burguesia” adquiriu também uma nova face, assim como os trabalhadores atuam diferentemente da forma em que atuavam, no início do capitalismo. No capitalismo industrial, podia-se perfeitamente distinguir quem eram os patrões e quem eram os trabalhadores, ou seja, a distinção entre os detentores do poder econômico, conseqüentemente do poder social, e os detentores da força de trabalho.

Nas diversas transformações da contemporaneidade, podemos, de imediato, nos interrogarmos sobre o *locus* mesmo do Capital. Atenhamo-nos somente a um fato: a transformação das grandes empresas em sociedades anônimas, ou seja, o fato de as empresas pertencerem a acionistas, dispersos entre eles, que não se conhecem e que não se encontram na gestão direta de suas “propriedades”, cujo capital é administrado por organizações financeiras. As suas “propriedades” são dirigidas por executivos, altamente remunerados, que detêm um grande poder de decisão no âmbito das organizações, mas que são igualmente contratados. Na sua essência, eles são assalariados e não proprietários. O fato de eles deterem, por um certo momento, enquanto indivíduos, uma certa *posição de poder*, não os isenta de riscos de demissão. Não vimos por acaso, há algum tempo atrás, “rolar a cabeça” do Presidente da General Motors?

No capitalismo anterior, o proprietário, o patrão, o detentor de capital era quem dirigia a sua própria fábrica. Hoje, tal fenômeno é, talvez, exclusivo das micro e pequenas empresas. Quando falamos de grandes conglomerados de organizações, saber “quem” os dirige, efetivamente, é algo bastante complexo. São os grandes tecnocratas, os verdadeiros detentores do poder? Evidentemente que não, mesmo quando as evidências empíricas dos seus status econômico e social nos levem a assim pensar.

Não estaríamos, atualmente, mais para os “poderes anônimos” ou “poderes invisíveis” que estão *em todos os lugares* e *em nenhum lugar* identificável? Mesmo em se tratando do Estado, onde está o seu poder hoje? Que poder tem ele diante da decisão de uma organização multinacional, em deslocar uma de suas fábricas para um outro canto do planeta, lá onde há menos pressão fiscal ou mais regalias fiscais, e lá onde se disponibiliza uma mão-de-obra explorável, mais barata?

Isso tudo muda a própria faceta do sistema de poder, assim como mudam as relações sociais. Houve uma *desterritorialização* e *despersonalização* do poder, antes bem situado nas mãos dos detentores do capital. O poder, hoje, está em todos os lugares e não se situa em lugares precisos (vamos entender melhor isso, posteriormente, com Foucault). Há a *abstração* do capital, antes concretamente situado na burguesia econômica e industrial. Na atual movimentação financeira desenfreada, o capital não tem mais um lastro real, como antes, pautado essencialmente no investimento da indústria e na exploração da força de trabalho.

Se há a dispersão de “proprietários” de capital, há também a dispersão das classes trabalhadoras. Movimentos sociais, tais como existiram no passado, associados à questão da luta de classes, da luta por dominação em defesa dos seus interesses estão dispersos em diferentes movimentos que não têm um caráter *classista*, mas sim, antes de tudo, um caráter *temático*, como, por exemplo, movimento sexista, movimento religioso, movimento cultural, movimento ecológico ou outro.

As lutas de classe, do mesmo modo que a *consciência de classe*, parecem estar desvanecendo. Tal é a hipótese proposta por Gaulejac (1994) sobre a transformação da luta de classes (*lutte des classes*) em *luta por lugares* (*lutte des places*), sendo esta uma luta solitária de indivíduos, que se combatem para ter uma existência social. Isso tudo muda as relações dos indivíduos numa sociedade.

Numerosos são os autores que defendem ser a sociedade contemporânea caracterizada por um individualismo que sobrepuja o coletivismo. Não se trata mais de projetos sociais coletivos, mas bem de

projetos individuais de *(sobre)vivência social*, ou, quando muito, de projetos grupais na defesa de interesses bem circunscritos, que nada têm a ver com a idéia de defesa de interesses de classe, ou seja, que não possuem o alcance de um projeto amplo de mudança social. Trata-se, portanto, de interesses temáticos aos quais qualquer pessoa, em princípio, pode aliar-se para lutar, independentemente da sua *posição ou condição de classe*. Isso não descarta a idéia da existência das elites, por exemplo, elites intelectuais, elites econômicas e assim por diante. O que queremos salientar, sobretudo, é que nesse processo de transformação das condutas coletivas, nenhuma elite ou grupo social pode reivindicar, de forma evidente, o seu lugar privilegiado de classe, grupo ou qualquer que seja o nome que dermos ao coletivo, de “dominante” e reivindicar o “monopólio total” do poder social.

O importante a reter nessa discussão, associando-a à anterior, sobre a questão da ideologia, é que nesse contexto socioeconômico, político e cultural, torna-se difícil continuarmos numa concepção maniqueísta de poder. O poder entendido em uma perspectiva “vertical”, qual seja, de um lado os dominantes e, de outro, os dominados; de um lado, príncipes, reis ou classe burguesa e, de outro, os vassallos, súditos, o proletariado, onde os primeiros impõem aos demais a sua representação de mundo e da sociedade, ao seu livre arbítrio.

Neste ponto, precisamos enveredar pela concepção foucaultiana de poder (*micropoderes, descentramento, deslocalização, desterritorialização*) para entendermos, numa perspectiva diferente, como se articulam os *poderes* ou *não-poderes* na sociedade contemporânea.

#### 4 – O PODER EM FOUCAULT

Este autor descentra-se da visão de poder detido por uma classe dominante que alija os dominados. Em *Vigiar e Punir* e *Vontade de Saber*<sup>8</sup>, Foucault distancia-se de uma representação comum do poder, do pensamento *maniqueísta* - dominante-dominado, do poder situado em um “centro”, como era desenvolvida nas concepções clássicas de poder.

Nestas, predomina a idéia de o *locus do poder* estar no “Príncipe/Rei”. O poder emanando ininterruptamente dessa figura, a qual incondicionalmente teria o direito de vida e de morte dos seus súditos, sendo o referido poder a capacidade do Rei ou o do Estado em obter a obediência ou a submissão dos seus súditos ou dos seus cidadãos. Ele é sempre alguma coisa que *pertence* ou é *possuída* por alguma entidade. Enquadram-se nessas concepções as teorias de Spinoza, Arendt, inclusive Marx e Gramsci, obviamente resguardadas as singularidades teóricas. Saliente-se, sobretudo, o aspecto estrutural da proximidade de suas concepções que se caracterizam em termos de *poder-soberania*.

Há, nessa abordagem, um deslocamento teórico em relação à *abordagem jurídico-política da soberania* em que o poder se funda na *propriedade* e é *apropriação*. Na concepção clássica, o poder era sempre visto como *descendente* (o rei ou Estado exercendo o poder de cima para baixo, do centro para a periferia, do macro para o micro). Na abordagem foucaultiana de *poder ascendente*, ele não mais é tratado como uma dominação global e centralizada que *se pluraliza, se difunde e repercute*, mas sim como uma *prática* ou uma *relação*, cuja existência e formas de atuação dão-se na *microfísica social*. Os *poderes periféricos e moleculares* não são, portanto, criação de um aparelho central, tampouco confiscados e absorvidos pelo Estado. Os *micropoderes* podem existir, integrados ou não ao Estado, sob formas de exercício diferentes, a ele articuladas de múltiplas maneiras indispensáveis, inclusive, à sua sustentação e à sua atuação eficaz.

<sup>8</sup> Ambas as edições brasileiras de 1977.

É nesse sentido que podemos entender que o poder está *em todos os lugares e em nenhum lugar*. Nesta perspectiva, a compreensão da dinâmica das relações de poder parte da idéia de uma rede, onde o poder circula, sem localização específica, pois permeia todo o corpo social, articulando e integrando os diferentes focos de poder (Estado, escola, prisão, hospital, asilo, família, fábrica, comunidades, etc.) que se apoiam uns nos outros. Estes funcionam como dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa. Os indivíduos, em todas as posições, são sempre centros de recepção e de transmissão do poder.

A partir desta visão, vamos abordar o poder não na sua *negatividade*: o poder que reprime, que censura, que proíbe ou coage; mas um poder que se dá na perspectiva da adesão e da sedução<sup>9</sup>; um poder que se interessa pela vida do sujeito, que o submete, ao mesmo tempo, que o torna co-produtor do próprio poder que o produz.

Pagès, Gaulejac e Bonetti (1987) analisaram, por exemplo, o poder das organizações *hipermodernas*, sob esta ótica teórica, e nos disponibilizam uma análise em que o poder da organização, exercido sobre os indivíduos, não está encarnado em um indivíduo, ou num grupo de indivíduos, identificáveis no topo da pirâmide organizacional, investidos de um poder por “alguém” acima deles. Trata-se, antes de tudo, de uma concepção onde o poder é *produzido, investido, atualizado e utilizado* por todos, nos diversos escalões hierárquicos. Não se trata de um poder “transcendental”, mas, “imaneente” aos próprios indivíduos que são produzidos pelo poder, ao mesmo tempo em que eles próprios contribuem para criá-lo. Essa *co-produção* dá-se pela sua participação na invenção de “disposições, manobras, táticas, técnicas” que integram o modo de funcionamento global da organização. Compreendemos assim, o que Foucault, sobretudo, queria dizer so-

bre o poder ser uma “*maquinaria sem titular, onde as pessoas ocupam lugares diferentes*”.

O poder é um efeito de conjunto de suas posições estratégicas. *Estratégia sem sujeito!* Não se pode saber quem, finalmente, estabeleceu uma dada estratégia global. Em *A Vontade de saber*, Foucault analisa, com maestria, como os discursos, as medidas, as organizações, as instituições, os programas e/ou as experiências tópicos surgem e se generalizam, visando a resolver um determinado problema da sociedade. Quer sejam os problemas da escolarização, do trabalho, da delinquência ou da violência, por exemplo, inventam-se mecanismos de apoio, a ponto de se obter uma *estratégia global coerente e racional*, sem que seja mais possível saber, no final, quem efetivamente a concebeu. No tocante, por exemplo, à moralização da classe operária (exigência de casamento, planos habitacionais financiados, escolarização das crianças,...), Foucault demonstra que não se pode dizer que a classe burguesa a impôs à força, que ela a concebeu sozinha, que ela a planejou no seu projeto ideológico e econômico. Tampouco, pode-se dizer que foi o governante, o autor da estratégia.

Pensemos, mais uma vez, no quadro de uma organização empregando tecnologias sociais de natureza “democrática”, onde todos participam no “projeto de empresa”, nas decisões sobre os avanços da organização, “*para o reforço da imagem positiva da organização, tanto para os membros como para a sociedade*” (Pagès; Gaulejac; Bonetti, *op.cit.*). Sob a aparência de participação democrática na co-produção do *bem-estar de todos*, haveria, segundo os autores, a *produção ideológica* coletiva onde se desenvolve uma ‘*religião*’ da empresa (credos, ritos iniciáticos de passagem/ascensão e de morte/exclusão, mitos, filosofias, crenças e valores), voltada para “*o impedimento da emergência de consciência das contradições internas de suas políticas e das contradições sociais subjacentes*”. Eles analisam o poder da organização sendo gestado (como uma “*maquinaria sem titular*”) a partir da articulação de quatro instâncias mediadoras (econômica, política, ideológica e psicoló-

<sup>9</sup> Que se interessa pela vida do indivíduo *seduzido* e não pela sua eliminação física, como assim era no exercício do poder monárquico absolutista.

gica). A questão que se coloca é “quem” efetivamente as articula, quem as coloca em prática?

Evidentemente, não se trata de fazer abstração da classe dirigente, como já dizíamos antes. Trata-se, sobretudo, como Foucault diria, de não a tomar como um dado prévio. No seu postulado sobre a classe dirigente não se constituir em um *sujeito detentor da Lei* que enuncia o que deve ser feito, entendamos que *todos estão contribuindo, a partir de suas posições, a inventar dispositivos de controle*.

O que ocorre é que as grandes estratégias de poder podem “apropriar-se” das invenções que se dão nas *micro-relações de poder*, nas práticas ou nas relações com existência própria e formas específicas, ao nível mais elementar. Daí, a sensação de que tal coerência só pôde partir de um “acima de nós todos”, de um centro criador de práticas ou de representações. Todos os que participaram na criação de um tal poder, terminam eximindo-se de suas responsabilidades e, até mesmo, hostilizando regras ou normas que eles próprios ajudaram a criar.

Não é à toa que se difunde a sensação de falta de poder da qual fala Castoriadis (1990, p.90). Sua reflexão sobre a (i)responsabilidade de *ninguém e de todos* no próprio desenvolvimento da tecnociência mostra que essa questão ultrapassa a dimensão de *interesses particulares* ou de *manipulação de uma casta sobre outra*: “Ela diz respeito ao núcleo imaginário do homem moderno, da sociedade e das instituições que ele criou e que o criam”.

Em tais perspectivas teóricas, a premissa é que não há um grupo ou alguns indivíduos forjando, maquinando conscientemente estratégias para manipular os demais. Todos estão de alguma forma contribuindo na *produção ideológica*, ou como Castoriadis a fórmula, contribuindo na construção de *significações imaginárias sociais*, fundantes de certas práticas sociais.

## 5 – IMAGINÁRIO SOCIAL

Este ponto será desenvolvido, tendo em conta a análise sobre os “jovens pobres” no Brasil, ao mesmo tempo em que nos estenderemos melhor sobre a noção de *significação imaginária social* em Castoriadis. Uma parte da nossa pesquisa visa a analisar o complexo do imaginário social brasileiro em torno do jovem com *ares da periferia* (aparência física e modo sociocultural<sup>10</sup>), confundidos como “meninos de rua/pivetes/menores”. Procuramos indicar algumas das dimensões presentes no discurso social,<sup>11</sup> para efeito de demonstração de que o termo “menino de rua” é, no imaginário social brasileiro, um significante privilegiado da *delinqüência juvenil*, enquanto uma expressão viva do “mal absoluto” ou da “morte”.

Cabe aqui, antes de adentrarmos nesse imaginário “mortífero”, entendermos o que Castoriadis denomina *imaginário*. É neste autor que encontramos uma consistência teórica sobre a noção de imaginário na relação com o social. Nessa abordagem, o imaginário remete à *fantasia* que, por sua vez, remete à questão do *desejo* e das *potencialidades humanas*, mas também, à questão das *angústias*, dos *medos* e do *demoníaco do ser do indivíduo humano e do ser da sociedade*.

Num primeiro momento, o imaginário pode ser definido como

*a capacidade elementar e irredutível de evocar uma imagem. Capacidade de fazer aparecer como imagem alguma coisa que não é, e não foi. Diz respeito à faculdade originária de pôr ou de dar-se, sob forma de representação, uma coisa e uma relação que não são, que não são dadas na percepção ou nunca o foram. (Castoriadis, 1982, p. 410).*

<sup>10</sup> Nos termos de P Bourdieu (1979), poderíamos dizer: “com *habitus de classe popular*”.

<sup>11</sup> Discursos expressos na literatura corrente - relatos dos educadores, pesquisadores (Silva; Milito, 1995; Ataíde, 1993; entre outros), de jornalistas (G. Dimenstein, 1990; M. Medeiros, 1992), bem como de nossas próprias observações e entrevistas.

Nas teses do autor, há dois elementos indissociáveis na constituição do imaginário – a *psique* (singular) e a *instituição social-histórica*, sendo uma irreduzível à outra. Cada uma tem um *modo de ser* radicalmente diferente, ao mesmo tempo que uma é o esteio de constituição da outra. Quanto à definição do *social-histórico*, estamos longe daquela que o considera como um simples resultado de uma soma infinita de individualidades e das suas relações intersubjetivas, mesmo quando estas são condições necessárias para a existência da sociedade. O social-histórico é o *coletivo anônimo, o humano impessoal*. Seria, por um lado, *estruturas, instituições, obras 'materializadas'* e, por outro, *o que estrutura, institui, materializa*. É a *união e a tensão da sociedade instituinte* (da história que se realiza) e da *sociedade instituída* (da história realizada).

Por sua vez, *“a psique é a emergência de representações”*,<sup>12</sup> é capacidade expressa do ser humano em *imaginar, figurar ou colocar em imagem*, enfim, simbolizar. Em Freud que descobriu o elemento imaginário da psique, o papel essencial da imaginação surge através da importância central da *fantasia* na psique. O *fantasiar* é um componente estrutural da vida psíquica profunda. A *fantasia* é determinante do nosso modo de agir na realidade. Somente através dela é que se pode aproximar do *“real de nosso desejo”*, conforme a formulação lacanianiana.

Ora, esse *real do nosso desejo* não é senão o *imaginário radical* que Castoriadis define como a *fonte de criação perpetuamente continuada, um fluxo representativo/afetivo/intencional* que foge à lógica das determinações da exterioridade simbólica e é incontrolável, ou seja, ele é *“a louca, o a-real, o abismo”*, que tem o social como lastro e é, ao mesmo tempo, *radicalmente inadaptada* a ele: *“a instituição da sociedade nunca pode reabsorver a*

*psique enquanto imaginação radical. Condição, aliás, positiva da existência e do funcionamento da sociedade”*.<sup>13</sup> Entretanto, os indivíduos só podem ser a sociedade que os faz e esta só pode ser um *campo de criação social-histórico* (ou *imaginário radical instituinte*), na medida em que há a manifestação da psique singular. Há, assim, o postulado de que tanto o inconsciente quanto o social histórico são expressões do *imaginário radical*.<sup>14</sup>

Pela criação das significações específicas, cada sociedade cria o seu próprio mundo. Sendo o papel das significações *estruturar as representações do mundo em geral; designar as finalidades da ação* (o que deve ser feito ou não, o que é bom ser feito ou não); *estabelecer os tipos de afetos* (criados social-historicamente) que vão ser característicos de cada sociedade.<sup>15</sup>

Eis em que consiste alguns dos postulados, aos quais recorreremos, da teoria de Castoriadis que se inscreve nas concepções filosóficas da emancipação do homem e da sociedade. Na subjetividade humana está o potencial virtual de criação, no entanto, veremos, em diversos textos,<sup>16</sup> a crítica que ele elabora sobre a sociedade contemporânea e a dificuldade desta em realizar o seu projeto de autonomia pela expressão do imaginário radical.

<sup>12</sup> “Emergência de representações, enquanto modo de ser irreduzível e organização de alguma coisa em e por sua figuração, sua ‘colocação em imagem’. A psique é um **formante** que só existe em e por aquilo que ele forma e como aquilo que ele forma; ela é formação e imaginação, ela é imaginação radical que faz surgir já uma “primeira” representação a partir de um nada de representação, isto é, a partir do nada” (1982, p.325).

<sup>13</sup> “A constituição do indivíduo social não elimina, e não pode eliminar, a criatividade da psique, sua auto-alteração perpétua, o fluxo representativo como emergência de representações diferentes” (1982, p.364).

<sup>14</sup> Não nos inquietemos, pois Castoriadis não cai na armadilha dos filósofos subjetivistas que conceberam o *sujeito metafísico*, o *senhor absoluto da vontade*, pretendendo ao domínio de tudo (de si mesmo e do mundo), um sujeito monádico fechado em si mesmo. O sujeito, em Castoriadis, é um sujeito invadido constantemente pelo caos, pelo *abismo* e pelo *sem-fundo*, ao mesmo tempo que é um *sujeito efetivo penetrado pelo mundo e pelos outros*. A *mônada psíquica* só pode sobreviver quando ela se socializa na e pela instituição. É nesse processo de socialização da psique que o indivíduo social se constitui. A constituição social do indivíduo se dá, portanto, através da instituição social-histórica que fornece o fundamento à vida do sujeito humano e à sua própria vida, enquanto instituição.

<sup>15</sup> Para compreendermos esse ponto, tomemos o próprio exemplo dado por Castoriadis, em referência aos *“afetos característicos da sociedade capitalista”*: a busca desenfreada da novidade pela novidade, o desejo de sempre possuir mais pelo mais.

<sup>16</sup> Os seis volumes do *Carrefours du labyrinthe (Encruzilhadas do labirinto)* - de 1978, 1986, 1990, 1996, 1997 e 1999 - fornecem diversos textos críticos de análise da sociedade contemporânea.

Na sua análise da sociedade contemporânea, ele constata a coexistência de duas significações centrais (1996):<sup>17</sup>

1) *significação da expansão ilimitada de um pretensão 'domínio' sobre tudo* – natureza e seres humanos. Esta significação corresponderia à dimensão de enclausuramento do homem. Dimensão própria da significação do capitalismo moderno, o que remeteria a um tipo de indivíduo antropológico - o indivíduo *reificado*;

2) *significação da autonomia individual e social, da liberdade, da busca de formas de liberdade coletiva*. Esta significação corresponderia ao projeto democrático, emancipador e revolucionário, o que remeteria a um tipo de indivíduo antropológico – o indivíduo *crítico, reflexivo e democrático*.

Antinômicas? Castoriadis observa que essa antinomia entre as duas significações não impede a sua *contaminação recíproca*. Entretanto, o que se pode observar, nos grandes traços das sociedades ocidentais, é a impregnação, cada vez maior, da significação capitalista (“*domínio racional*”) que se conota subjetivamente, para os indivíduos, como uma certa *potência e crescimento* da sociedade (para uma minoria) e/ou como um *crescimento contínuo do consumo, tornado um fim em si* (para uma grande maioria).

A crise das significações das sociedades contemporâneas dá-se por esse deslocamento dos significados. Que modelos de identificação social oferece a sociedade, hoje, aos indivíduos sociais? É o modelo do indivíduo que *ganha o mais possível* e o que *se satisfaz mais*: “*não ganhamos pelo que valemos, mas valemos o que ganhamos*”, conclui o autor (*ibidem*, p.131). E a esse processo acrescenta-se o *processo de dessocialização* – o desmantelamento de um dos últimos pilares de um “*Nós*” (desaparecimento ou a crise dos *lugares* ou instituições por onde passava, outrora, o processo de identificação – a *criação de um si do indivíduo social*). Ou seja, assistimos ao eclipse das *significações imaginárias sociais globais* que davam su-

porte às significações mais específicas de cada instituição – família, escola, trabalho,...

As maiores características de nossa época seriam a do *conformismo generalizado* e a da *colagem*, argumenta Castoriadis (*ibidem*, p.134). O conformismo só é possível quando não há mais possibilidade de constituição de um núcleo consistente de identidade dos indivíduos sociais. Quanto à colagem, esta significa que a individualidade se constrói na cata de diversos elementos para se “produzir alguma coisa”: “*o indivíduo de todos os dias vive assim: ele vive fazendo colagens, sua individualidade é um patchwork de colagens*” (*idem*).

O mais grave nesse processo de inconsistência do processo identificatório é a dificuldade que se coloca aos indivíduos para a manifestação do *imaginário radical*. Na maior parte das sociedades contemporâneas, há a dificuldade de realização do *processo sublimatório*. Numa sociedade com dificuldade da realização desse processo, “*os indivíduos tendem, diante das dificuldades, a se lançar no imaginário enganoso e no processo de idealização na sua forma mortífera, ou seja, cair na heteronomia*” (Enriquez, 1994).

Este autor propõe duas formas de expressão do imaginário nas sociedades:

- *Sistema imaginário motriz*, onde há lugar para uma imaginação criadora. O imaginário aqui está do lado do projeto, ele é a raiz das utopias, das práticas sociais inovadoras. Ele abre a possibilidade de mudança e é criador de rupturas: na linguagem (no discurso social), nos atos (invenção de técnicas sociais), no tempo (escapar à cotidianidade).

- *Sistema imaginário enganoso*, quando a sociedade se coloca como referência única, como potência total que visa a preencher a totalidade do espaço psíquico dos indivíduos que se tornam incapazes de imaginar outras condutas possíveis além daquelas que as instituições ditam, incapazes de colocar outras figuráveis do pensável senão aquelas que a sociedade estabelece. Nesse caso, a singularidade é abafada e só pode se manifestar por sintomas, sonhos, fantasmática, transgressão ou doença mental.

O importante a reter dessas abordagens sociais, para efeito de compreensão de um problema

<sup>17</sup> Em particular, o texto *La crise du processus identificatoire*, p.125-139.

particular ou de uma sociedade particular (a brasileira), é que numa sociedade que se caracteriza fundamentalmente como *heterônima* (onde não há a possibilidade de manifestação da psique, enquanto *imaginário radical*), “as únicas vias de manifestação identificável da psique singular são a transgressão e a patologia” (Castoriadis, 1990, p.115).

Esses instrumentos conceituais conduzem-nos a analisar certas condutas sociais, descentradas da idéia de “falsa, ingênua ou má consciência”, como aquelas que estariam “apoiadas” por processos inconscientes fantasmáticos. Podemos interpretar a presença de certos sintomas, na sociedade brasileira, em dadas situações, como reveladores da presença de um *imaginário social enganoso* que, em determinadas situações sociais, o reconhecimento do *outro*, do *diferente* é ausente, isto é, não se resguarda o outro na sua *alteridade*. Um tal imaginário precisa constituir seus “bodes expiatórios” que vão ser os depositários do ódio e da violência contidos na própria sociedade. Esses “bodes expiatórios” são transformados em *sintomas do mal* da sociedade (o “vilão”), razão pela qual eles devem ser eliminados.

As práticas e os discursos de proscricção dos “meninos de rua” inscrevem-se nesse *imaginário enganoso* que não tem sede em um grupo social determinado. A atribuição da *identidade social delinqüente* ao “jovem pobre” não seria do domínio exclusivo das classes sociais que se situam no outro lado da fronteira social, cultural ou econômico. A discriminação, a intolerância e o desprezo sociais estão presentes no seio de sua própria “classe social”. Ou seja, esses *sentimentos sociais vis-à-vis* do jovem adolescente, suposto delinqüente, estão, igualmente, nos olhares e nas condutas das pessoas que partilham o mesmo espaço geográfico e social.

## 6 - IMAGINÁRIO SOCIAL DA DELINQUÊNCIA JUVENIL NO BRASIL

No imaginário social brasileiro, a “violência urbana” e o “caos” das grandes capitais do país têm os seus responsáveis certos - os jovens suburbanos ou das periferias pobres, “desocupados e evadidos” das escolas (na melhor das hipóteses), dos reformatórios e/ou das prisões. Estão na rua por-

que não “querem trabalhar” ou “não querem ir à escola”. Para diversos setores populacionais, a delinqüência, a violência e a criminalidade situam-se, indubitavelmente, entre os jovens, de baixa ou nenhuma escolaridade, dos segmentos mais pobres da sociedade. Para o senso comum, não há sombra de dúvida de que grande parte dessa categoria populacional é responsável pela *onda de violência* que assola o país.

Certos discursos mediáticos veiculam e reforçam as significações socialmente instituídas em torno da pobreza, retroalimentando o *imaginário enganoso*. Idéia de que existe uma relação direta entre violência e pobreza! Relação senão linear, redutora e deletéria. Nesse raciocínio metafórico e metonímico (condensado e deslocado), o jovem pobre, de baixa ou nenhuma escolaridade, é portador de uma *tara* específica - aquela que o senso comum denomina “violento”. Nesse tipo de raciocínio, passa-se da idéia de pobreza diretamente para a da violência e se faz tábula rasa de aspectos estreitamente associados às condições objetiva e subjetiva de vida na pobreza e na miséria.

Nem precisam ser *sujos, fedorentos e feios*, tampouco efetivamente *violentos e perigosos*! Basta ser um jovem ou um “menino pobre” da periferia, para ser transformado em ameaça potencial ao *bem-estar social*. A pesquisa, no seu conjunto, leva em conta este tipo de violência simbólica e psicológica, para além da violência física.<sup>18</sup> Enfim, jamais são vistos como crianças ou jovens pois eles “não são crianças, são vagabundos” e na melhor das hipóteses, “pessoal de rua [que] não tem jeito” ou “passam o dia sem trabalhar, sem fazer nada; devem ter roubado” (Silva; Milito, 1995, p. 49).

Nessa *lógica perversa* de acusação e imputação virtual de perversidade ao *outro*, o incriminador se vê injustiçado e penalizado: “nós esta-

<sup>18</sup> A pesquisa contempla análises sobre: 1) o processo de estigmatização social dos jovens pobres; 2) o processo de construção identitária do jovem pobre que tem como referência maior a socialização na rua; 3) as respostas e as práticas dos “jovens de rua” na busca de mecanismos de defesa sociais (busca da valorização narcísica).

mos enjaulados enquanto eles estão por aí, fazendo bem o que entendem”, proclama uma moradora de prédio em Laranjeiras, na ocasião do arrastão no Rio de Janeiro (*ibidem*, p. 54). Este é um aspecto bastante presente no imaginário social brasileiro, embora este fenômeno não se restrinja ao nosso país. Lipovetsky (1983, p.190) observa que tal sentimento é fenômeno mundial.<sup>19</sup>

Sentimento generalizado de insegurança e medo, por parte de uma população temerosa, que se lhe destina uma vida de auto-trancafiamiento em suas residências. Ela se sente cada vez mais acuada nesta cultura da violência e do medo. À vista de jovens, com aparência das periferias ou dos subúrbios, as fantasias persecutórias desencadeiam-se e as pessoas ficam tensas ou entram em pânico. Por vezes, os discursos são acompanhados de atitudes sociais extremas - sumárias execuções.

Quando as pessoas não se encontram *trançando-se* em suas próprias casas, olhando a miséria, a violência e o caos da cidade através dos canais da mídia, elas se encontram nas ruas, sempre mobilizadas pelo sentimento de defesa, medo e hostilidade em relação àqueles que lhes tiram a segurança e tranquilidade e agridem as cidades com suas presenças incômodas. Silva e Milito (*op. cit.*), na sua contundente crítica à sociedade carioca, afirmam que a população se encontra predisposta a aceitar os *linchamentos* e *execuções*. Tais posturas são associadas a *paranóias coletivas*, onde o medo, tão entranhado no cotidiano das pessoas, faz com que a presença de um “menino” portando um pedaço de vidro cause reações *histéricas* ou *desmaios* em alguém, mesmo que aquele não lhe tenha dirigido o olhar, observam os autores.

Assim, a pressão da sociedade sobre os Governos vai sendo exercida para o aumento de contingentes policiais nos espaços públicos. O contro-

le da criminalidade é uma exigência social, comportando “*medidas que tentam ‘limpar’ a população pobre das ruas das cidades, desde o seu confinamento em presídios e outras instituições totais (cf. Goffman) até seu extermínio*” (MNMMR; IBA-SE; NEV-USP, 1991, p. 44).

Os “meninos de rua” suscitam sentimentos hostis que levam pacatos e inofensivos cidadãos da *sociedade legal* a se pronunciarem a favor do seu aniquilamento. Pessoas que nunca foram “vítimas” de algum assalto ou de algum molestatamento na rua podem vir a advogar impiedosamente a eliminação desses *seres indesejados* socialmente. “Eles não têm solução”, “não têm jeito” ou “não têm futuro” são, geralmente, enunciações que comportam a idéia de que a mera “repressão policial” é inócua e antecede uma outra idéia, a do *decreto de morte*.

Note-se que tal prática não data dos dias de hoje. Referindo-se a uma obra que data de 1910, Londoño (1991, p. 140) nos faz saber que a infância abandonada, que vivia entre a vadiagem e a gatunice, era tratada, na opinião dos juristas, como um caso de polícia e de simples repressão urbana. Esta era pois confiada às mãos dos delegados e suas grandes e apavorantes razias, nas que se recolhiam as crianças que vagavam na rua, ‘limpando’ assim praias, parques e praças dos ‘pequenos judeus errantes’, que representavam um perigo para os comerciantes e os transeuntes. Tudo isso com o aplauso da imprensa, mas sem que as crianças e seu destino fossem levados em conta.

Por vezes, a *neurose da limpeza* suscita, nos mandatários da ordem, *atos extremos*, provocando um mal-estar na sociedade brasileira, como a “chacina de Candelária”, em que crianças foram sumariamente executadas nas escadarias da Igreja. Não obstante, há cidadãos que, em postura de defesa de sua vida, frente ao perigo iminente de invasão, de assaltos, de roubos, de seqüestro, enfim de morte, terminam “não sendo contra” às execuções de morte de crianças e adolescentes. Silva e Milito (*op.cit.*, p. 45) coletaram depoimentos de cidadãos cariocas nos quais está bastante presente a idéia de “limpeza”.

<sup>19</sup> “... em todos os países desenvolvidos, o sentimento de insegurança aumenta: na França, 80% da população sente agudamente um acréscimo de violência; 73% reconhecem ter medo de voltar a pé à noite para casa; um indivíduo em cada dois receia andar à noite de carro numa estrada secundária. Na Europa, como nos USA, a luta contra a criminalidade ocupa o primeiro lugar entre as preocupações e prioridades do público”.

Sem dúvida, como constata a pesquisa do MNMMR, IBASE e NEV-USP (*op.cit.*, p.47), “o descrédito das instituições de segurança pública e de justiça leva a população acreditar nos ‘justiceiros’ e na instituição de se ‘fazer justiça com as próprias mãos’”.

*A dominação e a violência aparecem à consciência ingênua como exercício do Direito e da Justiça e instrumento necessário para a manutenção da ordem e a recuperação do infrator. O infrator é o marginal, indivíduo cuja personalidade deformada por fatores, sejam genéticos ou psico-sociais, merece, de qualquer forma, ser isolado e afastado do convívio social” (Queiroz, 1987, p. 43).*

O “infrator marginal” torna-se, nesse sentido, *objeto-tabu*, na perspectiva proposta por Freud (1974), em Totem e Tabu: *perigoso, contagioso* a ser evitado e/ou punido e, mesmo, *exterminado*.

Diante dos excessos cometidos pelos “justiceiros” e/ou agentes policiais, produz-se um silêncio de *consentimento* e, às vezes, até mesmo atitudes de “simpatia” às suas ações, como foi na ocasião do assassinato de Fernando da Silva Ramos, o ator do filme *Pixote*, de Hector Babenco, em que habitantes e comerciantes de Diadema espalharam faixas nas ruas nas quais estavam inscritas frases como “Pixote era bandido. A sociedade agradece à polícia” (Dimenstein, 1990, p. 32). “Justiceiros” e agentes policiais sentem-se cumprindo um importante papel social de banimento desse contingente de “jovens e meninos de rua”, de forma que proclamam, sem reservas, o *bem-intencionado* de suas ações. Eles se sentem depositários de uma *demandas social*. Quando da detenção, em 1984, de Zôreia, autor de 72 homicídios em Osasco, não faltaram pessoas simpatizantes com sua figura, diante do Fórum, no centro de São Paulo, conclamando a sua libertação (*ibidem*, p. 86).

Não estaria ocorrendo uma inversão, quanto ao *sujeito da perversidade* no momento em que *se dignifica* o criminoso a ocupar socialmente um lugar legítimo?

Se desenvoltura há nos discursos dos que se nomeiam “justiceiros”, é porque não existe, em

princípio, colisão, mas uma colusão, entre esse *imaginário destrutor* e o imaginário de uma porção social que, aberta ou discretamente, apóia as ações daqueles que se acham imbuídos da missão de *desterro* de pessoas *invalidadas socialmente*. Entretanto, às vezes, o *feitico* pode virar *contra o feiticeiro*! Os contratantes da vigilância contínua passam a ser “vítimas” dos seus próprios mandatários, isto é, eles terminam sendo *reféns ad eterno* dos seus contratados, que fazem, desse *métier*, um negócio rentável. Dessa forma, surgem “grupos de extermínio”, “exércitos paralelos”, que, em nome do combate à criminalidade, executam violências e “matam por empreitada”. Nisso, vêm-se penalizados, inclusive, os bairros mais pobres que passam a ser controlados por quadrilhas de justiceiros que cobram pedágio para a “proteção” dos moradores e comerciantes. Criam-se aí “regras próprias de justiça”, pelo temor que inspiram, principalmente, contanto que a polícia não adentre num “universo” de *regulação* própria. A população pede segurança e se torna ela própria vítima dos algozes que ela própria contribuiu para sua existência.

A insensibilidade, a indiferença, o descaso e, em certas ocasiões, o desejo de aniquilamento, até mesmo, sob formas violentas, de jovens adolescentes nas ruas das capitais brasileiras revelam algumas significações presentes no imaginário social brasileiro: em primeiro lugar, essa *parte social* não suscita interesse algum à *sociedade legal*; segundo, trata-se de uma *porção* a ser *banida* para o não contágio da *parte social sã*. Pela forma de *deserção pusilânime*, pela *angústia de morte*, pelo *ódio*, pelo *sadismo* ou pela *transferência* de suas *pulsões agressivas* (ou de *morte*) ao outro, certos segmentos da sociedade demonstram a sua *cumplicidade* ou, minimamente, o seu *consentimento*, através do silêncio, no *crime* ou no *infanticídio*, em nome da ordem e da harmonia social.

## 7 – SIGNIFICAÇÕES IMAGINÁRIAS SOCIAIS

Vimos que “pobres” e “ricos” partilham de um mesmo sentimento. Vimos também como os

próprios mandatários dos justiceiros se tornam “vítimas” dos algozes que eles próprios contrataram. Vimos, ainda, como as próprias classes populares reforçam a idéia existente na sociedade de que “pobre” é violento e perigoso. O próprio “pobre” ajuda a reforçar o estigma que o destrói, enquanto grupo social, indivíduos ou sujeitos, contribuindo assim para a sua “exclusão” e, por vezes, para a sua própria eliminação.

Vimos, assim, que os discursos veiculados em torno do ‘menino de rua’ não são expressão de uma *meganarrativa* ideológica de “propriedade” de um grupo social que detém mais poder que os demais. Trata-se daquilo que Foucault dizia: *algo que circula em todo o corpo social. Não há um detentor do enunciado.*

Para que as instituições de repressão e de correção da delinquência juvenil no Brasil tenha a sua forma de atuação que se caracteriza, principalmente, pelo aspecto *mortífero*, pelas *pulsões de morte*, é porque, enquanto *grandes estratégias de normalização* (e porque não dizer de “higienização social”!), elas *“encontram suas condições de exercício em micro-relações de poder”* (Foucault).

Utilizando-se de outras categorias teóricas, diferentemente de Foucault, Castoriadis (1982, p. 410-411) salienta que

*não podemos relacionar as significações imaginárias sociais a um ‘sujeito’ construído expressamente para ‘carregá-las’- quer o denominemos ‘consciência de grupo’, ‘inconsciente coletivo’ ou como quisermos. (...) também os termos ‘representação coletiva’ ou ‘representação social’ com os quais certos sociólogos tentaram, corretamente mas insuficientemente, visar um aspecto do que assim tentamos refletir, são impróprios e podem criar confusão.*

Para o autor, as *significações imaginárias sociais* seriam de uma outra natureza que a de uma simples representação social. Elas são infinitamente maiores que as *fantasias individuais* (tal como certos aspectos da realidade seriam percebidos,

pensados ou imaginados por um determinado sujeito), além de não terem um lugar específico de existência.<sup>20</sup> Elas não podem ser de origem individual na medida em que se tratam de questões que o conjunto da sociedade ou coletividade coloca para si. Elas exercem o papel de trazer respostas às interrogações e aos enigmas (ansiedades, diríamos nós) de uma sociedade. Nem a ‘realidade’ em si, nem a ‘racionalidade’, ambas juntas, possuem a totalidade das respostas. Só as significações imaginárias têm essa capacidade de responder a essas interrogações na medida em que as perguntas e as respostas *surtem ‘no fazer de cada coletividade’* (Castoriadis, 1982, p.177).

Isto posto, as práticas e os discursos de proscrição dos “meninos de rua” não têm sede em um grupo social determinado com seus “delírios” *normalizadores e/ou profiláticos*, pois eles permeiam todo o tecido social. A ênfase que o autor coloca sobre o componente imaginário no modo de funcionamento da sociedade é de grande valia para compreendermos a contradição de indivíduos que, ao mesmo tempo, produzem o culto à infância e defendem ou consentem a eliminação de uma criança ou um jovem.

Pautando-nos na elaboração de Zizek (*op. cit.*), concernente à *fantasia ideológica*, diríamos que, ao nível consciente, as pessoas sabem muito bem que nem todos os jovens pobres são bandidos, homicidas ou delinquentes. Elas sabem que há a parte das coisas a ser feita nessa atribuição de estigma, no entanto, na prática, elas *agem*, como se todos eles fossem, efetivamente, a encarnação direta do “mal”.

Nesse processo *fantasmático*, as pessoas não se dão conta de estarem se ludibriando nessa relação, de estarem mascarando algo deles próprios. Algo que eles não podem assumir ou encarar de frente. Os jovens referidos não podem ser vistos como tal, porque desvelam uma *natureza* e um *segredo* daqueles que os olham. O mito de

<sup>20</sup> A esse respeito Castoriadis (1982, p.175) explicita: “para que uma significação social imaginária exista, são necessários significantes coletivamente disponíveis, mas sobretudo significados que não existam sob a forma sob o qual existem os significados individuais”.

Medusa (Ramos Coelho, 2000) nos conta que quem a olhasse diretamente seria petrificado; para evitar esse “destino”, só se podia olhá-la indiretamente, através de um espelho. Tal como nesse mito, diríamos que olhar diretamente (para a “natureza” dos jovens proscritos) petrifica de culpa o observador. *Narcisismo às avessas!*

Assim, acredita-se que, matando esses jovens ou crianças, estar-se-ia erradicando o *mal* que atinge a sociedade brasileira. O que não se sabe, porém, é que se está, com isso, matando uma parte de si de cada sujeito social, ou seja, parte de suas próprias pulsões.

Zizek (*op.cit.*, p. 323) salienta que uma *construção social fantasmática* que estrutura as relações sociais está efetivamente ocultando algo. Segundo o autor, a *fantasia ideológica* mascara algo que não pode ser enfrentado pelas pessoas. Como ele diz, em termos lacanianos, a ideologia mascara “*um insuportável núcleo real impossível*”.

A esse propósito, nossa hipótese diz respeito à *angústia de morte*, não enfrentadas ou mal enfrentadas pelas pessoas. O enfrentamento das pulsões de morte só pode ser feito quando elas são projetadas no *outro*, no “pobre”, no “marginal”. As pulsões de morte são projetadas sempre no *outro* como condição mesmo de impossibilidade para o reconhecimento de suas próprias pulsões de morte. Afinal, não são as pulsões de morte (*Tanatos*) dados intrínsecos da vida social dos homens, assim como o são, reconhecidamente, as pulsões de vida (*Eros*)? Mesmo quando a realidade nos traz fatos cotidianos para fundamentar essa hipótese, parece ser melhor continuarmos acreditando que a morte, a guerra, a violência, as tragédias são apenas tópicos ou simplesmente circunscritas em certos espaços geográficos, sociais, culturais ou religiosos. O temor da violência, do caos e da desordem (no e do *outro*) não estaria delatando, implicitamente, o terror da própria violência de cada um?

Os jovens de rua são temidos porque são a expressão direta do “caos”, do “abismo”, do “*a-sentido*”.<sup>21</sup> Castoriadis nos lembra que toda soci-

idade sempre vive sob a ameaça do *a-sentido*. Por isso, a sociedade vive sob a exigência da ordem e da harmonia, mesmo quando os indivíduos têm as evidências empíricas da impossibilidade de viver sem contradições estruturais. Ou seja, na impossibilidade de se “tapar todos os buracos” da sociedade. Ora, a sociedade é estruturalmente cindida ou antagonista. E a *fantasia social* é a de vê-la harmoniosa, redonda, sem furos, nem vazamentos.

O que se teme efetivamente é o próprio *caos*, a própria *divisão*! Daí, serem malditos todos aqueles que, como Freud ou Nietzsche, revelaram e alardearam a divisão estrutural do homem e da sociedade. Teme-se todos aqueles que abriram a “caixa de Pandora”! Eles o fizeram em épocas em que se acreditava, mais do que nunca, que a sociedade progressista e conquistadora podia (devia!) ser harmoniosa e ordenada! Incansavelmente, esses autores, e recentemente Castoriadis ou Enriquez, entre outros, mostraram que a ordem é perseguida, até mesmo para evitar o *caos primordial* ou o *a-sentido*. Mas, na verdade, o que não se sabe é que se busca incessantemente vencer o próprio *caos*, controlar essa parte indomável, solta, não represada, que se encontra em cada um de nós. E quanto mais se *reprime*, se *recalca* ou se *repele* (*forclusion*), o *indomável* (res) surge, sob formas inéditas e cada vez mais violentas!

*O registro do caos está em nós, está entre nós e os outros. É o caos, enquanto imagem psíquica projetada de nossos medos, de nossas dúvidas, de nossa ruína possível, de nosso temor de um outro. A todo momento somos confrontados à ameaça de nossa desintegração na relação com os outros, seja no amor ou no ódio (Enriquez, 1991, p. 158).*

Para finalizarmos, dentro do nosso objeto discussão, *Poder e Imaginário*, e deixando em aberto tantas interrogações que o nosso exercício de articulações teóricas e empíricas suscitaram, ressaltamos três idéias:

<sup>21</sup> Tomamos emprestados os termos de Castoriadis (1990, p.120).

1) O poder, hoje, caracteriza-se muito mais pelo exercício de uma *violência deslocada* ou *sutil*, como enfatizava Enriquez (2000) na sua entrevista a nós concedida, sobretudo, quando ele assume uma faceta democrática, de livre expressão, de busca de uma solução pacificadora para o “bem de todos” e mascara o *real móbil* das ações. O que ocorre quando se consente e se proclama a “matança” de crianças, por mais *delinquentes* que elas sejam? É para o bem geral da sociedade? A resposta pode ser afirmativa se a premissa é de que há uma parcela de pessoas-crianças não “habilitadas” a integrar a sociedade, na medida em que são consideradas o seu próprio “cancro”. Certos discursos existentes na sociedade brasileira conduzem-nos a acreditar que tal premissa encontra-se bem ancorada no imaginário da população. Essa violência “fria” e “cortante”, em grande parte, não assumida ou assumida como o “mal do outro” (portanto, deslocada), termina solapando as próprias bases de uma sociedade que se pretende autônoma, e não heterônoma, uma vez em que se rompe com os *pressupostos fundamentais da ordem simbólica*, como bem observa Birman (1994, p.183):

... no Brasil e onde existe um fenômeno de exploração brutal da violência em todas as suas modalidades, isso indica uma *ruptura fundamental nas ordens social e simbólica*. Com efeito, a violência concreta perpassa a totalidade do tecido social, com transgressões grosseiras da ordem simbólica e na absoluta impunidade, se materializando de diferentes maneiras conforme a diversidade dos grupos sociais. Registra-se nas classes médias e classes populares a difusão de *mecanismos simbólicos de identificação com o agressor*, na medida em que as instâncias sociais responsáveis pela gestão da ordem política, a começar pelo Estado, transgridem com os fundamentos da ordem simbólica. (grifo nosso)

Evidentemente, este quadro social catastrófico somente se torna possível quando não se reconhece mais certos pressupostos da ordem simbólica, como o direito à vida e interdição à morte. Com efeito, quando se passa a assassinar cruelmente crianças em massa, a estuprar brutalmente crianças e adolescentes em proporções assusta-

doras, a matar velhos indefesos para roubar uma infância, a difundir a criminalidade na infância de maneira quase infinita e desorganizada, onde se encontra o reconhecimento social pelo direito à vida e a interdição à morte?

2) Quando somos seduzidos pela idéia de um poder dominante exercendo exclusivamente sua força e dominação sobre os “dominados”, perdemos de vista a eferescência das relações que se dão no plano da “horizontalidade”. Assim, a “perversidade” só se situaria no poder dos governantes e das elites sociais ou econômicas. Não se trata de fazer abstração desse poder que assume, em várias sociedades, o caráter *mortífero*. Trata-se de mostrar que o seu poder se sustenta fundamentalmente nos micropoderes que têm sua origem e sua atuação, aquém ou além das estratégias globais de dominação, e que são determinados por *fantasias inconscientes*. Trata-se de se descentrar dessa visão (da “verticalidade”), num primeiro momento, para enxergar melhor a *perversão generalizada da sociedade* (Enriquez, 2000), aquela que se estende por toda sociedade e que termina consentindo a dominação que se exerce sobre ela própria.

3) Evidentemente, o poder não deve somente ser visto no seu aspecto negativo, o da morte. Em Foucault (sobretudo nas obras ou textos que ele editou a partir da *A Vontade de saber*), vimos uma análise em que o poder tem a sua variante que possibilita *resistências* e que ele é a própria condição de possibilidade de novas formas de exercício de relações sociais e de relação consigo. Ou como Castoriadis (1990, p.119) dizia: “a sociedade instituída jamais consegue exercer, no absoluto, seu *infrapoder*”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - ATAÍDE, Y.D.B. de. *Decifra-me ou devoro-te: história oral de vida de meninos de rua de Salvador*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- 2 - BIRMAN, J. *Psicanálise, ciência e cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

- 3 - BOURDIEU, P. *La distinction*. Paris: De Minuit, 1979.
- 4 - BOURDIEU, P.; EAGLETON, T. A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista. In: ZIZEK, S. (Org.). *Um Mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 265-278.
- 5 - CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- 6 - \_\_\_\_\_. *Les carrefours du labyrinthe*. Paris: Éditions du Seuil, 1978.
- 7 - \_\_\_\_\_. *Domaines de l'homme. Les Carrefours du Labyrinthe II*. Paris: Éditions du Seuil, 1986.
- 8 - \_\_\_\_\_. *Le Monde Morcelé. Les Carrefours du Labyrinthe III*. Paris: Éditions du Seuil, 1990.
- 9 - \_\_\_\_\_. *La montée de l'insignifiance. Les Carrefours du Labyrinthe IV*. Paris: Éditions du Seuil, 1996.
- 10 - \_\_\_\_\_. *Faire et à faire. Les Carrefours du Labyrinthe V*. Paris: Éditions du Seuil, 1997.
- 11 - \_\_\_\_\_. *Figures du pensable. Les Carrefours du Labyrinthe VI*. Paris: Éditions du Seuil, 1999.
- 12 - DIMENSTEIN, G. *A guerra dos meninos: assassinatos de menores no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- 13 - ENRIQUEZ, E. Caminhos para o outro, caminhos para si. *Revista Sociedade e Estado*, UnB, v. 9, n.1-2, jan./dez. 1994.
- 14 - \_\_\_\_\_. *Organisation en analyse*. Paris: PUF, 1992.
- 15 - \_\_\_\_\_. *Da horda ao Estado: psicanálise do vínculo social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- 16 - \_\_\_\_\_. A perversão generalizada da sociedade. *Revista Odisséia*, Natal: CCHLA-UFRN, 2000. Entrevista realizada por N. Takeuti.
- 17 - FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- 18 - \_\_\_\_\_. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- 19 - FREUD, S. *Totem e tabu* (1910). São Paulo: Standard Brasileira, 1974. (Obras Completas, v.13).
- 20 - \_\_\_\_\_. *O mal estar na cultura* (1929). São Paulo: Standard Brasileira, 1974. (Obras Completas, v. 21).
- 21 - GAULEJAC, V. de; TABOADA, I. L. *La lutte des places*. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.
- 22 - GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- 23 - LIPOVETSKY, G. *A era do vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa: Relógio D'Água, 1983.
- 24 - LYOTARD, J. -F. *La condition postmoderne*. Paris: Éditions de Minuit, 1979.
- 25 - LONDOÑO, F. T. A Origem do conceito menor. In: PRIORI, M. del (Org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. p.129-145.
- 26 - MANHEINN, K. *Ideologia e utopia* (1960). Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1986.
- 27 - MARX, K. *A ideologia alemã* (1845). São Paulo: Hucitec, 1984.
- 28 - MEDEIROS, M. *Rua dos meninos*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1992.
- 29 - MNMMR; IBASE; NEV-USP. *Vidas em risco: assassinatos de crianças e adolescentes no Brasil*. Rio de Janeiro: 1991.
- 30 - PAGÈS, M.; GAULEJAC, V. de; BONETTI, M.; DESCENDRE, D. *O Poder das organizações: a dominação das multinacionais sobre os indivíduos* (1979). São Paulo: Atlas, 1987.

- 31 - QUEIROZ, J. J. (Org.) *O mundo do menor infrator*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.
- 32 - RAMOS COELHO, J. *De Narciso a Édipo: a criação do artista*. Tese (Doutorado) - USP. Instituto de Psicologia, São Paulo, 2000.
- 33 - SILVA, H. S.; MILITO, C. *Vozes do meio-fio: Etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- 34 - SLOTERDIJK, P. *Critique de la raison cynique*. Paris: Bougeois, 1987.
- 35 - ZIZEK, S. (Org.) *Um Mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- 36 - \_\_\_\_\_. Como Marx inventou o sintoma? In: ZIZEK, S. (Org.). *Um Mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 297-331.

# A COR NO CINEMA: SIGNOS DA LINGUAGEM

Maria Helena Braga e Vaz da Costa – University of Sussex/Inglaterra

## RESUMO

Examina-se as diferentes explicações para a introdução de uma nova tecnologia no cinema: a cor. Alguns estudiosos do cinema argumentam que a cor foi introduzida para funcionar como um elemento que poderia acrescentar 'luxo' e 'glamour' ao filme. Outros, que a introdução da cor seguiu a 'tendência realista' que dominava o cinema na época do seu desenvolvimento técnico. Uma discussão sobre a maneira como a cor pode ser entendida em relação à forma realista de representação cinematográfica levará ao entendimento de que muitos outros fatores podem melhor explicar o porquê da introdução da cor no cinema. Mostra-se que a utilização da cor em alguns gêneros cinematográficos seguiu uma tendência de enfatizar certos elementos narracionais, mas que, em alguns filmes, a cor foi deliberadamente utilizada com a intenção de subverter esta tendência.

Palavras-chave: Cinema - Cor - Representação cinematográfica.

## ABSTRACT

Critically examines the different explanations that have been offered to account for the introduction of colour in the cinema. Some film historians argue that colour was introduced to function as an element that could bring luxury and glamour to the cinema. The introduction of colour has also been theorised as a response to the 'realist tendency' that dominated the field at the time it was developed. Then, it will be offered an account of how colour is situated in the realist cinematic forms, conventions, and codes that characterise the realist approach, though this paper demonstrates that other factors can better explain the occurrence of colour

in the cinema. This paper also shows that colour was exploited in particular cinematic genres in order to emphasise certain narrative meanings while other films deliberately subverted this usage.

Key words: Cinema - Colour - Realist cinematic forms

## INTRODUÇÃO

O cinema surge em meio à tendência e ao interesse pelos efeitos visuais como representativos da intenção em reproduzir o real. Este é o momento da Revolução Industrial, marcada pela produção e padronização de produtos, e das máquinas para manufurá-los. Deste movimento, surge a fotografia como o mais importante exemplo da capacitação - desta feita técnica - de representação do real, que até então tinha a perspectiva pictórica como a sua forma mais desenvolvida. O cinema faz parte da pesquisa e desenvolvimento científico desta época. Por este motivo, o cinema foi por muito tempo considerado como o resultado, puro e simples, do desenvolvimento dos recursos técnicos, ou seja, um produto da invenção da maquinaria necessária à sua manufatura (basicamente: câmera, filme e projetor). Tecnologia, neste caso, é vista como o único elemento a ser considerado no estudo do cinema.

O desenvolvimento tecnológico exerce papel de destaque na história do cinema; a maquinaria necessária para a produção de filmes é condição *sine qua non* para sua existência. Outras condições, porém, são de incontestável relevância. Fatores ideológicos, políticos, econômicos, culturais e sociais influenciaram e foram determinantes no desenvolvimento do cinema antes mesmo

da época do seu surgimento. Isto o torna parte de um intrincado contexto, o produto de uma determinada “configuração social”.<sup>1</sup>

Visto que a câmera é capaz de gravar determinados acontecimentos “naturais”, o cinema foi considerado, por muito tempo, como um meio capaz - com aperfeiçoamentos técnicos, cor, som etc. - de reproduzir o real ou, ao menos, passar tal ilusão. O pensamento de que a câmera reproduz “o mundo como ele é” é definido por André Bazin<sup>2</sup> como o mito do cinema total. Se tido como verdade absoluta, significa dizer que o cinema é apenas a “gravação” dos movimentos que ocorrem em frente à câmera. É o mesmo que assumir que a câmera, ao gravar a imagem de um elemento qualquer, capta uma imagem pura e imparcial da realidade. No entanto, é mais razoável considerar que a câmera assume um papel de “transformador do real”, capaz mesmo de criar e recriar a sua própria realidade.

A capacidade de representar a realidade tornou-se de fundamental interesse para o estudo do cinema. Novas tecnologias, como som, cor, filmes em terceira-dimensão, etc., dependendo de sua utilização, foram consideradas capazes de trazer mais realismo à imagem cinematográfica. Contudo, estes elementos não são necessariamente essenciais para a representação realista do mundo visto através da câmera. Apesar de se atribuir ao desenvolvimento tecnológico o aumento do realismo no cinema, a transição do cinema mudo para o falado, no final dos anos 1920, ou para a cor nos anos 1930, por exemplo, não foram mudanças inicialmente percebidas como uma evolução na tendência realista. O desenvolvimento tecnológico não é, pois, o principal fator, mas uma condição, para que a imagem cinematográfica represente o real.

A mais convincente e, ao mesmo tempo, a mais controvertida explicação para a introdução

da cor<sup>3</sup> no cinema tem sido a de que esta foi uma resposta à “tendência realista” que dominava o pensamento teórico e representativo na época do seu desenvolvimento técnico. Por outro lado, é importante, ainda, entender até que ponto o “realismo” pode ser considerado responsável pela introdução de novas tecnologias no cinema.

Inicialmente, este artigo analisa criticamente como a cor está situada dentro desta tendência. O cinema pode, é certo, representar as imagens presentes na realidade. No entanto, a teoria que coloca a câmera no centro desta representação e a identifica como um instrumento imparcial que retrata o mundo na sua realidade concreta é questionável. O realismo alcançado pelo cinema não é somente uma questão de fazer funcionar a câmera. É, sim, uma questão sobre como representar a realidade e como essa realidade é percebida pelo espectador. Portanto, a realidade da imagem cinematográfica não é apenas um resultado da introdução e utilização de uma nova tecnologia, mas a consequência de uma construção de imagens de conteúdo que foram convencionadas para fazer a ponte com a realidade. Finalizando, a cor será também vista perante a multiplicidade de significados das imagens que gera; como um elemento versátil, capaz de ser utilizado em diversos gêneros cinematográficos para enfatizar elementos específicos da narrativa, ou subverter este mesmo uso.

<sup>1</sup> Ver COSTA, M. H. B. V. *The Implications of the Introduction of Colour in the Cinema: interrelations of technologic, economic and aesthetic factors*. Tese de MPhil, University of Sussex, Inglaterra, 1993.

<sup>2</sup> BAZIN, A. 1967.

<sup>3</sup> As primeiras tentativas de introdução da cor no cinema passaram pelas pinturas feitas a mão, e os métodos de tintura e toner. Estes não perduraram por causa da pouca qualidade técnica, necessidade de uma extensa mão-de-obra, e alto custo. As primeiras tentativas de sucesso foram introduzidas pela Technicolor. Entre 1919 e 1931, foram utilizados o primeiro e o segundo processo subtrativo de duas cores. No entanto, estes processos não atendiam ao parâmetro de qualidade esperado. Em 1932, a Technicolor lançou seu processo subtrativo de três cores. Foi um sucesso em termos de qualidade. Só foi superado quando Eastman Color, nos anos 1950, lançou a sua versão, baseada no mesmo método, mais barata e de melhor resolução. Para maiores etalhes sobre o funcionamento técnico destes processos ver, entre outros: NEALE, S. *Cinema and technology: image, sound colour*. Londres: Macmillan, 1985; e SALT, B. *Film Style and Technology: history and analysis*, Londres: Starword, 1983.

## 1 – A “REALIDADE” DA COR

Não são poucos os estudos sobre *realismo* no cinema, no entanto, não é fácil defini-lo ou conceituá-lo. Apesar da opinião geral de que o realismo é o fator determinante para a introdução de novas tecnologias no cinema, este não foi sempre o único fator mencionado na literatura. Não é a intenção deste artigo investigar as diferentes teorias sobre realismo, o que demandaria vasta pesquisa e espaço. No entanto, é importante que se faça alguns comentários sobre este para estabelecer a sua relação com a cor em filmes. O essencial é estabelecer *como* a introdução de um elemento como a cor é situada neste universo teórico.

Jean-Pierre Oudart, analisando o sistema de representação baseado em perspectivas do período Renascentista, sugere que a tradição figurativa da pintura renascentista foi o ponto inicial do sistema de representação que, ainda hoje, prevalece no cinema. Nas pinturas do século XIX, o “efeito do real” (*effet de réel*) foi produzido pelo uso de perspectivas, efeitos de luz e sombra, descontinuidade de planos, etc.<sup>4</sup>

Aplicando-se esta análise ao cinema, podemos constatar que a “realidade” do filme, como na pintura, é uma questão de *representação*. O realismo evocado pelo cinema é consequência da organização e estruturação de imagens. No cinema realista, estas imagens, quando juntas, são estruturadas de maneira a fazer sentido de acordo com imagens existentes no nosso dia-a-dia, na nossa cultura. As imagens são organizadas dentro de um sistema de símbolos e através de um mecanismo de convenções. Estes artifícios garantem e enfatizam, portanto, a impressão do real da imagem cinematográfica. Claro que, na realidade, os objetos são apresentados e percebidos de uma maneira distinta. Contudo, estes artifícios trabalham com o propósito de estabelecer um parâmetro, uma semelhança, entre as unidades de espaço e tempo reais e as do filme. Isto, ao contrário de tornar a imagem cinematográfica divergente do real, empresta-lhe um realismo peculiar. O conteúdo do filme *The Gods Must Be Crazy (Os Deuses Devem Estar Loucos, Jamie Uys, 1981)* é, ele pró-

prio, um bom exemplo. A garrafa de Coca-Cola, familiar à sociedade urbana contemporânea, símbolo da Pax-Americana, lançada displicentemente do avião, é encontrada por nativo africano, alheio aos referenciais da vida moderna, que lhe atribui significado diferente. A garrafa transforma-se em elemento místico, lançado do espaço pelos “Deuses”. Em outras palavras, para atingir o espectador, o filme deve relacionar as imagens a objetos de conteúdo culturalmente determinado.

O “efeito do real” é verdadeiro, mas *imperfeito*. As imagens no cinema realista são *aceitas* como impressões do real, como suas representações, mas são muito distintas da imagem referente na realidade. A imagem captada da realidade sofre variadas transformações.<sup>5</sup> É necessário que se ressalte que o objeto visto através da lente da câmera é, *par excellence*, uma *representação*. O objeto real - o objeto encontrado na realidade - passa por uma *mutação* após ser captado e “transformado” em imagem. Esta transformação não se dá apenas pela manipulação da câmera, e/ou utilização de artifícios imagéticos, mas simplesmente pela diferença natural existente entre os dois objetos - o objeto real e sua imagem. O realismo evocado pela imagem cinematográfica é um problema de *diferenciação* e analogia entre estes dois objetos.<sup>6</sup> O realismo é mantido em virtude de uma “noção psicológica” da realidade.<sup>7</sup> A *crença* do espectador na representação, na proximidade entre a realidade e a produção da sua imagem, é responsável por esta capacitação ontológica do cinema.

Com relação à cor, portanto, o que é de fato visto pelo espectador é uma *representação* do que se conhece por “cores reais”. Outrossim, o fato da cor no filme não ser exatamente como é na natureza não quer dizer que essa afeta a credibilidade da imagem. No filme em preto-e-branco todas as cores presentes na realidade são reduzidas a um *dégradé* composto por apenas duas cores. No entanto, filmes em preto-e-branco podem representar o real com muita *veracidade*. Quando, no filme em preto-e-branco, há a referência a uma cor específi-

<sup>4</sup> OUDART, Jean-Pierre. “The Reality Effect” (189-202). In: BROWNE, Nick, 1990.

<sup>5</sup> Ver STEPHENSON, R.; PHELPS, G., 1989.

<sup>6</sup> NICHOLS, B., 1981.

<sup>7</sup> METZ, C., 1974.

ca, o filme e sua narrativa realista não se tornam menos efetivos porque a cor não pode ser vista.

*No filme preto-e-branco Jezebel (William Wyler, 1938), Julie (Bette Davis) chega a um baile vestindo um vestido vermelho que ela foi proibida de usar. O vestido aparece como não sendo branco, e branco era a cor que Julie deveria usar. Este ato rebelde de Julie aparece tão efetivo hoje, quando os filmes em cores são a norma, como foi em 1938 quando os filmes em cores eram uma exceção<sup>8</sup> (Tradução minha).*

A verdade é que o espectador aceita a ausência da cor em filmes quando outros códigos estabelecidos na narrativa sustentam o realismo. A cor, portanto, não foi, e não é, um elemento fundamental para que o espectador perceba o filme como realista. Ao assistir um filme, o espectador compreende os pontos de vista lá expostos.

*O espectador não se choca com o mundo cinematográfico por ele mostrar um céu da mesma cor que um rosto humano; ele aceita graduações de cinza como sendo o vermelho, o branco como o azul da bandeira, lábios pretos como vermelhos, cabelo branco como sendo louro. As folhas das árvores são escuras como os lábios de uma mulher. Em outras palavras, o mundo multicolorido não foi apenas transformado em um mundo em preto-e-branco mas também, durante o processo de transformação, as cores mudaram as relações entre si: semelhanças que não existem naturalmente apareceram, objetos que têm cores bem diferentes na realidade passaram a ter a mesma cor<sup>9</sup> (Tradução minha).*

Este é um ponto pertinente ao entendimento do processo introdutório da cor no cinema. Como será discutido adiante, a demora na aceitação da cor em filmes, e, por conseguinte, o seu uso generalizado, foi consequência da relutância em aceitar a diferença natural entre a cor real e a sua imagem. Os filmes não são fenômenos naturais e é imprescindível que se aceite isto como uma propriedade inerente ao mesmo.

## 2 – O USO DA COR: PROBLEMAS E SOLUÇÕES

Como demonstrado anteriormente, esperava-se que elementos como o som e a cor, logicamente, dessem ao cinema um cunho realista. Inicialmente, entretanto, a dificuldade de produzir uma múltipla escala de cores para o cinema tornava as mesmas muito distantes do que se poderia chamar de “cores reais”. Isto provocou um movimento contrário à sua utilização em filmes. Somando-se, a este problema, o pouco *know-how* relacionado à manipulação da cor, tornou-se um impedimento a sua disseminação. Por estes e outros motivos, alguns críticos, como Edward Buscombe, são contrários à idéia de que a cor representou uma contribuição ao realismo.

Houve, inicialmente, a dificuldade de como “cortar” e editar cenas a cores. Qualquer variação entre as partes poderia causar uma desarmonia perceptiva. Depoimento significativo sobre as “distrações” na percepção da imagem causadas pela cor, nos primeiros anos de sua utilização no cinema, pode ser encontrado no comentário do ator Douglas Fairbanks sobre o filme em cores *The Black Pirate* (Albert Parker, 1927):

*O processo de introdução da cor no cinema nunca foi perfeito e também sempre houve uma grande dúvida, mesmo que bem desenvolvido, sobre se este processo poderia ser aplicado sem provocar mais distração do que benefícios para as técnicas cinematográficas. O argumento tem sido de que a cor cansaria e distrairia a visão e poderia tirar a atenção do espectador da ação, das expressões faciais dos atores, etc. Resumindo, a cor prejudicaria a simplicidade e a clareza dos filmes<sup>10</sup> (Tradução minha).*

Diante do problema apontado - de que o uso exagerado da cor poderia produzir um efeito de ruptura na percepção, e conseqüentemente distrair a audiência dos elementos essenciais à nar-

<sup>8</sup> DICK, B. F. *Anatomy of film*. Nova York: St. Martins Press, 1990. p.73.

<sup>9</sup> ARNHEIM, A. *Film as art*. Londres: Faber & Faber, 1958. p. 22.

<sup>10</sup> Douglas Fairbanks, in BUSCOMBE, E. *Sound and Color* (23-25). *Jump Cut*, n.17, p. 24, 1978.

rativa - a cor então passou a ser considerada, por uns, como um elemento não ajustável à narrativa realista. Evidentemente, isto aconteceu em parte por causa da pouca familiaridade com o uso da cor para efeito da construção fílmica. Tais distrações - perceptivas ou narracionais - não poderiam ser aceitas na época em que o realismo era a justificativa para a maioria das inovações tecnológicas no cinema. Isto, em parte, explica o longo espaço de tempo ocorrido entre o condicionamento técnico da cor, sua utilização, e a descoberta do seu potencial estético, narrativo e dramático.

Podemos concluir, então, que esta demora, entre invenção e utilização, ocorreu porque se esperava que as cores cinematográficas correspondessem exatamente às cores presentes na realidade. Como, no início, as cores do filme diferiam muito das cores reais, houve resistência à sua incorporação às técnicas de filmagem em uso. Somando-se a isto, por volta de 1930, os códigos e convenções realistas que estavam bem estabelecidos em preto-e-branco e a audiência estava familiarizada com estes.

Apesar de contrariar alguns teóricos, uma análise através da história da introdução e utilização da cor no cinema nos leva a constatar que o ganho em realismo não foi a “força” responsável por sua introdução. Ao contrário, a transição de filmes preto-e-branco para filmes a cores - pelo menos de início - foi cheia de experiências estéticas não-realistas. Isto ocorreu pelo menos até que a utilização da cor para a narrativa realista passasse a ser sua forma dominante. Edward Buscombe argumenta, por exemplo, que a cor foi utilizada indiscriminadamente em gêneros não-realistas como desenho animados, musicais, comédias e westerns.<sup>11</sup> No início, a cor não representou um ganho em realismo, mas sim a consolidação de um cinema “não-realista”. A cor, para alguns cineastas, era um elemento capaz de exprimir o fantástico, o não-real, de representar o “mundo dos sonhos”.

É preciso que se explique, no entanto, que o disseminado uso da cor nestes gêneros - ditos não realistas - não foi consequência da determinação prévia em adequar um elemento que estava causando tantos “problemas” no contexto cinematográfico. Nesta época, esta ainda era considerada como elemento capaz de promover uma maior aproximação da imagem cinematográfica do real. Com o desenvolvimento tendencioso em associá-la à representação do “não-real” - somando-se aos problemas perceptivos, já mencionados - não se poderia esperar que a cor fosse utilizada em filmes realistas. A produção contínua de documentários em preto-e-branco nesta época (fins dos anos 1930 até os anos 1950) garantiu a dissociação da cor com os fatos e acontecimentos reais.

Para ilustrar, o diretor de cinema John Huston justifica o uso do preto-e-branco no seu filme *Reflections in a Golden Eye* (*O Pecado de Todos Nós*, John Huston, 1967).<sup>12</sup> Ele assumia que, sendo o texto fílmico baseado em emoções humanas, isto é, emoções reais, este não faria sentido se cor fosse usada.

*A cor natural é muito diferente da cor na tela do cinema. Quando você senta na sala escura do cinema e assiste um filme sua atenção é totalmente concentrada na tela de maneira que as imagens parecem mais saturadas com cor do que as mesmas são em realidade. Conseqüentemente, os efeitos da cor são evidenciados de uma maneira não natural. Este tipo de cor tem sido efetivo para os filmes extravagantes ou espetaculares. Mas quando estamos tratando com um material psicológico, a cor se torna invariavelmente distrativa porque esta interfere na maneira como o espectador vê o filme”.<sup>13</sup> (Tradução minha).*

Um fato interessante é que os cineastas passaram a aceitar esta dissociação da cor com o realismo e passaram a explorá-la de maneira até mais criativa. Eles assumiram a cor como um instrumento diferenciador, através do qual poderiam

<sup>11</sup> BUSCOMBE, *ibid.*

<sup>12</sup> Note-se que, ainda em 1967, mantinha-se o mesmo preconceito com relação à cor e seu antagonismo com a narrativa realista.

<sup>13</sup> John Huston, in BASTEN, F. E. *Glorious technicolor*. Londres: A. S. Barnes, 1980. p. 136.

obter uma linguagem narracional diferente. Os exemplos não são poucos; filmes como *The Wizard of Oz* (*O Mágico de Oz*, Victor Fleming, US, 1939), onde o “mundo real” é apresentado em preto-e-branco, e a fantasia em cores, é apenas uma das formas de manipulação da cor.

Analisando estes primeiros usos da cor, de 1930 até 1940, A. Hollander considera a cor um *set-back* para o cinema realista. O avanço, ele argumenta, foi no prazer e na excitação que a cor trouxe as imagens, apesar de seu uso ter sido um tanto “exagerado”.<sup>14</sup> Este exagero no uso da cor, ao qual Hollander se refere, poderia ser aceitável em desenhos ou musicais, mas nunca em documentários ou formas realistas de cinema. Hollander sugere ainda que a cor pode ser “*pure amenity*”, “*modern luxury*”, mas não uma necessidade. Contraditoriamente, o próprio Hollander atesta que a cor pode ter seus momentos realistas quando escreve: “*Nos documentários sobre a natureza, a cor tem uma beleza realista abstrata, que assume tons românticos*” (Tradução nossa).<sup>15</sup>

Primeiramente, ele se preocupa com as motivações que provocaram a introdução da cor no cinema, criticando sua distância do real. Suas conclusões são, com certeza, baseadas em exemplos antigos, onde a cor era utilizada propositadamente para produzir “um mundo à parte”, enfatizando a beleza estética em gêneros não-realistas. No entanto, ele reconhece o realismo da cor em documentários sobre a natureza, porque natureza e beleza são freqüentemente interligadas; ele assume que o uso da cor, neste caso, é justificável.

Mais tarde, e aos poucos, a cor passou a ser aceita para fins realistas. Esta “aceitação” não se produziu por obra do acaso. Entre outros elementos que contribuíram, por exemplo, a televisão em preto-e-branco, que surgiu em meados de 1950, assume papel de destaque. A cor passou a ser vista como uma atração a mais para quem ia ao cinema. No entanto,

com o surgimento da televisão a cores (1960), o cinema precisou assumir a cor não apenas para se equiparar a esta, no que diz respeito à riqueza de imagens, mas também pelo fator comercial. Na época da TV a cores, ninguém poderia se dar ao luxo de produzir filmes em preto-e-branco.<sup>16</sup> É preciso que se ressalte, no entanto, que a tendência realista representou um obstáculo para o desenvolvimento dramático e narracional da cor. Se críticos e teóricos da época não estivessem tão empenhados em fazer do cinema “um espelho do real”, é possível que as potencialidades da cor tivessem sido descobertas mais cedo.

### 3 - O POTENCIAL DA COR

A cor é um elemento que pode ser deliberadamente manipulado, usado expressivamente, de acordo com escolha individual e de como é composta com outros elementos, para atingir um dado efeito dramático. Pode ser, simplesmente, aceita como recurso visual. A cor pode ainda constituir um elemento significativa para a narrativa.

O cineasta Rouben Mamoulian previu a substituição generalizada dos filmes preto-e-branco pelos coloridos. Sua maior preocupação - como a de tantos outros - foi com o realismo. Contrariando cineastas e teóricos da época, no entanto, sua visão era de que a cor poderia ser usada para fins realistas. A cor poderia agir dentro da estrutura narracional intensificando efeitos dramáticos. Mamoulian defendeu o uso da cor para obter um “*emotional realism*” (realismo emocional).<sup>17</sup> Ele acreditava ser o excesso o único “perigo” na adoção da cor. Referiu-se ao diálogo exagerado que acompanhou a introdução do som no cinema, e temia que o mesmo acontecesse com relação à cor. No entanto, esta noção de “excesso” pode ser interpretada no contexto da época em que foram formulados os seus argumentos. À medida que a qualidade estética da cor tornou-se reconhecida, e o seu uso simplificado, esse “excesso”

<sup>14</sup> HOLLANDER, A., 1989.

<sup>15</sup> HOLLANDER, *ibid.*, p. 48.

“In documentary nature films, ...color has its own abstract “realistic” beauty, which has very romantic overtones”.

<sup>16</sup> Para maior detalhamento sobre este aspecto, ver KINDEM, G., 1982. COSTA, M. H. B. V., 1993.

<sup>17</sup> MAMOULIAN, R., 1935.

tornou-se natural. No melodrama, por exemplo, a excessiva utilização da cor foi aceita e exaltada.<sup>18</sup>

Com o passar do tempo, o uso criativo e dramático da cor tornou-se evidente e Mamoulian então reviu sua opinião anterior:

*O cineasta nunca deve se deixar levar pelo naturalismo em se tratando das cores. Todos os tipos de criatividade, até mesmo os mais radicais, devem ser praticados na tela. O fator decisivo não deve ser: 'é assim que é na realidade?', mas, 'é esta a melhor maneira de expressar o que se deseja?'*<sup>19</sup> (tradução minha).

O cineasta Sergei Eisenstein considerava a cor um "fator dramático" e, como tal, deveria ser usada apenas quando necessária ao desenvolvimento da ação. Eisenstein não aceitava a cor como sendo apenas "mais um elemento" a ser somado ao aparato cinematográfico. A cor, como qualquer outra montagem, elemento ou técnica deveria ser usada com uma intenção específica, isto é, deveria exercer uma função dentro da estrutura da narrativa.

Exemplos desta funcionalidade narracional são muitos. A cor pode, por exemplo, enfatizar um distúrbio psicológico do personagem. Veja o exemplo de *Marnie* (*Marnie, Confissões de Uma Ladra*, Alfred Hitchcock, 1964). Neste filme, a protagonista sofre de uma intensa aversão à cor vermelha, conseqüência de uma tentativa de suprimir da memória um assassinato de que foi testemunha na sua infância. O filme "informa" o espectador deste distúrbio através de uso eficiente da cor. A qualquer aparecimento da cor vermelha, Marnie enerva-se, chegando até a perder os sentidos. Para intensificar este elemento da narrativa, toda a cena é "tingida" pela cor vermelha. Com este artifício, Hitchcock chama a atenção do espectador para o significado psicológico específico desta cor.

A obra de Alfred Hitchcock nos mostra outro bom exemplo do uso significativo da cor. Em *Vertigo* (*Um Corpo que Cai*, Alfred Hitchcock, 1958), as cores são escolhidas de maneira a contrastar as diferenças entre as tomadas de interior (marrom, laranja, amarelo) e as cenas externas (verde e azul). O movimento da câmera de um espaço para outro (de uma cor para outra) estabelece um poderoso contraste entre os dois "mundos" percorridos pela narrativa. W. Johnson explica: "A cor ajuda a elevar o que poderia ter sido apenas um divertido melodrama a um persistente estudo sobre obsessão e ilusão" (Tradução minha).<sup>20</sup>

Jean-Luc Godard nos dá outros exemplos. Seus filmes têm demonstrado que há grandes possibilidades relacionadas ao uso das técnicas cinematográficas. Apesar de sua insistência "no real", sua representação da realidade se dá de forma simbólica. Suas incessantes tentativas em "quebrar" com os modos de representação cinematográficos, estabelecidos pelo cinema clássico de Hollywood, dão aos seus filmes características distintas, e abrem um leque variado de oportunidades. Godard preza pela descontinuidade da narrativa, onde técnicas, códigos e convenções cinematográficas assumem sentidos diferentes. Com a cor, Godard não age diferente.

Godard não manipula a cor de forma a enfatizar o estado psicológico ou emocional de determinado personagem, ou a dar ênfase a determinada cena. Ele não usa a cor de uma maneira tradicional ou muito menos realista. Godard manipula a cor com a intenção de mostrá-la de maneira concreta, significativa, apesar de dissociada da narrativa, assumindo sentido e importância próprios no contexto visual da imagem fílmica. A cor é destacada de outros elementos do filme, e assume o mesmo grau de importância destes, invocando assim uma diferenciação na forma tradicional de organização e leitura do texto fílmico. Em filmes como *Une Femme est Une Femme* (Jean-Luc Godard,

<sup>18</sup> Ver, por exemplo, o excesso de cor característico dos filmes melodramáticos de Douglas Sirk: principalmente, *Magnificent Obsession* (1954), *All That Heaven Allows* (1955) e *Written on the Wind* (1956).

<sup>19</sup> MAMOULIAN, R. Colour and Light in Films. *Film Culture*, v. 21, summer, 1960. p. 74.

<sup>20</sup> JOHNSON, W., 1970. p. 236.

"Color helps elevate what might have been just a gimmicky melodrama into a haunting study of obsession and illusion" (p. 236).

1961),<sup>21</sup> por exemplo, Godard restringe seu universo de cores às “sólidas” e brilhantes cores vermelha, azul e branca, construindo, assim, um restrito e disciplinado sistema de cores. Usando estas cores - e tornando-as brilhantes e artificiais com a ajuda da iluminação - Godard obtém um distinto e estilizado visual, diferindo assim as cores do seu correspondente na natureza.

Outro cineasta, Spike Lee, o principal responsável pelo aparecimento do *New Black American Cinema*, usa a cor associada ao movimento de câmera para enfatizar temas específicos como, por exemplo, o acirramento dos problemas sociais nos EUA. Em *Do the Right Thing* (*Faça a Coisa Certa*, Spike Lee, 1989) é notório o simbolismo imposto pela cor. Esta é articulada de maneira a dinamizar a consciência do problema racial retratada no filme.

A cor em *Do the Right Thing* é manipulada com o intuito de intensificar os momentos de conflito e tensão que são construídos ao longo da narrativa. A cor ressalta a distinção entre os dois mundos retratados no filme - o dos negros e o dos brancos. Do início à conclusão, as “cores quentes” - amarelo, laranja e vermelho - predominam. Usando estas cores, o filme apresenta um sistema próprio de significados. Estas cores não apenas ajudam a dramatizar os momentos de conflito como também constroem a “sensação” de calor que emana da tela. Spike Lee se utiliza da cor para representar o dia mais quente de verão, quando as situações conflitantes e o estado de espírito dos protagonistas são agravados pelo calor. Esta representação é fundamental para a estruturação da narrativa.

Em *Do the Right Thing*, “cores quentes” são associadas ainda aos personagens negros e particularmente utilizadas no entorno - fachadas das casas e interiores - e no figurino dos protagonistas negros. Em contraste, os protagonistas brancos, italianos, porto-riquenhos ou americanos, são associados à cor branca, sem destaque algum. Na cena inicial, os donos da Pizzeria chegam para o trabalho conduzindo

um carro branco, vestidos em contrastantes roupas em preto-e-branco, onde a cor branca predomina sobre o preto. Somando-se a isto, este contraste das roupas chama a atenção para a intensidade do conflito das relações entre os protagonistas negros e brancos. Sal (Danny Aiello) e Vito (Richard Edson), os brancos que têm uma relação relativamente amigável com os negros da comunidade, usam roupas em preto-e-branco. Ao contrário de Pino (John Turturro) que discrimina os negros. Pino se encontra vestido na cor branca durante todo o filme, o que simboliza e ressalta a sua posição racista. Este forte contraste entre cores diferentes é cuidadosamente elaborado com a intenção de situar os personagens dentro da narrativa e do contexto do filme. É interessante como este sistema simbólico, em alguns momentos, é revertido em relação ao personagem Mookie (Spike Lee). Apesar de negro, Mookie veste blusa branca. Esta é a maneira encontrada por Spike Lee para demonstrar o conflito interior deste personagem em relação ao conflito racial.

“Cores frias”, como o azul, são raramente usadas neste filme. Quando o azul aparece é em momentos raros de “paz”. Azul está presente, por exemplo, na cena em que Mother-Sister (Ruby Dee) conversa com De Mayer (Ossie Davis) após este ter salvo um garoto de um atropelamento. Está anoitecendo e um azul forte aparece como pano de fundo. É interessante notar como a mudança de cor na imagem assume uma conotação específica dentro da narrativa, quase uma pausa, um momento para respirar. Isto acontece porque o uso desta cor não faz parte do sistema dominante de cores que vem sendo apresentado durante todo o filme.

## CONCLUSÃO

A cor, diante dos exemplos e contexto acima descritos, deve ser considerada um elemento significativo para o cinema. Efeitos simbólicos diversos podem ser introduzidos nos filmes através de usos diferentes da cor. O seu controle se dá de acordo com o plano estético e artístico do filme; manipulação da câmera incluindo ou excluindo a cor de uma cena. *Long shots* e *close-ups* podem enfatizar ou minimi-

<sup>21</sup> Segundo o próprio Godard, este filme (sua primeira experiência em cores) significou “the discovery of colour”, ou seja, a descoberta da cor. Para uma análise mais detalhada do uso da cor por Godard neste, e em outros filmes, ver COSTA, M. H. B. V., 1993; e NARBONI, J.; MILNE, T. *Godard*, 1972.

zar a presença de uma determinada cor no filme, como, por exemplo, a manipulação da câmera na cena de abertura de *Marnie* (Alfred Hitchcock, 1964) - o *close-up* de uma bolsa amarela - ajuda a criar um enigma, o ponto de partida através do qual Hitchcock contrói seu problema psicológico a ser revelado ao longo do filme.

Após 1960, quando a maioria dos filmes passaram a ser produzidos em cores, o filme preto-e-branco tornou-se uma escolha estética. (Cf. o efeito dramático causado pela ausência de som em filmes, quando o normal são os filmes sonoros.) Com efeito, a produção de filmes em preto-e-branco, após o uso generalizado da cor, tomou conotações diferentes das usuais. *Young Frankenstein* (*O Jovem Frankenstein*, Mel Brooks, 1974) e *Manhattan* (*Manhattan*, Woody Allen, 1979) foram filmados em preto-e-branco com o intuito específico de evocar o passado, uma evocação nostálgica da era inicial do cinema.<sup>22</sup> No entanto, a representação “do passado” pelo uso do preto-e-branco não quer dizer que filmes em preto-e-branco sempre representem ações passadas. *A Man and a Woman* (*Um Homem, Uma Mulher*, Claude Lelouch, 1966) é produzido em preto-e-branco. A imagem representativa do momento atual é em preto-e-branco; a imagem representativa da memória da personagem é colorida. Aqui, o passado é colorido, simbolizando tempos felizes que não voltam mais.<sup>23</sup>

Algumas vezes a cor foi introduzida em pequenas seqüências de filmes produzidos em preto-e-branco. Este uso originou-se quando os processos de produção da cor ainda eram falhos e caros. Vejam, por exemplo, a primeira versão cinematográfica de *O Retrato de Dorian Gray*. No entanto, este uso da cor é habitual, ainda hoje, quando o usual são os filmes a cores, na intenção de produzir um efeito dramático. A introdução de pequenas cenas em cores dentro de um filme preto-e-branco pode ampliar o valor e o significado de uma cena em particular. Veja, por exemplo, *Rumble Fish* (*O Selvagem da Motocicleta*, Francis Ford Coppola, 1983).

O desenvolvimento e o uso da cor, como visto, geraram controvérsias. Primeiramente, a cor foi explicada como um produto do desenvolvimento tecnológico, da capacidade do cinema de representar o mundo em que vivemos. No início, alguns foram contra o uso da cor devido a sua má qualidade técnica, que causava, entre outros, problemas perceptivos. Com a melhoria técnica, a cor assumiu então um novo sentido. Esta passou a ser utilizada para significar o “não real”, contradizendo as primeiras especulações a seu respeito e o seu potencial realístico. Filmes coloridos eram aqueles que tinham pouco contato com a realidade, como os musicais. Estes gêneros deram à cor a oportunidade de demonstrar suas qualidades. A cor revelou então o seu potencial para a indústria do entretenimento, com sua qualidade decorativa.

A cor passou a ter um papel central para a narrativa cinematográfica quando os cineastas atentaram para as suas potencialidades dramática e estética, e começaram a aceitar a idéia de que poderiam utilizá-la em narrativas realistas. A cor passou então a constituir-se em um elemento essencial para o cinema, sendo muito útil como instrumento narracional, na descrição de um personagem, na representação de emoções ou estados de espírito. A cor foi usada também para subverter este uso realista e evidenciar uma construção narracional diferenciada, assumindo um caráter único e chamando atenção para si mesma, e não para os personagens ou cenas.

Novos desenvolvimentos tecnológicos e/ou estéticos são, via-de-regra, influenciados pelos fatores econômicos e sociais da sua época. Para que sejam plenamente adotados, estes terão que se sujeitar às críticas, gostos pessoais e vaidades daqueles que decidem e fazem a indústria cinematográfica e do espectador, mas “sobreviverão” dependendo da sua potencialidade. Aqui não se exclui a cor.

<sup>22</sup> GIANNETTI, L. *Understanding Movies*. Nova Jersey: Prentice-Hall, 1982.

<sup>23</sup> JOHNSON, W. “Coming to terms...”, 1970.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- 1 - ARNHEIM, R. *Film*. London: Faber & Faber, 1933.
- 2 - \_\_\_\_\_. *Film as art*. London: Faber & Faber, 1958.
- 3 - BASTEN, F.E. *Glorious technicolor*. London: A. S. Barnes, 1980.
- 4 - BAZIN, A. *What is cinema?* Berkeley: University of California Press, 1967.
- 5 - BROWNE, N. *Cahier du cinema: 1969-1972 the politics of representation*. London: Routledge, 1990. v. 3.
- 6 - BUSCOMBE, E. Sound and Color. *Jump Cut*, n.17, 23-25, 1978.
- 7 - COSTA, M.H.B.V. *The Implications of the introduction of colour in the cinema: interrelation of technologic, economic and aesthetic factors*. Tese de MPhil, Inglaterra, 1993.
- 8 - DICK, B. F. *Anatomy of film*. New York: St. Martin's Press, 1990.
- 9 - EISENSTEIN, S. *One path to color: an autobiographical fragment*. In: JACOBS, L. *The Movies as medium*. New York: Farrar, Strauss & Giroux, 1970. p. 201-209.
- 10 - EISENSTEIN, S. *Colour film*. In: NICHOLS, B. (editor) *Movies and methods*. London: University of California Press, 1976. v. 1, p. 381-388.
- 11 - GIANNETTI, L. *Understanding movies*. New Jersey: Prentice-Hall, 1982.
- 12 - HOLLANDER, A. *Moving pictures*. New York: Knopf, 1989.
- 13 - JACOBS, L. *The Movies as medium*. New York: Farrar, Strauss & Giroux, 1970.
- 14 - JOHNSON, W. *Coming to terms with color*. In: NICHOLS, B. (editor) *Movies and methods*. London: University of California Press, 1976. v. 1, p. 210-242.
- 15 - KINDEM, G. *The american movie industry*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1982.
- 16 - MAMOULIAN, R. Colour and emotion. *Cinema Quarterly*, v. 3, p. 225-226, summer 1935.
- 17 - MAMOULIAN, R. Colour and light in films. *Film Culture*, v. 21, p. 68-79, summer 1960.
- 18 - NARBONI, J.; MILNE, T. *Godard on Godard*. Londres: Secker & Warburg, 1972.
- 19 - NEALE, S. *Cinema and technology: Image, Sound, Colour*. Londres: Macmillan, 1985.
- 20 - NICHOLS, B. (editor) *Movies and methods*. London: University of California Press, 1976. v. 1.
- 21 - OUDART, Jean-Pierre. The reality effect (189-202). In: BROWNE, Nick (ed.). *Cahiers du Cinema*. London: Routledge, 1990. v. 3.
- 22 - OUDART, Jean-Pierre. Notes for a theory of representation (203-212). In: BROWNE, Nick (ed.). *Cahiers du Cinema*. London: Routledge, 1990. v. 3.
- 23 - SALT, B. *Film style and technology: history and analysis*. Londres: Starword, 1983.
- 24 - STEPHENSON, R.; PHELPS, G. *The cinema as art*. Harmondsworth: Penguin, 1989.



**ENTREVISTA**

---

# RENACIMIENTO LATINOAMERICANO PENSAMIENTO COMPLEJO Y PENSAMIENTO MERIDIONAL

**Edgar Morin** – Association pour la Pensée Complexe – Paris  
Entrevista realizada por Nelson Vallejo Gómez<sup>1</sup>

Entrevista con Edgar Morin realizada en París, poco tiempo antes del lanzamiento del Ier. Congreso Latinoamericano para el Pensamiento Complejo (CILPEC) realizado en el Instituto del Pluralismo Cultural de la Universidad Cândido Mendes, Río de Janeiro, Brasil, del 8 al 11 de septiembre de 1998.

**N.V.G.:** *Edgar Morin, ¿cuáles son los orígenes de este congreso y cuáles son sus objetivos?*

**E.M.:** Yo recuerdo que mi pasión por América Latina se originó en París poco después de la Segunda Guerra Mundial, cuando escuché al grupo de músicos llamados “Los Guaranés”. Esta música de aire precolombino hispánico, como “El Carnavali-to”, creó en mí un primer elemento mitológico de atracción por aquel continente y sus habitantes, en donde el mundo indígena tenía un lugar importante. En ese tiempo ya había leído los relatos sobre las destrucciones de los conquistadores de las civilizaciones precolombinas.

Otros de los elementos que se conjugó, es la admiración por la civilización mestiza de Brasil. Este amor potencial por América Latina se concretó yo creo, a fines de los años cincuenta cuando fui invitado al festival de cine en Mar del Plata, Argentina, luego en los años sesenta, yo fui profesor invitado en la FLACSO (Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales), creada por la UNESCO,

en Chile. Estos fueron mis primeros momentos de aproximación a ese continente, muy ricos existencialmente para mí, por el contacto con Brasil, Argentina, Bolivia, Ecuador y Méjico. Estos son algunos de los elementos personales que conforman mi atracción por América del Sur.

Para esta época se estaban gestando los elementos esenciales de mi pensamiento, que yo denominé pensamiento complejo, las problemáticas que este pensamiento contiene son mucho mejor entendidas por los intelectuales latinoamericanos que por los franceses: como si las rigideces intelectuales, la compartimentación del saber y las jerarquías intelectuales de Europa no existieran en estos países latinos; es como si, más que en otros países hubiese entre los intelectuales y todas las personas de estas naciones latinoamericanas una voluntad de comprensión de problemas globales, una preocupación por el destino de los pueblos. Por eso no es casual que el populismo sea un dato importante en sus ideas políticas.

Cuando en Colombia se realizó el primer congreso colombiano sobre el “pensamiento complejo” que se llevó a cabo en Bogotá, Medellín, yo observé que personas de diferentes horizontes y de disciplinas diversas se reencontraron pudiendo constatar que aunque ellos no se conocían, ya trabajaban sobre las mismas preocupaciones y estaban animados por las mismas inquietudes, relacionadas con la articulación de los saberes y de la generación de un pensamiento concreto y viviente. Allí se constituyó una Red Nacional espontánea sobre el pensamiento complejo.

<sup>1</sup> La entrevista fue realizada por Nelson Vallejo Gómez en ese entonces Secretario General de la Asociación para el Pensamiento Complejo (APC) de París, Francia.

Al mismo tiempo en Brasil, en el nordeste del país, en Natal se ha desarrollado desde hace diez años un extraordinario grupo de investigadores sobre la complejidad, el GRECOM. También en Argentina recientemente se ha fundado el primer Instituto Internacional para el Pensamiento Complejo, en la Universidad del Salvador de Buenos Aires.

Descubrí entonces, en este fin de siglo, que mis libros son leídos por personas muy diversas y, que muchos de ellos corresponden a los países latinos y particularmente a América del Sur. La idea de conectar y de “religar” a todas estas personas interesadas hizo más presente la necesidad de establecer una red en torno al “pensamiento complejo”. La oportunidad surgió el año pasado, cuando participé de un coloquio sobre “Ética del futuro”, en la Universidad Cândido Mendes, organizado con el apoyo de la UNESCO. En esa ocasión presenté al Director General de la UNESCO el proyecto de un Congreso Latinoamericano para el Pensamiento Complejo, sabiendo que el profesor Cândido Mendes estaba de acuerdo y que contaba con su apoyo en Río de Janeiro. De esta manera yo obtuve respaldo personal de Federico Mayor, Director General de la UNESCO y el auspicio de esta Institución, para nuestro congreso.

Mi mayor deseo era realizar un congreso y no un coloquio, pues este último tiene un orden definido y muy centralizado, mientras que un congreso es en principio un reencuentro abierto, en el cual se puede asistir por simple curiosidad intelectual; un congreso contiene diversos temas contradictorios y complementarios que son lo propio del pensamiento complejo, un conjunto de problemas epistemológicos, filosóficos, sociológicos, “planetarios”, políticos y psicológicos.

Una vez que la decisión del congreso fue aprobada, lo más difícil, fue comunicar que la organización estaría a cargo de la Asociación para el Pensamiento Complejo (APC).

**N.V.G.:** *Más allá de los diferentes objetivos del congreso, su expectativa es multiplicar los intercambios y la solidaridad entre aquellos que están convencidos de la necesidad de la reforma del*

*pensamiento y estimular de esta manera todas las investigaciones posibles sobre la problemática de la complejidad, en ese sentido. ¿En que consistiría esta reforma del pensamiento y que entiende usted por complejidad?*

**E.M.:** Existen numerosos malentendidos sobre la palabra complejidad, porque hoy en día se utiliza para todo, en ciencia, en psicología, en política, en economía. La razón común de emplear esta palabra consiste en manifestar una incapacidad de explicar un déficit de pensamiento. De hecho la complejidad es una palabra-pregunta y no una palabra-respuesta, es una palabra-problema y no una palabra-solución en fin, manifiesta un desafío. El pensamiento complejo es una respuesta a ese desafío. La palabra “complexus” que significa “tejer junto” reclama un pensamiento que considere los tejidos comunes y “rearticule” los saberes separados. ¿Por qué rearticular los conocimientos? Porque nosotros estamos educados por medio de una modalidad que nos hace separar los conocimientos y sobre todo compartimentarlos, esto afecta la capacidad natural del espíritu humano para contextualizar, es decir, para integrar un saber en el contexto y la estructura global de donde él ha surgido.

En el sentido lato, la palabra complejidad significa confusión, sobre todo para el espíritu que busca una explicación simple de las cosas; en un segundo sentido, se concibe como una respuesta a un desafío de la complejidad, nuestra palabra viene a significar aprehensión de esto que está articulado, que está tejido en común. Es decir, un pensamiento complejo se esfuerza por articular e integrar los modos del pensamiento simple en una concepción más rica. Surge aquí el dialogismo entre lo simple y lo complejo, entre lo separable y no separable, entre el orden y el desorden, este dialogismo entre la lógica clásica y la transgresión lógica, es más, entre la lógica clásica basada en el principio del tercer excluido y la racionalidad abierta que integra y se enriquece con este tercer excluido.

Comprender esto significa un nuevo aprendizaje, pues nosotros estamos formados en un sistema de enseñanza que privilegia la separación, la reducción, la compartimentación, y la corporativización misma de los saberes, fragmentando y alienando nuestro modo de pensar; como consecuencia una reforma del pensamiento es imprescindible. Esta reforma es vital, pues hay una aptitud a globalizar y contextualizar los problemas, para construir lazos en bucle de lo local y lo global, para comprender las interacciones que son aún más graves que las características locales y complejas de los problemas actuales, porque ellos se han transformado en un tejido muy articulado.

Los más grandes desafíos de la vida y de la muerte son hoy “planetarios”. Nosotros estamos amenazados por dos tipos de pensamientos “cerrados”. El primero, se reafirma sobre una posición nacionalista, religiosa y étnica, donde no se puede ver que el fragmento de humanidad que este pensamiento defiende y representa, ignore los otros y rechace el resto, es incapaz de ver un doble registro sobre la realidad, en tanto que es ciego, no ve las estructuras de la realidad y su complejidad. El otro es el pensamiento “tecnicista y tecnocrático”, que ve nada más que las dimensiones funcionales, cuantitativas y económicas de las cosas, excluyendo las dimensiones y las emociones humanas, de esta manera es incapaz de comprender los problemas fundamentales y globales.

Yo reafirmo que la reforma del pensamiento es vital pues nosotros estamos en el reino de los pensamientos unidimensionales, mutiladores y fragmentarios, mientras que los problemas son fundamentales y globales. ¿Pero cómo reformar los espíritus si no reformamos la enseñanza y las instituciones? Pero entonces: ¿cómo reformar las instituciones sin reformar los espíritus?, hay aquí una suerte de círculo vicioso, pero uno no sabe que las grandes reformas comienzan siempre por la decisión de un pequeño conjunto de espíritus, de crear una nueva institución, de nuevas experiencias en las diferentes etapas de la educación primaria, secundaria y universitaria. La universidad por ejemplo ha estado organizada por el modelo medieval

hasta el Siglo XVIII. La primera universidad moderna fundada sobre las disciplinas, ha sido creada al inicio del Siglo XIX en un estado periférico, Prusia, y es este modelo el que más se ha difundido.

Hoy, es necesario inventar un nuevo modelo para esta época que exige otro modo de pensamiento para responder a los actuales cambios. Del mismo modo, la reforma de la escuela primaria debería comenzar por la reforma de la enseñanza, la cual debería partir de las interrogantes fundamentales: ¿qué somos nosotros? ¿de dónde venimos? ¿hacia dónde vamos? Que requieren para su respuesta la articulación de conocimientos provenientes de muchas disciplinas.

Si bien las necesidades y las posibilidades de reforma están a la vista, nada se hará sin una fuerte decisión que conlleve a apartarse o desviarse del sistema actual, en donde cualquier posibilidad de cambio es minoritaria.

**N.V.G.:** *¿ A qué otros déficits se enfrenta hoy en día el pensamiento complejo?*

**E.M.:** Los déficits son los que siempre separan cuando concebimos las cosas. Hay unos que conciben la unidad y no introducen la diversidad en el seno de la unidad. Y otros que conciben la diversidad sin ver la unidad de esa diversidad. En el ámbito de lo humano, hay aquellos que ven la unidad del hombre y consideran la diversidad de las culturas, donde los individuos son un fenómeno secundario y están aquellos que ven la diversidad de las culturas y los espíritus, pero piensan que la unidad del hombre es una abstracción. Ahora bien, es preciso pensar lo uno en lo múltiple. Esta es una necesidad del espíritu mismo, que ha sido pensada por los grandes espíritus como Heráclito, Leibniz (...). Aquellos que hoy están pensando los problemas del género humano, necesitan pensar a la vez la unidad humana y su diversidad.

En suma, es necesario siempre asociar el conjunto de las nociones que parecen oponerse y que parecen antinómicas las unas de las otras, y a veces optamos por una alternativa mutiladora. El

pensamiento complejo debe jugar su rol, que yo denomino “dialógico”.

**N.V.G.:** *La enseñanza actual no permite comprender los problemas concernientes a la complejidad y también se considera que el entendimiento se encuentra en una crisis de paradigmas. ¿Es justamente en estas problemáticas que el pensamiento complejo aporta una nueva forma de pensar?*

**E.M.:** La enseñanza clásica conduce a la disjunción el pensamiento complejo conduce a la conjunción, o sea, es distinguir y “religar”, mientras que la función propia de todos los pensamientos simplificadores es reducir y distinguir. El pensamiento complejo es entonces un método que ayuda a evitar las cegueras, los reduccionismos, las concepciones unilaterales, los dogmatismos en todos los órdenes de la vida. Es un pensamiento que invita a la comprensión, y combate los maniqueísmos.

Si se parte de que un individuo es complejo, este no podrá reducirse a uno de sus rasgos. Si uno trata de criminal a una persona que una vez en su vida cometió un crimen, se reducen todos los aspectos de su vida y de su persona a ese crimen, decía Hegel. La complejidad permite y estimula la comprensión humana. Nuestro mundo estalla de incompreensión, y no solamente entre etnias diferentes, sino entre las parejas, los parientes, los niños.

La incompreensión se revela mucho más cuando los códigos religiosos, morales, sociales se debilitan y los individuos tienen que apelar a su propia reflexión e intersubjetividad para atravesar los lazos que los trascienden. Nosotros estamos habituados a vivir en la incompreensión del otro ¿por qué?, parece que uno esta habituado a conocer al otro por auto justificaciones de sí, y por reducciones del otro a rasgos que uno juzga negativos, uno está en malos términos consigo mismo.

Instaurar la comprensión es una tarea fundamental para un nuevo humanismo. El pensamiento complejo debe comprender al otro. No reduce jamás al otro a un solo rasgo de carácter. El

trabajo de comprensión es un esfuerzo ético que es preciso hacer en cada caso.

**N.V.G.:** *¿Cuáles son las fuentes del pensamiento complejo desde el punto de vista epistemológico?*

**E.M.:** Ellas son de varias órdenes. El pensamiento complejo está estimulado por la crisis del determinismo, del reduccionismo, del materialismo y de la causalidad lineal en las ciencias. Para superar esta crisis estamos obligados a “religar” dos nociones a veces opuestas, como el caso de la onda y del corpúsculo, para la física cuántica. La crisis del científicismo es reveladora, en el sentido de una crisis del saber, ¿cuál es el saber pertinente? Por ejemplo, tomemos la oposición entre dogma y teoría. Yo digo que una teoría puede petrificarse, se cierra y deviene un dogma, o ella puede ser abierta y aceptar el principio de su propia *logodegradación*. Esta idea surge de mi lectura de Popper que define las teorías científicas como las teorías que aceptan el principio de su mortalidad si son refutadas, por lo tanto no son una verdad definitiva. La diferencia entre Popper y mi persona es que yo transfiero la oposición entre dogma y teoría a todos los dominios y, no solamente como él, que opone lo científico a lo no científico.

También la literatura es fuente del pensamiento complejo. Los grandes escritores, que describen un universo en su totalidad, que describen a los individuos a través de sus pasiones, son complejos, los describen en un medio social, político e histórico, como por ejemplo los escritos de Dostoievski, Tolstoi, Balzac, Proust, Faulkner y García Márquez.

El lazo que yo encuentro esencial relacionado al pensamiento complejo es lo cognitivo y lo ético. “Trabajar para pensar bien, ahí está la fuente de la moral”, decía Pascal. ¿Qué queremos decir con esto, que uno encuentra la moral en el conocimiento? Evidentemente, hay un salto entre el acto cognitivo y el acto ético. Pascal decía que si la ética no es secundada por un esfuerzo de bien pen-

sar ella se extravía. Tomemos por ejemplo el imperativo kantiano de la moral donde lo importante es la intención y no las vicisitudes del acto. Ahora bien, la ecología de la acción nos muestra que un acto de intención moral noble puede ser pervertido por las condiciones sociales, políticas y o económicas que están interviniendo. Todos los problemas de las inseguridades de la acción ética se revelan aquí; uno no está siempre seguro que la buena intención llegue a buen término o que la mala intención termine en fracaso. Uno cae en la cuenta, por consiguiente, que la cuestión ética es frecuentemente la elección entre dos deberes opuestos y que necesitan una reflexión compleja y una decisión plural. La cuestión ética no es una elección aislada entre nuestras intenciones y nuestras decisiones, entre sí y sí mismo. Ella necesita un pensamiento de solidaridad. Y es natural que uno lo encuentre en el pensamiento complejo.

**N.V.G.:** *Volviendo a la atención que hay en América Latina sobre sus obras, ¿piensa usted que podría surgir de los países latinos un ejemplo de reflexión sobre la complejidad?*

**E.M.:** Los países latinos son un hervidero de culturas vivientes, que abren un espacio de esperanza y de futuro para Europa. Existe una gran vitalidad cultural que comienza a producir una conciencia de sí misma. En literatura, por ejemplo, los escritores de esos países comienzan a ser conocidos y traducidos en París. En política es necesario volver a tomar las palabras de Bolívar para encontrar otra unión distinta a la unión económica, la idea de una unión, de una confederación latinoamericana está en camino, pues esos países tienen el mismo origen y la misma lengua. Los países de América Latina viven, cada uno a su manera, las tragedias y las riquezas de la complejidad siendo ésta última, la unión de la diversidad y de la unidad, la belleza creativa de reencuentros y de mestizajes en todos los dominios. La tragedia de la complejidad es la amplificación de los antagonismos hasta tornarse destructivos. Como us-

ted sabe la democracia es un régimen complejo que se nutre de antagonismos de ideas, de intereses, pero que es capaz de regularse pacíficamente a través de debates y de los acuerdos productivos.

En América Latina, el gran problema actual es que los antagonismos que la desgarran pueden devenir productivos. Así los grandes antagonismos de nuestro planeta entre Norte y Sur, entre Este y Oeste, entre ricos y pobres, entre desarrollados y subdesarrollados, están presentes y activos en América Latina. Ciertos países como es el caso de Colombia, viven a la temperatura de su propia destrucción. Pero nosotros sabemos que las fuerzas de la vida y de la creación pueden utilizar los procesos de destrucción para alimentar los procesos de regeneración.

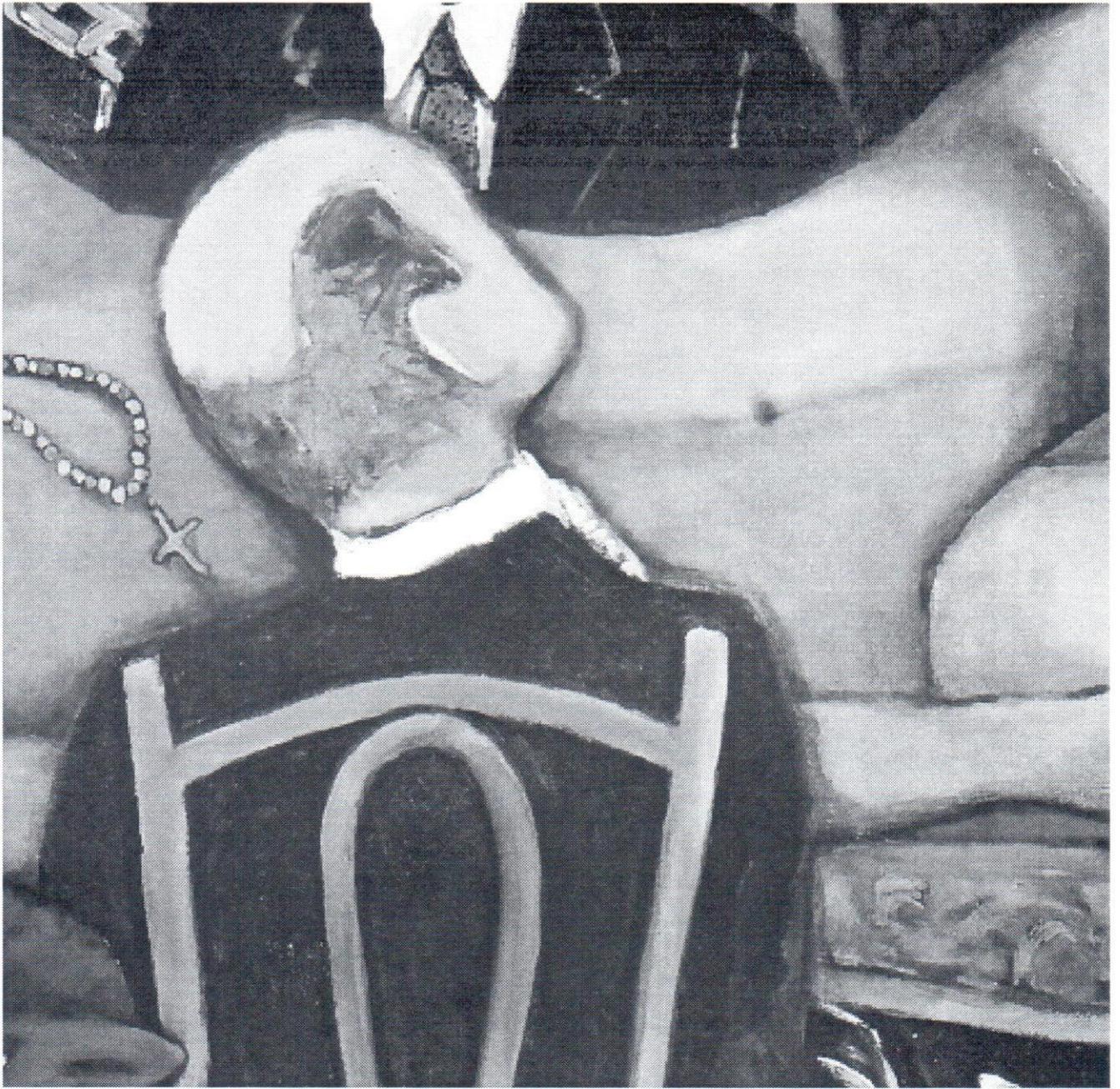
Yo creo y espero que una nueva conciencia latinoamericana emerja de esta situación única, que con la experiencia del Sur, la técnica del Norte, con los aportes de las culturas europeas, las sabidurías asiáticas y con la propia complejidad latinoamericana ellas podrían generar el renacimiento de un nuevo impulso creador, una mezcla de renacimiento cultural e intelectual que ella aportaría al mundo, como lo han hecho en los Siglos XV y XVI las ciudades de Toscana, que han producido el renacimiento europeo.

Yo espero que el Congreso cristalice la afirmación de un pensamiento meridional capaz de universalizarse, como lo han hecho los pensamientos mediterráneos de Atenas y de Roma, un pensamiento abierto capaz de integrar todos los aportes exteriores, para que la finalidad de su esfuerzo histórico, en la medida que lo humano, sea no cuantitativo, sino cualitativo, es decir calidad de la vida.

El pensamiento meridional debe ser capaz de integrar en una racionalidad más abierta - racionalidad compleja - justamente, la racionalidad tecno-cuantitativa del Norte. Ella debe ser la mensajera de las necesidades y las aspiraciones de los oprimidos y de los excluidos, sin olvidar las minorías étnicas amenazadas de extinción y desintegración cultural. Esas son las voces de la sensibili-

dad humana, del sufrimiento, de las desgracias humanas, que ella debe ser capaz de hacer escuchar en lugar de silenciar.

Este es un pensamiento joven que contiene en él el ardor y la revuelta contra el mal, y al mismo tiempo un pensamiento adulto que no promete ningún paraíso sobre la tierra. Un pensamiento que trabajará por un mundo mejor, sin caer en la ilusión de creer en el mejor de los mundos.



**POEMA**

---

# BUCÓLICA

**Luís Carlos Guimarães**

*Entre ovelhas, imagino o pastor  
de uma tela de Thomé Filgueira.  
O cajado à mão, começa seu labor*

*à hora de acordar passarinho  
Com os animais de Deus à dianteira,  
seguem a passo lento por caminho*

*de areia e pedra. Em alinhado o rebanho,  
que atende à sua voz tangerina,  
lembra cena antiga, estampa d'antanho.*

*E bebem sua sede de passagem  
por um riacho, enquanto a crina  
de uma nuvem passa em viagem*

*levada pelo vento. Depois, à sombra  
de uma árvore param em descanso  
e pascem as ovelhas na alfombra*

*da pastagem. Ao longe na lonjura,  
gaivota sobre o mar em remanso  
flecha o azul. Vem do céu a doçura*

*da tarde. Invisível flauta improvisa  
melodia campestre ao entardecer.  
A passo lento e tocado pela brisa*

*que espera a noite, vai sem risco  
de perder-se no regresso a tanger  
suas ovelhas de volta ao aprisco.*



**RESENHAS**

---

## Clame! Chame! Chame o ladrão!\*

PARANHOS, Adalberto. *O Roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo – SP: Boitempo Editorial, 1999. 231 p. (Coleção “Mundo do Trabalho”).

Guilherme Cavalheiro – UFRN

Agradável e polêmico é o mínimo que se pode dizer do livro “O Roubo da Fala – origens da ideologia do trabalhismo no Brasil”, escrito por Adalberto Paranhos e editado pela Boitempo em 1999. Tais atributos fizeram-me não resistir à tentação e titular esta resenha ao seu estilo, cheio de passagens que ilustram musicalmente o seu relato histórico. Logo em seu início, a industrialização brasileira dos anos 30 é apresentada através da música de Noel Rosa... Vejamos o que nos diz Adalberto, para entender, depois, por que chamamos o ladrão.

O livro trata das origens da ideologia do trabalhismo no Brasil e, com tal objetivo, abrange os anos de 1937-45, particularmente 1942-43, quando Getúlio Vargas exercia o poder de forma ditatorial, sob o Estado Novo. O seu objeto de pesquisa é construído a partir de um variado conjunto de textos de personalidades políticas da época. Num primeiro plano de sua análise, privilegiou as falas e escritos de Azevedo Amaral, Cassiano Ricardo, Francisco Campos, Marcondes Filho e Segadas Vianna, seguidos, longinquamente, por Lindolfo Collor e o próprio Getúlio Vargas. Mais distantemente, encontram-se João Daudt d’Oliveira, Monte Arrais, Roberto Simonsen e Salgado Filho. Apenas mencionados, encontram-se Almir de Andrade, Agamenon Magalhães e Waldemar Falcão.

A partir da análise destas personalidades, Paranhos agrega suas manifestações, formando um conjunto homogêneo, para destacar tanto os argumentos centrais como os secundários. Deste modo,

considera que a ideologia do trabalhismo realiza a seguinte operação: ela cria e desenvolve o mito de que os direitos sociais implementados pelo Estado naqueles anos foram outorgados por Getúlio Vargas, cobrando dos trabalhadores disciplina e fidelidade ao governo, forma de sua gratidão ao “grande líder”.<sup>1</sup> Ademais, Paranhos mostra ao leitor como outros mitos, “de apoio”, como o “grande líder”, o “Estado Autoritário” e o “Estado Providência”, auxiliam o regime estadonovista na sua busca de legitimidade.

Em sua crítica à ideologia do trabalhismo, Paranhos defende a tese central de seu livro, e que lhe inspira o título, de que a imagem de gratidão pela outorga, sendo ideologia e não realidade, rouba dos trabalhadores a sua verdadeira fala. Esta não seria a fala do “muito obrigado”, mas a voz das greves e das lutas que arrancaram seus direitos de Vargas. Esta troca historicamente ilícita, Paranhos se propõe reparar mobilizando (1) a existência de contradições internas aos documentos analisados, (2) o seu questionamento teórico através da literatura crítica aos conceitos de mito e ideologia e (3) o seu contraste com os fatos históricos que negam a passividade dos trabalhadores e as boas intenções de Vargas.

Somente a definição da ideologia do trabalhismo realizada pelo autor, a partir de inúmeros trechos de pronunciamentos oriundos de diferentes autores, torna “O Roubo da Fala” indispensável para todos aqueles que se interessam pela luta dos trabalhadores sob a “Era Vargas” e, em especial, sob o Estado Novo. No entanto, o livro nos brinda com

\* Na música “Acorda Amor”, composta por Chico Buarque em 1974, sob o pseudônimo Julinho da Adelaide, o “personagem central”, acordado na madrugada por um pesadelo, que é a polícia, clama, atônito, ajuda do ladrão. In: [www.chicobuarque.com.br](http://www.chicobuarque.com.br)

<sup>1</sup> p. 167 e 173.

outras qualidades. Cuidadoso e preciso no manuseio de suas inspirações teóricas, Paranhos delimita, num espaço repleto de fontes aparentemente incompatíveis, um eclético ponto de partida para sua análise. Nele encontramos Bakhtin e Barthes, Canetti e Castoriadis, Ginzburg e Gramsci, entre muitos outros, repensados criativamente na difícil tarefa de se definir o conceito de ideologia, o que merece a atenção de qualquer pesquisador interessado por este conceito. Quanto à história do período, deve-se destacar que o autor debate intensamente a literatura sobre o tema, dividindo com parcimônia os elementos considerados positivos e equivocados, sempre incorporando os primeiros e rebatendo os segundos, mesmo que, às vezes, estejam dentro de um mesmo autor.

Por fim, há de se elogiar a fluência de seu texto que, se não é de um escritor profissional, muito dele se aproxima com a elegância de seu ritmo e fluidez, características cada vez mais raras nos textos de origem acadêmica. Mas a proximidade de sua narrativa com o gênero literário não se faz apenas pela forma mas, igualmente, pelo seu conteúdo. Paranhos, como foi dito no início desta resenha, parece ser capaz de musicar qualquer argumento, sempre rememorando letras consagradas da música popular brasileira, descrevendo acontecimentos de seus mais ilustres compositores e intérpretes. O uso que faz da música, seja da letra, seja de sua história, na confecção de cenários por onde transita sua narrativa também nos serviu de metáfora para indicarmos o que é passível de crítica em seu livro. Se estivéssemos ouvindo uma composição de Paranhos, diríamos que algum desafino, não pequeno, machuca-nos o ouvido e que este mal-estar é acentuado pelo lugar que ocupamos entre os ouvintes deste hipotético auditório.

Em primeiro lugar, vejamos o que nos pareceu desafinar e pensar, tal como Julinho da Adelaide, em chamar o ladrão... Deve-se destacar o fato de que Getúlio Vargas só foi abordado, como tema secundário, como o personagem da ideologia que o manipulava enquanto mera alegoria no desenho do grande líder. Estamos cientes, desta forma, que não cobramos de Paranhos o que ele não se propôs, ou seja, avaliar o papel histórico de Vargas frente às classes dominadas. Todavia, se os ideólogos pesquisados são os responsáveis diretos pela deformação

da história, pelo “roubo da fala”, Vargas acaba sendo o principal herdeiro da pesquisa de Paranhos, uma vez que todas as evidências apresentadas pelo autor o indicam não só como beneficiário no poder da ideologia que o legitima mas, fundamentalmente, como “mandante do crime”. Uma vez socorridos os trabalhadores, e isto Paranhos fez brilhantemente, é preciso ser questionado uma das conseqüências de seu livro, invertendo-se o saldo negativo que se impôs a Vargas. E este nosso interesse não é movido pelo fato de Vargas ser enfocado exclusivamente no papel de ditador, não sendo vistos os anos em que foi liderança insurreta e presidente democraticamente eleito, mas pelo que consideramos insuficiente na análise feita pelo autor.

Vejamos a avaliação de Paranhos ao se deter na ideologia do trabalhismo: não a cotejou sistematicamente em sua contrapartida objetiva, porém nas ações concretas e positivas de Vargas em seu atendimento às reivindicações que lhe foram feitas. Conseqüentemente, se a ideologia abafou a voz de protesto dos trabalhadores, a análise do fenômeno ideológico acabou por tomar os feitos de Vargas majoritariamente na forma de seu exagero propagandista, negligenciando a existência real de um incipiente Estado providência, fundamental para a eficácia dos discursos analisados. Assim, Paranhos acaba por substituir o mito do bom chefe, que outorga, por uma avaliação igualmente inverídica, onde só os trabalhadores seriam autores de sua história, criadores das conquistas sociais daquele período. O que deveria ser acrescentado, em sua crítica à ideologia oficial, é que, havendo concessões e não outorga, houve, no mínimo, uma co-autoria entre o movimento operário-popular e Vargas no estabelecimento daquelas conquistas. Segundo o próprio autor, comentando os gastos dispensados aos programas de bem-estar, a partir de 1942, “os mitos, afinal, não se nutrem só de palavras”.<sup>2</sup> Aqui, não havendo espaço para um exame mais detido acerca das causas desta insuficiência, indicaríamos, enquanto nossa suspeita, que, talvez, a riqueza de inspirações

<sup>2</sup> p. 139.

teóricas, de que se valeu o autor, se lhe propiciou uma análise multifacetada das entranhas do discurso trabalhista, e lhe tomou a visão de parte substancial do contexto objetivo que o alimentava.

Em segundo lugar, a metáfora do auditório, que acentua o desafinado acima descrito, serviu-nos para refletir um pouco sobre a distância existente entre a realização da pesquisa e seu impacto entre os leitores. Na atualidade, quando vemos a Constituição de 1988 ser revisada em todos os sentidos, na prática, pelo Congresso Nacional, e, na teoria, por novos ideólogos deformadores, encontrando-se em ambos a convergência crítica de que, em seus artigos relativos às garantias sociais, houve um retrocesso político e econômico, ressurreição da “Era Vargas”, perspectiva associada aos trabalhadores, que seria obrigada, em alguma medida, a colocar-se favoravelmente em relação àquela quadra histórica. Ao leitor, identificado politicamente com as classes dominadas no Brasil, e que sofre, por este motivo, a pressão neoliberal por todos os lados, torna-se desarmonioso com o presente o direcionamento do trabalho de Paranhos. Neste sentido, é elucidativa a revelação do autor.

*“Ao me sentir atraído pela pesquisa em torno dos mitos forjados pela ideologia do trabalhismo, fui movido por propósitos políticos que me diziam que nós, trabalhadores, precisamos aprender a nos defendermos de nossos ‘defensores’ ”.*<sup>3</sup>

Afinal, perguntam-se os leitores, lá no fundo do auditório, estaríamos em tempo de nos defender de nossos “defensores”, mesmo que comprovadamente sua ação apenas atendeu às nossas reivindicações?

Talvez as motivações de Paranhos possam ser compreendidas se ele, como intérprete, for inserido historicamente. Parece-nos que, para o bem e para o mal, o autor traz de volta as temáticas amplamente desenvolvidas pelos cientistas sociais e historiadores em fins dos anos 70, que pleiteavam, em seu afã crítico do populismo, indicar novos caminhos para os movimentos sociais que surgiam a partir da crise da ditadura e que, de alguma forma, desaguiariam no Partido dos Trabalhadores.

Descobrimos e defendendo a “autonomia” dos movimentos operário e popular, a extensa literatura que se forjou nestes anos intitulava a tudo e a todos com o prefixo “novo”, sempre os comparando ao passado populista e “pecebista”, responsáveis, em diferentes medidas, pelo malogro de 1964. Eram tempos de empolgação e otimismo, de alta dos movimentos de massa, de esperanças com o socialismo. Nossa sensação é que somente a conjuntura de fins dos anos 70, quando não tínhamos limite para nossos sonhos e sequer imaginávamos como seriam terríveis os anos do Consenso de Washington, pode explicar a equivocada conclusão de que a ideologia do trabalhismo foi, exclusivamente, falsificação da história, pois somente aquele otimismo faria esquecer como havíamos sido “felizes”, ao lado de quem soube conceder, na busca de um consenso nacional-desenvolvimentista, ao lado, quem diria, daquele saudoso ladrão.

A crítica de Paranhos nos remonta àqueles bons tempos, tempos de se criticar o mito do “Estado providência”, enquanto outorga de Vargas, e de se desejar um Estado socialista. Mas entre o tempo da interpretação e o tempo de nossa leitura, muita coisa aconteceu e a crítica ao roubo da fala, mantém o seu vigor na defesa da vítima, e acentua o seu mal-estar ao lembrá-la que o ladrão daqueles tempos é preferível à “polícia” neoliberal de hoje.

<sup>3</sup> p. 207.

## A (im)pertinência da velha dicotomia: direita x esquerda

SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2000.

**José Antonio Spinelli – UFRN**

Em seu livro recentemente publicado, *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*, o cientista político e jornalista André Singer aposta na força da ideologia como elemento estratégico das disputas democráticas. Não deixa de ser uma atitude de coragem intelectual, sobretudo quando se sabe do prestígio acadêmico e jornalístico desfrutado pelas freqüentes e reiteradas proclamações da morte das ideologias que, de tempos em tempos, assaltam as publicações científicas e as colunas culturais da grande imprensa. Apesar do caráter polêmico do assunto, o autor adota um estilo marcado pela sobriedade e constrói de forma metódica uma sólida linha de argumentação em favor de sua tese.

Nos anos 50 e início dos 60, a Escola de Michigan havia proclamado o fim da ideologia no campo das disputas eleitorais. Os teóricos de Michigan faziam estreita correlação entre voto ideológico e voto estruturado (o voto cognitivamente articulado), concluindo pelo caráter afetivo e psicológico do voto do eleitor de massa, distanciado de preocupações programáticas ou ideológicas. Apoiados em modernas técnicas de pesquisa de campo, os teóricos da Escola de Michigan pareciam dar um golpe mortal na teoria sociológica tradicional, em particular aquela que se expressava na versão clássica de Seymour M. Lipset, segundo a qual o voto seria determinado por condicionantes de classe.

Mesmo a identificação partidária, reconhecida pelos teóricos de Michigan, no caso americano, como importante elemento estruturador do voto, era explicada por influências familiares sofridas pelo indivíduo em seus anos de formação. Estavam descartadas, assim, determinantes da situação de classe ou da ideologia, que só afetavam uma minoria pouco significativa do eleitorado.

De acordo com Singer, a aceitação dos postulados de Michigan conduz ao irracionalismo, uma vez que a identidade partidária seria desprovida de conteúdo, sujeita, portanto, à manipulação emocional. Isso teria levado alguns autores a procurar fundamentos mais sólidos para a democracia.

Apesar disso, as críticas da corrente da Escola de Michigan (psicossociologia), haviam demonstrado o caráter desestruturado (em seus aspectos cognitivos) do pensamento do eleitor de massa. Estudos posteriores, realizados a partir dos anos 60, propiciaram a reelaboração do conceito de ideologia, de modo a incorporar a noção de foco ideológico fraco, ou imagem ideológica (Sartori), chegando-se à concepção de “sentimento ideológico”, que não requer forte estruturação cognitiva, ou sofisticação conceptual por parte do eleitor, mas assinala a adesão do mesmo ao contínuo esquerda-direita ou liberal-conservador, funcionando como sensor que economiza informação (dispensando o eleitor comum de fazer intrincada análise de programas partidários) e lhe subministra orientação para definir seu voto.

Singer incorpora a idéia de Sartori, segundo a qual as noções de esquerda e direita são “caixas vazias”, de conteúdo “recarregável”, o que lhe permite também aceitar a sugestão (de Ronald Inglehart) de uma relativa desconexão entre ideologia e pertinência de classe. Dessa forma, embora o autor não levante a questão, poder-se-ia dizer que os novos movimentos sociais, com sua problemática “expressiva”, distinta da “objetividade” da luta de classes, podem ser incorporados à dinâmica do conflito ideológico, compreendido em sua versão “fraca”.

Singer chama atenção para o fato de que pesquisas realizadas nos Estados Unidos e Europa, e também no Brasil, embora em menor escala, demonstraram que o eleitor comum é realmente capaz de definir sua própria posição ideológica e identificar a situação dos partidos no espectro esquerda-direita, passando por várias gradações. Essa capacidade do eleitor comum demonstraria que a divisão ideológica própria ao campo da política democrática foi internalizada em larga medida pelo mesmo, que a traduziu em seus próprios termos, na forma de um “sentimento ideológico” conectado à sua visão de mundo.

A autolocalização do eleitor no espectro esquerda-direita não significa que ele tenha visão cognitivamente estruturada dessa divisão ideológica, nem que saiba verbalizar coerentemente tal compreensão; no entanto, ela seria o mais importante instrumento à sua disposição para definir as suas opções eleitorais.

Neste sentido Singer observa que enquanto a literatura internacional tem revalorizado a ideologia, os estudiosos brasileiros têm caminhado na direção oposta, sofrendo profunda influência da Escola de Michigan, que “ênfatiza a desestruturação cognitiva do eleitorado” (p. 39). Nos últimos anos, porém, alguns *surveys* e pesquisas em nosso país, têm abordado esse importante aspecto, embora ele realce a novidade de sua própria abordagem, que trabalha explicitamente essa variável.

Utilizando os resultados de *surveys* realizados em 1989 e 1993 pelo consórcio CEDEC/USP/DataFolha e cruzando-os com os resultados das eleições de 1989 e 1994, o autor dedica-se a questionar alguns mitos que compõem o senso comum acerca do comportamento do eleitor médio brasileiro.

Um desses mitos diz respeito ao caráter volátil do nosso comportamento eleitoral; apoiado em dados das eleições presidenciais de 1989 e 1994, e das eleições estaduais paulistas de 1990, Singer procura demonstrar que o eleitor tem mantido a coerência ideológica em suas opções, apesar da instabilidade do quadro partidário.

A análise das eleições de 1994 é particularmente interessante, pois segundo muitos intérpretes, tanto no meio acadêmico como jornalístico, naquelas eleições a economia teria suplantado a ideologia, a qual parecia ter sido muito forte nas

eleições de 1989, em que um candidato de esquerda (Lula) e outro de direita (Collor) se defrontaram abertamente. Ao contrário disso, nas eleições de 1994, o sucesso recente do plano econômico do ministro da fazenda teria relegado as posições ideológicas a um plano secundário.

O autor defende uma tese interessante: não foi o desempenho do Plano Real considerado isoladamente, o principal indutor do voto; quer dizer, não foi a estabilidade financeira o principal dado que possibilitou o êxito eleitoral de F. H. Cardoso, mas, sobretudo, a expectativa de reformas sociais, de redistribuição de renda, que o eleitor projetava, vindo em FHC mais condições para realizá-las que em Lula.

Argumentando de forma engenhosa, o autor procura demonstrar que o principal efeito do Plano Real foi criar uma expectativa de estabilidade futura, algo que Francisco de Oliveira expressou com a idéia de “mudança social regressiva”. Nesse sentido, diria Singer, o voto em 1994 foi prospectivo. Que relação tem isso com a ideologia? É que, segundo ele, o voto prospectivo implica numa avaliação ideológica por parte do eleitor. Em suma, o voto prospectivo (aquele que é dado tendo em vista expectativas futuras) não apaga, pelo contrário, acentua o alinhamento (sobretudo ideológico) do eleitor.

Continuando em sua análise e utilizando dados da pesquisa *Tipologia do Voto Paulista*, o autor afirma que se indicadores tradicionais como renda e escolaridade não foram bons preditores do voto em 1994, a identidade partidária e a identificação ideológica tiveram influência determinante, ao lado da satisfação com o plano econômico. A propósito da identidade partidária, ele faz a importante ressalva de que os eleitores que têm opção partidária clara são um subconjunto dos eleitores com identificação ideológica.

A partir daí faz uma importante pergunta: a satisfação com o real independeu da ideologia na determinação do voto? Examinando os dados, ele conclui que os dois fatores - satisfação com o plano econômico e identificação ideológica - atuaram de forma relativamente independente. No entanto, o alcance da satisfação com o Real na

determinação do voto estava relacionado à auto-localização do eleitor na escala do espectro ideológico; assim, enquanto para os eleitores de esquerda a satisfação com o plano foi suplantada pela identificação ideológica, para os eleitores do centro ideologia e economia se equilibraram, e para os eleitores de direita a influência do Plano foi mais determinante.

Nessa medida pode-se concluir que importantes fatores conjunturais - na eleição de 1994, o Plano Real - podem decidir uma eleição. No entanto, duas ressalvas importantes devem ser feitas: 1) esses fatores não apagam alinhamentos prévios, que continuam a ser preditores importantes do voto; 2) a própria forma como esses fatores atuam combina-se com aqueles alinhamentos prévios, sendo sobredeterminados por eles.

Um outro aspecto instigante que o autor desenvolve é o que diz respeito ao tema da igualdade, que a literatura consagrou como divisor de águas entre esquerda e direita. Aqui mesmo no Brasil, Antônio Flávio Pierucci conduziu uma série de estudos entre eleitores de Jânio e Maluf na cidade de São Paulo que confirmam a centralidade do tema para explicar a clivagem ideológica do eleitorado. Singer contesta tal centralidade, levantando dois argumentos: 1) a nossa desigualdade social é tão grande que produz, na consciência social, uma repulsa generalizada; 2) o eleitor brasileiro pobre vota em geral com a direita.

Se o igualitarismo não é divisor de águas entre esquerda e direita no Brasil, a forma de ser igualitário é distinta: enquanto o eleitor brasileiro de direita reivindica a mão visível do Estado para promover mudanças sociais que combatam a desigualdade social, o nosso eleitor de esquerda desconfia da tutela do Estado e aposta na mobilização social e na capacidade de transformação dos movimentos sociais organizados.

É surpreendente que o eleitorado de direita manifeste tal apreço pelas virtudes do Estado em resolver os problemas sociais, o que talvez explique porque os partidos mais tradicionais da direita (PFL e PPB) têm mais dificuldades em apoiar as medidas liberalizantes do governo, enquanto o PSDB, um partido de centro (o eleitorado de

centro é mais liberal), tem mais desenvoltura em adotar medidas antiestatistas e promover o desmonte dos direitos sociais.

O eleitor que vota na direita quer mudanças através do Estado, para preservar a ordem, acentuando a autoridade estatal e apoiando seu direito de reprimir os movimentos sociais; o eleitor de esquerda contesta a autoridade do Estado, preferindo correr o risco da instabilidade.

Segundo o autor, a clivagem ideológica é mais forte justamente quando se trata da imposição dos aparatos repressivos da sociedade política - é aqui que a direita mais afasta-se da esquerda. A direita, em geral, apoia a autoridade do Estado e o exercício dessa autoridade sobre as instituições sociais.

No que diz respeito à democracia há também uma forte clivagem entre esquerda e direita: a esquerda e o centro são mais democráticos que a direita, embora os dois extremos sejam menos democráticos que o centro. Segundo o autor, o sistema de crenças do público de direita enfatiza a idéia do Estado forte para realizar as mudanças igualitárias almejadas.

Certamente, as questões levantadas pelo estudo de André Singer podem suscitar uma intensa polêmica e requerem pesquisas mais amplas para o seu aprofundamento. Não há dúvida, porém, que tais questões estão a cobrar de nossos cientistas políticos e sociais mais estudo e reflexão do que lhe tem sido tradicionalmente consagrado.



**RESUMOS DE DISSERTAÇÕES**

---

**AGUIAR**, Eunísia Segunda de. *A renovação carismática católica: mudanças e conseqüências*. 128 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFRN. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Natal/RN, 2000. Orientadora: Profa. Dra. Vânia de Vasconcelos Gico.

## RESUMO

Estuda-se o processo de renovação da Igreja Católica, acompanhando as transformações ocorridas na atuação da igreja nas últimas décadas, a partir do Movimento de Renovação Carismática Católica. Discute-se o comportamento desse grupo através de estudo teórico-empírico, enfocando o comportamento das reformas adotadas pela Igreja Católica, após o Concílio Vaticano II. Utiliza-se abordagens das formulações teóricas sobre a história da Igreja, no Brasil, no período pós-conciliar, com ênfase nos movimentos eclesiais. Foi realizada uma análise que inclui três momentos: o primeiro, corresponde à fase do surgimento e desenvolvimento deste movimento; o segundo, compreende a implementação/expansão e as determinações que levaram às possíveis reformulações, e o terceiro, refere-se à verificação empírica da questão.

## ABSTRACT

This is the study of the renovation process of the Catholic Church, following the transformations that have occurred in the performance of the church during the last few decades, taking as a starting point, the Charismatic Catholic Renovation Movement. The behavior of this group is discussed through a theoretical/empirical study, with a focus on the behavior of the reforms adopted by the Catholic Church after the 2<sup>nd</sup> Vatican Council. The approach to this study makes use of theoretical formulas about the history of the church in Brazil, during the post-council period, with an emphasis on ecclesiastic movements. An analysis was made of three time periods: The first is related to the time this movement appeared and developed, the second involves a phase of implementation and expansion and the decisions that lead to possible reforms, and the third refers to the empirical verification of the question.

**ARAÚJO**, Joaquim Pinheiro. *Em busca de identidade e representação: a trajetória dos assalariados rurais do polo fruticultor do Rio Grande do Norte*. 141 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFRN. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Natal/RN, 1999. Orientador: Prof. Dr. Aldenor Gomes da Silva.

## RESUMO

Discute-se a produção de frutas no Pólo de Fruticultura Açu/Mossoró, no Rio Grande do Norte. Visto como um “foco de competitividade”, esse Pólo vem assumindo uma crescente relevância econômica para o Estado e o Nordeste, sendo uma fonte importante de geração de emprego e renda para a região. Tendo em vista os impactos negativos causados ao meio ambiente, merece, por parte dos atores envolvidos, maior atenção. A abordagem está centrada na categoria dos assalariados rurais, nas relações de trabalho existentes no Pólo, nos movimentos e lutas desenvolvidas e na relação desta categoria com o sindicalismo rural. A hipótese, aqui defendida faz duas afirmações: primeira, as representações sindicais ainda não conseguiram compreender e explorar todo o potencial político da categoria; segunda, os assalariados rurais do Pólo de Fruticultura Açu/Mossoró são uma categoria social subjetivamente dividida.

## ABSTRACT

This article discusses the production of fruits in the Fruit Growing Pole of Açu/Mossoró, in Rio Grande do Norte. Seen as a “Focal Point of Competition”, this pole has been taking on a growing economic relevance for the state and for the Northeast, being an important source for the generation of work and income for the region. Having in mind the negative impact on the environment, the authors felt that the subject deserved greater attention. The approach to this study is centered on the category of the rural wage earners, in the relations of work existent in the pole, in the movements and struggles that developed and on the relation of this category with rural labor unionism. The hypothesis defended here makes two affirmations: first, syndicate representations have still been unable to understand or explore the political potential of the category; second, the rural wage earners of the Fruit growing Pole of Açu/Mossoró are a subjectively divided social category.

**ARAÚJO**, Mariza Silva de. *Imagens da Mulher na literatura de Cordel*. 197 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFRN. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Natal/RN, 2000. Orientadora: Profa. Dra. Maria da Conceição Xavier de Almeida.

**FILGUEIRA**, Maria Conceição Maciel. *Dominação política e universidade*. 258 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFRN. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Natal/RN, 1999. Orientador: Prof. Dr. José Willington Germano.

### RESUMO

Discute-se, a partir da Literatura de Cordel, as imagens da mulher. A princípio, estas pareciam dispersas em infinitas partículas: princesas, bruxas, fadas, esposas fiéis, meretrizes, donzelas e adúlteras, revelando uma desordem. Depois, com a sua vazão lenta constituiu-se em um nível organizador e, nesse sentido, a Literatura de Cordel tornou-se fonte privilegiada de estudo, permitindo somar conhecimentos da História, da Antropologia, da Filosofia e da Psicanálise, respaldados em Jacques Le Goff, George Balandier, Gaston Bachelard e Carl Gustav Jung.

### ABSTRACT

A discussion takes place on the Image of Woman in the Literature of Cordel (literature of popular culture in Northeastern Brazil). At first, these images appeared to be dispersed in infinite particles: princesses, witches, fairies, faithful wives, prostitutes, virginal maidens and adulteresses, revealing a lack of organization. Later, through a slow letting out process it turns into an organizing level and, in this sense, the literature of Cordel becomes a privileged source of study, permitting us to add up knowledge of history, anthropology, philosophy, and psychoanalysis, as supported in the writing of Jacques Le Goff, George Balandier, Gaston Bachelard and Carl Gustav Jung.

### RESUMO

Discute-se a utilização política da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN, no que diz respeito à extensão, por parte de “democratas-autoritários”, no período de 1987-1993. Eles, ao assumirem a direção da Universidade, derrotando os Rosados que vinham exercendo um total domínio sobre essa Instituição de Ensino Superior – IES, de 1973-85, acabam por colocar em prática justamente o que era objeto de crítica: o uso político da Universidade, através, sobretudo, de projetos, principalmente os desenvolvidos pelo “Projeto Suburbão”, diante da sua utilização como instrumento político eleitoral.

### ABSTRACT

A discussion is made of the misuse of politics by the Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (State University of Rio Grande do Norte in Brazil) – UERN, concerning the extension programs on the part of authoritarian-democrats, during the period of 1987 – 1993. Upon assuming the direction of the university, after having defeated the Rosados who had been exercising total dominance on this institution of higher learning – IES, from 1973 – 1985, they ended up putting into practice exactly what their object of criticism had been: the misuse of politics at the university, mainly through projects, especially those developed by “Projeto Suburbão” (“Suburban Project”), in view of its use as an instrument of election politics.

**FROTA**, Teresa de Lisieux Lopes. *No estuário do Mamanguape: encontro e mergulhos na vida social de comunidades pesqueiras*. 122 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFRN. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Natal/RN, 1999. Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Lina Leão Teixeira

**HACKRADT**, Hermann de Araújo. *Negociações coletivas e a defesa do patrimônio moral, social e intelectual dos trabalhadores: um estudo sobre a categoria de bancários em Natal/RN (1980-1990)*. 122 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFRN. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Natal/RN, 1999. Orientadora: Profa. Dra. Eleonora Tinoco Beaugrand.

## RESUMO

Discute-se comunidades pesqueiras localizadas em área de Proteção Ambiental no Estado da Paraíba. Três comunidades foram selecionadas: Barra de Mamanguape, Lagoa de Praia e Tramataia, locais onde também as mulheres desenvolvem a atividade de “catação de mariscos”, porém, a Vila de Barra de Mamanguape é o núcleo onde, se desenvolveu esse estudo, cujo objetivo principal foi compreender, a partir das relações entre homens e mulheres, as mudanças sociais ocorridas nessas comunidades do litoral paraibano. O caminho teórico-metodológico, a discussão dos papéis sociais vivenciados por pescadores e marisqueiras, o significado das atividades de pesca, assim como as atividades desenvolvidas pelo Projeto Peixe-Boi, junto às comunidades, levaram-me a considerar que tais interações têm contribuído para o reforço de situações de competição, conflito e rivalidade.

## ABSTRACT

The fishing communities located in an Environmental Protection area of the state of Paraíba are the topic of discussion. Three communities have been selected: Barra de Mamanguape, Lagoa de Praia and Tramataia, locations where the women also have developed the occupation of the gathering of mollusk; however, the village of Barra de Mamanguape is the center where this study has been developed, with the primary objective of understanding, by examining the relations between men and women, the social changes that have occurred in these communities on the coast of the state of Paraíba. The theoretical/methodological approach, the discussion of the social roles of those who live on fishing and the gathering of shellfish, the significance of fishing, as well as activities developed by the “Projeto Peixe-Boi” (Project Manatee) in the communities, led me to consider that such interactions have contributed to the reinforcement of situations of competition, conflict and rivalry.

## RESUMO

Estuda-se as negociações coletivas entre os bancários do Rio Grande do Norte e seus patrões na década de 1980/1990. Busca-se entender a fragilização que se abateu sobre a categoria em Natal/RN e a redefinição de novos paradigmas profissionais surgidos pela superação de atividades que sofreram intervenção tecnológica, bem como a efetiva integração entre sindicato e trabalhadores das instituições bancárias públicas e privadas.

## ABSTRACT

This is the study of collective negotiations between bank employees of Rio Grande do Norte and their employers between 1980 and 1990. It is an attempt to understand the weakening of this class of workers in Natal/Rio Grande do Norte and the redefinition of new professional paradigms that have arisen through the making of certain activities obsolete due to the intervention of technology, as well as the effective integration between the syndicate and the employees of public and private banking institutions.

**OLIVEIRA**, Augusto Sérgio de. *As representações sociais do malandro carioca na música de Noel Rosa*. 134 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFRN. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Natal/RN, 1999. Orientador: Prof. Dr. Orlando Pinto de Miranda.

### RESUMO

Discute-se as representações sociais do malandro na música de Noel Rosa. Pretende-se, a partir de uma abordagem analítica contextualizada das músicas de Noel Rosa, que abordam o malandro, reconstruir as representações sociais do malandro carioca da década de 30. Para a realização dos objetivos da pesquisa recorreu-se aos conceitos operacionais das representações sociais e do malandro, bem como a bibliografia geral da temática e as fontes primárias. Constatou-se que as transformações sociopolíticas e econômicas, que estavam ocorrendo no Rio de Janeiro na década de 30 do século vinte, refletiram-se nas representações sociais do malandro.

### ABSTRACT

This work discusses the representations of the scamp in the music of Noel Rosa. To reconstruct the social representations of the carioca scamp in the 1930's it uses as a point of departure an analytical approach contextualized in the music of Noel Rosa that approaches the scamp. To reach the objective of the research, the author applied the operational concepts of the social representations and of the scamp, as well as a general thematic bibliography and primary sources. It was verified that the social, political and economical transformations that were occurring in Rio de Janeiro during the 1930's are reflected in the social representations of the scamp.

**PINTO**, Vera Lúcia Xavier. *A última ceia: por uma diet (ética) polifônica*. 290 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFRN. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Natal/RN, 1999. Orientadora: Profa. Dra. Maria da Conceição Xavier de Almeida.

### RESUMO

Discute-se a alimentação enquanto forma de linguagem, articulando o saber científico e os da tradição a partir das idéias de Claude Lévi-Strauss e Edgar Morin. Busca-se integrar narrativas diversas do pensar humano sobre alimentação a partir de referenciais que discutem razão e emoção, alimentação e nutrição, como podem ser exemplos os contos populares, os romances, as obras clássicas e os filmes, que se constituíram em fontes de análise, mostrando que a culinária é uma atividade universal, através da qual o homem transforma natureza em cultura, sendo uma forma de linguagem capaz de acessar o homem naturalmente à sua cultura e culturalmente à sua natureza.

### ABSTRACT

This work discusses food and eating as a form of language, with the articulation of scientific flavor and their traditions using the ideas of Claude Lévi-Strauss and Edgar Morin as a starting point for inquiry. An attempt is made to integrate diverse ideas of human thought on food and eating, starting with the references that discuss reason and emotion, food and nutrition, as can be found in popular tales, novels, classic works and films, which have become sources for analysis. Culinary activities are shown to be universal, a form of language that allows man to access his culture naturally and to access his nature culturally.

**SPENCER**, Walter Barros. *Ecos de silêncio!:* a memória indígena recusada. 179 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFRN. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFRN, Natal/RN, 1999. Orientadora: Profa. Dra. Maria Lina Leão Teixeira.

## RESUMO

Analisa-se a composição do patrimônio histórico nacional no Rio Grande do Norte para entender sua correspondência e coerência em relação aos ordenamentos constitucionais que dizem respeito à memória das diferentes etnias formadoras da sociedade brasileira, especificamente, a indígena. Enfoca-se as memórias que são recusadas e aqueles elementos patrimoniais que não são protegidos por não parecerem, à sociedade, merecedores.

## ABSTRACT

In this work, an analysis is made of the national historical heritage of Rio Grande do Norte in Brazil, to understand it coherently and to understand its correspondence to constitutional decrees in regard to the different ethnic memories that make up Brazilian society, specifically, that of indigenous peoples. The study focuses on the memories that are refused in those elements of our heritage that are not protected because society does not appear to deem them as deserving of protection.



**DOSSIÊ DOS AUTORES**

---

### **Brasília Carlos Ferreira**

Pós-Doutora em sociologia (2000) pela Universidade Paris I – Pantheon – Sorbonne. Desenvolve estudos e pesquisas na área de Sociologia, Movimentos Sociais e Cultura Política no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFRN.

### **Dalcy da Silva Cruz**

Pesquisadora da UFRN/Professora da UnP (Universidade Potiguar). Mestre em Sociologia Rural. Doutoranda em Educação pela UFRN.

### **Marta Maria de Araújo**

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Mestra em Planejamento Educacional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, cuja tese se intitula “José Augusto Bezerra de Medeiros – Político e Educador Militante”. Professora do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFRN/Natal, Coordenadora da Base de Pesquisa Estudos Histórico-Educacionais, onde desenvolve estudos e investigações voltados para a historicidade das práticas culturais de instituições, agentes sociais, movimentos literários, políticas públicas e privadas de educação, dentre outros.

### **Ana Laudelina Ferreira Gomes**

Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, atuando na graduação e no mestrado. Membro do Grupo de Estudos da Complexidade (GRECOM) ligado a esta mesma instituição.

### **Afonso Henrique Fávero**

Professor do Departamento de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, atuando no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. A obra de Pedro Nava figura como um dos temas de suas pesquisas sobre o memorialismo brasileiro.

### **Tânia Elias Magno da Silva**

Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe. Doutora em Ciências Sociais (1998) PUC – São Paulo. Atualmente desenvolve estudos e pesquisas sobre modernidade, complexidade e imaginário, bem como é pesquisadora visitante da Base de Pesquisa Cultura, Política e Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

### **Idilva Maria Pires Germano**

Psicóloga e Professora Assistente do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Mestre e doutoranda em Sociologia na UFC e bolsista da Funcap. Autora de *Alegorias do Brasil: imagens de brasilidade em Triste fim de Policarpo Quaresma e Viva o povo brasileiro* (Annablume, 2000). Estuda os processos de invenção da nação na literatura. Atualmente estuda comparativamente as obras de José de Alencar e de Antônio Callado.

### **Maria da Conceição Xavier de Almeida**

Antropóloga; Doutora em Ciências Sociais (antropologia) pela PUC-SP; Professora dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Educação da UFRN; Coordenadora do Grupo de Estudos da Complexidade – GRECOM. Principais publicações: co-organizadora do livro *Ensaio de Complexidade* (Sulina, 1997); co-autora do livro *Ética, solidariedade e complexidade* (Palas Athena, 1998); *Complexidade e ética como estética de vida* (Revista Thot 73, Palas Athena, 2000); *Ensinar a condição humana* (Revista Eccos, Uninove, 2000).

**Norma Takeuti**

Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFRN, Natal-RN. Atualmente, em programa de pós-doutoramento (bolsista CAPES) no Laboratoire de Changement Social da Université Paris 7-Denis-Diderot, França.

**Maria Helena Braga e Vaz da Costa**

Arquiteta (UFPE, 1986); Mestre (1993) e Doutoranda em Estudos de Mídia (University of Sussex - Inglaterra).

**Edgar Morin**

Professor "Honoris Causa" da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Diretor da "Association pour la Pensée Complexe" com sede em Paris.

**Luís Carlos Guimarães**

Professor universitário, aposentado, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na área de Ciências Políticas e Juiz de Direito aposentado. Poeta premiado com intensa participação na vida social e cultural, publicou os seguintes livros de poesia: *Aprendiz e a canção*, *As cores do dia*, *Ponto de fulga*, *O sal da palavra*, *A lua no espelho e o fruto maduro*, além de uma novela inédita intitulada: *O pequeno relógio da coragem*.

**Guilherme Cavalheiro**

Professor de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Doutorando em Ciências Sociais da PUC-SP.

**José Antonio Spinelli**

Graduado em Ciências Sociais pela UFRN, Mestre em Sociologia pela UNICAMP e Doutor em Educação pela USP. Publicou, pela Ed. da UFRN o livro "Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar", além de artigos como "Identidades e contrastes na crise do Estado de Bem Estar Social" e "Há uma teoria do Estado em Marx?".

**Tereza Costa Rêgo**

Nasceu no Recife e começou a pintar ainda criança. Ingressou na Escola de Belas Artes, no curso de pintura, aos 15 anos. Expôs pela primeira vez no Museu do Estado de Pernambuco, obtendo o primeiro prêmio de viagem concedido pela Universidade Federal de Pernambuco. Participou de vários Salões do Museu e da Sociedade de Arte Moderna do Recife, sendo premiada três vezes. Mostrou seu trabalho em diversas coletivas até o ano de 1964 e no sul, quando mudou-se para São Paulo. Em 1972, deixou o Brasil, viajando pela América Latina, Europa e Oriente, onde frequentou museus, ateliês de gravura e pintura. Também expôs em mostras individuais, assinando com o nome de Joanna. Retornou ao Recife em 1979, depois da anistia. Foi nesse período que voltou a assinar como Tereza Costa Rêgo. (RÊGO, Tereza Costa. *Sete luas de sangue: exposição de pintura; 11 de maio-11 de junho de 2000*. Recife: Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães – MAMAM, 2000).



**NORMAS PARA A PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS**

---

1 - **CRONOS**, revista semestral da UFRN. CCHLA. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, é impressa nas dimensões do presente volume (20,5cm x 27,5cm).

2 - Os artigos originais apresentados devem ser entregues em 03 cópias, digitados em espaço duplo, fonte 12. Não devem ultrapassar 30 laudas e as resenhas 05 laudas. Cada artigo deve conter um resumo com tradução (inglês) e 03 palavras-chave. Deverão ser enviados à comissão editorial da revista (UFRN. CCHLA. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Campus Universitário, s/n – Lagoa Nova – Natal/RN – CEP: 59072-970. Caixa Postal 1624).

3 - A primeira página deve conter: título do trabalho, autoria, endereço e dados sobre o autor (instituição, cargo, áreas de interesse, últimas publicações etc).

4 - Os autores cujos textos forem aprovados para publicação entregarão seu trabalho em disquete, com cópia em papel.

5 - A ordenação de capítulos e/ou sessões deverá partir da primária não ultrapassando a quinária. A citação bibliográfica deverá ser indicada através do sistema autor-data. Ex: (Teixeira, 1992, p. 46); Teixeira (1992, p. 46); Alves (apud Teixeira, 1992, p. 30); para obras sem autoria, entrar pela primeira palavra do título em maiúscula. Ex: A PREVIDÊNCIA social...(1978).

6 - As notas de rodapé devem ser explicativas e limitadas a um mínimo possível. Podem ser indicadas: por asteriscos, se não ultrapassarem a três em cada página; ou numeração arábica contínua da primeira à última página.

7 - As ilustrações devem ser inseridas no corpo do texto, em arquivo separado, com indicação claras ao longo do texto, dos locais em que devem ser incluídos. São elas: tabelas, quadros e figuras (gráficos, mapas, fotografias, organogramas, etc.).

8 - As referências bibliográficas devem listar todas as citações mencionadas no texto. Devem ser organizadas em ordem alfabética de sobrenome de autor e redigidas segundo a norma brasileira da ABNT, NBR-6023, 1990. A lista de REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS deve vir, sob este título, no final do texto.

Natal (RN), 2000.

1 - **CRONOS**, a biannual publication of UFRN, CCHLA, Graduate Program in Social Sciences, is printed in the size of this issue (20.5 cm X 27.5 cm).

2 - The original articles should be submitted (with three copies) in double spaced size, 12 type. Articles should be no longer than 30 pages, reviews no longer than 5 pages. Each article should have an abstract of no more than 100 words (with a translation in English), and 03 key words. They should be sent to the Comissão Editorial of the magazine (UFRN. CCHLA. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Campus Universitário, s/n – Lagoa Nova – Natal – RN – CEP 59078-970. Cx. Postal 1624.)

3 - The first page of the article should have: title of the work, name of the author, address and data about the author (institution, position, areas of interest, latest publications, etc.).

4 - After approval for publication, the authors should send a copy of the work on diskette along with one printed copy.

5 - The progressive numbering of the sections of the text should not pass five. The bibliographic citations should follow the author-date system. EX. (Teixeira, 1992, p. 46); Teixeira (1992, p. 46); Alves (apud Teixeira, 1992, p. 32); for work without authors, enter by the first word of the title in capital letters. Example: A PREVIDÊNCIA social...(1978).

6 - The footnotes should be explanatory and should be limited to the least amount possible. They can be indicated by asterisks, if there are no more than 3 per page; or in roman numerals in sequential order from the first to the last page.

7 - The illustrations should be inserted in the body of the text, in separate files, with clear indications through the text, of the places where they are to be included. They can be tables, charts and figures (graphs, maps, photographs, flow charts, etc.).

8 - The bibliographic references should list all citations mentioned in the text. They should be organized according to the author's last name in alphabetical order and typed according to the norms of the Brazilian system of ABNT, NBR-6023, 1990. The list of BIBLIOGRAPHIC REFERENCES should be submitted under this title, at the end of the text.

Natal (RN), 2000